

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUIS FERNANDO TELLES D'AJELLO

**Golpes Oligárquicos e Consciência Democrática,
Atenas Século V a.C.**

PORTO ALEGRE

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Golpes Oligárquicos e Consciência Democrática,
Atenas Século V a.C.**

LUIS FERNANDO TELLES D'AJELLO

ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco Marshall

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

D'Ajello, Luis Fernando Telles
Golpes Oligárquicos e Consciência Democrática,
Atenas Século V a.C. / Luis Fernando Telles
D'Ajello. -- 2016.
215 f.

Orientador: Francisco Marshall.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Atenas Clássica. 2. Democracia. 3. Oligarquia.
4. Epigrafia. I. Marshall, Francisco, orient. II.
Título.

À Julia, minha filha, que existindo me ensinou uma nova razão de ser.

À Nathália, minha esposa, que permite que eu me regozije com sua presença reconfortante apesar de minhas falhas.

A quem veio antes de mim e sem os quais não poderia estar aqui. Meu falecido avô Dante, uma rocha carinhosa; minha falecida avó Maria do Carmo, um anjo entre nós; minha avó Sinova, entre meus maiores apoios em todos os sentidos; minha mãe Néli, que desde o nascimento de minha filha vem sendo redescoberta por mim; meu pai Paulo César, eternamente meu farol de Alexandria.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que forneceu a bolsa CAPES-REUNI durante o período de minha pesquisa. Não creio que teria conseguido concluí-la de maneira satisfatória sem o apoio dessa instituição.

O Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas tem minha gratidão por ser um local de estudos que possibilita o desenvolvimento dos pesquisadores que se dispõem a dedicar parte de sua vida à academia.

Meu Orientador Francisco Marshall desde muito cedo acreditou no potencial de minha pesquisa. Antes mesmo de minha entrada no mestrado me acolheu em reuniões com seus orientandos. Então, já apontava o potencial de meu projeto. Atento às minhas questões, e sempre respeitando muito minhas propostas de pesquisa, fez os comentários necessários para guiar meu caminho sem me forçar para fora dele. Diria que se arriscou em me deixar autônomo na escolha de certas visões na pesquisa. Mas só poderia dizer isto se não soubesse que de fato respeitou e confiou na minha pesquisa. Ademais, sempre esteve aberto para minhas questões quando eu senti necessidade de maiores sugestões.

Minha esposa fez enorme esforço para que esta tese pudesse ser concretizada. Muitos fins de semana passei isolado escrevendo enquanto ela cuidava de nossa casa e de nossa filha sem meu auxílio neste período de produção. Sinto ter ficado ausente, mas se não tivesse acatado esta proposta de minha esposa não teria terminado a escrita. Outras de suas qualidades que me auxiliaram durante este período de produção são muitas e merecem mais do que este agradecimento pode oferecer. Caberá a mim procurar estar à altura e encontrar a oportunidade de ser tão fiel, presente e entregue a ela quanto ela foi a mim.

Sinto que é preciso dizer que este doutorado foi extremamente produtivo, na produção de artigos, na participação em eventos e na edição da revista AEDOS, que ajudei a fundar durante o mestrado. Processos acadêmicos essenciais ao crescimento do pesquisador. Mas para além da

produtividade acadêmica foi um período de minha vida de muitas realizações. Me mudei de estado duas vezes; ajudei meu pai a reformar um apartamento da família em Porto Alegre; me casei; tive uma filha; vendi um apartamento com minha esposa para comprar uma casa; fiz duas reformas nesta nova casa. Agora, com minha filha quase com dois anos sinto alívio pelo término da tese. Por uma obra realizada e pelo tempo agora a poder despender com minha família, que tanto se esforçou para me auxiliar.

Por fim, gostaria de agradecer muito ao professor Robert Pitt, que, como vice-diretor da British School at Athens (BSA), garantiu que eu pudesse aproveitar do primeiro curso de epigrafia grega ministrado na BSA. O período que passei na BSA foi de grande aprendizado e extremamente rico para minha pesquisa durante o mestrado, e que apresenta frutos mesmo neste período de minha tese.

Lista de Figuras

FIGURA 1 - INSCRIÇÃO COM RELEVO: ATENA E ERECTHEUS, OU DEMOS. IG I ³ 375.	70
FIGURA 2 - RELEVO DA INSCRIÇÃO IG II ³ 320, DEMOKRATIA COROANDO DEMOS.	71
FIGURA 3 - RECONSTRUÇÃO DOS AXONES.....	83
FIGURA 4 - RÉPLICA EM MINIATURA DE UMA RODA DE PRECES BUDISTA.....	83
FIGURA 5 - ESQUEMA RECONSTRUÍDO DAS ESTÁTUAS DOS HERÓIS EPÔNIMOS.	89
FIGURA 6 - PLANTA DO BOULEUTERION, DO THOLOS, DO METROON E DOS HERÓIS EPÔNIMOS CIRCA SÉCULO II A.C.	90
FIGURA 7- POLEIS NA ÁSIA MENOR	162

Lista de Tabelas

TABELA 1- INSCRIÇÕES ÁTICAS TOTAIS.....	63
TABELA 2 - DECRETOS ANTES E DEPOIS DE 403/2	64
TABELA 3 - INSCRIÇÕES ATENIENSES	67
TABELA 4 - DECRETOS HONORÍFICOS DATADOS NO IG I ³	72

Lista de Abreviaturas

- IG** **Inscriptiones Graecae:** Projeto de inscrições antigas europeias do Research Centre for Primary Sources of the Ancient World at the Berlin-Brandenburg Academy of Sciences and Humanities.
- PA** KIRCHNER, J. E. **Prosopographia attica.** Berolini: typis et impensis G. Reimeri, 1901.
- Rhodes&Osborne** RHODES, P. J.; OSBORNE, R. **Greek historical inscriptions: 404-323 BC.** Oxford: Oxford University Press, 2003.
- M&L** MEIGGS, R.; LEWIS, D. **A Selection of Greek Historical Inscriptions: to the end of the fifth century b.c.** Oxford: Clarendon Press, 1988.
- Fornara** FORNARA, C. W. **Archaic times to the end of the Peloponnesian War:** Translated documents of Greece and Rome. 2nd. Cambridge Cambridgeshire; New York: Cambridge University Press, 1983.
- Diels-Kranz** DIELS, H. et al. **I Presocratici:** Bompiani Il pensiero occidentale. 1. Milano: Bompiani, 2006. Iviii, 2002 p. única tradução na íntegra do original Alemão.
- SEG** **Supplementum Epigraphicum Graecum:** é uma publicação anual coletando publicações novas de inscrições gregas e estudos de documentos previamente conhecidos. Cada volume contém a coleção de um único ano e cobre todo o mundo grego. Material posterior ao século VIII d.C. não é incluído. (texto disponível em: <https://www.universiteitleiden.nl/en/research/research-projects/humanities/supplementum-epigraphicum-graecum>)
- PHI** **Pachard Humanities Institute.** Projeto conjunto entre Cornell University e Ohio State University. Uma ferramenta de procura online de inscrições de diversos catálogos internacionais.
- FgrH N°x FN°y** JACOBY, F. **Die fragmente der griechischen historiker.** Berlin,: Weidmann: v. p. 1923. Coletânea de fragmentos de historiadores antigos.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a análise do processo histórico que leva ao desenvolvimento de uma consciência democrática em Atenas no final do século V a.C.

Para isto observa alguns processos concomitantes que confluem no despontar desta consciência democrática. Quais sejam: 1 - O desenvolvimento dos hábitos epigráficos em Atenas, em especial acerca da produção epigráfica e da organização destas inscrições enquanto hábitos arquivísticos. A relação da escrita com a organização da polis também faz parte deste processo. 2 - O desenvolvimento do conceito de democracia e sua relação com o termo *demokratia*. Esta investigação é feita através da análise tanto da literatura quanto da epigrafia. 3 – O desenrolar de uma disputa política entre oligarcas e seus opositores, associado ao desejo do fim da guerra do Peloponeso que era almejado pela maioria dos atenienses, mas por motivos diversos. Durante este processo há uma disputa pela autoridade das propostas dos grupos concorrentes. Esse critério gira em torno da ancestralidade da constituição ateniense indicada por cada grupo. As argumentações que procuram justificar a ancestralidade de suas propostas levam a um entrelaçamento com os processos acima mencionados.

Desta confluência surge o desenvolvimento de uma consciência democrática entre os opositores dos oligarcas extremistas, os *demotikoi*.

Palavras-chave: Democracia, Epigrafia, Atenas Clássica, Oligarquia.

ABSTRACT

This work aims to analyze the historical process that leads to the development of a democratic awareness in Athens at the end of the Fifth century b.C.

In order to do that it observes synchronous processes that converge in the rise of such democratic awareness. Those processes being: 1 – The development of the epigraphical habits in Athens, specially concerning the epigraphical production and its organization, developing in archival practices. The association between writing and the administration of the polis is also a part of this process. 2 – The development of the concept of democracy and its connection with the term *demokratia*. This investigation is done through the analysis of literature as well as epigraphy. 3 – The meanders of a political dispute between oligarchs and their opposition. This dispute is connected with a general desire to end the Peloponesian War, although each group for its own reasons. During this process there is a challenge of ancestry of the proposed, and purported, ancestral constitution of each group. The debate for the right to call their propositions as “the” ancestral constitution ends up entwining with the processes described above.

From this convergence arose the development of a democratic awareness among the opposition of the oligarchs, the *demotikoi*.

Keywords: Epigraphy, Classical Athens, Oligarchy.

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	III
LISTA DE FIGURAS.....	V
LISTA DE TABELAS.....	VI
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VII
RESUMO.....	VIII
ABSTRACT	IX
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. HELENISTAS E SUAS FONTES; TEORIAS E FRAGMENTOS	4
A A MEMÓRIA E A ESCRITA DA DEMOCRACIA EM DISPUTA	5
i. Contexto Histórico; Formação de facções, suas disputas e história política.....	6
ii. Atenas, democracia e patrios politeia; Helenistas e suas democracias	19
1. Outra interpretação de uma constituição ancestral	33
B CRÍTICA DAS FONTES.....	35
i. As fontes, suas fontes e editores.....	36
1. Inscrições	36
2. Historiadores: Heródoto; Tucídides; Pseudo-Xenofonte; Athenaion Politeia.....	39
3. Oradores: Antifonte; Andócides; Lísias.....	48
3. A ESCRITA E A DEMOCRACIA, ANTES E DEPOIS DE 403	60
A. HÁBITOS EPIGRÁFICOS	65
B HÁBITOS ARQUIVÍSTICOS	78
C CONCEITOS E REVISÕES: 403 E A VITÓRIA DO LETRAMENTO.	92
4. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UM CONCEITO E SUA ASSOCIAÇÃO AO TERMO DEMOKRATIA.	97
A COMO OS OLIGARCAS FORMARAM A DEMOCRACIA	100
i. <i>Demokratia</i>	104
1. A presença velada.....	106
2. Menções diretas	110
5. PATRIOS POLITEIA: A DISPUTA PELA ANCESTRALIDADE DA CONSTITUIÇÃO DE ATENAS 140	
A INGREDIENTES PARA UMA CRISE ATENIENSE.....	142
B OS QUATROCENTOS E A OPOSIÇÃO.....	147
C OS CINCO MIL E O ENTRE GOLPES	159

D	OS TRINTA E OS DEMOTIKOI	164
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
	ANEXO I – CRONOLOGIA GERAL DOS EVENTOS	184
	ANEXO II – COTEJAMENTO DE FONTES, QUATROCENTOS.....	189
	ANEXO III – COTEJAMENTO DE FONTES, TRINTA TIRANOS	191
	ÍNDICE REMISSIVO.....	194
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	198

1. Introdução

Eu, Luis Fernando Telles D'Ajello, me apresento nesta introdução. Aqui é o único local onde apareço deliberadamente na primeira pessoa do singular. Procurei versar no impessoal durante a tessitura desta tese para evitar o egocêntrico e solitário “EU” e o megalomaniaco e seguro “Nós”. Pretendi, ademais, aumentar o foco na pesquisa. Apesar de estar necessariamente presente em cada ponto do texto, e não sugerir que ideias, posturas, preconceitos e todas minhas características estejam ausentes de uma obra que veio a ser através de mim, acredito na possibilidade de valorizar mais a mensagem e não tanto o mensageiro.

Daí nasce o interesse pelo tema desta tese. Meu TCC¹ versa sobre o mensageiro em Heródoto. Caracterizado pela oralidade e pela memória. Ouvia a mensagem, carregava-a em sua memória e a entregava oralmente ao destinatário. Ademais, percorria a Hélade a pé. Heródoto chega a se espantar com os mensageiros a cavalo dos persas e lhes dá um nome específico para diferenciá-los dos ἄγγηλοι helênicos. Essa desconfiança na escrita e a autoridade da oralidade permaneceram comigo após o TCC.

Na dissertação concentrei minhas investigações na relação entre oralidade e memória nos procedimentos legais gregos. O fiz através de um cargo, o μνέμων, o *lembrador*. Minhas fontes foram quatro inscrições. Através de quatro leis inscritas onde um dos oficiais era responsável por lembrar e manter autoridade sobre registros escritos, procurei entender esta sociedade onde a oralidade prevalecia em um mundo de inscrições legais.

Quando e como, então, a oralidade perde espaço nos corações dos helenos? Eu me perguntei. Este questionamento informou minha pesquisa de doutorado. Como se tornará claro no texto a seguir o local e período para esta pesquisa eram óbvios. Atenas brilha no mundo epigráfico e o marco de 403 a.C. é como um portal de entrada anunciado a mudança de ambiente. Atenas, fim do século V a.C., momento do ápice da democracia. Democracia conhecida por sua associação com as leis escritas. Mas cada vez mais me parecia que

¹ (D'AJELLO, LUIS FERNANDO TELLES, 2006).

esta tradição, tão presente nos trabalhos dos historiadores, parecia ecoar uma invenção grega do período que resolvi analisar. Minha pesquisa passou por uma história do conceito de democracia, e o processo de sua associação com o termo *δημοκρατία*; por uma análise do processo de passagem da proeminência da oralidade para o letramento; por uma investigação acerca do processo de tomada de consciência democrática em uma sociedade imersa em práticas e instituições que facilmente nomeamos de democráticas.

Mas ao mesmo tempo, minha pesquisa se tornou uma experiência. Uma tentativa de trazer para a pesquisa acadêmica algo intrínseco ao tempo, e talvez à História. O aleatório, as vicissitudes do destino, as coincidências, os eventos paralelos e o fluxo inexorável da areia do tempo que não espera por ninguém, por nenhum plano, estratégia ou intuito. Muito se lê nos historiadores sobre os feitos de um nome, dois ou três talvez. De um devir quase deliberado em direção ao que temos o poder de prever por já ter ocorrido. Por me parecer que muitas vezes o historiador sofre do mal de Merlin, que sabe do futuro pois se lembra de quando ele ocorreu, procurei apresentar eventos e processos aparentemente desconexos, ou independentes. Hábitos epigráficos, arquivísticos, relações entre práticas, palavras, ofensas e bandeiras. Entre desespero financeiro, cansaço de uma guerra de décadas, jogos políticos e um anseio pelo retorno de tempos dourados, um encontro marcado. Aquilo que já sabemos há mais de 2500 anos ocorre neste local e data, neste fim do século V em Atenas. Mas, se por desígnio ou por acaso, não cabe a mim, ou qualquer outro historiador dizer. Cabe investigar, analisar, procurar compreender, expor; na esperança de que signifique algo para os colegas e quem mais se aventurar a desbravar as teorias empoeiradas que procurei tecer neste trabalho.

Mesmo com a intenção de me afastar para dar lugar à pesquisa e à mensagem, é preciso dizer que necessariamente este texto é produto de sua época. Os debates acerca da oralidade, da escrita, do que é ou não democrático. Todos estes temas são muito antigos e têm retornado para as páginas dos helenistas em uma época onde a bandeira da democracia é uma obrigatoriedade. Independente dos termos, regras e definições utilizadas por trás desta. Imersos em programas televisivos, da mídia visual e das redes sociais e de mensagens instantâneas, as relações entre escrita, oralidade e

memória criam uma ansiedade entre aqueles que, como eu, se perdem na tentativa de manter-se tradicionais. Resta refletir sobre estes temas. Estes questionamentos, então, informam minha pesquisa. Desde minha formação inicial nos mistérios de Clio até os desdobramentos na tese produzida a partir desta pesquisa de doutorado.

Apresentados os processos que trouxeram o “vir-a-ser” deste trabalho, abro espaço para a pesquisa, para a mensagem.

2. Helenistas e suas fontes; teorias e fragmentos

Este trabalho versa sobre um processo relativo ao desenvolvimento de uma consciência democrática em Atenas. O auge deste processo parece ser o fim do século V.² Com esta afirmação uma série de esclarecimentos tornam-se necessários. Este capítulo tem justamente este intuito, explicitar o contexto histórico do processo vislumbrado pelo todo deste trabalho e o contexto acadêmico das pesquisas no entorno do tema abordado. Ademais, trata de assunto essencial a qualquer investigação histórica, a crítica das fontes sobre as quais se debruça.

O cerne do trabalho é apresentado nos capítulos, 3, 4 e 5. Para informar e sustentar a pesquisa expressa nestes capítulos dividiu-se o presente em duas partes. A primeira delas é formada por uma apresentação do contexto histórico geral desde Sólon até os eventos que levam ao chamado reestabelecimento da democracia em 403. Este se torna necessário para que o processo de desenvolvimento da consciência democrática, interno a este mais amplo, seja compreendido em seu seio.

Para além desta apresentação de contexto histórico cabe uma contextualização das pesquisas expostas até hoje por helenistas acerca das origens da democracia. Tema antigo e fragmentado, mas que por suas infinitas ressignificações se encontra frequentemente atual. Hoje, ou ao menos no período em que esta pesquisa se efetivou, o debate sobre as características de uma democracia e o tabu em se pensar em outra forma de governo voltam a fazer deste assunto uma preocupação digna de reflexão. A análise da origem do conceito ou do termo não constitui o objeto desta pesquisa, mas o nascer da consciência democrática e a escolha consciente em prol dela parece mais atual dentre este amplo tema, o da origem da democracia. Por ordem de associação, a investigação do termo, e do conceito, se desvela em uma ferramenta para este trabalho. Investigação contemplada no capítulo seguinte. Nesta primeira

² Todas as datas nesta tese se referem a a.C. Quando referidas a d.C. se explicitará o caso. Assim sendo, não serão repetidas as siglas a.C. ou d.C. a não ser nos momentos onde a especificação destes períodos for necessária para a compreensão do texto.

parte deste capítulo cabe avaliar os caminhos percorridos pelos estudiosos da antiguidade helênica e suas teorias acerca da democracia. A perda de sentido no tema democracia e certa confusão com sua sinonímia estão entre as motivações secundárias para a investigação deste trabalho e também são apresentadas neste capítulo. Nesta mesma seção se deixará clara a posição deste trabalho entre as pesquisas expostas até então e os alinhamentos possíveis com os grupos de helenistas que defendem diferentes propostas dentro do tema da democracia ateniense.

A segunda parte deste capítulo, a análise e crítica das fontes, trata de refletir sobre as características inerentes às fontes que informam esta pesquisa. Esta crítica das fontes tem o intuito de evitar que as informações delas derivadas sejam entendidas como etéreas ou desconexas de relações, interesses, falhas. Esta crítica se torna essencial para melhor se depurar as informações, matizar a veracidade, ou verossimilhança, das representações ali contidas e refinar o espectro de interpretações possíveis e plausíveis. Dentre as quais se escolherá uma leitura. Escolha esta justificada justamente pelo processo de crítica e pela argumentação a ser apresentada no decorrer do trabalho.

a A Memória e a Escrita da Democracia em Disputa

Há muita disputa acerca do processo do desenvolvimento da democracia em Atenas. Desde a antiguidade helênica se propõe Sólon como pai da democracia, nos primeiros anos do século VI a.C. Alternativamente se propõe Clístenes como o criador e guardião da democracia, nos anos finais do século VI. Quem e quando se apontam Sólon e Clístenes como os fundadores da democracia é um tema que ainda merece atenção entre helenistas. Apesar de não ser uma preocupação central, muitos autores, como Raaflaub (2007), Ober (1996), Cartledge (2007), Meyer (2013b), Rhodes (2004), percebem que há certa divisão entre os gregos do século V, que tendem a associar Clístenes com a democracia, e os gregos do século IV, que estão fortemente envolvidos em uma tradição da democracia advinda de Sólon. Apesar de poucas vezes enfatizado pelos próprios gregos antigos, há um período, em meados do século V, que apresenta uma supremacia do poderio do *demos* dentro dos

procedimentos e instituições em Atenas, a partir das reformas de Efiáltes e Péricles. Frequentemente, se aponta os anos de 413 a 403 como o período de maior efervescência democrática em disputa em Atenas, desde a antiguidade até pesquisadores contemporâneos. Nestes anos ocorrem dois golpes oligárquicos na tentativa de modificar a estrutura política da polis, em parte associados à Guerra do Peloponeso que teve seu início em 431 e, apesar de um breve período de trégua, levou a desastres navais e fiscais em Atenas em 413. Em 411 um golpe oligárquico conhecido como o governo dos Quatrocentos teve curta duração, mas profunda reação política na polis. O fim da guerra do Peloponeso se deu em 404 e suas consequências diretas levam ao segundo golpe oligárquico. Ao serem derrotados os Trinta Tiranos, que tomaram o poder neste período, uma reformulação intensa na estrutura política em Atenas baliza a tradição democrática do século seguinte. É em meio a este turbilhão de eventos que se propõe que a consciência democrática e uma tradição acerca de sua ancestralidade se formam.

i. Contexto Histórico; Formação de facções, suas disputas e história política.

Sólon, filho de Exekestides³, foi o Arconte epônimo no terceiro ano da 46ª olimpíada, de acordo com Sosicrates *apud* Diógenes Laércio. Portanto, o ano de 594, como apontado no catálogo de Develin (1989), viu o início das reformas propostas pelo legislador ateniense. Nada do que foi escrito por Sólon chegou aos dias de hoje se não por fragmentos citados por outros autores. A produção deste arconte é mais conhecida através de seus poemas do que pelas leis de fato expostas por ele. Mais de 30 assuntos dentro da legislação ateniense são atribuídos a ele. Ao mesmo tempo é de amplo conhecimento que a associação de leis, mesmo produzidas mais de duzentos anos após Sólon, passou a ser uma prática comum. Durante o início do século IV fica claro que o termo “leis de Sólon” funciona como leis vigentes, ou como uma maneira de atribuir autoridade à lei em questão. Um recurso retórico.

³ PA 12806

Apesar das dificuldades em se estabelecer as reais modificações legais intentadas por Sólon pode-se apontar algumas questões acerca de seus poemas e das percepções acerca dele durante a história de Atenas.⁴ O termo utilizado por Sólon para suas decisões não pode ser atestado como *nomoi*, muito menos *demokratia*. Ele expôs *thesmoi*. Os debates acerca das leis da natureza e das leis dos homens como a dualidade entre *physis* e *nomos* ainda estavam por ser travadas entre os sofistas dos séculos posteriores.

Frente a uma crise socioeconômica em Atenas ele legislou de modo a regular as dívidas, evitando que levassem à escravidão. Ainda, revisou a organização das classes de forma a separar o acesso aos cargos públicos a partir da produtividade dos membros das quatro classes.⁵

⁴ Para uma recente revisão das representações de Sólon na literatura helênica, ver (CORRÊA, 2012).

⁵ As quatro classes são: *Pentakosiomedimnoi* - produtores de 500 medidas de cereais anualmente; *Hippeis* – 300 a 500; *Zeugitai* – 200 a 300; *Thetes* – 0 a 199.

Ao povo dei tanto apreço quanto basta, de sua honra nem tendo retirado nem estirado; os que tinham poder e eram admirados pelas riquezas, também destes cuidei para que nada de indigno passassem. Firmei-me postando um forte escudo contra ambos, e não deixei que nenhum dos dois vencesse injustamente.

O povo assim melhor seguiria seus chefes, nem demasiadamente solto nem forçado, pois excesso gera insolência quando grande prosperidade alcança homens que não têm mente ajustada. (tradução de Francisco Murari Pires, (ARISTÓTELES; PIRES, 1995)

δήμῳ μὲν γὰρ ἔδωκα τόσον γέρας,
ὅσον ἀπαρκεῖ, τιμῆς οὐτ' ἀφελῶν οὐτ'
ἐπορεζάμενος: οἱ δ' εἶχον δύναμιν καὶ
χρήμασιν ἦσαν ἀγητοί, καὶ τοῖς
ἐφρασάμην μηδὲν ἀεικέες ἔχειν. ἔστην δ'
ἀμφιβαλῶν κρατερόν σάκος ἀμφοτέροισι,
νικᾶν δ' οὐκ εἶασ' οὐδετέρους ἀδίκως. (Fr.
5),

πάλιν δ' ἀποφαινόμενος περὶ τοῦ
πλήθους, ὡς αὐτῷ δεῖ χρῆσθαι: "δῆμος δ'
ὦδ' ἂν ἄριστα σὺν ἡγεμόνεσσιν ἔπειτο,
μήτε λίαν ἀνεθείς μήτε βιαζόμενος. τίκτει
γὰρ κόρος ὕβριν, ὅταν πολὺς ὄλβος
ἐπιταί ἀνθρώποισιν, ὅσις μὴ νόος
ἄρτιος ἦ.

(Fr. 6) (ARIST. Ath. 12.1)⁶

Os aristocratas tiveram seu poder mantido através do poderio do conselho do Areópago, apesar de se verem dividindo o poder com grandes proprietários de terra que não eram *eupatridai*. Mas os populares, o *demos*, ou *plethos*, passou a ter a possibilidade de exigir uma revisão, em certos casos, a partir da nova instituição criada por Sólon, a *heliaia*,⁷ onde todos participariam. A *ekklesia* também passou a ser formada por todo o corpo de cidadãos. (OSTWALD, 1986, p. 5-15)

⁶ A padronização para citação de autores antigos não é estabelecida pela ABNT. Neste trabalho seguir-se-á a proposta da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos que segue as abreviações presentes na introdução do dicionário grego-inglês Liddel&Scott (LIDDELL et al., 1996). O principal catálogo de Inscrições será mencionado como IG I² e IG I³ representando respectivamente (HILLER VON GAERTRINGEN, 1974) e (LEWIS; JEFFERY; ERXLEBEN, 1981).

⁷ Cortes populares.

Para evitar abusos e a derrubada destas leis, Sólon estabelece um impedimento à subversão destas leis, tida como um impedimento da derrubada da democracia por autores como Aristóteles, mas que pode ser melhor entendida como um impedimento à tirania. (RHODES, 1981, p.156)

Cabe notar que as leis de Drakon e Sólon foram, provavelmente, as primeiras inscrições na acrópole, em seus *axones* e *kyrbeis*, cilindros de madeira com inscrições na superfície. Um orifício atravessando verticalmente em seu centro permitia que fosse girado para ser lido. Diversos autores tratam destas peças de inscrições deixadas por Drakon e Sólon, inclusive a reinscrição da lei de homicídio de Drakon, em 409/8 indica sua cópia a partir do primeiro *axon*.⁸ Como aponta Meyer (2013a, p. 12), estas inscrições de Drakon e Sólon teriam sido seguidas de três inscrições peculiares e similares às descrições dos *kyrbeis*⁹ de madeira. Três pilares retangulares inscritos verticalmente. Estas inscrições foram dedicações feitas pelos *hieropoioi*¹⁰ em honra a Atena e de certa maneira a eles mesmos. Todas datadas de 566-550.¹¹ Tanto Meyer quanto Sickinger (2007, p.201) ainda apontam para uma lista de objetos dedicados pelos *tamiai*¹² de Atena inscrita em bronze e dedicada na acrópole.¹³

Os populares se viram descontentes com as modificações de Sólon, querendo mais envolvimento na organização da polis. Os aristocratas também não estavam satisfeitos com as concessões que tiveram de fazer. Apesar de resolver diversos problemas o clima permitiu que em alguns anos um homem se aproveitasse da situação para colocar a cidade sob seu domínio. Atenas foi submetida a uma tirania sob o poder de Pisístratos¹⁴ desde 546. Esta tirania durou até os anos anteriores à reforma de Clístenes. Em 527, Pisístratos morre e deixa seus filhos, Híppias¹⁵ e Hipárco em seu lugar. Em 514, por questões de

⁸ Ver em IG I³ 104. Mesmo que M&L 86 e (STROUD, 1968)

⁹ Inscrições em madeira com textos organizados verticalmente em toda sua superfície.

¹⁰ Grupo de responsáveis por sacrifícios e organização dos festivais. Normalmente em grupos de dez, mas podendo ser escolhidos pela assembleia para festivais específicos.

¹¹ Ver IG I³507-9.

¹² Um grupo de dez membros, um por tribo (após Clístenes), servindo como tesoureiros de Atena.

¹³ Ver IG I³ 510.

¹⁴ PA 11793

¹⁵ PA 7605

ciúmes e humilhação, dois homens logram se vingar dos irmãos e matam Hiparco. Aristogeyton e Harmódios tornam-se os célebres tiranicidas.¹⁶

Os espartanos recebem alguns oráculos de Delfos os incitando a derrubar a tirania de Atenas. Não se sabe se os espartanos foram convencidos e inspirados pelas investidas de Híppias para além de Atenas ou pelo incentivo dos Alcmeônidas e outras nobres família atenienses em busca de um espaço no poder da polis. Ao invadir Atenas forçam, junto com alguns atenienses, a retirada de Híppias do poder.

Em 508, com Iságoras¹⁷ como arconte epônimo, Clístenes logra propor modificações na estrutura organizacional de Atenas. Estas reformulações modificam sobremaneira as relações institucionais e sociais na administração política da polis. Clístenes redistribui as tribos atenienses. A reestruturação leva esta nova divisão em dez tribos a uma organização geopolítica ao invés de familiar ou social. Cada uma das tribos, agora formadas por uma série de *demoi*¹⁸, estava subdividida em três, contemplando cidadãos advindos dos *demoi* da urbe, da costa e do interior. Com certa redistribuição de poderes entre as instituições existentes Clístenes não retirou o poder da aristocracia, mas aproximou as classes existentes dentro de suas novas tribos. A *ekklesia* e a *Boule*¹⁹ passaram a ter poderes para decisões finais acerca de assuntos importantes para a polis como um todo. Os Arcontes e os tesoueiros de Atena ainda deveriam advir das duas mais altas classes, mas os *stratego*²⁰ eram agora dez, um controlando o contingente de cada tribo, e escolhidos por voto na assembleia. Os membros do Areópago ainda eram advindos dos arcontes, com mandato vitalício, e, portanto, ainda advindos das altas classes censitárias existentes desde Sólon. Os patronímicos foram abandonados em favor dos novos demóticos. Os sobrenomes agora eram o nome de seus *demoi* e não de sua família. A escolha da maioria dos cargos por sorteio e a diminuição das exigências censitárias para alguns cargos aumentaram o acesso à política por parte do *demos*. A *Boule* de 500 membros sorteados 50 de cada tribo advém

¹⁶ Estes episódios são recontados por Tucídides , VI.56-58,(TUCÍDIDES; KURY, 2001) e na *Athēnaion Politeia* de Aristóteles , 18.

¹⁷ PA 7680

¹⁸ Vilas e comunidades espalhadas pela Ática e conformando o enorme corpo da polis conhecida como Atenas

¹⁹ Assembleia e o conselho, respectivamente.

²⁰ Gerais.

destas reformas. Clístenes conseguiu reestruturar as relações sociais dentro da organização administrativa da cidade e inserir os cidadãos todos no processo de decisão final em certos casos, mesmo que não pudessem assumir todos os altos cargos na polis.²¹

Em 499 os gregos da região da Jônia se revoltam contra o poderio persa. Atenas e Erétria em seguida apoiam esta revolta. Em poucos anos a revolta é derrotada e Darius busca vingança contra outras poleis gregas por apoiarem os jônios. Em 490 Darius é derrotado na batalha de Maratona. Darius retornou para Pérsia e passou anos preparando uma segunda invasão. Seu filho, Xerxes, liderou esta invasão em 480 após o falecimento de Darius.

As minas de Laureion são encontradas em 483 e Temístocles convence os atenienses a usar grande parte da prata retirada das minas para a construção da frota ateniense.

Esta invasão Persa leva a uma reunião de poleis contra os persas. A batalha de Termópilas atrasa a chegada dos persas. Os atenienses abandonam Atenas e se movem para Salamina, uma ilha em frente ao Pireu. Os persas devastam a polis. A acrópole é queimada e os templos destruídos. Mas a batalha naval em Salamina é uma grande vitória ateniense. Xerxes é definitivamente derrotado na batalha de Plateia.

Apesar das vitórias os gregos percebem que a vitória não é garantida e formam, em 477, a liga de Delos. Juntos contra uma possível invasão persa os membros pagavam tributos anuais para que o tesouro de Delos estivesse disponível para financiar a guerra.

Tensões internas em Atenas levaram o conselho do Areópago a apoiar Cimon e outros generais em seu intuito de se aproximar de Esparta. Rechaçados por Esparta o Areópago perdeu sua influência e Efiáltes tomou a oportunidade em 462 para propor mudanças na jurisdição deste conselho. Certos casos de assassinato e de crimes contra a polis foram colocados sob jurisdição das cortes populares, da *dikasteria*.(BOEGEHOLD, 1995b) Péricles, logo a seguir, propôs o pagamento para os *dikastai* durante seu trabalho nas

²¹ Mais sobre estes dados podem ser encontrados em inúmeros autores. Em especial ver Ostwald (1979;1986), Rhodes (1981;1985a), Hignet para uma visão panorâmica destas reformas.

cortes. Ademais, a *euthyna*²² passou a ser efetivada pelas cortes após ser aprovada por um colegiado da *Boule*. Estas reformas espalharam o poder do Areópago entre as outras instituições em Atenas e com isso aumentou o poder do *demos*. O Areópago era formado apenas por ex-arcontes e tinha um mandato vitalício, portanto, era o reduto da aristocracia na administração pública da polis.

Pouco antes das reformas de Efiáltes, Ésquilo encenou a Orestéia. É possível que Ésquilo tenha percebido nos debates da assembleia uma tentativa de se repensar a maneira de se julgar em Atenas, apresentando assim, a história mítica do início do julgamento dos homens pelos próprios homens em Atenas.

Com a morte de Efiáltes, Périles, um de seus companheiros, se tornou muito popular e foi eleito um dos dez *strategoí* de 455 até 429. Com sua liderança os atenienses tomaram a frente da liga de Delos e se apoderaram do tesouro da liga. Neste período a força de Atenas tornou-se em um “império”, forçando outras poleis a entrar na liga e exigindo, forçosamente, os tributos anuais dos membros. Este também é um momento de aumento na produção de inscrições em pedra. Boa parte destas inscrições relativas às relações entre Atenas e seus “aliados”.

A acrópole começou a ser restaurada neste período e, em parte, com o tesouro de Delos. Até 438 mais de 3000 talentos, dos 9700 detidos por Atenas desde a tomada do tesouro de Delos, foram gastos apenas na acrópole. Mais de 1500 gastos com a marinha ateniense em Samos e cerca de 3800 gastos na tentativa de evitar a defecção de Potidéia em 431.(BLAMIRE, 2001)

O ano 431 também marca o início da Guerra do Peloponeso. Os dois anos seguintes foram trágicos para Atenas. A peste assolou a polis e tomou a vida de Péricles em 429. A guerra, no entanto, continuou até 421, quando a Paz de Nícias é estabelecida entre Atenas e Esparta. Durante o período de paz mais construções foram feitas na acrópole.²³ As reservas de Atenas não estavam completamente exauridas, mas com a paz chegaram a aumentar

²² Processo de averiguação efetivado ao fim do cargo onde se investigava a atuação do oficial durante seu mandato. Poderia ser feita uma acusação, que se aprovada por parte dos membros da *boule* iniciaria um processo nas cortes populares.(OSTWALD, 1986, pp. 61-71)

²³ Construção do templo de Athena Nike entre 420 e 410.

consideravelmente. Alec Blamire(2001) estima que em 416, mesmo com os gastos na acrópole, as reservas estavam em torno de 6000 talentos.

Em 415 uma polis na Sicília pede auxílio para Atenas. O conflito com outra polis siciliana e o pedido de auxílio de Egesta levam Alcibíades a propor um avanço militar. Usando este conflito como um pretexto para subjugar toda a Sicília, Alcibíades incentiva os cidadãos atenienses a apoiar esta ação. Selinus, a polis em conflito com a aliada de Atenas, envolve Corinto e os peloponésios. A Paz de Nícias é quebrada e os conflitos da guerra do Peloponeso são reativados.

A partir da expedição à Sicília Atenas perdeu muito de seus recursos. A perda de barcos e soldados, além da quantidade de dinheiro colocado na frota enviada, levou Atenas a usar fundos de reserva. Próximo da época da enorme falha da expedição ateniense à Sicília os espartanos invadem a Ática. Estes continuamente saqueiam a Ática e eventualmente tomam Deceléia, que se torna um refúgio para aproximadamente 20.000 escravos fugidos de Atenas.²⁴ Os atenienses não apenas enfrentavam problemas financeiros como perderam confiança nas decisões tomadas pela assembleia e pelo conselho. Em 413/12 escolheram dez nomes para formar uma comissão de *probouloi* com o intuito de revisar as decisões do conselho. Estes *probouloi* eram homens com mais de 40 anos de idade e reconhecidamente sábios e bem quistos pelo povo.²⁵

Alcibíades, nesta época assessorando Tissafernes, entra em contato com homens influentes da frota ateniense em Samos.²⁶ Segundo Tucídides seu intuito era retornar a Atenas e para tanto teria dito ser capaz de levar consigo o apoio dos persas. Para receber o apoio financeiro e militar dos persas os atenienses deveriam tornar sua constituição mais oligárquica e receber Alcibíades de volta, rescindindo sua condenação ao exílio (**Th.** VIII.47).

Eventualmente estes homens influentes em Samos, que de acordo com Tucídides já estavam planejando derrubar a democracia, conseguiram instituir um conselho de Quatrocentos com a promessa de estabelecerem um governo

²⁴ Os autores que tratam destes eventos são muitos para serem mencionados todos. Ver (OSTWALD, 1986), (RHODES, 1981), (GOMME; ANDREWES; DOVER, 1981) e os livros VII e VIII de Tucídides.

²⁵ Informações sobre os *probouloi* podem ser encontradas em **Arist. Ath.** 29. e **Thuc.** VIII.67

²⁶ A maior parte da frota ateniense estava em Samos, aproximadamente 1500 homens de armas. Destes conhecemos o nome de apenas dez.

de Cinco Mil para reduzir o ônus da guerra e tornar a constituição ateniense atrativa para os persas. Aqui cabe apontar os nomes associados a este golpe oligárquico e as propostas definidas por eles para este novo governo.

Oito dos dez generais atenienses estavam em Samos. Destes, três tornam-se posteriormente defensores do fim dos Quatrocentos. Dos cinco restantes um é desconhecido, mas os outros quatro são nomes conhecidos na oligarquia ateniense. Onômacles foi um dos Quatrocentos e, em 404/3, foi um dos Trinta Tiranos, além de ter sido condenado junto com Arqueptolemus e Antifonte por tentar um acordo com os espartanos sem a permissão da assembleia (note-se que foram enviados pelos Quatrocentos). Scironides fora associado a Frínicos quando ambos foram depostos de seu cargo de generais mais tarde. Carminus, assassinou Hipérbolus para provar sua fidelidade aos oligarcas. Frínicus foi um dos mais violentos dentre os Quatrocentos. Os homens que o assassinaram receberam homenagens em Atenas após a queda dos Quatrocentos. Por fim, entre os homens influentes em Samos que levaram ao governo dos Quatrocentos está um *trierarca* chamado Pisandro, porta voz do grupo que foi a Atenas e iniciou os debates que levaram aos Quatrocentos (OSTWALD, 1986 pg.344-358).

Um dos nomes importantes na derrubada da democracia e instauração dos Quatrocentos foi Teramênes, um homem que Tucídides apontava como muito competente em suas falas e na proposição de políticas (Th.VIII.68.4). Teramênes foi um dos propositores de que os Quatrocentos deveriam escolher cinco mil dentre aqueles capazes de adquirirem suas próprias armas pesadas,²⁷ para compor os cargos e decisões em Atenas. Outra proposta, feita na mesma assembleia, em Colonos, foi a de suspender qualquer pagamento para cargos, à exceção dos relativos à guerra. Entre Tucídides e Aristóteles, na “*Athenaion Politeia*”, há certas divergências acerca da ordem dos eventos. No entanto, pode-se afirmar que se esperava a instituição de um conselho de Quatrocentos que substituísse o de quinhentos e que, a partir deste conselho, 5000 fossem escolhidos para organizar Atenas. Deste seletivo grupo de cidadãos seriam retirados todos os cargos. No entanto, os Quatrocentos tomaram o poder e nunca fizeram ou publicaram a lista dos Cinco Mil. Dentre

²⁷ Um conselho de 5000 homens que possuíssem ao menos o status de *hoplitas*.

os oligarcas que compunham os Quatrocentos um grupo parece ter iniciado movimentos exigindo a publicação dos 5000. Um grupo chamado por Aristóteles de teramistas, e posteriormente chamado de moderados, parecia ter o intuito de manter um governo próximo ao proposto por Clístenes. Esta proposta levaria à exclusão das mudanças de Efiáltes e Péricles, que formavam o que helenistas costumam chamar de uma democracia radical.²⁸

Após quatro meses, a derrubada dos Quatrocentos foi forçada pelos soldados estacionados em Samos que eram contrários à diminuição do governo atual para algo que fosse mais tirânico. É importante mencionar aqui que de acordo com Tucídides os soldados em Samos se organizaram em um conselho democrático e juraram defender a democracia. A questão do uso destes termos durante os eventos ou se teriam sido inseridos pelo historiador quando de sua composição anos depois dos eventos é de difícil solução. Aqui, cabe seguir a análise das reações como balizadoras das intenções destes soldados. A partir de suas ações torna-se possível supor com mais acurácia suas intenções democráticas ou seu foco na antitirania.

Além da frota em Samos os moderados, liderados por Teramênes e Aristócrates, forçaram a derrubada dos Quatrocentos e propuseram a instituição de um regime intermediário. Em assembleia na Pnix, ao derrubar os Quatrocentos oligarcas, seus opositores e os atenienses de modo geral formaram um governo intermediário que não parece ser tão diferente do proposto inicialmente pelos oligarcas.

Cabe aqui breve comparação das proposições oligárquicas e da reação após sua derrubada: 1- Os Quatrocentos se recusaram a chamar os exilados, pois isto implicaria em chamar Alcibíades, que apesar de ter incitado os oligarcas era mal quisto por Frínicus e seus comparsas. 2- Os pagamentos de cargos políticos, à exceção dos militares, foram extintos. 3- A proposta de manter um grupo de 5000 hoplitas em comando dos assuntos de Atenas foi sugerida, mas não chegou a ser posta em prática. Em resposta a este golpe oligárquico os soldados contrários aos oligarcas, os moderados e o resto do *demos* derrubaram os Quatrocentos e decidiram 1- estabelecer um regime

²⁸ Ver principalmente **Arit. Ath.** 29.2 para a proposta de Cleitofon, associado de Teramênes.

intermediário composto por cinco mil²⁹ hoplitas; 2- excluir o pagamento por cargos políticos, à exceção dos militares, e ainda resolveram 3- convocar os exilados. Neste momento os exilados eram os homens envolvidos com a destruição das *hermai*, e associados a uma preparação de golpe oligárquico ocorrido em 415, dentre eles Alcibíades. Este não apenas foi chamado de volta, mas também foi instituído como um dos dez generais atenienses. Outro nome que figurou entre os generais do governo intermediário “pós-oligarcas” foi Teramênes. Ao lado do instigador do golpe oligárquico e do líder dos moderados estavam Trasíbulos e Trásilus, os dois líderes dos soldados anti-oligarcas estacionados em Samos.³⁰

Apesar da curta duração deste regime intermediário, até um retorno mais pleno ao governo anterior ao golpe, é de se espantar como os anti-oligarcas formaram um governo tão similar às propostas oligárquicas. Este regime teve entre seus organizadores e generais membros dos Quatrocentos. Antifonte, Onômacles e Arquptolemus foram acusados por Andron, Teramênes e outros oligarcas participantes dos Quatrocentos durante este governo intermediário. Sobre estas acusações é interessante notar que não foram acusados e condenados por participarem dos Quatrocentos³¹, mas por não obedecerem às decisões da assembleia organizada pelos soldados estacionados em Samos no mesmo período e por esta se opor aos oligarcas. Além destas acusações, outros casos levados a cabo implicavam membros dos Quatrocentos por apontarem cidadãos para cargos mesmo tendo prometido primeiro estabelecer os Cinco Mil. Apenas estes deveriam escolher os ocupantes dos cargos políticos. Seu erro não teria sido o caráter oligárquico, mas não fazerem o que fora decidido. Foram julgados por terem assumido cargos antes de convocarem os Cinco Mil. Seu crime foi passar por cima das leis propostas por eles mesmos. Assim, temos ex-membros dos Quatrocentos acusando outros ex-membros durante este regime intermediário, escolhido pelo

²⁹ Para cronologias possíveis do governo dos 5000 ver (SEALEY, 1975), (DE STE CROIX, 1956) e (RHODES, 1981).

³⁰ Para a descrição deste processo verificar **Thuc.VIII.45-98** e **Arist. Ath.29-34**. É importante lembrar que os cargos de generais eram por eleição e não sorteio, portanto, Teramênes e Alcibíades foram eleitos generais após a derrubada dos Quatrocentos.

³¹ Estas acusações seriam impossíveis, pois entre seus acusadores estavam outros membros dos Quatrocentos.

demos. Foi o caráter tirânico que o governo dos Quatrocentos tomou após sua instauração que os condenou a ser derrubados.

Em 404/3, Atenas perde a guerra e um dos generais espartanos, Lisandro, atende a uma reunião em Atenas para definir a rendição e seus termos. Diversos autores tratam das diferenças entre os relatos sobre estes eventos e suas possíveis consequências. As maiores dificuldades se encontram na definição de quem propôs um retorno às leis ancestrais, a uma *patrios politeia*: os espartanos, os oligarcas ou Teramênes. O que se pode afirmar sobre a perda ateniense e o governo que se seguiu é que movimentos políticos em consonância com a derrota ateniense e os termos de rendição levaram a uma organização do governo ateniense com ares extremamente oligárquicos. Um grupo de 30 pessoas estaria encarregada de organizar uma nova constituição de acordo com a constituição ancestral. Dentre estes estão os oligarcas e alguns membros dos Quatrocentos. Teramênes faz parte dos Trinta.

Entre os relatos de Diodorus Siculus (D.S.), Xenofonte (X.), *Athenaion Politeia* (Arist. *Ath.*), e algumas menções dos casos em Lísias (Lys.) e Andócides (And.), pode-se perceber que em algum momento os Trinta Tiranos receberam auxílio militar dos espartanos para manter seu controle. Com o intuito de levantar fundos, e diminuir poderes de alguns metecos, várias acusações e execuções sem julgamento ocorreram. As posses destes metecos atacados pelos trinta eram tomadas e assimiladas pelos mesmos. A associação com os espartanos e os excessos praticados pelos Trinta Tiranos levam a revoltas entre os atenienses. Teramênes, mesmo sendo um dos Trinta, resolve se colocar a favor de um governo intermediário, de uma organização moderada. Ao opor-se a Crítias, líder dos extremistas, Teramênes é executado.

Com estas disputas internas os Trinta tornam-se vulneráveis. Trasíbulos se aproveita da situação e ataca os oligarcas, voltando a defender Atenas contra tais abusos. Os Trinta Tiranos acabam sendo depostos alguns meses depois de tomarem o poder. Um dos reis espartanos, Pausânias, ajudou no estabelecimento de uma anistia que permitiu a restauração da democracia e o cessar de violências vingativas.

O interessante aqui é verificar quem esteve presente e ativo na chamada restauração da democracia e como estas presenças podem ter influenciado na

estrutura do governo ateniense de 403 em diante. Avaliar a reação dos anti-oligarcas também pode esclarecer suas relações com as proposições oligárquicas e com as posições democráticas formadas então.

Com o fim dos Trinta vários destes oligarcas fogem para Elêusis. Seus opositores decidem tornar Elêusis independente de Atenas. No entanto, esta independência causa certas dificuldades. Dentre as mais notórias figuram as relações religiosas que exigiam interação constante entre atenienses e eleusinos durante os rituais e procissões entre as duas localidades. Dois anos depois esta independência é revogada. A cidadania é entregue como prêmio àqueles que ajudaram na retomada de Atenas. Uma anistia é estabelecida onde um juramento exige que não se lembre de nenhum mal anterior. Os Trinta e seus comparsas não estavam protegidos por esta anistia, a não ser que se submetessem a um processo de revisão de suas ações durante o cargo de governantes de Atenas.

Todas estas decisões parecem confusas. Por vezes contraditórias. Ademais, a organização dos opositores aos oligarcas parece ser desfocada e incerta quanto a suas proposições desde os Quatrocentos. O plano estabelecido e organizado pelos oligarcas é mais claro em 411. Em 404, com o fim da Guerra do Peloponeso, aproveitam a rendição para impor um governo oligárquico novamente. Enquanto isso, os *demotikoi* reagem aos Quatrocentos de maneira pouco democrática, praticamente acatando todas as sugestões iniciais dos oligarcas. Em 404 passam os meses seguintes aos Trinta Tiranos com decisões disparatadas e contraditórias, revogando decisões e refazendo outras. Mas eventualmente, o governo é reestruturado. Após o reestabelecimento do governo, como antes dos Trinta Tiranos, as decisões parecem estruturar-se. Os exilados são chamados de volta. As leis não escritas, utilizadas pelos oligarcas para justificar suas ações, são revisadas e proíbe-se leis não escritas. Diversas outras medidas são tomadas que se aproximam das propostas dos teramistas. Esta reestruturação é apontada em Pseudo-Xenofonte e na *Athenaion Politeia* como incitada principalmente por homens como Arquinos, Anitus e Formisius, mencionados por nome e tidos como influentes na “restauração democrática”. Todos são também conhecidos amigos de Teramênes e Cleitofon, ambos membros dos Quatrocentos, e

Teramênes, membro dos Trinta Tiranos.³² Teramênes está morto, executado pelos outros membros dos Trinta Tiranos, mas as propostas que estruturam o início da chamada “restauração da democracia” advêm de três de seus aliados.

Aqui parece que os moderados dentre os oligarcas, desde os Quatrocentos, mas mais claramente durante os Trinta Tiranos, preferem se opor aos oligarcas radicais a impor um governo oligárquico a seu modo. Em 403, ao se juntarem aos opositores da oligarquia, levam consigo a estrutura de proposições que faltava entre os chamados *demotikoi*. O governo restaurado e revisado que se instaura em 403 marca a democracia do século seguinte.

ii. Atenas, democracia e *patrios politeia*; Helenistas e suas democracias

É preciso descolar a história de Atenas da história da democracia ateniense. Isto deveria ser auto evidente pois Atenas não surgiu democrática. Uma fase de sua organização política tomou um aspecto chamado de democrático já pelos antigos gregos. No entanto, são correntes os trabalhos em que democracia se torna sinônimo de Atenas Clássica, ou mesmo Atenas. “Democracia ateniense” é uma expressão tão corrente que a investigação historiográfica sobre a democracia que ocorreu em certo período de Atenas fica dificultada pela abismal quantidade de trabalhos que utilizam esta expressão, sem de fato tratar da democracia, ou sequer algum aspecto dela.

“The greek polis and the invention os democracy” (ARNASON; RAAFLAUB; WAGNER, 2013), é uma coletânea de artigos publicada em 2013 que apresenta em sua introdução uma preocupação com a reavaliação dos processos de desenvolvimento da democracia ateniense. Os editores se mostram interessados em debater a partir do que eles chamam de aprendizados com as teorias das décadas de 1980 e 1990. Influenciados pelos questionamentos da micro História, da virada linguística e dos estudos pós-coloniais se posicionam para além destes movimentos, mas cientes da

³² Toda esta seção é baseada nas fontes mencionadas acima. Mas os debates que mais importam ao relato e às interpretações propostas aqui advêm das obras de, Rhodes(1981), Ostwald(1986), Stem (2003), Gomme (1981) e Moore (1983)).

necessidade de cuidados acadêmicos como os apresentados pelos mesmos. Ainda assim, entre os capítulos deste livro estão claros exemplos onde a expressão “democracia ateniense” é utilizada para descrever Atenas Clássica. Alguns dos autores tratam da democracia desde o século VI até o IV, mas não utilizam uma única fonte anterior à “*Athenaion Politeia*”, de meados do século IV. Para o presente trabalho três destes capítulos são importantes por sua acurada preocupação com a apropriada nomeação das fases do que se pode chamar de democracia e a maneira como historiadores tem tratado e lido as fontes acerca destas fases. Raaflaub (2013) apresenta o desenvolvimento de conceitos como “igualdade” e “o político” no âmbito da organização política de Atenas. A partir destes processos trata da democracia como pertencente a este desenvolvimento. Esta visão mais geral da história política ateniense que parece estar ausente de muitos autores é essencial para este artigo. Mossé (2013) trata cuidadosamente para não falar de democracia quando quer falar da participação do *demos*. Mossé diz:

(...) o efeito da maneira com que Clístenes lidou com a situação, inspirada, talvez, no pensamento dos filósofos jônios, foi estabelecer um sistema político que gradualmente se tornaria a democracia.

Aqui está apresentada a ideia de um processo que pode ter levado à democracia. Um processo democrático no qual sua consciência política vem tardiamente, como proposto neste trabalho.

Elizabeth Meyer (2013a) aponta também este descuido dos helenistas quando tratam da democracia do século IV como idêntica à do século V. A autora procura evitar os enganos de pesquisadores que são convencidos pelas fontes da ancestralidade da democracia. Assim, se concentra na análise de epigrafias e de hábitos epigráficos associados às fontes literárias para montar uma visão da democracia ateniense vista pelos atenienses no século V e IV de acordo com as fontes de seus respectivos períodos.

Outra autora, Julia L. Shear (2011) apresenta um aspecto caro à pesquisa desenvolvida pelo presente trabalho. Dentro desta perspectiva de um desenvolvimento político em grande escala desde o século VI, dois importantes eventos formam o ponto fulcral de seu livro, quais sejam, os dois golpes oligárquicos no fim do século V, em 411 e 404/3. Como apontado por Shear, até o presente momento o fim da Guerra do Peloponeso em 404 é apontado

como a divisão entre Atenas do século V e do século IV. Ademais, segue a autora, esta divisão tende a separar a análise destes dois eventos e principalmente a reação a eles. Esta reação é o tema do livro de Shear. A composição do desenvolvimento político apresentado pelos autores acima citados, do desenvolvimento semântico do conceito de democracia atrelado ao termo *demokratia* e a reação aos eventos estudados por Shear formam o cerne do trabalho aqui presente.

Estas preocupações, questões e investigações estão em total acordo com as intenções deste trabalho. Não obstante, cabe investigar-se brevemente como se deu o desenvolvimento da pesquisa acerca da história política ateniense, a qual culminou na preocupação com a democracia ateniense, e nos cuidados necessários apontados por estes autores.³³

August Böckh³⁴ foi um dos primeiros a publicar uma pesquisa histórica com fontes epigráficas. Em 1817 publicou o “Die Staats-haushaltung der Athener”(BÖCKH, 1886)³⁵. Em 1814 Böckh tornou-se membro da Academia de Ciências de Berlin e em 1815 iniciou o projeto do primeiro catálogo epigráfico sob o nome “*Corpus Inscriptionum Graecarum*” (BÖCKH; RÖHL; WISSENSCHAFTEN, 1828), que foi publicado em 4 volumes de 1828-1877 e continuado após sua morte. O catalogo epigráfico grego mais importante no mundo atualmente é uma continuação deste projeto. O chamado “*Inscriptiones Graecae*”.³⁶

G. F. Schoemann³⁷ Publicou em 1819 o “*De Comitiiis Atheniensium Libri Tres*” (SCHOEMANN, 1819), seu primeiro livro, tratando sobre as formas políticas de Atenas.

Ao fim do século XIX e início de XX se procurava fazer história antiga a partir das constituições antigas, uma história política. Em 1891 foi publicado pela primeira vez a Constituição Ateniense de Aristóteles, a única sobrevivente

³³ Cabe lembrar que nesta seção as datas apresentadas no texto não se referem ao período antes de Cristo, a não ser quando especificamente apontado.

³⁴ 1785-1867.

³⁵ Traduzido para o inglês como “The Public Economy of Athens” (BÖCKH; LEWIS, 1828)

³⁶ Dentre os volumes estão: (HILLER VON GAERTRINGEN, 1924), (KIRCHNER, 1974), e a edição mais recente do primeiro volume (LEWIS et al., 1981), ou IG I³. “Mais de 50 volumes e fascículos apareceram, juntos contendo em torno de 150,000 inscrições. O Arquivo IG documenta e preserva os registros epigráficos, incluindo uma coleção única de mais de 70,000 ‘squeezes’ feitos no decorrer de dois séculos.”. (BERLIN-BRANDENBURGISCHE)

³⁷ 1793-1879.

de um grupo de 158 constituições, preservada em um papiro egípcio encontrado em Oxyrhynchus no ano de 1879. Kenyon (ARISTOTLE; KENYON, 1891) organizou e foi responsável por esta primeira publicação.

Estudos deste gênero são representados pelo clássico “*Griechische Staatskunde*” de G. Busolt(1920).³⁸ Apesar de não traduzido do alemão, é, dentre os trabalhos do início do século passado, o mais presente e ainda citado em trabalhos acadêmicos recentes.

O Staatskunde continua a ser o último capítulo, até o presente, na série de livros de constituições (gregas) por estudiosos alemães. (...) (CHAMBERS, 1990)

Durante o século XX, no terceiro quarto do século, Raphael Sealey(1967), P. J. Bicknell (1972), W. R. Connor (1971), e a coleção de debates e dados em “Athenian Propertied Families, 600-300 b.C.” de J. K. Davies (1971) são exemplos de estudos que “baniram a ideia de que grupos políticos na antiguidade poderiam ser vistos como partidos políticos como temos hoje” (RHODES, 2004. pág. 7.).

A quantidade de helenistas tratando sobre história política, democracia e constituições atenienses é enorme. Este trabalho procura se inserir dentro de um debate sobre o desenvolvimento da democracia, ou das democracias atenienses. Dentre os helenistas do século XX pode-se distinguir um grupo de pesquisadores mais influentes na área. Pode-se distinguir, de modo geral, o que se chamará aqui de círculo americano, o círculo de Oxford-Cambridge e a Escola de Paris. Apesar da centralidade do Reino Unido muitos dos membros do círculo Oxford-Cambridge advêm de outros países, mas tornam-se residentes nestas regiões. A maioria absoluta dos helenistas que tratam magistralmente dos temas da democracia e seus desenvolvimentos, bem como hábitos epigráficos e arquivísticos do período, está centrada no círculo de Oxford-Cambridge. Alguns de seus debatedores giram em torno das Universidades de Berkeley, Princeton e Brown nos Estados Unidos. Algumas exceções contam com suíços, alemães, italianos e dinamarqueses que debatem com estes helenistas e por vezes passam como visitantes nessas universidades. Por fim, temos os alunos de Louis Gernet e seus pupilos. A Escola de Paris, como identificada por Paul Cartledge, conta com Jean-Pierre

³⁸ 1850-1920.

Vernant, Pierre Vidal-Naquet, Nicole Loraux, Claude Mossé e Marcel Detienne. Todos tratando de temas que orbitam as pesquisas de democracia, política e epigrafia ateniense. Loraux e Claude Mossé produziram artigos e livros que mais diretamente tratam do processo de construção das tradições perpetuadas no século IV acerca da ancestralidade da democracia ateniense.

Dentre estes autores pode-se notar grupos que concordam com certas proposições acerca das origens da democracia. Paul Cartledge fez breve avaliação destes grupos aos quais são adicionados aqui os membros da escola de Paris. Na década de 1990 houve um renovado interesse na política ateniense e na relação com a democracia devido ao aniversário de 2500 anos das reformas de Clístenes. Este aniversário levou a uma exibição organizada por Hedrick e Ober (OBER; HEDRICK, 1993) com o auxílio da American School of Classical Studies at Athens bem como a uma conferência sobre democracias antigas e modernas. Além do evento americano os franceses organizaram conferências com o mesmo título. Este evento levou à publicação de um livro de Lévêque e Vidal-Naquet e de uma mesa-redonda com os mesmos dois autores e Castoriadis acerca do mesmo tema: Clístenes, o ateniense, e a democracia por ele iniciada (LÉVÊQUE, PIERRE; VIDAL-NAQUET, 1996).

Uma preocupação com a democracia perdida ainda perdura nos Estados Unidos. Desde 2000, quando da controvérsia das eleições presidenciais disputada por Al Gore e George W. Bush, e alimentada pelas invasões americanas na mesma década, alguns acadêmicos americanos se propõem a compreender a democracia vigente. As relações de corrupção publicamente expostas e amplamente debatidas nos últimos anos no Brasil trazem consigo debates sobre a importância e a marca da democracia envolta nestas ações. Seja pela possibilidade de se trazer estes tipos de crime à luz, seja por grupos pensarem na possibilidade de uma intervenção militar ser mais importante do que a liberdade proposta dentro de uma democracia tão incipiente no país, ou ao menos seu retorno tão recente.

Assim sendo...

É (...) dentro de um contexto muito mais abrangente do que a história política de Atenas que a questão das origens da democracia na Grécia Antiga deve agora ser contemplada. (CARTLEDGE, 2007. pág. 156.)

Apesar de Cartledge acreditar que o termo *demokratia* tenha sido cunhado no último quartel do século V, em acordo com as propostas deste trabalho, há grupos que propõem as origens da democracia desde Sólon, de Clístenes, Efiáltes ou mesmo após 403.

Wallace (1998) é um dos autores que seguem os atenienses do século IV a.C ao apontar Sólon como fundador de algo que se pode chamar de democracia, apesar da ciência de que o termo é anacrônico para o período. Para que oradores antigos pudessem dar credibilidade a suas empreitadas políticas no século IV, era propício associar-se com a repetição do que os fundadores ancestrais de Atenas e da democracia tinham feito. (Dem. XX.153; XXIV.142; Aeschin . I.33-34). Mesmo oligarcas precisavam usar o termo como apresentação para suas propostas (Isoc . VII.57). No fim do século V a.C e durante o século IV a.C a justificativa mais comum era *patrios politeia*, que servia para associação com o passado nobre. Como era uma expressão sem definição clara poderia ser utilizada para definir o poder de um (Hdt . III.82.5)³⁹, dos poucos (X. Hell . VI.5.6; Arist. Ath . 35.2), ou dos muitos (And . I.83; Lys. XXXIV). Mas passou a ser chamada de *patrios demokratia* ou *he ton prognon politeia*, constituição dos antepassados, já na metade do século IV a.C (Arist. Pol . 1273b38; Isoc. XII.114). Mossé(1979;2013) já tem cuidado em analisar justamente a formação da tradição ateniense que aponta Sólon como fundador da democracia.

A proposição de uma origem da democracia com Clístenes é mais amplamente aceita. Os 2500 anos das reformas atribuídas a este Alcmeônida sobrinho neto de um tirano⁴⁰ instigaram e renovaram os debates acerca da democracia e dos aspectos da vida ateniense envolvidas com a forma de organização sociopolítica a partir destas reformas. Apesar da dificuldade de se apontar o termo *demokratia* antes de 460 a.C. autores como Ober (OBER, 1996; OBER; HEDRICK, 1993) e Hansen(1999) com sua obra “The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes”, apontam as reformas do alcmeônida como o início de uma nova forma de se viver em Atenas, uma reestruturação e

³⁹ Este é um local onde, ao fim do debate dos persas, o termo *patrios nomoi* é usado para definir a tradição monárquica dos persas.

⁴⁰ A família dos Alcmeônidas era altamente influente em Atenas e dentre as mais antigas. Clístenes fazia parte da aristocracia da polis e tinha seu nome em homenagem a seu tio avô, tirano da polis de Sición.

reformulação das instituições que poderiam ser chamadas de democráticas. Alguns debates acerca da participação ativa do povo, da manipulação da aristocracia para que o poder trocasse de mãos ou da cooptação do povo por parte de alguns aristocratas sugerem uma das mais antigas atuações do *demos* nas modificações políticas e institucionais em Atenas. Ainda assim, a consciência democrática expressa na escolha da democracia em detrimento de outra forma de organização e divisão política, não é proposta por estes autores. Hedrick (1993) chega a afirmar que “(...) não há prática mais característica da democracia ateniense do que a escrita. Desde sua concepção em 508/7 (...)”.

Neste caso há outro aspecto no qual Hedrick, assim como outros helenistas, segue as fontes e assume a tradição do século IV a.C. como verdadeira. A produção e publicação de inscrições advinda desde o início da democracia.

O aniversário das reformas de Clístenes não instigou apenas o círculo Oxford-Cambridge e o círculo americano. Vidal-Naquet, Lévêque e Castoriadis (1996) publicaram um livro centrado em Clístenes e suas inovações e formaram uma mesa-redonda debatendo as origens da democracia em um evento comemorativo das reformas do alcmeônida. Loraux (1997;2002;2006) segue seus colegas e professores nesta concepção mas trata de assuntos mais próximos às investigações presentes neste trabalho com suas obras acerca das reações ao golpe de 404 a.C.⁴¹

Já com Raaflaub (2013; 2007), tem-se uma proposta sobre a democracia advinda das reformas de Efiáltes em 462 a.C. Mais do que isso, há neste autor uma proposta de consciência democrática para este período, além da proposta da cunhagem do termo *demokratia*. É em certo contraponto a este autor que se procura aqui apontar uma tese de que esta consciência democrática só pode ser afirmada durante o processo que envolve o fim da guerra do Peloponeso e os dois golpes oligárquicos do fim do século V a.C., ou mais especificamente as reações a estes.

Mesmo Raaflaub concorda com as visões de Meyer (2013a;2013b) e Shear (2011), que propõem a necessidade de se revisar estas teorias acerca das origens da democracia e da consciente atuação do povo em prol da

⁴¹ Contra alguns pontos destes autores ver DE ROMILLY (1975;1990).

mesma. Paul Cartledge, que se coloca a favor da visão da origem da democracia com Clístenes, já vislumbra a necessidade de se reconhecer os diferentes aspectos democráticos, ou as diferentes democracias estudadas e desenvolvidas nestes diferentes períodos.

Seguir-se-á agora a uma apresentação destes influentes helenistas e suas relações com o presente trabalho. Há necessidade de se inserir a presente pesquisa no debate iniciado por estes pesquisadores. Ademais, parece faltar, na literatura brasileira atual, uma apresentação mais delongada sobre estes pesquisadores de modo a facilitar o reconhecimento dos trabalhos em epigrafia associados às pesquisas históricas fora do país. Não se deve com isso se assumir a inexistência de literatura brasileira acerca da história antiga. Aqui se concentram trabalhos em epigrafia grega e história sociopolítica da democracia ateniense. Estes temas são novos no Brasil e contam com alguns pesquisadores que trabalham marginalmente nestes temas por se concentrarem em outros aspectos da antiguidade grega. É necessário se notar o trabalho que Francisco Murari Pires fez ao traduzir a Constituição dos Atenienses (ARISTÓTELES; PIRES, 1995), resultado de sua dissertação de mestrado. Obra repleta de comentários explicativos. Por ser a única tradução deste trabalho para o português torna-se essencial para pesquisadores interessados no âmbito da política ateniense.

No âmbito das utilizações de fontes epigráficas pode-se dizer que os historiadores do período romano têm utilizado estas fontes no Brasil há algum tempo. Como exemplo, pode-se notar o trabalho de Pedro Funari (FUNARI; GARRAFFONI; LETALIEN, 2008; FUNARI; SOARES, 1998) e seus trabalhos acerca dos *grafitti* da cidade de Pompéia. Também digno de nota é o trabalho da assirióloga Katia Pozzer com seu estudo sobre tabletes de escrita cuneiforme (POZZER, 2003). Na área de Grécia Antiga deve-se notar trabalhos arqueológicos como o de Francisco Marshall em seu projeto Apollonia, no sítio de Apollonia-Arsuf, localizado em Herzliya, e no âmbito da epigrafia em vasos gregos Gilberto da Silva Francisco (2007) tem trabalhado entre história e arqueologia através de suas análises destas obras epigráficas. No entanto, os trabalhos utilizando fontes epigráficas e inscrições em pedra no âmbito de história política ateniense são pouco proeminentes no Brasil. Segue-se então

uma apresentação dos autores mais proeminentes nestas áreas no mundo desde o início do século XX.

Russell Meiggs (1902-1989) formou-se e atuou como professor em Oxford de 1939 a 1970 e apesar de não ter trabalhado diretamente com democracia é amplamente conhecido por dois trabalhos: “*Athenian Empire*” (MEIGGS, 1972), onde trata das fontes literárias e epigráficas sobre o império ateniense até 1972; e “*A selection of Greek historical inscriptions to the end of the fifth century B.C*” (MEIGGS; LEWIS, 1988) onde apresenta uma seleção de inscrições completas com *apparatus criticus* comentários e tradução de partes das inscrições. Neste trabalho, junto com David Lewis, proporcionou essencial catálogo para estudiosos do período. A divisão do “fim do século V a.C.” é o ano de 404/3, exemplificando a complicada divisão dos dois golpes oligárquicos de 411 e 404, como mencionado por Julia Shear e pelo presente trabalho.

Sterling Dow (1903-1995) formou-se e atuou como professor em Harvard. Por três anos residiu em Atenas produzindo seu PhD durante o período inicial das escavações da ágora ateniense. Dow atuou em Harvard de 1936 a 1970. Publicou mais de uma centena de artigos e foi responsável por descobertas epigráficas e arqueológicas importantes para a compreensão da história de Atenas e seu funcionamento jurídico. Sua influência no presente trabalho advém principalmente de diversos artigos relativos às revisões feitas pelos *anagrapheis* de 410 a 399, inclusive com a organização epigráfica do calendário de sacrifícios pelo qual Nicômacos é acusado pelo cliente de Lísias.

Geoffrey Ernest Maurice de Ste. Croix, mais conhecido como G.E.M. de Ste. Croix (1901-2000), Atuou em Oxford de 1953 a 1977, onde lecionou para Paul Cartledge. Marxista e interessado nas relações de classes na Grécia Antiga, publicou “*The class struggle in the ancient Greek world*” (DE STE. CROIX, 1981), mas também escreveu “*Athenian democratic origins : and other essays*” (DE STE. CROIX et al., 2004), publicado postumamente. Nesta obra pode-se perceber sua proposição da intencionalidade grega nos desenvolvimentos levando ao governo democrático conhecido do século V a.C. e IV a.C. Sua ênfase recai sobre Sólon. Ademais há seu artigo acerca da constituição dos Cinco Mil (DE STE CROIX, 1956).

Moses Finley (1912-1986), é altamente conhecido na área de História Antiga e Historiografia. Um historiador americano que após ser questionado por comitês de segurança nacional, devido a suspeitas de ligações comunistas, mudou-se para a Inglaterra onde lecionou em Cambridge entre 1955 a 1982. Entre as obras que tratam mais diretamente de política, democracia e dos conceitos caros a este trabalho estão “*Politics in the ancient world*” (FINLEY, 1983), “*Democracy ancient and modern*” (FINLEY, 1973) e principalmente “*The ancestral constitution: an inaugural lecture*” (FINLEY, 1971), palestra inaugural dada em 1971 quando de sua ascensão ao cargo de professor de história antiga em Cambridge.⁴²

Martin Ostwald (1912-1986) é um helenista de vasto conhecimento que trabalhou por anos na Universidade da Pensilvânia, mas atuou como professor visitante em Princeton e Berkeley. O mais importante de seus livros é “*From popular sovereignty to the sovereignty of law : law, society, and politics in fifth-century Athens*” (OSTWALD, 1986) onde trata do processo da passagem da soberania popular para a soberania da lei. Este é o tom com que o historiador trata do mesmo período e, de certa maneira, dos processos analisados nesta pesquisa. Seu foco está no aspecto legal, onde o próprio *demos* se percebe radical e caminha para uma supremacia da lei sobre as vontades do povo.

Raphael Sealey (1927-2013) estudou em Oxford e atuou como professor em Berkeley de 1967 a 2000 e publicou uma série de artigos acerca das origens da democracia tratando de diversos aspectos concernentes aos objetivos aqui analisados. Dentre suas produções estão *Essays in Greek politics* (SEALEY, 1967), e os artigos “*The Origins of "Demokratia", Constitutional Changes in Athens in 410 B.C*” e “*On the Athenian Concept of Law*” (SEALEY, 1973;1975;1982). A pesquisa aqui efetuada passa como que um negativo das proposições de Sealey. Este procurou compreender como o conceito de democracia estabelecido no século IV estava espalhado em diversas formas nos dois séculos anteriores, em outros termos, como *isonomia*, ou em práticas e instituições, como a *Boule* a *ekklesia* e o *dikasterion*. Neste trabalho procura-se analisar como o uso do termo *demokratia* passou a ser

⁴² Anteriormente Finley era professor de história econômica e social antiga.

colado ao conceito de democracia culminando em uma consciência democrática acerca deste conceito, atrelado a este termo, ao fim do século V.

Alan Boegehold (1927-2015), falecido recentemente, recebeu seu PhD em Harvard e lecionou em Brown University. Neste período foi o orientador de James P. Sickinger. Três de seus trabalhos tocam os assuntos aqui analisados. “*The lawcourts at Athens : sites, buildings, equipment, procedure, and testimonia*” (BOEGEHOLD, 1995a), uma publicação da Escola Americana de Arqueologia em Atenas com os resultados de escavações na ágora, sob o subtítulo de ágora XVI. Mas os temas de seus trabalhos que mais influenciam Sickinger também são os mais importantes para esta investigação. Seus artigos “*The Establishment of a Central Archive at Athens*” e “*Andokides and the Decree of Patrokleides*” (BOEGEHOLD, 1972;1990) são ainda os mais importantes artigos acerca do estabelecimento do *Metroon* como arquivo central em Atenas e o processo que levou a este arquivo e seu nome, bem como as análises do decreto de Patroclides e suas implicações acerca das inscrições subsequentes ao ano de 403.

David Lewis (1928-1994) formou-se e lecionou em Oxford. Não figura proeminentemente neste trabalho, mas não poderia ser deixado de fora da lista dos mais proeminentes epigrafistas do século. Junto com Russell Meiggs publicou “*A Selection of Greek Historical Inscriptions: to the end of the fifth century b.C.*”, e editou o Cambridge Ancient History volumes IV, V e VI. Ele é o editor principal da mais nova versão do IG, o IG I³. Em seus obituários é descrito como o principal estudioso em epigrafia no mundo. Neste trabalho aparece apenas como o editor dos principais catálogos epigráficos.

Mogens Herman Hansen (1940-) é uma das exceções aos círculos. Formado pela, e atualmente professor na, Universidade de Copenhagen, atuou como professor visitante em Cambridge e Princeton. Entre seus trabalhos estão “*The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes*” (HANSEN, 1999), onde trata acerca do desenvolvimento da democracia. Um dos estudiosos a tratar deste processo a partir das instituições “democráticas” e suas aparições no decorrer dos séculos VI a.C. ao IV a.C. Figura entre os autores que propõem uma democracia a partir de Clístenes. Foi o idealizador e diretor do *Copenhagen Polis Center*, com dezenas de trabalhos publicados por inúmeros pesquisadores acerca dos conceitos e catalogação de *poleis*. É um frequente

interlocutor dos helenistas anglófonos que tratam de história política e dos conceitos na antiguidade grega.

Ronald Stroud (1933-) é um helenista Canadense que adquiriu seu PhD em Berkeley em 1965 e desde 1979 é um dos editores do *Supplementum Epigraphicum Graecum*, SEG. Este é um projeto que reúne, todos os anos, as publicações e descobertas epigráficas do ano anterior. Trabalha diretamente nos temas aqui estudados, tendo publicado uma edição da reinscrição da lei de homicídio de Drakon e a primeira edição do decreto de *Theozotides*. Publicou também uma edição e comentário de uma inscrição funerária de *Lysis*, um amigo de Sócrates, cujo pai se chamava Demokrates. Esta inscrição figura nas discussões sobre a origem do termo democracia e a antiguidade de seu uso (STROUD, 1968;1971;1984). Apesar de não tratar diretamente do tema desta pesquisa é responsável pelos primeiros comentários e as primeiras edições de fontes importantes para a mesma.

Peter J. Rhodes(1940-), Atuou como professor na Universidade de Durhan. Estudou no Center for Hellenistic Studies in Washinton, D.C. e é um membro do Institute for Advanced Study em Princeton. Mais conhecido por seus livros “The Athenian *Boule* e The Athenian Empire” (RHODES, 1985a;1985b), figura entre os mais importantes comentaristas de fontes antigas, literárias ou epigráficas. Publicou o chamado CAAP, “Commentary on the Aristotelian *Athenaion Politeia*”, uma seleção de inscrições juntamente com Robin Osborne, *Greek Historical Inscriptions : 404-323 BC*, uma seleção de decretos das poleis gregas em conjunto com David Lewis, “The decrees of the Greek states”, e junto com J. L. Marr publicou um comentário da “*Athenaion Politeia*” de Pseudo-Xenofonte, ou o Velho Oligarca, “The 'Old Oligarch' : the Constitution of the Athenians attributed to Xenophon” (MARR; RHODES, 2008; RHODES, 1993; RHODES; LEWIS, 1996; RHODES; OSBORNE, 2003). Suas análises e críticas das fontes envolvidas na presente pesquisa são essenciais para uma avaliação das fontes. Ademais, posicionou-se diretamente sobre o desenvolvimento dos golpes oligárquicos de 411 e de 404 tanto nas obras acima citadas como em outros artigos em periódicos.

Kurt A. Raaflaub (1941-) é um historiador suíço que atua como professor em Brown. Ele e sua esposa foram codiretores do Center for Hellenistic Studies. Nos últimos anos tem atuado em temas muito próximos aos propostos por este

trabalho. Os livros editados por ele em conjunto com outros autores chegam a propor uma movimentação consciente em relação ao desenvolvimento democrático a partir de Efiáltes. Não só seus trabalhos correm neste caminho, mas sua importância cresce pelo incentivo a outros autores presentes em seus livros, tais como “The Greek Polis and the Invention of Democracy: A Politico-Cultural Transformation and Its Interpretations, Origins of Democracy in Ancient Greece” (ARNASON *et al.*, 2013; RAAFLAUB, KURT A. *et al.*, 2007).

Paul Cartledge (1947-) foi aluno de G. E. M. de Ste. Croix em Oxford e atua como professor em Cambridge. Entre os mais ponderados dos helenistas dentro do debate acerca das origens da democracia. Propôs a visualização de diversas democracias em Atenas. Práticas, instituições, leis e consciência democrática podem instigar a definição de sua origem em diferentes locais. Como brevemente apontado por Cartledge (2007), pode-se definir alguns autores como partidários da visão soloniana, clisteniana, da visão Efiáltes-Péricles, e até mesmo pós 404, para as origens da democracia.

Robin Osborne (1957-) formou-se em Cambridge, onde também leciona. Apesar de propor que estudar a democracia ateniense é “estudar a democracia ateniense da época de Demóstenes”, do século IV a.C., trata eminentemente dos processos socioeconômicos envolvidos com a democracia ateniense.

James P. Sickinger formou-se em Brown, sob orientação de Alan Boegehold, e atua como professor na Florida State University. Assim como Boegehold foca seu trabalho nos hábitos epigráficos e principalmente nos hábitos arquivísticos de Atenas. Devido à relação destas duas áreas com o processo analisado por este trabalho seus livros e artigos são essenciais para a compreensão desta relação (SICKINGER, J., 1999; SICKINGER, J. P., 1999).

Josiah Ober leciona em Stanford University. Teve seu PhD na Universidade de Michigan. Lecionou em Princeton de 1990 a 2006. Propõe em seus trabalhos uma origem democrática com Clístenes. Organizou, por exemplo, uma exibição de arte e artigos arqueológicos comemorativos dos 2500 anos das reformas de Clístenes. Esta exposição era intitulada *The birth of Democracy* (OBER; HEDRICK, 1993). Tem trabalhos relacionando a atualidade da democracia e relaciona com frequência a democracia dos antigos com as modernas. Criticado por Hansen por se focar no aspecto ideológico e não

institucional da democracia e por Rhodes por abandonar a imparcialidade acadêmica em favor da propaganda pela democracia. Paul Cartledge recebeu bem os trabalhos de Ober e continua apoiando suas inserções nos debates aqui mencionados.

Por fim, há de se apresentar os acadêmicos da chamada Escola de Paris. Estes helenistas são mais conhecidos no Brasil devido à influência francesa no estabelecimento e desenvolvimento da historiografia brasileira. Ademais, há traduções bastante difundidas para livros de Nicole Loraux, Claude Mossé, Marcel Detienne, Pierre Vidal-Naquet e Jean-Pierre Vernant. Assim, em certa medida, todos os membros da escola de Paris já são lidos nas graduações de história no país.

Pierre Vidal-Naquet (1930-2006) foi um dos palestrantes no evento dos 2500 anos do aniversário da democracia, organizado pelos franceses independentemente dos britânicos e americanos. Sua palestra e os debates apresentados por Castoriadis e Pierre Lévêque estão presentes em uma edição do livro *Clisthène l' Athénien* (LÉVÊQUE, PIERRE; VIDAL-NAQUET, 1996). Naquet sugere a necessidade de se fazer uma análise semântica do termo *demokratia* e do termo *isonomia* antes de poder responder se o que Clístenes criou foi de fato uma democracia. A conclusão de Vidal-Naquet, junto com Lévêque, é que não existe pergunta mais obscura e difícil de se responder. Neste trabalho procura-se seguir os conselhos de Vidal-Naquet e Lévêque e analisar o desenvolvimento semântico do termo *demokratia*, associando este processo aos desenvolvimentos políticos entre oligarcas e seus opositores no fim da Guerra do Peloponeso.

Jean-Pierre Vernant (1914-2007) foi diretor de estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Em 1971 foi professor na USP, sendo um dentre os historiadores franceses a influenciar a formação da área de história no Brasil. Não figura diretamente nos debates levantados aqui. No entanto, é um historiador dos clássicos com muita influência na área e apontado como representante da psicologia e antropologia histórica na Escola de Paris. Constantemente publicando junto com Marcel Detienne e Vidal-Naquet, trata principalmente sobre mito e política (VERNANT, 1996).

Nicole Loraux (1943-2003), orientanda de Vidal-Naquet durante a obtenção de seu PhD. Em duas de suas publicações toca nos assuntos

diretamente tratados neste trabalho. “A Cidade Dividida” e “A invenção de Atenas” (LORAU, 1997;2006). O tema da reconciliação, da anistia em 403 em relação aos Trinta Tiranos, e do esquecimento de más ações (*me mnesikakein*) instigou a autora no segundo livro e a levou a refletir sobre esta reação ao segundo golpe oligárquico que figura proeminentemente neste trabalho.

Claude Mossé (1924-) atualmente é professora emérita da Universidade de Paris VIII. Tem trabalhos relevantes à presente pesquisa que implicam em reflexões sobre a democracia e sobre a formação da tradição da ancestralidade de Sólon e da democracia ateniense (MOSSÉ, 1979;2013).

1. Outra interpretação de uma constituição ancestral

O presente trabalho discorre acerca do desenvolvimento de uma consciência democrática que ocorre entre os eventos de 411 a 403 em Atenas. Para evitar de receber uma *graphe sycphantias* (ação pública contra atos de um sicofanta) acoplado eternamente a este trabalho, como Cartledge (2007) sugere para os partidários da visão democrática pós 404, apresentar-se-á abaixo um esclarecimento do posicionamento deste trabalho frente a estas divisões percebidas pelos debatedores do tema.

Por estar de acordo com as visões de Cartledge sobre a multiplicidade da democracia na cultura ateniense, este trabalho analisa eventos entre 411 e 403 para identificar os aspectos deste período que contribuem para o desenvolvimento de uma consciência democrática já bem estruturada na reação aos Trinta Tiranos em 403.

Ainda assim, não há intenção de propor que a democracia existia apenas a partir destes eventos. Vidal-Naquet e Lévêque se perguntam se o que Clístenes instituiu fora de fato uma *demokratia*.

Ao responderem que:

Na verdade, a pergunta não é tão simples, e é difícil que exista alguma pergunta que seja tão obscurecida pela extremamente rápida evolução, durante o curso do quinto século, de instituições e do vocabulário político, por um lado, e por polêmicas no final do século e na era seguinte, por outro. (LÉVÊQUE, PIERRE; VIDAL-NAQUET, 1996. pág 18.).

apresentam os dois aspectos que obscurecem a questão e que precisam ser analisados para que se esclareça o desenvolvimento da democracia no século V.

Heródoto já apontava Clístenes como guardião da democracia. Mas os autores voltam a questionar:

Existia, no entanto, esta noção e a própria palavra que a designa, mais de meio século antes do momento em que Heródoto estava escrevendo? (...) antes que possamos retornar ao caso particular de Clístenes uma investigação semântica é necessária.

Por um lado, o presente trabalho analisa o desenvolvimento do vocabulário político durante o século V que acompanha o desenvolvimento de certas instituições. Especificamente o termo *demokratia* e os significados que orbitam em seu entorno. Por outro lado, as polêmicas no fim do século V, ou seja, as duas revoltas oligárquicas, se apresentam como o epicentro deste desenvolvimento do vocabulário político do século. A partir destas instituições e do vocabulário em desenvolvimento os envolvidos nos golpes oligárquicos usam este vocabulário e terminam por vincular significados aos termos *demokratia*, *patrios politeia*, *patrioi nomoi*. Com esta perspectiva a pesquisa aqui presente propõe que ao se oporem a estes oligarcas os atenienses formam uma consciência acerca desta democracia que vinha sendo experimentada e é então escolhida, conscientemente.

Como Mossé trata da invenção de uma tradição da ancestralidade da democracia a partir de Sólon; e Hedrick expõe uma crença, comum entre helenistas, de que a escrita está intrinsicamente ligada à democracia desde 508/7; não só uma análise semântica do termo, mas uma investigação acerca dos hábitos epigráficos e arquivísticos no século V se torna necessária para que o tema do desenvolvimento de uma consciência democrática seja devidamente analisado. A confluência destes processos indica este desenvolvimento. Assim, não se pretende propor que a democracia teve seu início em 403, ou mesmo no processo desde 411. Se propõe aqui a análise dos processos que, ocorrendo concomitantemente, conformam o desenvolvimento de uma percepção por parte dos atenienses que o que vinha sendo chamado de democracia deveria ser uma escolha em contrapartida a outras opções, como a organização oligárquica. Ao perceber a existência de instituições e

práticas que então puderam denominar como democráticas, os atenienses finalmente nomearam e optaram por ela. A invenção de uma tradição ancestral associada à escrita e à inscrição de leis serviu para imbuir de autoridade esta recém percebida força ateniense.

b Crítica das fontes

Debruçar-se-á neste momento sobre a crítica das fontes envolvidas nesta pesquisa. Três tipos de fontes são analisadas, apesar de não se analisar minuciosamente todas elas uma a uma. Para isso seria necessária nova empreitada acadêmica com objetivo específico de crítica de todas as fontes utilizadas.

As inscrições epigráficas requerem uma metodologia para serem estabelecidas enquanto fontes e editadas como tais para estarem disponíveis aos pesquisadores. Esta metodologia exige explanação para que se possa compreender como se depuram certas informações de uma inscrição em pedra. Ademais, há peculiaridades intrínsecas a cada inscrição que devem ser abordadas na medida em que são utilizadas. Assim como qualquer outra fonte, são produzidas por alguém, com certo intuito e projetando certa perspectiva. Todas características que devem ser levadas em consideração ao serem analisadas individualmente.

Os gregos que escreveram algo que pode ser chamado de histórias sobre a Hélade ou sobre Atenas são, cada um à sua maneira, peculiares e únicos em seus tratamentos das fontes e na sua relação com o tema abordado. Cabe averiguar suas fontes e motivações para melhor compreender-se o contexto da produção das obras. Com certa dificuldade em precisar ano de publicação, torna-se necessário também refletir sobre possíveis períodos de produção e publicação, principalmente para o estabelecimento da análise semântica e do desenvolvimento do conceito de democracia.

Por fim, há fontes tais como os discursos de oradores. Estes discursos, que na maioria das vezes não são feitos para os próprios autores, mas para seus clientes, têm o objetivo de convencimento e, portanto, são extremamente parciais e passíveis de engodos em favor de seus objetivos. Estas peculiaridades são específicas deste tipo de fonte e devem figurar na crítica

das mesmas. Vale notar que dos três oradores aqui tratados Andócides escreveu apenas em defesa própria; Antifonte tem dois discursos de importância para este trabalho, um deles em defesa de sua própria vida; e Lísias escreveu apenas um discurso em seu próprio nome, um dos mais importantes em relação ao tema aqui proposto. Assim, há uma peculiaridade extra na crítica destas fontes para a pesquisa aqui presente. A maioria dos discursos apresentados como fontes aqui são escritos em prol dos próprios oradores. Em defesa de suas próprias vidas, como no caso de Andócides e de Antifonte, ou na acusação do assassino de seu irmão, no caso de Lísias. Assim um fator de personalidade e certa emergência deve ser filtrado ao se utilizar tais discursos.

i. As fontes, suas fontes e editores

1. Inscrições

As inscrições utilizadas nesta pesquisa são várias e com questões peculiares a cada uma delas. Parte das críticas específicas a estas inscrições aparecem no momento em que são trabalhadas nesta pesquisa. Cabe aqui apresentar algumas questões gerais referentes às escolhas críticas possíveis frente às inscrições epigráficas da Grécia Antiga.

As inscrições epigráficas abarcam uma variedade de fontes materiais. Dentre os tipos de inscrições há: inscrições em pedra, estelas ou em rochas naturais, ou mármore; em metais tais como ouro, prata, bronze ou ferro; inscrições em madeira ou argila; inscrições em vasos de cerâmica, seja *dipinti*, pintadas no vaso, ou *grafiti*, inscritas na cerâmica.

As inscrições utilizadas nesta pesquisa são eminentemente inscrições em pedra e mármore, na maioria das vezes relativas a decisões de instituições da polis acerca de leis ou outros assuntos da comunidade. Quando uma inscrição é encontrada e avaliada por um epigrafista, este publica sua primeira edição, incluindo uma transcrição da inscrição e seu *apparatus criticus*. Além da transcrição, há uma descrição das características físicas do material, peculiaridades lexicais, notas sobre formas de escrita, ordenação do texto, erros, rasuras. Frequentemente epigrafistas propõem uma reconstrução das

partes desgastadas ou faltantes. É essencial notar os motivos para tais reconstruções, normalmente notados nos comentários de suas edições.

Algumas características auxiliam na datação, bem como na averiguação de possíveis reconstruções. A organização do texto na superfície pode variar substancialmente. No entanto, duas formas tradicionais aparecem com frequência. *Boustrophedon*, ou caminho do boi, é uma forma mais antiga de organização do texto. O texto corre da esquerda para a direita em uma linha e segue da direita para a esquerda na seguinte. Ademais, passa a ser espelhada quando no sentido da direita para a esquerda. Mais tardia que o *boustrophedon* é o *stoichedon*, organizando o texto como se estivesse disposto em uma grade quadriculada. Esta forma em especial facilita as reconstruções, pois cada letra ocupa o mesmo espaço na superfície. Na eventualidade de rasuras, desgaste ou quebra, é possível saber a quantidade de espaços faltantes para saber o possível número de letras com mais precisão.

Os dialetos e o uso de certas letras podem auxiliar na datação. O dialeto dórico por exemplo tem em suas versões mais antigas uma letra chamada digama, similar a “F” em letra de forma. Esta letra caiu em desuso no século V. Há também debates nas mudanças das formas de letras que continuaram a ser utilizadas, como o sigma, inscrito com três barras, formando quase um “C” angulado. Parece não haver utilização desta forma de sigma após 446 a.C. Outras formas de letras figuram em debates para datação de inscrições difíceis de se datar. Alguns epigrafistas conseguiram identificar estilos de escritas em algumas inscrições similares a outras, definindo assim inscrições diferentes entalhadas por um mesmo indivíduo. Por isso, algumas inscrições podem ser datadas devido à datação de inscrições feitas pela mesma pessoa.

Outra forma de datação é relativa ao conteúdo. Certas inscrições passaram a utilizar de certas fórmulas em sua escrita. Assim como o início de uma ata de reunião oficial tende a começar com o clássico “aos xx dias do mês xx...” inscrições feitas com o mesmo objetivo tinha suas próprias escritas formuláticas. Estas fórmulas variavam em períodos diferentes, mas auxiliam ainda mais na reconstrução destas partes das inscrições. Quando se constata a presença de algum nome associado a um cargo é possível se averiguar a data de posse deste indivíduo em outras fontes. Certamente, se o tema tratado fosse sobre um grupo de oligarcas a serem presos por suas ações em ajudar

as ações dos Quatrocentos, pode se datar a partir das referências internas que tratam de eventos conhecidos e datados anteriormente.

Todas estas formas permitem que inscrições sejam datadas e restauradas com certo grau de precisão. Mas dificilmente estão sempre livres de objeções quanto a suas sugestões. De modo geral se aceita os debates dos epigrafistas referentes às inscrições aqui apresentadas. No entanto, por vezes se torna necessário revisar algumas inscrições. Quando suas datações ainda estão em franca disputa, ou quando as reconstruções podem ser repensadas e a partir delas modificar a relação entre a presença de um termo para a data de sua publicação, faz-se necessária nova proposta à luz da pesquisa aqui desenvolvida.

Nesta pesquisa não se procura analisar profundamente algumas inscrições de forma a retirar destas o máximo de informação possível sobre o tema e conceitos por elas abordados. Este tipo de investigação permite analisar profundamente temas específicos e circunscritos pelas próprias inscrições ou conceitos relacionados a elas. Um exemplo deste tipo de investigação pode ser identificado na dissertação de mestrado apresentada pelo autor do presente trabalho, (D'AJELLO, L. F. TELLES, 2010), onde quatro inscrições envolvendo o mesmo cargo foram analisadas para se depurar as funções do cargo e as relações entre o mesmo e memória e oralidade nos procedimentos onde este estava presente.

No capítulo três as inscrições apresentadas são analisadas como um todo para que se perceba as modificações dos hábitos epigráficos. Os conteúdos interessam à pesquisa na medida em que se relacionam com as formas de produção e os motivos para esta produção.

No capítulo quatro a análise de campo semântico em torno do conceito de democracia e do termo *demokratia* levam as inscrições a terem uma função similar às fontes literárias. Seu conteúdo é relevante na medida em que se relaciona com as outras fontes dentro do processo de formação de um conceito e da aproximação deste conceito ao termo que por fim o expressa.

No capítulo cinco as inscrições se tornam fontes na medida em que o conteúdo, a forma e as motivações para produção indicam relação com as movimentações políticas do período. Quanto mais relacionadas com o desenvolvimento do conceito, como apresentado no capítulo quatro, e

atreladas com a movimentação dos oligarcas e seus opositores, mais relevantes para a investigação apresentada.

Por fim, deve-se notar que há dois grandes tipos de inscrições abordadas nesta pesquisa: inscrições em diversos materiais que sobreviveram aos séculos e que podem ser analisadas mesmo que de forma fragmentária; e inscrições que não sobreviveram em sua forma física, mas são citadas em fontes literárias. Nota-se que algumas vezes estas inscrições apenas citadas podem ser inserções e produções inteiramente posteriores ao momento de produção, sendo até mesmo elaboradas por editores séculos após sua suposta utilização.

Assim sendo, as críticas especificamente das fontes epigráficas cabem melhor no momento em que são abordadas. Cada momento necessitará de análises e críticas específicas ao uso e função enquanto fonte dentro do contexto da investigação.

2. *Historiadores: Heródoto; Tucídides; Pseudo-Xenofonte; Athenaion Politeia*

Os autores dos textos aqui analisados são chamados de historiadores por uma simplificação de seus objetivos e assuntos tratados em seus textos. Heródoto com suas “Histórias”, e Tucídides com “A História da Guerra do Peloponeso”, são mais facilmente encaixados nesta categoria, por mais que o termo não tenha sido utilizado para descrever um tipo específico de pesquisador em sua época. Pseudo-Xenofonte, ou o Velho Oligarca, com sua “*Athenaion Politeia*”, poderia ser melhor classificado como um panfletário, ou como um comentarista político. Ainda assim trata do processo de aumento de poder do povo sobre a polis ateniense. O autor da “*Athenaion Politeia*” aristotélica, seja o próprio Aristóteles ou um de seus discípulos, trata da história das constituições de Atenas. Seu foco é o das mudanças políticas e não tanto na história política. Ainda assim não deixa de tratar de eventos e pessoas envolvidas nestes eventos.

Pseudo-Xenofonte teria publicado sua obra em torno de 425. Heródoto também parece ter publicado em torno de 425. Não se tem muita precisão sobre Tucídides pois sua obra ficou inacabada. Apesar do autor sugerir que

produziu o texto à medida que a Guerra ocorria há indícios de revisões feitas não antes de 399. A “*Athenaion Politeia*” aristotélica é uma obra com sua publicação entre 328 a 322. Apesar de esta obra ser muito posterior ao período analisado, sua pesquisa especificamente sobre as mudanças nas constituições de Atenas torna suas observações sobre os eventos de 411 a 403 de valor inestimável, principalmente frente à nossa falta de comentadores sobre o período.

Os aspectos que merecem atenção durante esta análise crítica destas fontes se referem: à sua datação, tanto de publicação quanto de produção; fontes utilizadas e sua relação com as mesmas; e particularidades metodológicas explicitadas ou inferidas por comentadores. A cada obra se dedica uma observação deste gênero acompanhando os comentaristas mais respeitados sobre as mesmas. Para além de traduções, procurou-se dar preferência a comentários históricos. Estes sendo caracterizados por minuciosa separação dos textos em pequenas partes, até mesmo por parágrafos, onde suas referências, fontes e relações gramaticais, lexicais e históricas são analisadas uma a uma. Traduções acompanhadas de notas de esclarecimento foram utilizadas como suporte para comparação de tradução, mas os comentários históricos fornecem uma pesquisa muito mais profunda sobre a construção dos textos analisados.

O texto “Constituição dos Atenienses” que foi atribuída a Xenofonte já foi há algum tempo removida do conjunto de sua obra. Os alexandrinos do século III a.C. atribuíam a obra a Xenofonte. No entanto, desde o século I a.C. há divergências na atribuição da autoria desta obra a Xenofonte (D.L. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres* II.57). Tanto o estilo da escrita quanto a datação da obra sugerem que de fato não deva ser colocada dentre os escritos de Xenofonte. O autor provavelmente era um jovem com pouca experiência em escrita, mas provavelmente escreveu em período em que Xenofonte seria uma criança.

O autor é, portanto, desconhecido. Alguns autores de língua inglesa o chamam de Velho Oligarca. Provavelmente, devido à sua forma ranzinza e

extremista de opinar. Além, é claro, de sua oposição à democracia e posicionamento em prol da oligarquia anos antes dos golpes de 411 e 404.⁴³

Devido à “retirada” deste texto das obras de Xenofonte outros pesquisadores nomeiam o autor como Pseudo-Xenofonte, ou X, denominando autor desconhecido. Nesta pesquisa este autor será chamado de Pseudo-Xenofonte, reconhecendo a negativa da autoridade a Xenofonte, e frente a nenhuma outra forma de identificar o autor.

A data de produção ou publicação desta obra é difícil de confirmar. Poucas menções internas dão vasão a uma conferência com outras fontes ou eventos conhecidos. O tema não é precisamente histórico. Seu desenvolvimento gira em torno de opiniões e respostas a opiniões correntes acerca do poder do povo ateniense. Alusões no capítulo 2 sugerem que não tenha sido escrito após 424, quando algumas batalhas contradizem as atitudes vislumbradas pela massa ateniense, de acordo com o autor. Assim como insinuações de que Atenas estava em guerra e ainda levava boa vantagem sugere algo entre 431 e 424 (MARR; RHODES, 2008). Ainda assim, há pelo menos 19 datações diferentes para esta obra. As datas variam de 440 a após 400. Não obstante, a data mais comumente proposta é em torno de 424, como em J. M. Moore(1983), seguindo Forrest(1966).

O texto atualmente estabelecido é formado ao se cotejar os quatro manuscritos mais antigos que se conhece desta obra. Estes manuscritos são chamados de A (Vaticanus 1950), B (Vaticanus 1335), C (Mutinensis 145) e M (Marcianus 511).⁴⁴ As variações entre os quatros são poucas. C parece ter sido um exercício em melhorar o texto, com diversas adições e modificações no texto. A e B são próximos e tendem a concordar em suas passagens, discordando por vezes do manuscrito M. Ainda assim são poucas as modificações e A e B formam a base para o texto utilizado hoje em dia.

É importante notar que o texto parece ter sido escrito fora de Atenas pois o autor se refere à polis como “lá” e os atenienses partidários do sistema vigente como “eles”. Isto não necessariamente implicaria em um estrangeiro, mas alguém que não consegue se colocar no mesmo grupo que homens coniventes com um governo que o autor desaprova. Ainda assim o autor tem

⁴³ Gomme, Fuks, Hornblower, Marr e Rhodes usam o termo.

⁴⁴ Todos do século XIV ou XV.

amplo conhecimento do funcionamento interno de Atenas. Estas questões fizeram surgir a teoria de que o texto seria escrito por um oligarca exilado explicando o funcionamento da polis a outros (MOORE, 1983. pág. 19-20).

Como o texto da obra não propõe uma investigação histórica, mas sim uma exposição de opiniões e teorias políticas, não há muito o que se averiguar acerca de suas fontes.

Heródoto nasceu em Halicarnasso, possivelmente em torno de 483. Esta data é proposta por menções de que em seu ápice (expressão comum para indicar 40 anos) se mudara para Túrio, uma colônia pan-helênica fundada em 443 no sul da atual Itália. Estas datas sugerem que a formulação final da obra do historiador teria sido efetuada em Túrio.

A datação da produção e publicação das “Histórias” de Heródoto tem certas dificuldades. Tradicionalmente se aceita a “publicação” em torno de 420, principalmente devido à falta de menções a eventos posteriores a 430 em suas Histórias e a menções da guerra do Peloponeso como um evento finalizado, significando provavelmente as Guerras Arquidâmicas, conflito que finalizou com a paz de Nícias em 421. Nas décadas de 1970 e 1980 o debate em torno desta data foi retomado, principalmente com os artigos de Charles Fornara (1971;1981). Sua proposta de que a publicação do livro de Heródoto teria sido em 414, reformulando uma proposta de TODD (1922), é recusada por autores como COBET (1977) e EVANS (1987), mas parece ser melhor avaliada por David Sansone (1985), que propõe que os quatro primeiros livros tenham sido publicados em torno de 426 e os seguintes entre 421 e 414. Ainda assim, as conclusões são muito frágeis devido à falta de indicações claras acerca das influências de Heródoto na literatura e das menções históricas internas ao texto do historiador sobre seu próprio período.

No contexto atual de pesquisas sobre a datação de Heródoto não é possível certificarmos a data final de produção do texto, o que fragiliza ambas as cronologias, a alta, 430-420, e a baixa, 420-414.

Comentadores de Heródoto como SCOTT (2005) apontam ainda que a presença da passagem 6.43.3 indica que o debate entre os persas (3.80-83) havia circulado entre gregos anteriormente e Heródoto estaria respondendo à incredulidade acerca de suas leituras da passagem. Isto sugere que as partes iniciais (como a passagem 3.80) estavam em circulação quando Heródoto

escreveu as partes finais (tais como 6.43.3). Esta situação corrobora a proposta de Sansone. Deve-se notar que estas duas passagens são de extrema importância para o debate acerca do processo de desenvolvimento semântico do termo democracia como apresentado no capítulo quatro.

O próprio Heródoto afirmava que estava apresentando ditos que ele mesmo tinha ouvido ou que outros ouviram e lhe relataram. Assim, suas fontes seriam histórias e contos orais repassados também oralmente ao historiador. Apesar de não citar as fontes, inclusive por serem relatos orais, mas também por que não se considerava necessário tal preocupação, costuma apresentar versões diferentes para serem avaliadas por sua audiência. Assim, a questão de suas fontes torna-se menos importante que o debate sobre sua produção e publicação para as questões presentes neste trabalho.

Assim como a obra de Heródoto, a de Tucídides também figura entre as fontes para a análise do processo de conformação do conceito de democracia. Neste sentido cabe mencionar que Mortimer Chambers (CHAMBERS, 1997)⁴⁵ aponta como data de produção dos quatro primeiros livros os anos entre 423 e 415. Os livros seguintes teriam sido produzidos, provavelmente após 404. Além destas datas pode-se afirmar, a partir dos trabalhos de Chambers, Gomme, Dover e Andrewes (1956;1986; 1970;1974; 1981), que Tucídides fez algumas alterações e revisões após 399. Com claras menções de alterações pós 399 é difícil apontar com mais precisão se o uso de algum termo em específico reflete sua presença no momento narrado, no momento de sua primeira versão ou de suas revisões. Parece mais seguro tratar de seus usos como referentes à sua produção. Ainda assim isto deve ser feito com cautela, e a cada passagem deve-se levar em consideração o período das revisões sempre que possível.

Além de uma fonte para uma análise de campo semântico a História da Guerra do Peloponeso é uma das poucas obras contemporâneas a tratar dos eventos em torno dos Quatrocentos. No entanto, como nota Andrewes (1981) em seu *excursus* acerca das fontes da revolução dos Quatrocentos, todo o livro VIII apresenta claros indícios de estar inacabado. O autor ora parece apoiar os Quatrocentos, ora os apresenta como um grupo coeso, ora como dividido entre moderados e extremistas, ora elogia a constituição formada por eles. Estas

⁴⁵ Para verificar os debates de datações de passagens específicas ver (BRIGGS, 1997), e principalmente (GOMME et al., 1981)

inconsistências parecem derivar do fato desta seção não ter sido terminada ou apropriadamente revisada. Ademais, o historiador encontrava-se exilado durante todo o processo e teria poucas formas de adquirir informações precisas sobre os eventos em Atenas. Possivelmente outros exilados de Atenas, principalmente aqueles oligarcas extremistas exilados após sua queda, são as fontes mais plausíveis. Ainda assim, é possível que contatos seus na polis tenham lhe repassado informações que poderiam ser cotejadas com as visões tendenciosas de outros exilados pelos eventos da revolução dos Quatrocentos. Não obstante, seu relato ainda é considerado por muitos helenistas como mais verossímil que o da “*Athenaion Politeia*” aristotélica.

As diversas partes deste texto averiguadas neste trabalho apresentam peculiaridades específicas e se relacionam com outras fontes, epigráficas ou advindas de outros relatos e descobertas arqueológicas, que exigem uma avaliação específica no momento em que se faz necessário utilizá-las como possíveis fontes.

Independente das características particulares a cada passagem investigada torna-se necessário referenciar características do autor em relação a sua metodologia e sua relação com as fontes por ele utilizadas.

Tucídides é conhecido por sua decisão de reconstruir os discursos de acordo com o que ele acredita ter sido dito ou que fosse o mais adequado de acordo com a situação e com as pessoas envolvidas.⁴⁶ Assim, há sempre dois problemas intrínsecos ao se tratar como fonte os discursos dentro da obra do historiador. Primeiro; apesar de Tucídides afirmar ter escrito a obra no decorrer da guerra, seus comentários indicam uma produção pelo menos 10 anos após o início da mesma e revisões feitas até em 399, cinco anos após o fim da guerra. Mesmo que tivesse presenciado os discursos, e tentasse reproduzir fielmente, a distância temporal dificulta sua utilização enquanto fonte *ipsis literis* dos discursos. Segundo; é provável que os discursos tenham sido reconstruídos de acordo com o que Tucídides acreditava ser o mais apropriado. A marca do historiador certamente torna-se mais forte do que a da personagem sendo apresentada em casos como estes. Da mesma forma, a maneira de expressar-se em um discurso produzido a partir desta premissa

⁴⁶ **Thuc.** I.22

certamente estará imbuído de conceitos e visões do momento de sua produção, em contraste com o momento do discurso original.

A “*Athenaion Politeia*” atribuída à Aristóteles é tida como parte de uma coleção de estudos sobre constituições a serem feitas pela escola de Aristóteles, leia-se o filósofo e seus pupilos. Ao fim da “*Ética à Nicômachus*” há menção a estes estudos (ARIST. **EN.** X. 1180 b 20 – 1181 b 24), assim como na listagem das obras de Aristóteles apresentada por Diógenes Laércio.⁴⁷ Segundo Rhodes (1981) esta obra foi escrita em 330 e revisada em torno de 320. Apesar da apresentação de alguns documentos, em especial quando se tratando dos Quatrocentos e dos Trinta Tiranos, a maior parte de seu relato parece ser extraída de fontes literárias anteriores.

Há três investigações importantes acerca das fontes desta obra que dizem respeito ao tema aqui tratado. A constituição de Drakon, os relatos sobre os Quatrocentos e o relato sobre os Trinta Tiranos. A constituição de Drakon é tida pelos estudiosos de Aristóteles como uma inserção posterior feita por um editor da obra.⁴⁸ Não cabe como fonte documental reproduzida por Aristóteles ou mesmo como parte do texto aristotélico. As seções sobre o governo dos Quatrocentos e dos Trinta Tiranos apresentam questões diversas e devem ser tratadas separadamente.

As fontes de que se dispõe para o período dos Quatrocentos são apenas duas fontes literárias, Tucídides e a “*Athenaion Politeia*”, alguns discursos de Lísias e de Antifonte, e algumas inscrições do período. Antifonte, Andócides e Lísias apresentam registros posteriores aos eventos e por vezes fazem alusão aos Quatrocentos. Os textos dos oradores são melhor avaliados na seção seguinte. As inscrições que são mencionadas na obra aristotélica não sobreviveram até os dias atuais. Pode-se corroborar partes dos eventos reportados a partir de registros dos tesoureiros de Atenas,⁴⁹ decretos honoríficos erigidos durante o governo dos Quatrocentos,⁵⁰ convocação para o

⁴⁷ São mencionadas 158 obras nesta coleção de constituições.

⁴⁸ Esta inserção é notada por pesquisadores desde 1891. Há de se notar que a redescoberta desta obra se deu através de dois papiros independentes encontrados e publicados em 1880 e 1891.

⁴⁹ IG I² 251 e 252, IG I² 298=M&L 81.

⁵⁰ M&L 80.

juízo de Antífonte e seu resultado final.⁵¹ Desde a descoberta da obra aristotélica se questiona se o autor teve acesso a documentos ou cópias dos mesmos para a produção da obra. Tanto Rhodes (1981) quanto Andrewes (1981) sugerem que os dados e documentos apresentados nas seções 29 e 30 da “*Athenaion Politeia*” parecem ser de origem documental. O decreto mencionado em 29.1 contém peculiaridades incomuns a inscrições, tais como a menção de uma moção por parte de Pitódoros com um adendo de Cleitofon, mas com a menção de que o principal defensor da proposta foi Melóbius. Esta parece ser uma apresentação narrativa de um decreto como feita em alguns discursos de oradores ou panfletos. A defesa de Antífonte em seu discurso sobre a revolução é uma possível fonte para tal documento e coerente com esta forma de apresentação. Ademais um dos acusadores de Antífonte foi Apolexis, um dos membros da comissão organizada para a produção do documento em questão. Assim, Antífonte teria motivos para apresentar e revisar os documentos produzidos pelos Quatrocentos. No entanto, apenas alguns fragmentos deste discurso foram encontrados em papiro e não se pode afirmar que este ou qualquer outro documento apareça no discurso (GOMME et al., 1981. pág. 248-251.). Há um panfleto, “o Papiro de Teramênes, P. Mich. 5982, que demonstra conhecimento de Lísias **XII** e **XIII** (Acerca dos eventos de 404)”. Este papiro parece ser derivado de uma defesa de Teramênes produzida ao início do século IV (RHODES, 1981. pág. 367.).

Além de discursos e papiros é possível que os documentos tenham sido apresentados ao autor da *Athenaion Politeia* a partir de outros historiadores do período. Androtion é um dos “atidógrafos” mais mencionados que teria escrito no início do século IV. Alguns fragmentos encontrados de uma *Atthis* são atribuídos a ele. Estes fragmentos podem ser apontados como fontes para partes da *Athenaion Politeia*, especialmente no capítulo 22. Androtion também era filho de Andron, um dos membros dos Quatrocentos e que foi responsável pelo decreto que apresenta o julgamento de Antífonte. Apesar destes indícios e conexões não se dispõe do texto completo de Androtion ou de Antífonte. Desta forma, apesar de se apontar Androtion como a mais plausível fonte para a obra, não se pode afirmar tal com plena certeza (RHODES, 1972b).

⁵¹ Este não se encontra em uma inscrição, mas citada por Plutarco a partir da coleção de Craterus. PLU. X. Or. 833d-834b.

Sobre o período do governo dos Trinta Tiranos, a *Athenaion Politeia* pode ser mais revisada frente a outras fontes. Para este período há informações espalhadas por alguns discursos de oradores. Dentre eles Andócides I, Lísias VI, XII, XIII, XX, XXI, XXV, XXX, XXXIV. Quatro narrativas tratam do período. *Athenaion Politeia*, Xenofonte nas *Helênicas*, Diodorus Siculus e Justiniano, estes dois últimos muito posteriores aos eventos e mesmo à *Athenaion Politeia*.

Críticas mais profundas acerca da relação entre estas fontes para este período podem ser encontradas em autores como Fuks (1971), (OSTWALD, 1986), Gagarin (2002; 1998), MacDowel (1998). A relevância destas obras para uma crítica sobre a *Athenaion Politeia* enquanto fonte para o período advém das similaridades e ausências entre estas obras que sugerem fontes em comum. Xenofonte parece ser uma fonte para o texto aristotélico. Diodorus e Justiniano teriam usado Éforo como fonte. Éforo e Diodorus teriam usado Teopompos como fonte e apesar de similaridades entre a *Athenaion Politeia* com ambos Diodorus e Justiniano, a ponto de sugerir Éforo como uma fonte da obra aristotélica, a apresentação indica um caráter mais documental. É possível que o autor da *Athenaion Politeia* tenha utilizado de fato Xenofonte e Éforo como suas fontes, mas retirado destas fontes principalmente as documentações apresentadas e nelas citadas. A relação com Xenofonte e possivelmente com um panfleto em defesa de Teramênes ajudam a explicar certas explanações da relação deste com a oposição dos oligarcas, sem menção direta de seu envolvimento nos Quatrocentos e nos Trinta Tiranos. Com a preocupação na obra aristotélica pendendo para os aspectos constitucionais, certa confusão é feita pelo autor quanto à cronologia dos eventos, inclusive para não tratar de Teramênes como parte dos oligarcas. Assim, o uso da *Athenaion Politeia* enquanto fonte para o período deve ser feito com certa cautela e com frequente comparação e interpolação com os discursos de Lísias e Andócides, as *Helênicas* de Xenofonte e as inscrições epigráficas do período.

3. Oradores: Antifonte; Andócides; Lísias.

Os três primeiros oradores de Atenas estiveram envolvidos nos eventos dos golpes oligárquicos e suas ramificações. Todos eles apresentam características peculiares, mas todos apresentaram discursos em seu próprio nome ao tratar dos eventos em questão. A avaliação do estilo e da relação pessoal com o tema apresentado precisa ser levada em consideração ao se utilizar estes textos como fontes acerca de pessoas e eventos do fim do século V. A dificuldade deste tipo de análise e crítica parece ser muito mais complicada do que a análise de obras de historiadores, sejam eles contemporâneos ou antigos. No entanto, a presente pesquisa não procura definir as intenções dos autores ou mesmo acatar ou repudiar suas defesas e acusações. O importante para este trabalho é a verificação da influência das relações pessoais e características estilísticas dos autores em relação aos eventos apresentados.

Antifonte foi um sofista e orador, proeminente apenas no fim de sua vida devido à sua associação com os Quatrocentos. Seu pai, Sophilus, tinha uma escola e era de uma família rica de Rhamnus, um *deme* a aproximadamente 40 km de distância de Atenas, no norte da Ática. Seus estudos o levaram a pensar sobre a relação *nomos-physis*, questão muito debatida entre sofistas no período. Ademais, tratou brevemente sobre interpretação de sonhos e, nos fragmentos que se conhece de sua obra “Verdade”, acerca de justiça, da verdade e da utilização da inteligência através do discurso para compreendê-las melhor e desenvolver uma verdade mais complexa (GAGARIN, 2002. pág. 88-9.). Dos discursos sobreviventes de Antifonte há três tetralogias, estudos acerca de discursos forenses. Platão aponta Antifonte como um professor. Acredita-se que seus primeiros discursos, as tetralogias, possam ser datados de 430. As descrições dadas sobre ele por Tucídides, Platão e Xenofonte mostram um homem culto, interessado nas relações entre linguagem, realidade, percepção e verdade, que vem de uma família aristocrática, vive dando aulas e escrevendo discursos para seus clientes, além de viver das terras de sua família. Foi apontado como o grande organizador do golpe oligárquico dos Quatrocentos, apesar de não ter feito parte deste grupo

nominalmente. Em 410, após a queda dos Quatrocentos foi acusado de participar de uma embaixada em prol da paz com os espartanos sem a aprovação da assembleia. Esta embaixada fora convocada pelos Quatrocentos e, apesar da associação com os oligarcas não ser diretamente apontada como razão para a acusação, Antifonte responde a esta implicação em sua defesa. Apesar de ser chamada por Tucídides de “ a melhor defesa em um caso capital” Antifonte foi condenado e executado. Este discurso é de grande importância para a presente pesquisa. Apresentada pelo dito organizador do golpe dos Quatrocentos ainda é uma das mais antigas menções dos termos democracia e oligarquia juntos na literatura.

Apesar da situação emergencial de Antifonte sua defesa contém as visões de um aristocrata partidário da oligarquia que se defende frente aos opositores da mesma se colocando imparcial frente à oligarquia ou à democracia. Talvez sua maior dificuldade em se defender desta forma fosse a situação transitória do conceito “democracia” em sua expressão pelo termo *demokratia*. Os opositores da oligarquia parecem demorar a se decidir pelo uso do termo como bandeira de uma organização política, mas o organizador do golpe oligárquico parece já ter claro ao menos a oposição entre ambas formas de organização. Neste discurso então tem-se não só um debate advindo do período sobre os eventos analisados expostos por um de seus personagens principais, mas também um exemplo do movimento de desenvolvimento de um conceito atrelado ao termo *demokratia*.

Como neste caso não há um cliente pode-se facilmente associar as palavras com a intenção direta do autor. A necessidade de convencer sua audiência, principalmente por se tratar da vida do autor, pode levar a tentativas de manipulação da verdade para o convencimento a todo custo. No entanto, o caminho escolhido pelo orador, até onde os fragmentos permitem a compreensão do discurso, sugerem uma justificação das ações a partir da definição das organizações políticas e o papel possível do autor em cada um deles. A manipulação da percepção do júri parece residir na comparação entre as vantagens que o orador teria em cada situação, para que suas motivações fossem compreendidas como não culpáveis. Assim sendo pode-se aproveitar as descrições dos movimentos e das situações como vistas por Antifonte e rerepresentadas às cortes populares em Atenas.

O discurso “O Coreuta” de Antifonte é utilizado nesta pesquisa devido à sua menção do termo *demokratia*. O termo aparece em uma passagem muito despretensiosa e não diretamente ligada ao caso do coreuta apontado como responsável pela morte de um menino pertencente ao coro por ele treinado. A importância do termo aqui é por ser a mais antiga utilização do termo com datação exata, ainda mais por estar presente no texto de um dos conspiradores do golpe oligárquico dos Quatrocentos. Como a passagem é uma simples menção à devoção dos conselheiros à *demokratia*, não se faz necessário uma crítica do discurso como um todo para compreender esta breve passagem.

Não se sabe muito sobre a vida de Andócides.⁵² Quase todas as informações que se têm deste orador vêm de um de seus próprios discursos. Os gregos de seu tempo não tratam de seus trabalhos como o fazem com os de Antifonte e Lísias. Seu lugar entre os famosos dez oradores atenienses é comumente atribuído à lista formulada por dois dos bibliotecários da biblioteca de Alexandria, Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia. Plutarco também apresenta brevemente Andócides em seu trabalho “Vida dos dez oradores”.⁵³ É possível que tenha trabalhado produzindo discursos ou aconselhando outros em assuntos legais. Em seus textos se percebe que trabalhava com comércio marítimo, mas não é possível apontar até que ponto.

As orações que se tem de Andócides são “Sobre os Mistérios” (AND . I.), onde ele se defende de acusações, em 399, sobre crimes relativos a 415; “Do seu retorno”, (AND. II.) produzido por volta de 411 numa tentativa de retornar para Atenas após ser exilado; “Sobre a paz com Esparta”, (AND. III.) discurso onde propõe aceitar um acordo de paz proposto por espartanos à embaixada de atenienses enviada por Atenas com Andócides como um de seus membros; alguns fragmentos e menções de outros dois trabalhos que não se pode definir o conteúdo; “Contra Alcibíades” que trata de uma acusação em um evento de ostracismo, mas que é apontado pela literatura atual como sendo um trabalho de outro autor.

Todos os discursos que se conhece do autor são proferidos pelo mesmo. Nos dois casos que interessam para este trabalho, “Sobre os

⁵² Para traduções e breves biografias ver (JEBB, 1876); (MAIDMENT; BURTT, 1941);(MACDOWELL, 1998);(GAGARIN, 2002; GAGARIN; MACDOWELL, 1998).

⁵³ PLU. X. Or.

Mistérios” e “Do seu retorno”, Andócides se defende do exílio e possivelmente por sua vida. Nestas obras o orador apresenta uma gama de relatos e documentos para apoiar sua tese, algo que atrai muitos pesquisadores, pois ilumina eventos e inscrições relativas a eventos em 415, 411 e 403 referentes à destruição das *hermai*, profanação dos mistérios de Elêusis, movimentações dos Quatrocentos, decisões legais referentes aos opositores dos Trinta Tiranos e à anistia proposta após sua derrocada. Andócides foi acusado de fazer parte da destruição das *hermai*. Este evento ocorreu um dia antes da frota ateniense sair para a expedição à Sicília. O alvoroço causado pelo receio de que a ira do deus dos viajantes recaísse sobre a expedição levou a um movimento para a descoberta dos perpetradores das mutilações. Há de se notar que dentre os investigadores estavam dois nomes conhecidos. Pisandro e Cáricles. O primeiro ajudou sobremaneira os Quatrocentos a assumirem o poder e o segundo foi um dos Trinta Tiranos. O orador informa o leitor de que foi exculpado, mas mesmo assim saiu de Atenas. Ao tentar retornar em 411 resolve agradar a polis e entrega uma quantidade de madeira própria para manutenção de barcos aos marinheiros estacionados em Samos, pouco antes de se dirigir à Atenas. Chegando na polis se depara com os Quatrocentos no poder, logo após serem rechaçados pelos marinheiros em Samos. Andócides é preso. Solto após a queda dos Quatrocentos ele sai da polis novamente. Retorna após a anistia em 403, como tantos outros, e alguns anos depois é acusado de desobedecer um decreto acerca dos que cometeram atos ímpios. Ao se defender desta acusação, que assume sua culpa no caso dos mistérios de Elêusis, reconta todos estes eventos apontando sua inocência. Decidir se Andócides é culpado não é um dos objetivos deste trabalho. Muitas das informações dadas por Andócides podem ser manipuladas para que sua inocência seja mais plausível. Para esta pesquisa interessa analisar os documentos apresentados, as leis citadas e os envolvidos nos eventos. Como todas as leis em questão foram revisadas ou produzidas no período em questão, dificilmente Andócides poderia mentir sobre seu conteúdo ou sobre o contexto geral dos eventos em seu entorno para um grupo de *dikastai* que havia vivenciado os mesmos poucos anos antes. As interpretações dadas pelo orador acerca das leis e decretos mencionados podem muito bem ser manipuladas para enfatizar sua tese. Entretanto, não cabe aqui avaliar sua

interpretação das leis, mas as leis e decretos apresentados por ele. A importância destas citações se dá por sua ausência do corpo epigráfico. Sem uma existência física que tenha sobrevivido até hoje temos que avaliar o quanto se pode confiar nas citações presentes em textos tais como as orações de Andócides.

O artigo recentemente publicado por Harris e Canevaro (2012)⁵⁴ acerca das inserções de leis e decretos citadas na obra de Andócides tem sido muito bem aceito. Baseando-se nas argumentações apresentadas pelos autores far-se-á uma análise do que cabe aceitarmos da obra para esta pesquisa.

Os documentos mais importantes para a presente pesquisa e que são apontados na obra de Andócides são o decreto de Patroclides, o decreto de Demophantus, o decreto de Teisamenos e três outras leis brevemente apontadas e citadas logo após o decreto de Teisamenos. Todas estas citações são apontadas como falsificações, possivelmente inserções posteriores por editores tentando complementar a obra.

As argumentações dos dois autores para apontar as citações como falsificações são bastante convincentes devido ao massivo apoio da pesquisa empreitada por eles. Tais argumentações são baseadas em comparações das fórmulas utilizadas no início das inscrições presentes no corpo epigráfico com as citadas no documento; averiguação da presença de palavras nas citações que não ocorrem senão na literatura ou apenas em epigrafias de séculos posteriores; mistura na utilização de fórmulas de apresentação de cargos, entre outras. O único momento em que parece que as argumentações são circunstanciais e não definitivas é no caso do decreto de Patroclides. A crítica de que a lista de devedores ao estado estaria com mais de um oficial é baseada em Demóstenes, Aristóteles e na inscrição IG I² 91 (=IG I³ 52), todos do século IV. Dado que o *Metroon*, primeiro arquivo central público, ocorre entre 409 e 405, é bem possível que a ideia de manutenção de uma lista pública fosse disseminada no século V, mas não necessariamente no século IV. As comparações dos autores parecem não levar isto em conta. Os autores dispensam explicações de Louis Gernet e Martin Ostwald acerca do local de

⁵⁴ Muitas das obras utilizadas para apoiar as teses dos autores figuram nas análises apresentadas nos capítulos subsequentes da presente pesquisa, entre eles (BOEGEHOLD, 1990;1995a); (RHODES, 1985a;1991;1993).

encontro de certos oficiais como apresentados pela suposta inscrição citada na obra, mas as explicações destes dois autores parecem bastante plausíveis. Apesar de algumas argumentações não serem muito sólidas, há 15 pontos de indícios de falsificação. Sem definir com certeza que o decreto é falso, as argumentações são ao menos suficientes para que seja aconselhável não se basear no documento como original. Ainda assim, é possível fazer uso dos comentários de Andócides sobre as leis citadas.

O decreto de Teisamenos é o que causou maiores dificuldades para os pesquisadores. Para torná-lo mais coerente com outros relatos muitas modificações precisam ser feitas. Harris e Canevaro apresentam sua mais convincente relação de indícios de falsificação para este decreto.

As leis apontadas como produzidas após o arcontado de Euclides⁵⁵ parecem ser meras cópias das frases utilizadas pelo próprio Andócides, à exceção de uma, retirada de Demóstenes. Isto não invalida sua existência, apenas invalida o texto como original das leis. Os comentários de Andócides ainda são plausíveis pois seriam imediatamente reconhecidos como falsos em um julgamento apenas dois anos após a produção destas leis.

Por fim, o decreto de Demophantus segue o mesmo padrão visto no decreto de Patroclides. Com menção acerca do mesmo em outras fontes se sabe, de modo geral, o conteúdo do decreto. No entanto, o texto contém demasiadas inconsistências gramaticais e referentes às formulas textuais para ser considerado cópia do texto original.

Acerca do decreto de Demophantus há ainda um detalhe importante para a tese aqui apresentada. Andócides menciona a lei acerca da possibilidade de se assassinar um usurpador da democracia com impunidade e a chama de lei de Sólon. A seguir, pede para que se leia a lei, quando aparece o texto inserido e apresentado como decreto de Demophantus e apontado por Harris e Canevaro como falso. O decreto de Demophantus é conhecido como contendo um juramento de que os cidadãos deveriam proteger a democracia permitindo que seus usurpadores fossem assassinados sem que punições religiosas ou legais fossem aplicadas. Ademais, as posses do assassinado seriam convertidas ao assassino ou à polis. A maior dificuldade é entender

⁵⁵ 403/4.

porque Andócides infere que este decreto não é mais válido. O decreto fora aceito após o arcontado de Euclides e deveria ser válido. Harris e Canevaro propõem duas soluções, às quais se adicionará uma terceira.

Harris e Canevaro propõem que Andócides fala de uma lei e um decreto. Uma de Sólon, e outra, o decreto de Demophantus. A que não é mais válida seria a de Sólon, que apesar de não ter mais validade ainda estava exposta em frente ao *Bouleuterion*. Frente a sua invalidade, provavelmente decidida pela revisão das leis feita entre 410 e 399, um decreto foi proposto, o de Demophantus, para atualizar a lei de Sólon. Além de ser válida ela deve ser aplicada apenas para casos referentes aos anos de Euclides em diante.

A segunda possibilidade proposta é a de que Andócides se refira ao decreto de Demophantus como uma “lei de Sólon”, como outros oradores do século IV fazem. Possivelmente significando leis de Sólon como um sinônimo de leis vigentes, assim como leis de Drácon para leis de homicídios, independente do ano e do proponente. No entanto, os autores sugerem que se este fosse o caso não faria sentido Andócides sugerir que esta lei de Sólon, ou seja, o decreto de Demophantus, fosse inválida. Assim os autores preferem a primeira proposta.

O que se sugere aqui é que a justificativa apresentada na proposição primeira cabe para a segunda da mesma forma.

Andócides está falando genericamente aqui: a cláusula simplesmente apresenta que ofensas cometidas antes do arcontado de Euclides não poderiam mais ser levadas a julgamento. Não significa que apenas leis e decretos aprovados após o arcontado de Euclides seriam válidas.⁵⁶ (CANEVARO; HARRIS, 2012. pág. 124.)

⁵⁶ Os autores seguem a afirmação de MacDowell (GAGARIN; MACDOWELL, 1998; MACDOWELL, 1998).

Este significado é coerente com o juramento da anistia mencionado pelo próprio Andócides, bem como o juramento feito pelos membros do conselho, também apresentado pelo orador (And . I. 91-92). Caso se aceite que Andócides trata do decreto de Demophantus como uma lei de Sólon, significando uma lei vigente, pode-se compreender o significado da pergunta

Me diga seu maldito acusador, sua maldita raposa, esta lei é válida ou não?; não é válida.

“ὦ συκοφάντα καὶ ἐπίτριπτον κίναδος, κύριος ὁ νόμος ὅδε ἐστὶν ἢ οὐ κύριος; οὐ κύριος”

Implica que, apesar de ser um decreto proposto após Euclides, não pode ser aplicado a eventos anteriores, como propõe a anistia e a cláusula mencionada pelo orador anteriormente e esclarecida por Harris e Canevaro.

A partir desta análise das inserções feitas na obra de Andócides se conclui que os textos das inscrições citadas não podem ser utilizados como sendo originais. Não obstante, os comentários do orador acerca do conteúdo das inscrições são confiáveis e corroborados por autores como Aristóteles, Demóstenes, Isócrates e Iseu. Assim, concentrar-se-á nas afirmações de Andócides acerca do conteúdo devido à alta probabilidade de que os textos apresentados sejam falsificações.

O mais prolífico dos oradores parece ter sido Lísias. Dionísios de Halicarnasso (D.H. **Lys.**) afirma que seus trabalhos somavam em torno de 230 discursos. Dos dez oradores Lísias também é o autor dentre os quais se dispõe a maior quantidade de discursos conhecidos na integra atualmente. O chamado *Corpus Lysiacum*⁵⁷ é composto de 34 orações das quais cinco são quase certamente produções de outros autores. Há uma grande quantidade de fragmentos referentes a aproximadamente outras 130 orações que são muito dispersas e diminutas para se ter uma boa ideia de seus conteúdos. Assim como os dois outros oradores aqui apresentados Lísias também se utilizou de suas habilidades retóricas para levar a cabo uma acusação em seu próprio nome. Deste discurso, Contra Eratóstenes, se retira boa parte das informações

⁵⁷ Ver Jebb (1876) e Thalheim (1901), para as mais tradicionais organizações da obra de Lísias.

acerca de sua própria vida, bem como de sua família. Em especial para os anos em torno dos Trinta Tiranos.

As fontes sobre sua vida são poucas, mas há menções sobre Lísias em Xenofonte, nas Helênicas, em Platão, no Fedro, na República, em Isócrates e no discurso supramencionado do próprio Lísias. Platão apresenta o cenário para a República na casa do irmão mais velho de Lísias, Polemarcus, onde aparecem também Lísias, Eutidemos, outro de seus irmãos, e Cephalus, pai de Lísias. Outras fontes para a vida de Lísias podem ser encontradas em Demóstenes e Plutarco. Cephalus era um fabricante de escudos original de Siracusa que, a convite de Péricles se estabeleceu como um *thete* no Pireu.⁵⁸ Apesar de não serem cidadãos atenienses parecem ter se envolvido com o círculo de Sócrates. Ademais, Lísias e seu irmão mais velho moraram em Túrio por aproximadamente 20 anos, onde alguns autores antigos sugerem que o orador tenha estudado retórica com os mais antigos sofistas e retóricos da Grécia. Durante o período dos Quatrocentos e entre 411 e 404 pouco se sabe do orador, pois sua vida em Atenas como um *isoteles*⁵⁹ significava a impossibilidade de envolvimento político na polis. Cícero (Cic . **Brut.** 48) sugere que nesta época Lísias mantinha uma escola de retórica enquanto seu irmão controlava a fábrica de escudos. Mas foi a ascensão dos Trinta Tiranos que levaria a uma grande mudança na vida de Lísias, levando-o a uma produção sem igual de discursos como forma de subsistência nas décadas subsequentes.

Polemarcus, irmão de Lísias, foi assassinado pelos Trinta Tiranos para que suas posses fossem absorvidas pelos Trinta. Lísias teria morrido também não tivesse sido avisado da morte de seu irmão e fugido de Atenas.⁶⁰ Quando Trasíbulos organiza a derrubada dos Trinta vindo de Phyle e se juntando com o chamado Grupo do Pireu, Lísias ajudou a armar os revoltosos com o que lhe restava de dinheiro e de peças de escudos e armas produzidas por seu irmão. Seguindo a derrubada dos Trinta Tiranos, Trasíbulos propôs um decreto dando

⁵⁸ Ver nota biográfica de Lísias em Lamb (1930) e Gernet (1962).

⁵⁹ Significando igualdade perante taxas e tributos. Um estatuto atribuído a alguns estrangeiros, *meteco*, de forma que deveria pagar taxas como um cidadão normal e em contrapartida tinha certos direitos normalmente negados aos *metecos*.

⁶⁰ Estas informações são apresentadas pelo próprio Lísias em seu discurso XII contra Erastóstenes.

cidadania a estrangeiros que lutaram com o grupo do Pireu.⁶¹ Este decreto provavelmente permitiu que Lísias tenha apresentado em seu próprio nome, agora como cidadão ateniense, seu primeiro discurso, Contra Eratóstenes, acusando um dos Trinta Tiranos pelo assassinato de seu irmão. Este decreto foi rechaçado posteriormente por Arquinos e Lísias parece ter voltado ao status de *isoteles*. No entanto, sem dinheiro e sem as posses de seu irmão, utilizadas pelos Trinta Tiranos, Lísias inicia sua carreira como orador em Atenas.

Os textos de Lísias que interessam para esta pesquisa são os discursos XII, XX, XXV, XXX, XXXI, XXXIV. Os manuscritos mais antigos, de onde derivam as compilações atuais são todos do século XII d.C. Alguns manuscritos do século XV d.C. apresentam algumas considerações acerca do texto que são comumente incluídas. Para maior análise das relações entre os manuscritos ver Carey (1989).

Apesar de sua numeração no *Corpus Lysiacum* a cronologia dos textos não segue da mesma forma. O mais antigo discurso nesta compilação é Defesa de Polístratos, discurso XX, proferido em torno de 410. Com estilo intrincado e pouco estruturado parece que o próprio filho de Polístratos escreveu este discurso. Esta oração então apresenta um homem que foi convocado a trabalhar entre os Quatrocentos como catalogador dos nomes para o governo dos Cinco Mil. Este caso e a relação de um julgamento prévio contra o mesmo homem tratando dos eventos de 411 o tornam digno de análise nesta pesquisa. Há de se considerar a situação apresentada pelo jovem defensor. Sem mais dinheiro para pagar a multa exigida teriam como punição a perda dos direitos civis. Assim, há certa urgência que pode instigar a manipulação da verdade para garantir sua vitória. No entanto, este é um caso em que em menos de um ano houve a mesma acusação feita contra o mesmo homem. Possivelmente por ter sido julgado pelo governo intermediário e então pela *politeia* restaurada. Assim as argumentações dificilmente teriam capacidade de enganar seu público devido à recente investigação levada a cabo contra Polístratos. A apreciação das funções e atividades exercidas de fato por Polístratos são de maior interesse aqui. Como o jovem defensor não nega as acusações mas procura explicá-las pode-se inferir que em relação às

⁶¹ Ver IG II² 10 = Rhodes&Osborne 4

atividades exercidas não há intenção de manipulação ou modificação para propor uma solução favorável. O apelo feito pelo defensor é eminentemente moral e baseado na existência de um caso anterior sobre o mesmo tema, deixando o caso já resolvido. Assim, pode-se analisar as atividades de Polístratos, *katalogeis* dos Quatrocentos sem muitas preocupações quanto à manipulação por parte do autor ao descrever eventos e atividades referentes ao acusado. Por fim, há menções do termo *oligarkia*, mas não do termo *demokratia*. A associação da oposição à oligarquia se dá através do termo *demos*. Estas utilizações são importantes para a compreensão do desenvolvimento do conceito associado ao termo *demokratia*.

Talvez o mais importante dos discursos de Lísias neste trabalho seja a oração XII, Contra Eratóstenes. Acusando um dos Trinta Tiranos pelo assassinato de Polemarcus, seu irmão, Lísias apresenta desde este primeiro discurso uma maestria na utilização de estilos retóricos. Lamb (1930. pág. 225.) apresenta no próêmio a presença de um estilo similar a Górgias, o sofista, mas que ao tratar da morte de Polemarcus não utiliza o *pathos* como recurso retórico, algo esperado ao se falar da morte do próprio irmão. A apresentação de forma simples e encadeada abre espaço para a parte central do discurso, a narração, apresentando eventos e características morais dos envolvidos. É neste momento que a relação de Eratóstenes com os Trinta Tiranos é exposta e apresentada com toda a carga emotiva envolvida nos assuntos públicos dos trágicos eventos do ano anterior. Isto apresenta uma preparação controlada e planejada mesmo quando tratando de assunto próximo a sua pessoa. Os ecos de Trasímaco⁶² aparecem nas: organizações logicamente apresentadas com encadeamento claro e com um recurso estilístico marcante de Lísias; na apresentação de vocabulário e expressões comuns, mas sem deixar de caracterizar habilidade na fala. Esta inovação, que é coerente com as propostas retóricas de Trasímaco em contraposição às rebuscadas estratégias de Górgias, aproxima o proponente do discurso à audiência e evita associação à um refinado treinamento sofístico em retórica.⁶³

Apesar do caso ser referente à sua própria família Lísias já apresenta um controle e profissionalismo na produção do texto. As apresentações que o

⁶² Ver fragmentos em DIELS et al. (2006), conhecido como Diels-Kranz.

⁶³ Sobre o estilo de Lísias ver Carey (1989) e Dionísio de Halicarnasso (D.H. **Lys.**).

autor faz dos eventos relacionados aos Trinta Tiranos são tendenciosas, mas não podem ser muito manipuladas, pois são os eventos mais conhecidos da audiência que ocorreram não mais de um ano antes.

Os outros discursos: XXV – “Defesa contra a acusação de subversão do *demos*”; XXX – “Contra Nicômacos”; XXXI – “Contra Philon”; XXXIV – “Contra a subversão da *patrios politeia* de Atenas”; são todos feitos para clientes. Todos apresentados entre 403 e 399 e tratando tangencialmente de partes dos eventos ou pessoas relacionadas com os Trinta Tiranos e, no caso de Nicômacos, do período de revisão das leis de Sólon de 410 a 399. O estilo de Lísias continua aparente nestes textos, à exceção da oração XXV, que é espúria. Assim, muitas das considerações feitas sobre o discurso contra Eratóstenes ainda podem ser feitas para estes textos. A proximidade dos eventos dificulta deturpações nas descrições dos mesmos apesar de ainda permitir interpretações tendenciosas no âmbito moral e quando da suposição das motivações em relação aos envolvidos nestes eventos. Com a estratégia de utilizar termos comuns para evitar distanciamento em relação ao caráter do cliente e do tipo comum da audiência, pode-se analisar a relação de refinamento conceitual a partir da terminologia utilizada ou evitada nestes textos. A única exceção é o discurso XXV, que não é produzido por Lísias. No entanto, este discurso também apresenta as constantes mudanças de lealdade entre os membros dos três grupos envolvidos nos conflitos dos Quatrocentos e dos Trinta Tiranos. Esta relação de membros traiçoeiros e aleivosos auxilia a compreensão das relações entre estes grupos como analisada ao fim desta pesquisa.

3. A escrita e a democracia, antes e depois de 403

Elizabeth Meyer apresenta no *abstract* de seu artigo uma tese bem clara com a qual o presente trabalho se alinha.

(...) o grande número de inscrições públicas produzidas na Atenas Clássica não é diretamente relacionado à democracia precoce de Atenas e a um senso democrático acerca do que o cidadão precisava saber (...) Meyer (2013b)

Frente a constantes afirmações contrárias presentes nas obras de helenistas é de se esperar estranhamento com esta tese. O tipo de afirmação mais comum, pelo menos desde a década de 1960, é como a apresentada nas conclusões de Missiou (2011)

É amplamente aceito que a Atenas do século V alcançou uma cultura letrada mais vigorosa do que qualquer civilização anterior. (...). Minha tese é de que o letramento foi adotado em serviço da democracia. (...) eu vejo a história do letramento da Atenas do século quinto como um espelho da história da democracia que o utilizou.

Esta tese tem sido apontada por helenistas e por estudiosos da oralidade e do letramento desde o período, na década de 1960, quando o tema deste par antitético voltou a ser um âmbito de pesquisa a partir da análise das novas formas de oralidade em comparação às antigas.

Os eventos do fim do século V instigaram a construção de uma tradição acerca de uma democracia ancestral, e os atenienses do século IV reproduziram e propagaram esta tradição. Da mesma forma, muitos dos pesquisadores absorveram esta leitura do século V a partir das fontes do século IV e têm dificuldades em visualizar o período com outra lente.⁶⁴

Charles Hedrick (1999) já apresentava a tese contrária à associação dos hábitos epigráficos com a democracia no fim da década de 1990. Em seu artigo revisa uma palestra de Meritt (2014[1940]) e analisa inscrições em sua quantidade e em suas formas de produção. Meyer seguiu o exemplo de

⁶⁴ A própria Missiou apresenta uma revisão breve de autores que apresentam teses similares à sua. Aqui serão apresentados apenas alguns dos autores mais diretamente relacionados ao tema. Para uma revisão mais detalhada ver Missiou (2011.pág. 2-4 e 143 ss) e Rosalind Thomas (2005a) apresenta em seu livro uma revisão bibliográfica sobre pesquisas acerca de oralidade e letramento que também merece atenção.

Hedrick e apresentou uma vasta análise das inscrições epigráficas, seus temas, seus locais de publicações, suas fórmulas e cabeçalhos. São estes trabalhos de revisão dos hábitos epigráficos que abriram caminho para a visualização do processo de difusão do uso da escrita em Atenas como um processo particular e com contingências históricas específicas que ainda necessitam de melhor investigação.⁶⁵

É necessário se averiguar a relação dos hábitos de escritas com um dos “*maiores assuntos nos debates atuais: (...) a diferença entre a democracia do século quinto e do século quarto.*”. (ARNASON et al., 2013. pág. 11.) O objetivo aqui não é tentar apontar uma consciência ou um plano engendrando este desenvolvimento. Procura-se apontar como cursos peculiares no desenvolvimento de um conceito; de hábitos relacionados à escrita; e jogos políticos se inter cruzam e levam à tessitura da democracia tão aclamada desde o século IV. Assim a análise destes hábitos epigráficos e arquivísticos, bem como a relação de confiança na escrita e o processo da passagem da proeminência da oralidade para a da escrita, desvelam um processo independente da consciência democrática. Não obstante, estes processos se encontram e produzem outros processos que levam à construção de uma tradição acerca da democracia ancestral ligada a Sólon, às leis escritas e a um sentimento de aversão à tirania. Nesta seção cabe a análise dos processos relacionados aos hábitos epigráficos e arquivísticos para que se possa compreender o papel do letramento junto aos processos analisados nas outras partes desta pesquisa.

⁶⁵ O termo *epigraphical habits* parece ter sido utilizado por MacMullen (1982), Meyer (1990) e por fim explicitado e ampliado por Hedrick (1999). Desde então tem sido um termo comum na análise de inscrições para além de suas especificidades individuais. O presente trabalho não se detém em nenhuma inscrição específica, mas se concentra no hábito epigráfico identificado a partir da contemplação da relação entre diversas inscrições em um âmbito mais amplo.

No fim da década de 1990 Sickinger já percebia esta dificuldade entre os helenistas em analisar a cultura escrita do século V através das próprias fontes e não de tradições apresentadas em fontes literárias do século IV. No entanto, Rosalind Thomas, Sickinger, Havelock, Ong, são estudiosos de diferentes formações que propõem a flexibilização da relação oralidade-letramento. Atualmente já se tem mais clareza acerca da manutenção de aspectos orais nas instituições escritas do século V. A importância da oralidade parece atestada até mesmo pelos textos literários do século V. Tucídides apresenta um discurso de Péricles onde as leis não escritas são apontadas como essenciais à constituição dos atenienses. As fontes de Heródoto são seus próprios olhos e as histórias contadas a ele por outros. Apenas em 403 se estabelece uma lei proibindo leis não escritas. Até esta data elas não só faziam parte da estrutura legal ateniense como eram amplamente reconhecidas.

Uma conclusão relacionando a democracia ateniense (especialmente em sua encarnação autoconsciente do século IV) e a inscrição de documentos de estado atenienses em pedra já pareceu razoável e possível (...) ainda assim um constante e cuidadoso exame destes padrões sugeriu algumas nuances importantes nesta conclusão. (Meyer (2013a. pág. 454-5.)

Os próprios números de inscrições sobreviventes dificultam esta teoria. Tendo a democracia como algo proveniente desde Sólon, ou Clístenes para uma visão menos ampla, com sua radicalização em Efiáltes e Péricles, os números são discordantes. Esta produção parece se conectar mais diretamente com os processos concomitantes do fim do século V: em Atenas, associada ao ambiente político; e na Grécia como um todo, associada ao ambiente bélico.

Muitos estados não democráticos erigiram inscrições em grandes números. As civilizações do Oriente próximo e do Egito erigiram inscrições enormes e impressionantes, e seu exemplo pode ter influenciado os estados gregos. As conotações políticas destes monumentos, no entanto, definitivamente não eram “democráticas”. Os romanos deixaram uma quantia muito maior de textos epigráficos para a posteridade do que qualquer cidade grega. Mais do que todas as cidades gregas somadas; somente a cidade de Roma produziu muito mais inscrições do que a Ática. Ninguém, no entanto, acusou a cidade do Tibre de tender a uma democracia de estilo Ateniense ou

de tentar usar a escrita pública para promover algum tipo de sentimento democrático entre seus súditos; muito pelo contrário. (HEDRICK, 1999. pág. 396)

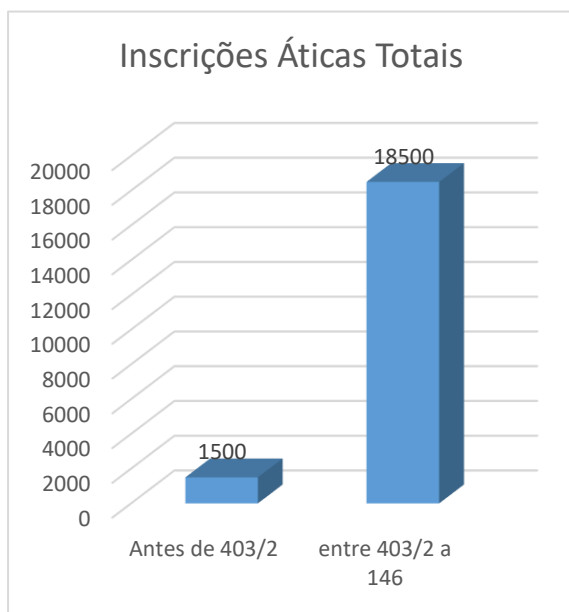


Tabela 1- Incrições Áticas Totais

Hedrick⁶⁶ apresenta uma estimativa baseada nas últimas edições do IG I, II e III, na compilação do Packard Humans Institute, e do SEG.⁶⁷ Um total de 100.000 inscrições produzidas em toda a Grécia para todo o período antigo, até o período Romano em 146. Destas, 20.000 são da Ática. 20% de todas as inscrições da Grécia Antiga vem de Atenas.⁶⁸ Atenas produziu em torno de 2.000 vezes mais do que a média geral (contabilizando todas as poleis

que existiram durante todo o período grego antigo). Frente a estes números pode-se afirmar com certa tranquilidade que há uma correlação entre escrita e Atenas. Se não com democracia, certamente com a polis.⁶⁹

⁶⁶ O autor aponta um mínimo de 200.000 inscrições latinas na cidade de Roma, sem contar as inscrições romanas publicadas em grego.

⁶⁷ Packard Humans Institute, ou PHI, é um projeto conjunto entre Cornell University e Ohio State University. Uma ferramenta de procura online de inscrições de diversos catálogos internacionais.

⁶⁸ De acordo com Hansen (2004) existiram em torno de 1.000 poleis. Nem todas estas ativas em todo o período antigo, algumas desapareceram antes do período clássico, outras formaram-se após o século VI. Ainda assim, se for feita uma média geral com todas as poleis que existiram na Grécia obtêm-se 100 inscrições por polis, para todo o período antigo. Só Atenas tem 20.000.

⁶⁹ Todas as tabelas foram construídas para este trabalho a partir dos valores presentes nos autores e catálogos mencionados.

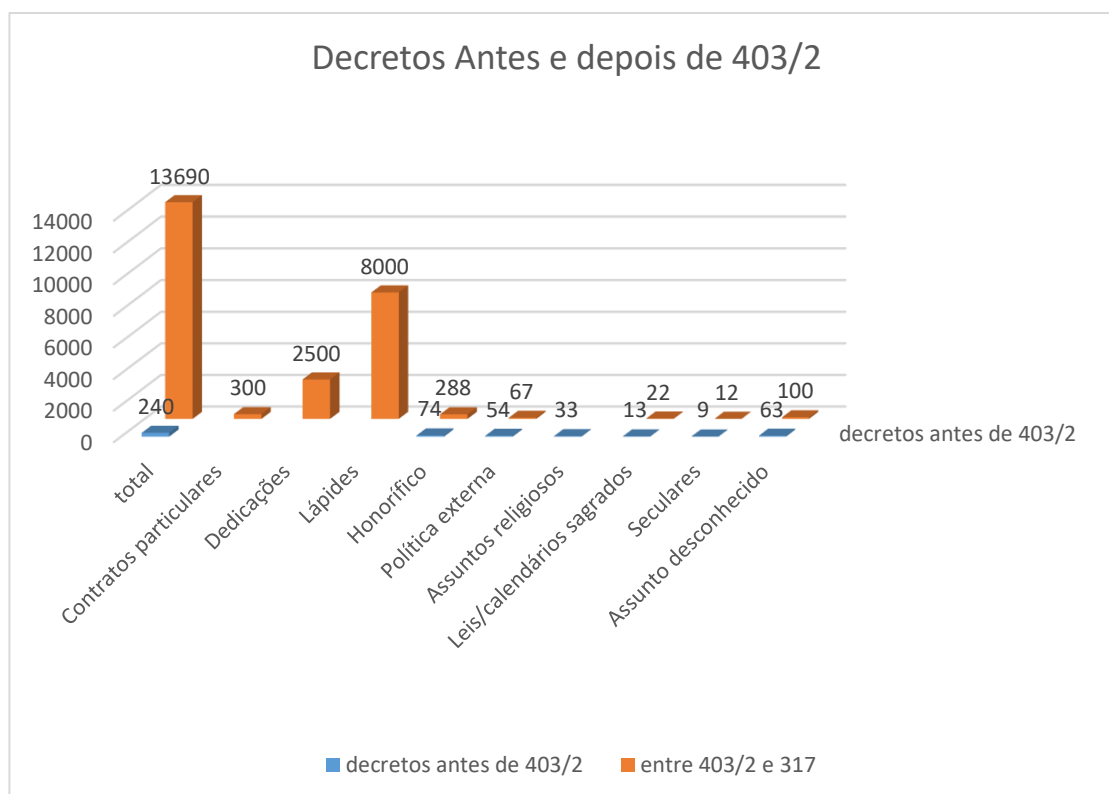


Tabela 2 - Decretos Antes e depois de 403/2

Para números mais exatos em Atenas pode-se utilizar exclusivamente a edição mais recente do IG. De meados do século VIII até 403 há em torno de 1.500 inscrições em Atenas. Entre 403 e 146 há 18.500 inscrições.⁷⁰ Apenas contabilizando decretos, como revisados por Davies (2003), Sickinger (1999) e Liddel (2010) verifica-se um aumento vertiginoso nas inscrições concernentes ao âmbito legal. Ainda assim, com ênfase em política externa e decretos honoríficos.

Na tentativa de melhor compreender este processo de mudança de hábitos no letramento ateniense se divide a análise em hábitos epigráficos, hábitos arquivísticos e uma breve investigação sobre as mudanças em torno do ano de 403.

⁷⁰ Em 360 anos (até 403) há 1500 inscrições, uma média de 4 inscrições por ano. Até 146 (257 anos) são 18.500 inscrições, uma média de 72 inscrições por ano. Um aumento de 18 vezes na produção média.

a. Hábitos epigráficos

Apesar da constante associação entre escrita e produção de inscrições atenienses com a democracia pode-se perceber que há mais questões envolvidas no desenvolvimento da primazia da escrita em Atenas. Independentemente de se aceitar um início de instituições ou práticas democráticas com o período de Sólon, Clístenes ou de Efiáltes, a relação destes momentos com a produção epigráfica não justifica afirmações como as de Meritt (2014[1940]. pág. 89.). “A principal razão para a abundância de tais documentos era a forma democrática de governo do povo ateniense.”.⁷¹

Seguindo então alguns helenistas,⁷² que se voltaram para as inscrições não apenas como fontes individuais a serem destrinchadas, mas como parte de um hábito de produção das mesmas, se desenvolve aqui uma pesquisa sobre hábitos epigráficos. Para se compreender os processos envolvidos há de se apresentar os tipos de inscrições produzidas e as inovações em relação a estes tipos; os locais onde estas inscrições eram expostas e a relação entre mudanças na escolha destes lugares com os outros processos analisados neste trabalho; os temas escolhidos como dignos de inscrição e “publicação”, bem como as fórmulas de apresentação destas inscrições.

Dentre as inscrições “simples” - não associadas a vasos ou como dedicações em bases de estátuas, ou mesmo ao longo do corpo das estátuas – que primeiramente surgem em Atenas estão, muito provavelmente, as leis de Drakon e Sólon. Estas leis foram desenvolvidas no fim do século VII e início do século VI. Não se sabe ao certo quando e onde foram expostas, mas no período de Efiáltes, em torno de 462, elas estavam sendo mantidas na acrópole quando foram levadas para o *prytaneion* na ágora. Apesar de não terem sobrevivido temos citações e descrições de seus formatos e materiais. *Axones* e *kyrbeis* eram cilindros, quadriláteros ou prismas triangulares de madeira inscritos verticalmente em toda sua superfície com um eixo central que permitia que fosse girado. (STROUD, 1968;1979)

⁷¹ The principal reason for the abundance of such documents was the democratic form of government of the Athenian people.

⁷² Em especial Meyer(2013a;2013b), Hedrick (1999), Sickinger (1999; 1994;1999), Liddel (2010), Stoddart (1988).

Apesar de Meyer se surpreender com este tipo de epigrafia, principalmente quanto a sua funcionalidade, é possível traçar um paralelo com inscrições de preces tibetanas na entrada de seus templos ou como objeto central em alguns deles. A enunciação das preces acompanhada do ato de girar os cilindros constitui a prece. A leitura é desnecessária pois os monges as sabem de cor. O toque e o girar são formas rituais de manipular estas preces, enviando estas vibrações para o universo, no caso dos monges tibetanos. Estas inscrições gregas comportam um aspecto visual, monumental e para além do letramento. Os aspectos orais destas são bastante presentes nas mais antigas inscrições, “simples” ou não. (D'AJELLO, L. F. TELLES, 2010)⁷³

Na primeira metade do século VI, há três inscrições⁷⁴ em forma de pilares com texto na vertical. Nestas há menção de *hieropoioi* registrando as preparações para as Panatenaicas. Aparece então uma inscrição em bronze onde as *tamiai* da deusa listam todas as dedicações feitas em bronze. Sickinger (2007) sugere que esta peça epigráfica é uma prévia das listas em pedra que começam a aparecer, e Meyer aponta que a inscrição parece ser uma dedicação em si mesma. Monumentos com estilo de pilares e inscrições em seu corpo continuam com as *hermai*, marcando as estradas e divisões dentro da polis, e um altar dedicado por Pisístratos.⁷⁵ Estes hábitos de meados do século VI se intensificam e triplicam nas décadas entre 520 e 480. Durante o século V houve dez vezes mais dedicações do que nos séculos anteriores.

⁷³ Para maiores debates acerca das relações entre oralidade e letramento ver também THOMAS (1989;2005a;2005b), ONG (1982), HAVELOCK (1963;1986), ROBB (1994).

⁷⁴ IG I³ 507, 508, 509.

⁷⁵ M&L 11= IG I² 761= IG I³ 948.

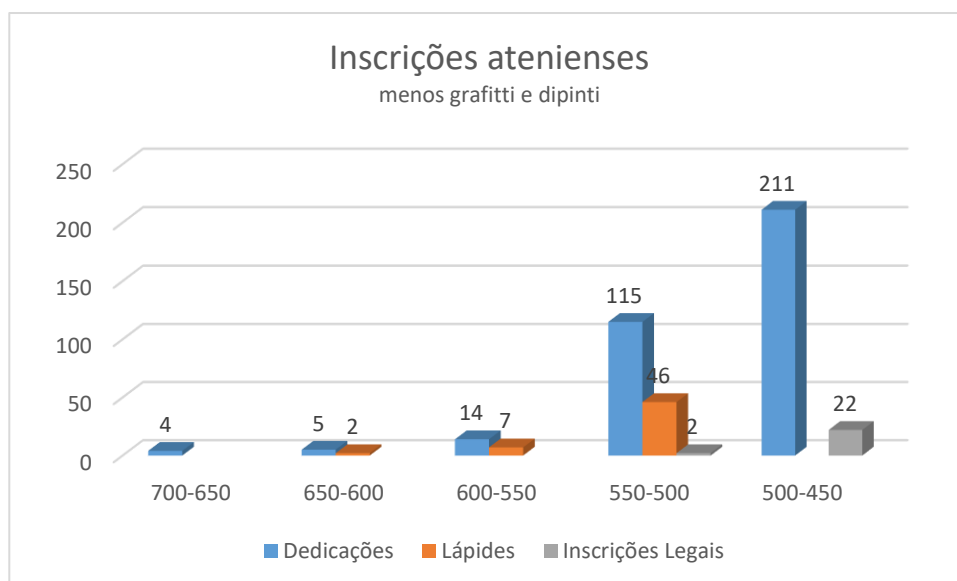


Tabela 3 - Inscrições atenienses

Este aumento de inscrições pode ser associado ao projeto de construções dos Pisistrátidas como sugerido por Hedrick (1999. pág. 398.). Camp (2001. pág. 28-39) analisa este projeto, apresentando as fundações e outras ruínas referentes a este. Os tiranos construíram um templo para *Athena Nike* próximo ao *propylaion*. A própria entrada da acrópole foi reconstruída pelos tiranos, com uma rampa de 90 metros de comprimento. Seis construções similares aos “tesouros” em Delfos foram erigidas na acrópole. A região conhecida como ágora foi estabelecida pelos Pisistrátidas. Antes um cemitério e uma quadra com casas, no projeto do tirano se tornou uma área com novos prédios construídos com o claro intuito de criar um ambiente de circulação pública. O altar dos doze deuses no centro da ágora, uma fonte na parte sul, uma grande casa no canto sudeste servindo possivelmente como casa dos tiranos, um templo para Dioniso *Eleutherous* ao sul da ágora, um templo dedicado a Zeus ao sudeste da ágora (40m por 100m) que não chegou a ser terminado. Tanto a acrópole, o centro sagrado da polis, quanto a ágora, considerada no século IV o coração da democracia ateniense, foram altamente modificados pelos Tiranos. A ágora foi de fato construída por eles, uma ironia que poucas vezes é levada em consideração quando tratando da dedicação de uma estátua honrando os tiranicidas na acrópole (pelo assassinio de um Pisistrátida) e outra na ágora (pelo assassinio de Frínicus, um dos Quatrocentos).

É importante notar que as inscrições acima mencionadas, e principalmente os *axones* e *kyrbeis* de Drakon e Sólon, permaneceram intactas durante o período dos Pisistrátidas. O período dos mais famosos tiranos de Atenas viu um aumento nas inscrições e a permanência das inscrições das leis de Sólon.⁷⁶ Os hábitos de inscrição de leis e de dedicações não parece ter sido problemático ou antitético ao período da tirania de Pisístratos e seus filhos. Nos últimos 25 anos do século VI, durante o auge do período da tirania de Hiparco e Híppias, a produção epigráfica em Atenas triplicou. De 500 a 450 esta produção decai para quase a metade. É possível que muito tenha se perdido devido ao saque de Atenas em 480 pelos persas. A destruição causada pode muito bem ter impossibilitado a sobrevivência de materiais epigráficos do período. Assim, não se pode afirmar se logo após o fim da tirania dos Pisistrátidas e das reformas de Clístenes a produção realmente diminuiu ou foi apenas destruída pelos persas em 480.

Ainda assim, há de se mencionar que o decreto mais antigo de Atenas é do fim do século VI, próximo ao momento em que Clístenes reformulou a polis. Este foi inscrito em um pilar, similar às outras inscrições que seguem o estilo dos *kyrbeis*, apesar de estar organizado em *stoichedon*. Seus sulcos foram pintados de azul e vermelho. O mesmo apresenta, pela primeira vez, a frase que depois se torna uma fórmula de publicação pela *Boule*: *edoxsen toi demoi*, “o povo decidiu”. A inscrição trata de atenienses morando em Salamina, provavelmente *clerochoi*, e suas responsabilidades.⁷⁷ Tucídides (VI.55.1) menciona uma estela na acrópole, que teria sido erigida neste período, contendo uma lista dos crimes cometidos pelos Pisistrátidas.

Um novo tipo de inscrição passa a recheiar a acrópole no século V. As honras aos deuses e as regulamentações de como se adorar aos deuses são explicitadas nas leis sagradas. A mais antiga destas a sobreviver é a inscrição de Hekatompedon, de 485/4.⁷⁸ Apesar do crescimento nestas inscrições, não só na acrópole, mas dentro de templos também, há uma ausência na produção de inscrições de cunho administrativo entre 480 e 450. Após a invasão dos

⁷⁶ Como apontado por Hedrick (1999, pág 398.), esta proposição é apoiada por menções em Hdt. 1.59.6; Thuc. 6.54.6; Arist. *Ath.* 14.3 e 16.2).

⁷⁷ IG I³ 1 = IG I² 1 = M&L 14 = Fornara 44.

⁷⁸ IG I³ 4 = IG I² 3-4.

persas e consequente destruição da polis em 480, uma série de modificações no desenho da cidade pode ter incentivado o aumento de inscrições.

Um templo dedicado à Atena e uma versão antiga do Parthenon estavam em construção quando da invasão persa. A destruição foi generalizada e incitou uma reconstrução possível principalmente pelos espólios da guerra e pela supremacia naval de Atenas, a partir de suas preparações contra os persas.

Da muralha circundante apenas porções permaneceram em pé, e a maioria das casas estava em ruínas. Apenas algumas permaneciam pois foram usadas pelos líderes dos persas como acomodações.

τοῦ τε γὰρ περιβόλου βραχέα εἰσθήκει καὶ οἰκίαι αἱ μὲν πολλαὶ ἐπεπτώκεσαν, ὀλίγαι δὲ περιῆσαν, ἐν αἷς αὐτοὶ ἐσκήνωσαν οἱ δυνατοὶ τῶν Περσῶν. (Th. 1.89.3)

Escavações comprovam a magnitude desta devastação.

Dezessete poços escavados na ágora foram preenchidos com destroços das casas privadas para as quais forneciam água anteriormente, e todos os prédios públicos arcaicos apresentam sinais de graves danos. (CAMP, 2001. pág. 57.)

Durante as reconstruções a estátua de bronze de Atena Promachos foi colocada no centro da acrópole como símbolo da vitória sobre os persas. As muralhas da cidade foram reconstruídas, o *Tholos*⁷⁹ e a *Stoa Poikile* foram construídos e o *Bouleuterion* foi renovado em torno de 470. O Pireu, que fora devastado, foi reconstruído com a planta de Hipódamos.⁸⁰ A Liga de Delos foi formada e, apesar de alguns conflitos com os persas ainda persistirem, certa estabilidade foi alcançada. Em 455 o tesouro da Liga de Delos foi transferido para Atenas. No ano seguinte as muralhas que ligam Atenas ao Pireu foram iniciadas.

A partir do terceiro quartel do século V as inscrições de todos os tipos, inclusive decretos, se multiplicam. As reformas de Efiáltes em 462 são frequentemente apontadas por helenistas como causa para esta proliferação

⁷⁹ Local de refeições dos membros do conselho, bem como acomodações para parte destes dormirem em caso de emergências.

⁸⁰ A “malha hipodâmica” concebida dos arquitetos atuais significa a ordenação das ruas em uma malha de linhas retas que se cruzam em ângulo de 90 graus, aproximadamente. Amplamente utilizada em todas as cidades do mundo hoje foi primeiramente aplicada por Hipódamos em Mileto, sua cidade natal, e no Pireu.

de decretos e outras leis.⁸¹ Mas há de se averiguar o conteúdo destas inscrições. A relação com o desenvolvimento do império ateniense através da Liga de Delos é mais presente nas inscrições do que uma preocupação com a administração interna da polis.⁸²

Figura 1 - Inscrição com relevo: Atena e Erectheus, ou Demos. IG I³ 375.



Neste período as inscrições começam a adquirir o formato tradicional de uma estela. A inscrição opistográfica⁸³ começa a diminuir e de acordo com Davies (2005) e Meyer (2013b), o uso de estelas inscritas em apenas um lado é maior em decretos diretamente políticos. Novos tipos de inscrições também surgem neste período, como Decretos honoríficos dedicados a estrangeiros. Estes tipos de decretos serão utilizados como forma de apaziguar os aliados insatisfeitos ao fim do século V, quando se tem a maior produção de decretos honoríficos.⁸⁴ Muitos destes

decretos honoríficos continham, além da inscrição em si, um detalhe entalhado apresentando a deusa Atena entregando as honras ao honrado. Há de se notar que este tipo de detalhe é comum no século V e início do século IV. Além da deusa, encontra-se em inscrições personificações de entidades como *Demos*, *Boule* e *Demokratia*, no entanto, eminentemente no século IV. A mais antiga personificação do *Demos* é em uma inscrição de 410,⁸⁵ em uma inscrição sobre os tesoureiros do templo de Atena. No entanto, as duas figuras são

⁸¹ Meritt (2014[1940]) de fato aponta 454 como o ponto do desenvolvimento mais forte da democracia em Atenas, associando a publicação da Lista dos Tributos a este desenvolvimento. Hedrick (1993) aponta a incongruência desta associação devido ao fato desta lista estar ligada ao início do império ateniense e seu controle sobre os aliados e não ao desenvolvimento do governo democrático em Atenas.

⁸² Ver em especial Liddel (2010).

⁸³ Epigrafia com inscrição em ambos os lados da estela.

⁸⁴ Para uma lista completa dos decretos e seus contextos específicos ver Meyer (2013b, n. 69.), Sickinger (1999, n. 45.). Para um debate sobre o uso dos decretos em relação à administração do império ver Liddel (2010).

⁸⁵ Ver Lawton (1993) e TZACHOU-ALEXANDRI (1993). IG I³ 375.

normalmente identificadas como Atena e Erectheus, o rei mitológico e fundador de Atenas. Tzachou-Alexandri aponta esta segunda figura como *Demos*, enquanto Lawton (1995) como Erectheus. A única personificação de *Demokratia* junto de *Demos* está presente em uma relevo acima de um decreto contra a tirania de 337⁸⁶ onde *Demokratia* coroa *Demos*, apresentando clara diferenciação entre a organização política do corpo de cidadãos atenienses.

Figura 2 - Relevo da inscrição IG II³ 320, *Demokratia* coroando *Demos*.



de 454, um bloco com 3,66 metros de altura por 1,10 metros de largura e 38,5 cm de espessura.⁸⁷

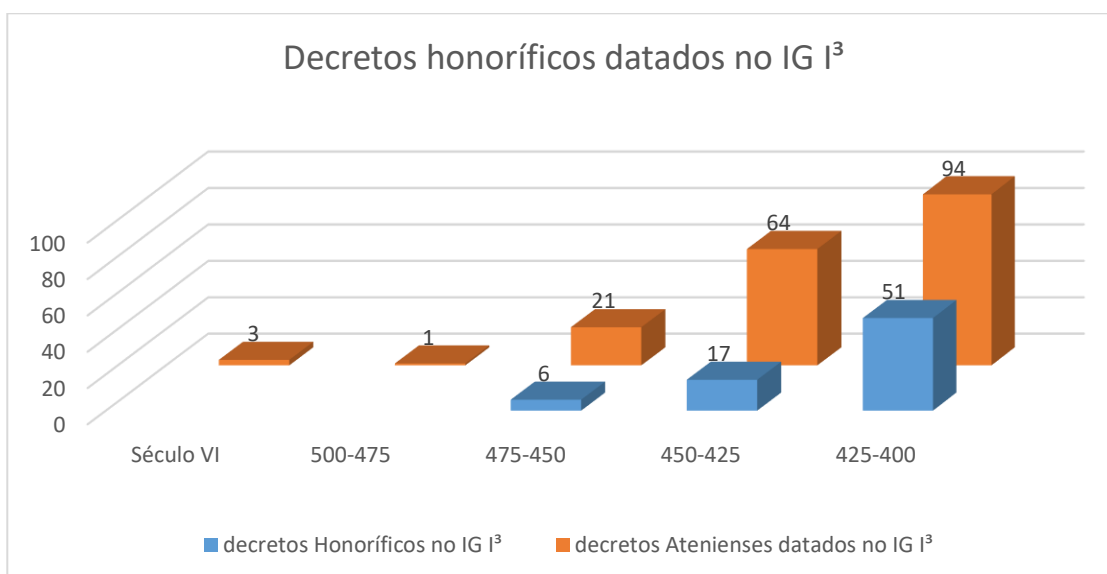
Como as inscrições em pedra anteriores na acrópole esta também foi inscrita em todos os lados (ênfatisando sua qualidade como objeto, não apenas uma inscrição), apesar de que desta vez o texto correu na horizontal ao invés de verticalmente. (MEYER, 2013b. pág. 468.)

Apesar desta maciça inscrição outros registros epigráficos deste tipo são notadamente escassos até 433.⁸⁸

⁸⁶ IG II³ 320.

⁸⁷ IG I³ 259.

⁸⁸ Ver Samons (2000), Blamire (2001).

Tabela 4 - Decretos honoríficos datados no IG I³.

Outras inscrições de cunho financeiro incluem relato dos gastos na construção de templos; montantes retirados do tesouro dos templos como empréstimo para financiar a guerra contra os espartanos; inventários dos tesouros sagrados. A partir deste tipo de inscrição advêm as definições de *demosia* (público) e *hosia* (propriedade sagrada). Para a diferenciação entre os tipos de fundos manipulados e inscritos neste período os atenienses passaram a diferenciar os seculares dos sagrados com a utilização destes termos. A mais antiga diferenciação clara em inscrição epigráfica destes termos é em IG I³ 253, de aproximadamente 420.⁸⁹

Outro tipo de inscrição que surge a partir de 450 são os documentos associados aos aliados. Tratados, regulamentações acerca da administração de rituais ou de organizações políticas das poleis aliadas. Estas inscrições são diretamente ligadas à expansão do império ateniense encabeçado pela figura de Péricles. As datações são incertas para estas inscrições, mas as variações giram entre 450 a 410 ou entre 420 e 410. É possível haver uma relação com a produção dos documentos financeiros que ocorrem em Atenas desde 454, mas com ênfase a partir de 433. Acerca dos debates sobre as datações cabe apontar que, como afirma Meyer (2013b. n. 84.), “a literatura é gigantesca”.⁹⁰ Liddel (2010. pág. 103-5) sugere que a quantidade de inscrições contendo regulamentações administrativas sobre os aliados diminui no fim do século V.

⁸⁹ Para maiores debates acerca deste tipo de inscrição e os termos neste contexto ver Blok (2010), Osborne (1994) e Papazarkadas (2011).

⁹⁰ Dentre as discussões mais recentes Rhodes (2008), Papazarkadas (2009).

Ao passo que os decretos honoríficos, principalmente concedendo *proxenia*, aumentam no mesmo período. O autor propõe uma tentativa dentre os atenienses em apaziguar seus aliados com honrarias e diminuindo sua intervenção direta no fim da Guerra do Peloponeso. Com defecções e perdas cada vez maiores os atenienses passam a concentrar esforços em uma estratégia que melhore a visão que seus aliados têm da polis.

Após a queda dos Quatrocentos em 411 o governo provisório dos Cinco Mil inicia uma revisão das leis que dura até 399, com um interstício durante o governo dos Trinta Tiranos em 404/3. Esta preocupação pela revisão das leis apresenta os primeiros indícios da proeminência da escrita em relação às leis não escritas tradicionais (*patrioi nomoi*). Em 409, como parte deste processo de revisão das leis, e suas publicações, a lei de Drakon sobre homicídio foi reinscrita e colocada na acrópole.⁹¹ Após a derrubada dos Trinta Tiranos em 404/3, diversas mudanças nos hábitos epigráficos são instituídas pela polis. Há uma proibição de leis não-escritas; o alfabeto jônico é escolhido como o dialeto oficial das publicações da polis; se define pela primeira vez a diferença entre lei e decreto (*nomos e psephismata*).

Baseado nestas atuações Merrit (2014[1940]) propõe que a escrita é associada à democracia e que por isso haverá mais inscrições, ou preocupações, com inscrições quanto mais a democracia estiver presente em Atenas. Hedrick (1999. pág. 400-1.) propõe que se relativizem estas afirmações.

Segundo a *Athenaion Politeia* (ARIST. **Ath.** 35.2) os Trinta Tiranos removeram algumas inscrições do Areópago e algumas *proxenias* foram revogadas, com a destruição dos decretos que apontavam sua concessão. Há a possibilidade de que algumas inscrições tenham sido rasuradas ou completamente apagadas pelos Trinta Tiranos e reutilizadas pela democracia. No entanto:

(...) os Trinta erigiram inscrições de sua própria autoria (ver especialmente AND. I 77-79). Apesar de alguns atos de censura ainda não se demonstrou que os Trinta desaprovavam escrita pública em geral e não apenas alguns decretos e ações da democracia. (HEDRICK, 1999. pág. 401)

⁹¹ IG I³ 104, ver Stroud (1968;1979).

Outra inovação que ocorre a partir da década de 430 são as inscrições duplas. Algumas estelas começaram a ser erigidas na acrópole e também na ágora.⁹² Por vezes as atividades mencionadas nas inscrições faziam parte do âmbito simbólico do local de publicação em ambos os locais. Lista de traidores eram expostas na acrópole, mas alguns oradores mencionam este tipo de inscrição na ágora.

De acordo com Liddel (2003) entre 469 e 395 apenas 82 inscrições indicam onde deveriam ser erigidas. Destas 71 indicam a acrópole. A literatura do período muitas vezes cita leis e decretos com apontamentos de sua localização. A acrópole aparece na maioria das ocorrências. Fora da colina sagrada a tendência parece ser a publicação de inscrições com temas específicos próximo a prédios associados ao conteúdo da inscrição. Leis acerca da *Boule* em frente ao *Bouleuterion*; lei de medidas em frente às medidas expostas na ágora; dedicações à Asclépio em frente ao templo de Asclépio. A presença de inscrições na ágora começa eminentemente a partir de 410.⁹³

As leis de Drakon e Sólon, o primeiro especialmente representado em um calendário religioso, foram reinscritas em frente, ou dentro, da *Stoa Basileios*, na esquina nordeste da ágora – mas talvez sem a remoção dos originais na acrópole – primeiro entre 410/9 e 405/4 e depois novamente entre 403/2 e 400/399. (MEYER, 2013b. pág. 478; n.114.)

O decreto de Demophantus (409 ou 402) com uma cópia na frente do *Bouleuterion* trata de como os atenienses devem proceder caso alguém tente derrubar a democracia. Os arcontes faziam seu juramento, ao entrarem no cargo anualmente, duas vezes: na acrópole e sobre uma pedra na frente da *Stoa Basileios*. Esta pedra só existiu neste local a partir do fim do século V.⁹⁴

A partir de 403, com as definições do governo restaurado após os Trinta Tiranos, há um aumento de decretos frente a uma quantidade muito pequena de leis gerais. Entre 403 e 322 sobreviveram 488 decretos e apenas 9 leis. Destes decretos 288 são honoríficos, 67 são relativos à política externa,

⁹² Ver MEYER (2013b. n. 109.) para mais detalhes. IG I³ 27 (data controversa, disputada entre 450 e 411, com cópia em madeira no *Bouleuterion*); IG I³ 155 (430s com cópia em madeira no *Bouleuterion*); IG I³ 165; IG I³ 71, etc.

⁹³ Ainda assim a presença esmagadora de inscrições na Acrópole continua e só é suplantada pela Ágora no século III.

⁹⁴ Ver Arist. *Ath.* 55.5.

incluindo 40 tratados, 21 relativos a cultos, 5 sobre administração de justiça e 107 de assuntos desconhecidos.

Mas uma importante diferença a partir de 403 é a relação entre a publicação de honrarias aos cidadãos atenienses, e sua consequente associação com a ágora em contraste com o uso da acrópole para os estrangeiros. Possivelmente a mais antiga inscrição presente na ágora, isolada desde sua colocação no fim do século VI até o fim do século V, é a base da estátua dos tiranicidas. Harmódio e Aristogiton tiveram suas estátuas erigidas por terem assassinado Hiparco, um dos Pisistrátidas.⁹⁵ A estátua foi colocada na ágora para ficar próximo ao local onde o ato foi consumado. Possivelmente o ambiente da ágora tenha assumido um caráter antitirânico. Uma lista dos atenienses de Phyle que auxiliaram na derrocada dos Trinta Tiranos foi colocada na ágora, em frente ao *Bouleuterion*. Curiosamente, os não atenienses que estiveram junto com o grupo em Phyle foram honrados separadamente, na acrópole. Similar a estas inscrições é o decreto de Teozótides, tratando dos órfãos de pais que morreram defendendo a democracia e sua lista de atenienses a serem beneficiados.⁹⁶ Em 409, o assassino de Frínicus, o líder dos oligarcas extremistas dentre os Quatrocentos, foi honrado como os tiranicidas de outrora. No entanto, este homem era Trasíbulos da Calcedônia, um estrangeiro. Sua estátua foi erigida na acrópole.

A ágora teve seu status de *demosios* desenvolvido durante o século V. O uso público, as *Stoai* com sua função de encontro e trocas entre a população, os prédios públicos como o *Tholos*, *Bouleuterion*, as cortes populares (reunidas na ágora a partir de 400)⁹⁷, contribuem para este caráter popular, público, *demosion*. Ao fim do século V se tornou um espelho de certas atividades da acrópole. Pelas vicissitudes da história viu a estátua dos tiranicidas erigida em seu seio devido ao local do ato. Inscrições passam a ser duplicadas na ágora. Uma área pública construída pelos tiranos passou a ser um símbolo do público, do povo, da antitirania.

⁹⁵ IG I³ 502.

⁹⁶(MERITT, BENJAMIN D., 1933. Agora Inventário I16, I 16b, I 17, I 18, I 93.). Sobre os membros do grupo vindo de Phyle ver (MEYER, 2013b. pág. 475-7.), (RAUBITSCHKE, 1941), (TAYLOR, 2002). Sobre os órfãos e o decreto de Teozótides ver (STROUD, 1971). Contrário a estas visões ver (KRENTZ, 1980).

⁹⁷ Para debate desta data ver (SHEAR, J. T., 2007) e (BOEGEHOLD, 1995a)

Outro bom exemplo de como esta passagem da acrópole para a ágora se deu pode ser vislumbrado nas primeiras duas inscrições feitas pelos *poletai*.⁹⁸

Meyer trata detalhadamente acerca destas duas inscrições e, portanto, merece uma citação mais alongada:⁹⁹

As primeiras foram as famosas 'Estelas Áticas', dez estelas registrando a venda e o leilão das propriedades dos condenados pela profanação dos Mistérios Eleusinos e das mutilações das *hermai*; estas estelas foram provavelmente erigidas no próprio *Eleusinion*, em uma base para este propósito. (...) O segundo monumento foi composto de três a seis estelas registrando a venda e o leilão das propriedades dos Trinta (e outros associados) em 402/1, provavelmente erigida na frente do *Bouleuterion* ou ao menos em algum lugar no canto sudeste da ágora. O documento de várias estelas de 414/13, que registrava os resultados de um processo que punia justamente aqueles que injuriaram os deuses, foi uma inovação epigráfica. Erigida (como era o apropriado) como um reconhecimento perpétuo do poder divino no santuário das deusas. O registro da punição dos Trinta imita este monumento epigráfico mas muda sua localização, movendo-a do espaço *hieros* para o *hosios*(.) (MEYER, 2013b. pág. 483-4.)

Um último aspecto importante das mudanças de hábitos epigráficos está relacionado às chamadas fórmulas introdutórias. Charles Hedrick¹⁰⁰ fez exaustiva pesquisa acerca destas afirmações e apresentações nas inscrições atenienses que sugerem as motivações para tais inscrições. Nem todas têm um caráter associado à livre exposição de ideias, divulgação de informação ou mais diretamente à democracia. No entanto, Hedrick encontrou quatorze (14) variações mais associadas ao que se pode chamar de um viés democrático. Oito destas são analisadas a fundo em seu artigo. De acordo com Hedrick, estas fórmulas são massivamente mais presentes em Atenas do que em outras poleis. Ademais, estas fórmulas estão presentes continuamente desde o século V a.C. até o século II d.C.

⁹⁸ Cargo da polis que administrava concessões de mineração, terceirização de contratos públicos, concessão de coleta de taxas e leiloava as propriedades dos condenados.

⁹⁹ *Hosios* é um sagrado, como *hieros*, mas onde o segundo é puramente divino o primeiro é a ação humana autorizada pelo divino. No trabalho de Meyer se propõe que a ágora apresenta esta passagem do *hieros* para o *demosion* para o *hosios*. Aristóteles aponta no século IV que o governo é *hosios*, mas esta associação só é apontada com a democracia quando apenas esta forma de governo é bem vista, a partir do século IV.

¹⁰⁰ (HEDRICK, 1999), ver seu apêndice II para a lista completa das quatorze fórmulas introdutórias e as referências de todas as inscrições onde elas aparecem, desde o século V a.C. até o século II d.C.

Então, durante os períodos Helenísticos e romanos, fórmulas introdutórias são geradas dentro de uma tradição documentável, que em muitos casos podem ser rastreadas sem nenhuma quebra até o século IV a.C. Os sentimentos expressos nos documentos destes períodos posteriores, mesmo em períodos de dominação oligárquica, preservam e refletem ideias tradicionais de importante significado político associado à escrita. (HEDRICK, 1999. pág. 409.)

Os números apresentados pelo autor demonstram novamente uma guinada para as formas de honraria através da escrita. Das 350 instâncias de fórmulas introdutórias, 328 são em decretos honoríficos ou que fornecem privilégios.

A fórmula mais associada à democracia é a mais rara. $\sigma\kappa\omicron\pi\epsilon\acute{\iota}\nu\ \tau\tilde{\omega}\ \beta\omicron\upsilon\lambda\omicron\mu\acute{\epsilon}\nu\omega$, para todos que quiserem possam ver. Os dois termos desta fórmula são importantes. *Bouloménos* é um status essencial para o desenvolvimento da democracia ateniense, associado ao conselho e ao voluntariado nas participações políticas da polis. *Skopein*, no entanto, é um termo que só aparece em inscrições nas únicas cinco (5) instâncias desta fórmula. Seu significado é examinar, ver. Poderia ser entendida como ler, mas em inscrições epigráficas o termo *anagignosko* é o mais comum significando “ler”. Rosalind Thomas propôs que o caráter monumental das inscrições atenienses, principalmente no período Arcaico e Clássico, não pode ser relevado, sugerindo que *skopein* signifique a visualização deste monumento, mais do que a leitura de seu conteúdo.¹⁰¹

Quatro das cinco aparições da fórmula introdutória estão presentes em inscrições entre 430 e 420.¹⁰² Estas quatro inscrições são documentos financeiros. A quinta instância da fórmula é um decreto honorífico em 304. Mesmo sendo facilmente associada à democracia, sua presença em documentos financeiros parece se relacionar com a exposição dos devedores públicos ou honras aos deuses na contabilidade dos tesouros dos templos.

¹⁰¹ Para os debates acerca dos aspectos não letrados da escrita grega ver (THOMAS, 1989;2005a;2005b), ver também (ROBB, 1994) e (SVENBRO, 1993).

¹⁰² IG I³ 60, IG I³ 140, IG I³ 133, IG I³ 1453, IG II² 487.

A fórmula ὅπως ἂν εἰδέναί, para que seja possível saber, aparece apenas duas vezes. Uma no século V, apresentando regulamentações sobre o santuário de Kodrus em 418,¹⁰³ e outra no fim do século IV, sobre a reconstrução das muralhas. Esta fórmula parece estar associada à averiguação de construções e escrutínio por parte de todos. Consistente com um aspecto democrático, mas raro demais para se estabelecer uma ligação direta. Já as duas outras variações desta fórmula, ὅπως ἂν εἰδῶσι, para que eles possam saber, e a forma participial¹⁰⁴, aparecem 48 e 119 vezes, todas elas entre os séculos IV a.C. e o I d.C.

Todas as outras 12 fórmulas introdutórias aparecem de 340 a.C. em diante. Não só a quantidade de inscrições é absolutamente superior para o período pós 403 como as formulas introdutórias e as organizações do texto e suas características formais se desenvolvem exponencialmente. As características da democracia se apresentando através das inscrições legais, das formulas introdutórias utilizadas, das organizações de cabeçalhos e representação dos corpos administrativos nas inscrições, são cada vez mais exploradas, mas a partir do século IV. A força desta tradição, de uma exposição pública e com tons democráticos através das inscrições legais, é tão forte que permanece através dos séculos e das formas de governo até o período cristão. Esta tradição parece ser sugerida no fim do século V e ativamente explorada no século IV.

b Hábitos arquivísticos

Como muitas fontes associam a escrita com a democracia, em especial em Atenas, a averiguação de como, quando e porque se inscreve publicamente foi tratada acima. De igual importância é tentar compreender o que se faz com estes registros. Certamente a associação entre escrita e democracia é um pouco ingênua quando se percebe o desenvolvimento democrático das instituições e práticas tão descompassados com o uso da escrita para este fim.

¹⁰³ IG I³ 84.

¹⁰⁴ Para que sejam vistos, no caso do participio.

A partir de meados do século V, e principalmente do fim do mesmo século, a produção associada a decisões políticas internas aumenta. Neste momento então se pode ver uma relação mais próxima entre escrita e democracia. Mas esta produção era mantida em que material? Tinha por objetivo a manutenção permanente ou temporária? O que seria mantido e onde? Estas questões giram em torno dos hábitos arquivísticos. O processo que levou os atenienses a produzirem escrita pública é acompanhado por um processo de reflexão sobre o que se fazer com estes registros.

Uma importante noção a ser investigada é a de originalidade. A relação original-cópia entre os atenienses difere da atual e deve ser compreendida para que se possa começar a entender a relação com a manutenção de registros inscritos. Este processo que leva a uma eventual centralização dos registros em um arquivo público entre 409 e 405 perpassa por estas questões. Muitos autores têm debatido especificamente este tema,¹⁰⁵ e em sua maioria concordam, em termos, com a percepção de autoridade repousando sobre a inscrição em pedra tornadas públicas.

Nós vimos que o texto publicado de um documento grego não é o original; pode não concordar completamente com o texto original; e se o texto foi publicado em mais de uma cópia estas podem não concordar completamente entre si. (RHODES, 2001b. pág. 136.)

Entre as questões trabalhadas por Rhodes está presente a destruição de estelas quando estas são revogadas. Thomas propõe que este tipo de exigência exemplifica o nível de simbolismo associado com a inscrição enquanto um monumento. A destruição sendo necessária para que a autoridade não permanecesse enquanto a inscrição estivesse em pé. Sickinger discorda destes termos por seu exagero. A manutenção de uma lei inscrita que foi revogada ou se tornou imprópria seria uma fonte de confusão para os atenienses. Sua derrubada serviria para evitar contradições entre leis expostas. Sem se posicionar contra Sickinger ou Thomas, Rhodes afirma que independentemente da presença de cópias em outros materiais em algum arquivo, ou do valor simbólico e monumental de uma inscrição, o que se

¹⁰⁵ (BOEGEHOLD, 1972); (RHODES, 2001a;2001b; RHODES; LEWIS, 1996); (SICKINGER, J., 1999; SICKINGER, J. P., 1994;1999). Outros autores tratam deste tema de maneira passageira dentro de debates mais amplos como o da relação entre oralidade e escrita, tais como (ROBB, 1994); (THOMAS, 1989;2005a;2005b).

encontra são ordens para destruição das estelas e não para a destruição de inscrições em outros materiais como papiro, madeira ou tábuas brancas.

Durante o século V e início do século IV os oradores nunca citam leis em arquivos ou em outro formato que não a inscrição em pedra. Lísias e Andócides fazem muito uso destas citações. Demóstenes e Ésquines no século IV passam a referenciar inscrições *en toi demosioi*, e posteriormente *en to Metroon*. Mesmo as citações entre os oradores são preferencialmente das inscrições, ao menos até meados do século IV.

O documento em si, ou uma cópia, ou resumo do documento, é oficial e válido em qualquer formato que seja, não importa se forma ou fraseologia no original varie um pouco na cópia ou no resumo. Nenhuma forma torna um documento mais válido *ipso facto*, ou mais autêntico ou autoritário. (BOEGEHOLD, 1972. pág. 24.)

Sickinger chega a sugerir que a fórmula “σκοπεῖν τῷ βουλομένῳ”, para todos que quiserem possam ver, e “ὅπως ἂν εἰδέναι”, para que seja possível saber, signifique justamente isto: Dentre todas as reproduções da mesma inscrição aqui está uma que ficaria mais facilmente visível. Esta proposição é mencionada também por Rhodes (2001b. pág. 141.). No entanto, este propõe a relação com o aspecto simbólico e monumental da visualização como apresentado por Thomas¹⁰⁶. Mas como visto acima, estas expressões são muito incomuns e são as únicas formulações presentes no século V, além do fato de que a maioria das inscrições até o fim do século estarem localizadas na acrópole, local sagrado e fechado para circulação pública, exceto em festivais específicos.

Contrário a Boegehold, Rhodes propõe que chamar de cópia ou original perde o sentido, dada a aparente autoridade entregue à forma inscrita e publicada frente a qualquer outra. No entanto, frente a mais de uma cópia inscrita nenhuma parece ter autoridade sobre a outra nos exemplos apresentados por estes autores.

É importante notar que todos os exemplos apresentados por estes autores perpassam os séculos em Atenas. Inscrições desde o século V a.C. até o século II d.C. apresentam estas características em relação à autoridade compartilhada das formas inscritas e publicadas sobre possíveis reproduções

¹⁰⁶ Além de Thomas outros autores tratam do aspecto simbólico e não letrado da escrita ou de inscrições. Ver nota 73

em outros materiais. Este hábito permanece mesmo após clara e definida ordem de manutenção de arquivos públicos e aumento exponencial na produção e mesmo inscrição pública de leis. A necessidade de se resguardar originais ou de se facilitar acesso à informação mais acurada certamente não motivou as mudanças nos hábitos arquivísticos.

Deve-se então, analisar o desenvolvimento dos usos de materiais e práticas de publicação durante os séculos para que se possa compreender o processo que culmina na centralização de leis atenienses em um arquivo central chamado de *Metroon* no fim do século V.¹⁰⁷

Na *Athenaion Politeia* há menção de Drakon e os atenienses de seu tempo como sendo os primeiros a escrever *thesmiai*. Os *thesmotetas* teriam então a função de “publicar as ordenações e dispor de sua guarda para a resolução dos litígios.”¹⁰⁸ Sickinger (1999) analisa a fundo estas afirmações, verificando as associações entre *thesmiai* e *nomoi* feitas na *Athenaion Politeia*. Aristóteles parece notar aqui a prática de anotações acerca de leis para posterior referência ao momento de decisões judiciais. Infelizmente não há como averiguar estas afirmações, pois nenhuma lei deste período sobreviveu à exceção da lei de homicídio de Drakon em uma reinscrição de 409. A possibilidade de que houvesse um arquivo onde os *thesmotetai* poderiam consultar as leis é uma proposição extremamente hipotética baseada em suposições a partir de afirmações na *Athenaion Politeia*, escrita mais de três séculos depois do período dos primeiros *thesmotetai*. No entanto, uma das proposições de Sickinger pode ser considerada mais plausível. A possibilidade de que os *thesmotetai* usavam a escrita para ajudar nas decisões de casos futuros, como anotações para manutenção de um rol de jurisprudência. Uma lista de indicações acerca de decisões prévias. De certa maneira o que os *mnemones*¹⁰⁹ faziam em poleis de influência dórica é possível que os *thesmotetai* tenham feito nas poleis jônicas. Enquanto os dóricos mantinham a tradição da memória os jônicos se apoiavam na *graphia*. Como visto acima a

¹⁰⁷ Há de se notar que o arquivo público central só passou a ser chamado de *Metroon* em meados do século IV. Há indícios de que este seja o antigo *bouleutérion* que passou a ser chamado de “o prédio público” e depois *Metroon*. Este processo é analisado nesta seção mais abaixo.

¹⁰⁸ ARIST. *Ath.* 3.4. (ARISTÓTELES; PIRES, 1995. pág. 19.)

¹⁰⁹ Para uma investigação mais detalhada sobre as funções dos *mnemones* e sua relação com oralidade e memória nos procedimentos legais gregos ver (D'AJELLO, L. F. TELLES, 2010).

relação entre escrita e democracia não é tão presente na história ateniense, mas a relação entre Atenas e a escrita fica clara quando comparada com outras poleis.

Devido à falta de evidências deste período, e indícios de uma tradição de associação de leis recentes com legisladores antigos, apenas conjecturas podem ser feitas. Ésquines (AESCHIN. I. 6) apresenta uma lei sobre a educação de jovens homens como advinda de Drakon, mas Stroud (1968) coloca em dúvida esta proposição. Lísias aponta como advinda de Drakon uma lei sobre vadiagem que tinha morte como punição, mas esta lei é mencionada por Heródoto, Diógenes Laertius, e Plutarco. Cada um apontando o autor da lei como Sólon, cópia de lei egípcia, leis de Pisístratos. Por fim há menção à lei de homicídio presente em Antífote (ANTIPHON. V. 14 = ANTIPHON. VI. 2) como advinda de Drakon mas que apresenta indícios de ter sido produzida posteriormente (GAGARIN, 1981).

A única forma, atualmente, de se averiguar as leis de Drakon e possíveis práticas na produção de inscrições, é através da análise da reinscrição de uma de suas leis sobre homicídio em 409, durante o processo de revisão das leis levado a cabo pelos *anagrapheis*.

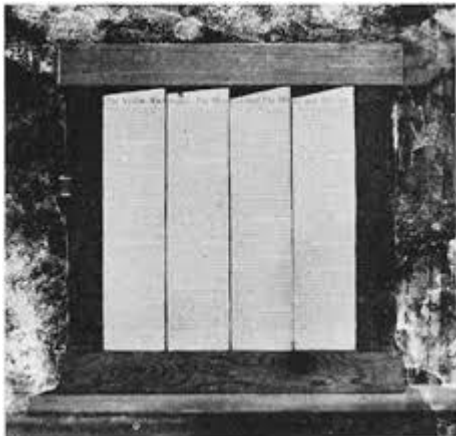
A lei de Drakon sobre homicídio deverá ser inscrita pelos *anagrapheis* das leis após terem a recebido do (Arconte) *Basileios* juntamente com o *grammateos* da *Boule* (...) Primeiro axon.

Δράκοντος νόμον τὸν περὶ τὸ φό[ν]ο ἀναγρα[φ]σά[ν]τον οἱ ἀναγραφῆ /
ς τῶν νόμων παραλαβόντες παρὰ τῷ
β[α]σ[ι]λέ[ο]ς μετ[ὰ τὸ γραμμ]ατέο / ς τῆς
βουλῆς (...) ¹⁰πρῶτος ἄχσον. (IG I³ 104 =
Fornara 15)

A partir desta inscrição pode-se inferir algumas práticas. Se os *anagrapheis ton nomon* deveriam receber a lei do arconte *basileios* (e do *grammateos tes Boules*), esta antiga lei draconiana estava na posse destes oficiais. Haveria então alguma forma de arquivo especial do arconte. Talvez apenas o arconte tivesse permissão para retirar a lei de Drakon de onde quer que esta estivesse. Mas de qualquer maneira haveria uma lei do século VII guardada em algum lugar no fim do século V. Quando a lei está sendo reinscrita o texto inicia com “Primeiro axon”. Haveria então ao menos dois *axones* onde as leis de Drakon foram inscritas. É possível então que de fato houvesse uma coleção de leis draconianas. Mas é igualmente possível que

houvesse uma coleção de leis começando com a lei de homicídio de Drakon e contendo outras.

Figura 3 - Reconstrução dos axones.



Os *axones* e *kyrbeis* são mencionados apenas em relação às leis de Drakon e de Sólon. Acerca de Drakon não há muita evidência, mas sobre a de Sólon há muitas menções divergentes. Não se tem certeza do formato e material destas inscrições, mas as menções a estes tratam de cilindros ou prismas com três ou quatro faces longas e duas pequenas, colocados em bases com um pino em suas faces pequenas de forma que pudessem ser girados.¹¹⁰

Sickinger sugere que este formato dificulta a compreensão destas inscrições por um viés simbólico como proposto por Thomas (THOMAS, 1995), Hölkeskamp (HÖLKESKAMP, 1993), Detienne (DETIENNE; CAMASSA, 1988), Steiner (STEINER, 1994).

A maioria das reconstruções dos *axones* os vê como pilares de madeira que poderiam ser girados e seu texto inscrito nas superfícies visíveis; estes eram objetos feitos para serem consultados. (SICKINGER, J. P., 1999)

Figura 4 - Réplica em miniatura de uma roda de preces budista.



Como os primeiros locais apontados para os *axones* e *kyrbeis* fora a acrópole, os atenienses teriam poucas oportunidades para consultar tais inscrições.

Mesmo que estivessem em local de fluxo contínuo pode-se fazer uma comparação em função simbólica aos pilares de preces budistas que têm um formato similar e servem para multiplicar e reverberar as preces cantadas por aqueles que os giram. As preces entalhadas não

¹¹⁰ Para trabalhos recentes sobre *axones* e *kyrbeis* ver (DAVIS, 2011; HOLLAND, 1941), de onde a imagem foi retirada.

são lidas para consulta, elas são reconhecidas e tocadas para propagação simbólica.

Os locais dos *axones* de Drakon não são explicitamente mencionados. Os de Sólon, porém, são mencionados em diversas fontes. A possibilidade de que os *axones* e *kyrbeis* dos dois legisladores estivessem juntos parece plausível. Sickinger aponta claramente os possíveis locais de armazenamento destas inscrições em madeira. Os quatros locais mencionados são o *Bouleuterion*, o *Prytaneion*, a *Stoa Basileios* e a acrópole.¹¹¹ Destes a acrópole e o *Prytaneion* são os mais prováveis para o local original devido ao período de construção. O *Bouleuterion* e a *Stoa Basileios* podem ter sido o local de depósito em momentos posteriores ou após a reinscrição. Como visto anteriormente os *anagrapheis* podem ter publicado suas revisões e/ou propostas de novas leis na *Stoa Basileios*, onde podem então ter depositado a reinscrição da lei de Drakon. Mas como a inscrição sugere que a lei estivesse na posse do arconte *basileios*, é possível que antes da reinscrição a lei já tivesse sido movida para a *Stoa*.

Esta reinscrição indica a manutenção de uma lei do século VII preservada até o fim do século V para ser reinscrita. É possível que não se tivesse a primeira inscrição da lei e sim outras cópias, ou versões, mas a lei foi preservada em formato similar ao do período antigo. Apesar da presença de outras leis associadas a Drakon e Sólon que são claramente produções posteriores, Stroud (1968) e Sickinger (1999) apontam as diversas indicações de que a lei reinscrita em 409 segue um texto original.

Em 425 os atenienses inscreveram uma lista dos arcontes epônimos.¹¹² Esta lista retorna até o ano de 527 e há espaço nas lacunas antes desta parte da inscrição para retornar até 683, ano tradicionalmente apontado para o primeiro arcontado com Creon. Outras listas que aparecem neste período são as listas dos vencedores dos festivais das Dionisiacas e dos vencedores olímpicos. Outros aspectos da vida ateniense podem ter incentivado o uso de listas, como os devedores ao templo de Atena, a lista de ações dos Tiranos após sua derrubada. Esta forma de iniciar o registro de listas aparece em

¹¹¹ FgrH 72F13(JACOBY, 1923); Pausânias (PAUS. 1.18.3); ARIST. **Ath.** 8.1; PLU . **Sol.** 25.1.

¹¹² IG I³ 1031 = M&L 6.

diversos locais onde a oralidade ainda é proeminente, mas o uso da escrita começa a se estabelecer, o que é coerente com as teorias de Jack Goody e Ian Watt¹¹³. Algumas destas listas indicam a manutenção destes registros em outros materiais que não em pedra desde o século VII. Seria possível, então, que inicialmente o registro de listas, talvez similares ao que os *thesmotetai* deveriam fazer ao tomarem notas para lhes ajudarem a decidir casos futuros, tenha se tornado uma prática monumental levada à inscrição em pedra no terceiro quartel do século V. Período em que a inscrição em pedra já iniciava seu afloramento a partir da administração do império ateniense e da prestação de honrarias.

No entanto, em textos epigráficos e literários não se encontra menções sobre documentos oficiais em materiais que não em pedra antes do fim do século V. Autores como Robb (1994), Thomas (2005a) e Havelock (1986) apontam estas menções como um reflexo do fim do século V como o ponto de transição entre a proeminência da oralidade para a escrita. Citam inclusive uma diminuição no caráter simbólico através dos conteúdos e formas de inscrição do período como foram apresentados acima.

Nós simplesmente não sabemos o que aconteceu com os textos de documentos atenienses não inscritos em pedra, e assumir uma destruição sistemática é ir além das evidências disponíveis. (SICKINGER, J. P., 1999. pág. 71.)

Os indícios que se tem acerca da manutenção de registros para além do material em pedra não são diretos, mas podem ser bastante persuasivos. IG I³ 105 apresenta mais de uma lei inscrita conjuntamente. Estas leis tratam dos poderes da *Boule* e da *Ekklesia*, além de um juramento da *Boule*. No entanto, os oficiais apresentados em cada cabeçalho indicam datas de 501 a 462 a.C. e a inscrição destas leis juntas é datada de 409 a.C.¹¹⁴ Em 420, ao inscreverem uma lei sobre as relações entre atenienses e Methone, uma cidade na Macedônia, apresenta-se quatro decretos anteriores sobre tratados com a mesma cidade feitos durante a década anterior.¹¹⁵ Estas inscrições sugerem

¹¹³ (GOODY, 1977; GOODY; WATT, 1963)

¹¹⁴ Ver Ostwald (1986. pág 31-2, n. 118.) para debates acerca desta inscrição.

¹¹⁵ IG I³ 61.

que os decretos foram mantidos em algum material menos longevo do que pedra até o momento de sua inscrição final. Como eram mantidas, onde eram salvaguardadas, sob responsabilidade de quais oficiais, são questões que não podem ser respondidas frente às evidências existentes atualmente. Ainda assim, é possível se inferir a existência da prática de manutenção de leis e decretos não inscritos em pedra. As relações entre manutenção de leis de períodos anteriores e oficiais especificamente responsáveis pela inscrição de decretos é atestada apenas para 450 em diante em Atenas.

Rhodes e Hignet apresentam teorias similares acerca da relação entre o aumento da produção de inscrições após 450 e a presença de *grammateoi* apenas após este mesmo período.¹¹⁶ Os decretos da primeira metade do século V são normalmente datados pelo arconte e não pelo oficial da *Boule*. Na segunda metade do século V o inverso é verdadeiro. Os oficiais da *Boule* e as *pritanias* são apresentadas no cabeçalho dos decretos. Ademais, os *grammateoi* aparecem auxiliando a *Boule* e os arcontes. Os autores propõem, então, que dentre as modificações iniciadas por Efiáltes estaria o estabelecimento das *pritanias*, além do aumento das funções de sua jurisdição. Assim, a organização passou a ser através das *pritanias* auxiliadas por seus secretários no aumento de funções associadas a este conselho após Efiáltes e a expansão do Império Ateniense.

Como os Arcontes presidiam as reuniões da *Boule*, e também eram responsáveis por presidir julgamentos referentes às suas respectivas jurisdições, Hignet (1952. pág. 125-6.) e Rhodes (1972a. pág. 18.) propõem que os documentos referentes a suas áreas de atuação na *Boule* e nos julgamentos fossem mantidos em arquivos do próprio cargo. Ou com a pessoa a ocupá-lo ou nos edifícios associados a seus cargos.

¹¹⁶ De acordo com ABBOTT (2012) há menções a secretários, ou *grammateoi* em inscrições do século VI, especialmente IG I³ 508. 509 e IG I³ 5 do ano 500. No entanto, sua função não fica clara, nem mesmo sua relação com escrita, apesar da relação etimológica do título deste cargo. A primeira vez que a presença é clara e relacionada à produção da inscrição é com o secretário da *Boule* em IG I³ 193 de 450-435.

Acerca de citações de leis e a possível manutenção de inscrições em arquivos, Sickinger apresenta com propriedade as teorias de Ulrich Kahrstedt. Cabe aqui uma citação mais delongada expondo tal proposta.

Ulrich Kahrstedt detectou um desenvolvimento cronológico em práticas de citação e inferiu um desenvolvimento similar em técnicas de manutenção de registros. Referências a documentos do século quinto, ele argumenta, quase que invariavelmente dependem de um texto inscrito. Quando citando documento do século quarto, no entanto, oradores e autores antigos não identificam as fontes de onde obtêm os mesmos. (SICKINGER, J., 1999. pág. 232.)

A explicação dada para esta mudança de hábitos parte da presença de um arquivo público central a partir do fim do século V. O *Metroon* não é mencionado com este nome antes de meados do século IV. No entanto, Boegehold (1972), Sickinger (1994;1999) e Camp (2001) apresentam uma cronologia altamente plausível e apoiada em evidências fortes para a utilização do *Metroon* desde 409-405 como um arquivo público central. A manutenção de decretos no arquivo implicaria a clara menção subentendida de que as fontes dos documentos citados estariam neste local.

Em 411/10 os Quatrocentos são empossados e modificam algumas leis. Antes das assembleias que possibilitaram a tomada de poder por parte dos Quatrocentos algumas leis foram suspensas para que se pudesse propor mudanças na constituição, na *politeia*. Em poucos meses um novo governo provisório assumiu ao se depor os Quatrocentos. Negociações de paz com Esparta foram rechaçadas e consideradas inconstitucionais. Estas modificações em diversos aspectos legais da administração ateniense levaram a um projeto de revisão das leis levados a cabo por um grupo de *anagrapheis*. Como apresentado anteriormente estes *anagrapheis* passaram dez anos efetuando estas revisões, com um interstício de quatro meses durante o período dos Trinta Tiranos.

Neste mesmo período encontram-se menções a outros materiais utilizados para escrita e manipulação de decisões administrativas na polis. Encontram-se menções de uso de papiro como documento imbuindo autoridade ao seu portador,¹¹⁷ rolos de papiro adquiridos durante a construção

¹¹⁷ Ar. Av. 1024-5. 414 a.C.

do *Erechteion* para cópias¹¹⁸ e um decreto honorífico dedicado a um cidadão de Samos, IGII² I (linhas 61-3), que prevê a entrega da cópia em papiro do decreto ao honrado. Alguns decretos apresentam indicação de uma cópia duplicada a ser depositada no *Bouleuterion*,¹¹⁹ por vezes mencionada como cópia em madeira. Muitas práticas atestadas em decretos e descritas nos discursos dos oradores apontam a manutenção de listas de devedores, de membros de *demes*, de novos *efebos*. Todas com possibilidade de serem riscadas ou apagadas. Possivelmente feitas com tábuas de madeira pintadas de branco e escritas por cima.

Após 403, o processo de *nomothesia*, a aprovação de leis e decretos, foi consolidado e previa a utilização de tábuas brancas com propostas expostas em frente às estátuas dos heróis epônimos. A primeira menção conhecida desta prática é anterior à consolidação da *nomothesia*. O processo efetuado pelos *anagrapheis* fez uso deste recurso. As revisões e propostas de inscrições eram feitas em tábuas de madeira branca em frente aos heróis epônimos para que todos pudessem ver.

Antes da utilização do *Metroon* como arquivo público esta plêiade de documentos em madeira e papiro devia ser de difícil manutenção. Estes documentos eram possivelmente mantidos pelos oficiais responsáveis pelas atribuições relacionadas nas leis e decretos às quais eram associadas. No entanto, estes processos de modificações e revisões de leis, no período dos Quatrocentos, dos Cinco Mil, dos Trinta Tiranos e dos *anagrapheis*, podem muito bem ter incentivado a organização destes documentos da mesma forma como a revisão das leis válidas era feita pelos *anagrapheis*.

¹¹⁸ Presente na inscrição que contém a relação dos custos da construção do *Erechteion*, IG I³ 476. 289-91. 408/7 a.C.

¹¹⁹ IG I³ 56, 78, 155, 165.

Como apontado acima, a acrópole só deixa de ser um local preferencial para se erigir inscrições no século III d.C. No entanto, é durante o fim do século V que a presença de certas inscrições na ágora aumenta, em consonância com a ideia de uma separação de espaço entre decretos relacionados a estrangeiros e cidadãos atenienses. Certos locais fora da acrópole são escolhidos por serem relevantes em relação ao conteúdo do decreto. Um dos locais mais mencionados neste período é o *Bouleuterion* para inscrições lidando com atividades dos conselheiros ou decisões efetivadas pela *Boule*.¹²⁰ Certas inscrições eram expostas no *Bouleuterion*, e alguns autores propõem

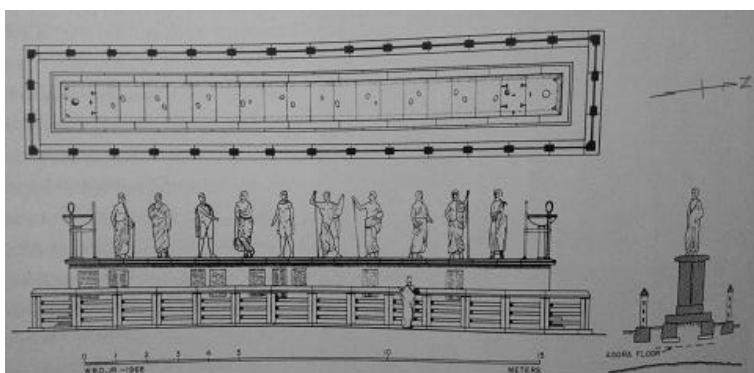


Figura 5 - Esquema reconstruído das estátuas dos Heróis Epônimos.

que os documentos não inscritos em pedra seriam guardados em algum local associado ao oficial responsável pela publicação e manutenção destes registros. Este oficial, desde 450 é o *grammateys tes Boules*,

sugerindo a manutenção de registros não inscritos no *Bouleuterion*.¹²¹ Outro local que passou a ser utilizado com frequência, principalmente após a revisão dos *anagrapheis*, são as estátuas dos Heróis Epônimos.

¹²⁰ Ver especialmente notas 92,93,94 e 99 deste capítulo.

¹²¹ Ver (POSNER, 1972). Para comentário acerca de suas teorias e complementos a estas ver (BOEGEHOLD, 1972) e (SICKINGER, J., 1999; SICKINGER, J. P., 1994;1999)

A base do monumento servia como um quadro de avisos públicos, com anúncios concernentes aos membros de uma tribo específica acondicionado na face da base abaixo da estátua do herói epônimos. Os *Eponymoi* foram colocados na ágora em torno do início do quinto século (Aristófanis, Paz, 1183-84), e sua base original foi reconhecida em uma fundação muito mal preservada próxima do canto sudoeste da ágora. A base presente foi colocada em frente ao arquivo (*Metroon*) e à casa do conselho (*Bouleuterion*), onde Aristóteles a viu (Ath. Pol. 53.4). (CAMP, 2001. pág. 158.)

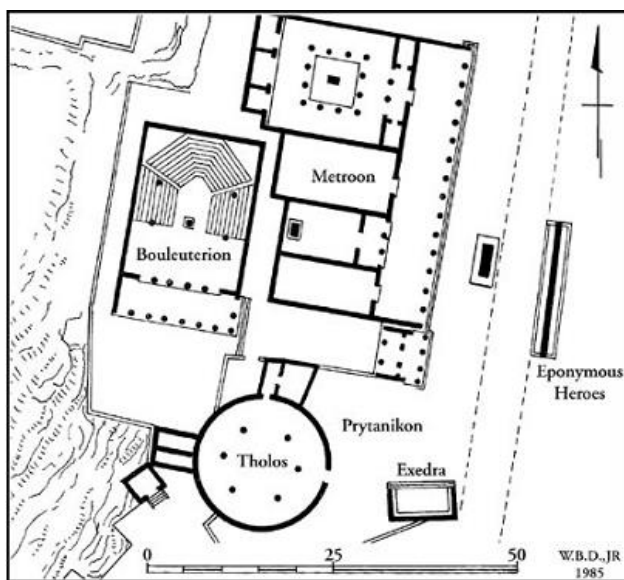


Figura 6 - Planta do Bouleuterion, do Tholos, do Metroon e dos Heróis Epônimos circa século II a.C.

O *Metroon*, citado a partir da metade do século IV entre os oradores como o arquivo público central de Atenas, é associado ao *Bouleuterion*. De acordo com Camp, em torno de 415-409 um prédio novo foi construído ao lado do *Bouleuterion* e fica exatamente onde Pausânias aponta a existência do *Bouleuterion* no século II d.C. O prédio chamado por helenistas de o “antigo *Bouleuterion*”

continuou a existir até ser derrubado e reconstruído no século II a.C. Pausânias descreve o *Metroon* neste local. No entanto, há evidências de um prédio chamado *Metroon* recebendo cópias de inscrições desde 390. Uma lei em 353 exige que sua cópia fosse inscrita em frente do *Metroon*. Um inventário do tesouro dos deuses que ficava no *Hecatompedon*, e é datado de 375, menciona uma bacia para lavagem vindo do *Metroon* e uma restauração de uma inscrição de um inventário de 390 apresenta uma escrita similar.¹²² Assim, pode-se afirmar a existência do *Metroon* como local de depósito de cópias de inscrições pelo menos desde o início do século IV. Andócides menciona um decreto que ainda estava no *Bouleuterion* em 410. É possível que o antigo *Bouleuterion* tenha mantido as cópias e o espaço tenha sido utilizado integralmente como depósito, ou arquivo. A data do novo *Bouleuterion* varia entre 415 a 409, mas ainda temos menção de um documento no *Bouleuterion*

¹²² IG II² 140, 31-35; IG II² 1445, 24

em 410. Se os documentos foram mantidos no mesmo prédio a probabilidade é de que o novo *Bouleuterion* estivesse ativo não antes de 409.

(...) normalmente se assume que o antigo *Bouleuterion* adquiriu o nome *Metroon* no decorrer do século IV, provavelmente por que um santuário dedicado à Mãe dos Deuses estava localizado dentro do mesmo (...) (SICKINGER, J. P., 1999. pág. 106.)

Sickinger aponta datas para menções ao culto de Sibebe associado ao culto da Mãe dos Deuses, ou *Metroon*, em diversos autores, apontando seu início no último quartel do século V, corroborando com as datações para o estabelecimento de um santuário no antigo *Bouleuterion* neste período.

A pesquisa de Boegehold, continuada por seu aluno, Sickinger, continua sendo a mais densa e precisa investigação em relação aos hábitos arquivísticos atenienses do período Clássico. Suas conclusões se confirmam e ecoam nos autores posteriores. Cabe dar voz a Boegehold para finalizar esta breve revisão das investigações acerca do *Metroon*.¹²³ “Baseando-se nas evidências presentes, portanto, parece que os atenienses criaram um arquivo público, que era distinto do *Bouleuterion*, entre os anos de 409 e 405. ” (BOEGEHOLD, 1972)

¹²³ Para um debate acerca das expressões *en to demosio* significando “no público” e passando a significar “no arquivo, ou prédio, público”, e finalmente como uma primeira denominação do *Metroon*, ver (BOEGEHOLD, 1972; MEYER, 2013a; SHEAR, T. L. J., 1995; SICKINGER, J. P., 1999)

c Conceitos e Revisões: 403 e a vitória do letramento.

Deve-se retornar aos *anagrapheis* para melhor compreensão do processo de revisão de leis ao fim do século V. Muitas pesquisas foram desenvolvidas com o intuito de se entender as funções deste cargo.¹²⁴ Um dos motivos desta contínua atenção voltada a este cargo é a raridade do termo que o nomeia. As primeiras aparições do termo são associadas à instauração dos Quatrocentos e à revisão das leis iniciada, possivelmente pelos Cinco Mil ou pela administração restaurada após este governo intermediário. Como notado por Abbot (2012) a mais antiga aparição em inscrições ocorre em 409/8 na reinscrição da lei de Drakon.¹²⁵ Esta inscrição, já mencionada, confirma a presença desde 409/8 de um colegiado responsável por revisar, propor ou reinscrever leis, como exposto por Lísias em seu discurso “Contra Nicômacos”¹²⁶.

A instituição dos Quatrocentos ocorreu através de modificações nas leis e a partir de uma proposta de revisão da constituição desde Clístenes, de acordo com a tradição (*ta patria*).¹²⁷ Após sua queda o estatuto de algumas leis revogadas para permitir sua instituição ou feitas pelos oligarcas podem ter sido consideradas ilegítimas ou como entrando em conflito com outras mais antigas. Assim, um grupo de *anagrapheis*, dentre os quais Nicômacos, foi estabelecido e

¹²⁴ Sobre a revisão efetuada pelos *anagrapheis* há muito debate, inclusive acerca das consequências do interstício imposto pelos Trinta Tiranos. Ver (DOW, 1953;1961;1963); (RHODES, 1991); (NOEL, 1990);(CARAWAN, 2002;2006); (JOYCE, 2008);(CLINTON, 1982); (MACDOWELL, 1975).

¹²⁵ IG I³ 104 = M&L 86

¹²⁶ Lys. XXX.

¹²⁷ Ver Arist. **Ath.** 29.2-3 para a citação de um decreto considerado documental por Rhodes (1993), que apresenta Pitódoros e Cleitofon propondo as revisões mencionadas.

Apesar de ter sido instruído a transcrever (*anagrapsaí*) as leis de Sólon em quatro meses(...)

προσταχθὲν γὰρ αὐτῷ τεττάρων
μηνῶν ἀναγράψαι τοὺς νόμους τοὺς
Σόλωνος (Lys. **XXX**. 2.)

teve uma permanência de 410/8 a 399/8, quando da acusação feita pelo cliente de Lísias contra as atividades de Nicômacos enquanto um dos *anagrapheis*. É possível que esta revisão de leis, em uma magnitude sem precedentes na história ateniense, tenha sido instigada desde 413. Momento em que um grupo de dez atenienses com mais de quarenta anos foi estabelecido para revisar as decisões da *Boule*. Estes *probouloi* sugerem uma consciência de que as decisões do *demos* estavam demasiadamente erráticas a ponto de levarem ao desastre da expedição à Sicília. Somados a estes dez homens outros vinte *syngrapheis* perfizeram os trinta que iniciaram as propostas de modificação nas leis e na constituição e que levou ao estabelecimento dos Quatrocentos. Ademais, há de se mencionar também a presença do cargo em Arist. **Ath.** 30. Quando relata a definição das duas constituições, para o presente e para o futuro, que deveria guiar o mandato dos Quatrocentos.

Apesar de algumas inconsistências na ordem dos eventos neste momento da obra do filósofo há clara menção de um grupo de *anagrapheis* estabelecidos para propor as leis e a constituição a serem seguidas pelos Quatrocentos. Caso se tome a existência dos *anagrapheis* da *Athenaion Politeia* para este período os oligárquicos Quatrocentos teriam sido os primeiros a estabelecer um grupo assim intitulado com o intuito de rever, ou por escrito, uma série de leis. Imediatamente após a queda dos oligarcas uma revisão, que parece ter sido subestimada, foi convocada e perpassou os anos de 410 a 399. Este período foi interrompido pelo governo dos Trinta Tiranos. Após sua derrubada uma nova comitiva de *anagrapheis* foi estabelecida e Nicômamos também fez parte deste grupo. Neste ínterim é possível que os *anagrapheis* tenham sido responsáveis por uma lei naval, leis relativas à *Boule* e a revisão dos calendários sacrificiais.¹²⁸

Como foi notado acima, uma de suas práticas incluía a apresentação de leis revisadas ou propostas em tábuas de madeira brancas na frente dos heróis epônimos para apreciação antes da confirmação pela *ekklesia* e pela *Boule*

¹²⁸ IG I³ 236; IG I³ 105; IG I³ 236-41.

acerca das mesmas. Este procedimento é repetido em um processo detalhadamente definido para o século IV a partir das reformas de 403/2. Os *nomothetai* eram os responsáveis por estabelecer o processo de produção de novas *nomoi*, diferente do processo para *psephismata*. Parte deste processo era a apresentação de versões das leis em tábuas de madeira branca em frente aos heróis epônimos.¹²⁹ O cargo de *nomothetai* não é atestado antes do século IV. A única menção do cargo no século V é em Tucídides, quando trata da instituição dos *anagrapheis*.¹³⁰ No entanto, o historiador não usa este último termo e sim o primeiro. Alguns autores propuseram que Tucídides se refere aos *anagrapheis* como *nomothetai*, pois esta era basicamente sua função, propor *nomoi*.¹³¹ É possível que quando da produção da obra o cargo de *nomothetai* já estivesse estabelecido e a nomeação parecesse menos estranha do que se tivesse sido produzida na época à qual se refere.

A aparição seguinte de um cargo intitulado *anagrapheu* é em 337/6.¹³² De acordo com Abbott (2012) esta e todas as outras aparições, até 95/4,¹³³ são mais próximas a de um secretário do que aos *anagrapheis* do fim do século V. Parece que o tipo de cargo que deu continuidade a um processo similar ao administrado pelos *anagrapheis* foram os *nomothetai* durante os procedimentos de *nomothesia*.

Este procedimento da *nomothesia* só é possível a partir das modificações expressas durante o ano de 403/2, sob o arcontado de Euclides. Após a derrubada dos Trinta Tiranos e a reconciliação mediada por Pausânias, um dos reis de Esparta, os atenienses estabeleceram a definição e diferença entre *nomoi* e *psephismata*. Um decreto jamais pode sobrepor-se a uma lei. Nenhuma lei poderia se referir a apenas um cidadão, a não ser que aprovada por mais de seis mil cidadãos em assembleia. As leis, após examinadas e aprovadas, deveriam ser escritas. Estava proibido o uso de leis não escritas. Andócides menciona todas estas mudanças e associa uma *nomon patrion* usada por seu acusador com as leis não escritas e inválidas a partir de

¹²⁹ Ver Dem. **XX**. 89-99; Dem. **XXIV** . 20-23; Hignett (1952); Harrison (1955); Rhodes (1985c); Atkinson (2003); MacDowell (1975).

¹³⁰ Thuc. VII.97.2.

¹³¹ Para esta proposta e outros debates acerca desta divergência entre Tucídides e outras fontes sobre os *anagrapheis*, ver Ostwald (1986. pág. 405 ss.).

¹³² IG II² 244.

¹³³ (MERITT, BENJAMIN DEAN; TRAILL, 1974. n° 261.). Último registro deste cargo.

Euclides.¹³⁴ Pela primeira vez se estabelece um dialeto oficial para as inscrições atenienses com a escolha do dialeto Jônico.¹³⁵ Toda esta organização acerca da administração pública e sua relação com as inscrições de suas decisões confluem na conformação do ambiente letrado, no qual a democracia do século IV concretizou a tradição da democracia ancestral ateniense.

Há de se notar que quando Trasíbulos propôs que todos os estrangeiros que o auxiliaram recebessem cidadania um decreto foi passado, o qual não foi encontrado até hoje. Arquinos, um de seus apoiadores desde Phyle, passou um decreto anulando sua proposta e produziu uma nova proposta mais moderada. Este decreto se encontra bastante fragmentado e é descrito nos inventários das escavações da ágora.¹³⁶ Neste decreto há indícios de que duas listas teriam sido produzidas, uma para os atenienses e outra para os estrangeiros que auxiliaram Trasíbulos, cada grupo com suas próprias benesses. Meyer assume que a segunda lista, inferida, mas não encontrada ou confirmada, teria sido erigida na acrópole, enquanto a estela encontrada nestes fragmentos tenha sido publicada na ágora, contendo os nomes apenas dos atenienses. Em 401, um decreto proposto por Trasíbulos parece se concentrar apenas nos estrangeiros que o apoiaram. Este foi encontrado na acrópole.¹³⁷ Esta inscrição não parece ser a segunda lista da inscrição anterior, mas é relacionada e corrobora com a teoria de Meyer.

Seguindo esta linha de decretos, oferecendo honrarias, coroas ou prêmios aos opositores dos Trinta Tiranos, é inscrito o decreto de Teozótides.¹³⁸ Neste decreto os órfãos, de cidadãos atenienses apenas, de homens que morreram na luta contra os oligarcas e na defesa da democracia são indicados para serem cuidados pela polis com uma ajuda financeira diária.¹³⁹ Mas o que aparece de maneira surpreendente nesta inscrição é a presença do termo *oligarchia*. Esta é sua primeira aparição em inscrições. E a

¹³⁴ Ver And. I. 87-89;116.

¹³⁵ FgrH 115 F155; FgrH 76 F 66. (JACOBY, 1993)

¹³⁶ (MERITT, BENJAMIN D., 1933. Agora Inventário I16, I 16b, I 17, I 18, I 93.).

¹³⁷ IG II² 10. Apenas fragmento a. Para todos os fragmentos ver Rhodes&Osborne 4.

¹³⁸ (STROUD, 1971) = SEG 29-82 = (WOODHEAD, 1997).

¹³⁹ A datação para esta inscrição em torno de 401 é feita a partir de um fragmento de Lísias de um discurso chamado "Contra Teozótides". (GRENFELL et al., 1906. I-14.).

presença do termo *demokratia*, que também aparece pela primeira vez sem a necessidade de reconstrução por parte dos epigrafistas, em uma inscrição.

Muitos atenienses sofreram mortes violentas na **oligarquia** ajudando a **democracia**.

ὅποσοι Ἀθηναίων ἀπέθανον
βιαίῳ θανάτῳ ἐν τῇ ὀλιγαρχίᾳ
βοηθόντες τῇ δημοκρατίᾳ.

Há de se notar que esta primeira ocorrência de cada um dos termos, e juntos em uma mesma frase ao se referir aos eventos dos Trinta Tiranos, acontece em consonância com os processos de desenvolvimento dos hábitos legais e do desenvolvimento do conceito de democracia atrelado ao termo *demokratia* como apresentado no capítulo seguinte.

4. O processo de desenvolvimento de um conceito e sua associação ao termo *demokratia*.

O NOME E AS COISAS

Para que estragar a simples existência das coisas com nomes arbitrários?

Um gato não sabe que se chama gato

E Deus não sabe que se chama Deus

("Eu sou quem sou" - diz Ele no livro do Gênesis)

Eu sonho

É com uma linguagem composta unicamente de adjetivos

Como deve ser a linguagem das plantas e dos animais!

Só de adjetivos, sem explicação alguma,

Mas com muito mais poesia...

Mario Quintana

(...) *demokratia* tinha apenas um valor mínimo como um termo descritivo ou empírico; sua força residia nos complexos tons de aprovação ou desaprovação, dissuasão ou exaltação, ódio ou amor. (SEALEY, 1973. pág. 253.)

Essa conclusão de Sealey é resultado de sua investigação acerca do conceito de democracia durante o fim do século V. O título de seu artigo sugere algo diferente. "The Origins of *Demokratia*" parece sugerir uma investigação do termo, assim como a apresentação de sua conclusão. No entanto, parece que o autor parte do conceito de democracia, como fortemente estabelecido no século IV, e procura onde e como suas acepções eram utilizadas. Seu artigo é riquíssimo para se averiguar os diversos termos utilizados em torno de grupos e figuras que o autor considera democrático. As instâncias onde o termo *demokratia* é utilizado não são de fato analisadas. O autor então identifica a pulverização do conceito em diferentes formas de abordar grupos, instituições e ações reconhecidamente democráticas no século IV. Ademais, percebe que o termo *demokratia* significa coisas diferentes dependendo de seu entorno, das qualificações que acompanham o termo e daqueles que o utilizam.

A partir desta constatação este capítulo procura efetuar uma investigação de um processo em negativo ao do trabalho de Sealey. A partir destes usos peculiares do termo, e da associação destes aspectos pulverizados do conceito de democracia, se busca um processo onde o termo

se associa de forma mais coesa com o conceito. Este processo parece indicar a consciência dos atenienses em relação ao conceito quando, eventualmente, atribuem um nome ao conceito que já vinham usando a décadas.

Heródoto é o autor que primeiro utiliza o termo ao fim de seu livro. Com uma data aproximada para sua publicação em torno de 425 temos uma produção durante os anos anteriores. Quando atenienses do fim do século V descrevem a democracia, eles a relacionam com Clístenes, enquanto no século IV propõem um fundador ainda mais antigo com Sólon, ou mesmo Teseu. Esta tradição associada a Clístenes pode ser encontrada entre helenistas contemporâneos.

Em 1992 d.C. e 1993 d.C., eventos nos Estados Unidos, Inglaterra e na França comemoraram o aniversário de 2500 anos da democracia. 508/7 marca as reformas de Clístenes e as ações comemoradas nestes eventos. Lévêque e Vidal-Naquet publicaram um livro com textos seus de anos anteriores e com três palestras do evento em questão.¹⁴⁰ Em seu texto os autores se perguntam:

Mas esta noção e a própria palavra que a designa existiu mais de meio século antes do momento em que Heródoto escrevia? Uma investigação semântica é necessária antes que possamos retornar ao caso particular de Clístenes. (LÉVÊQUE, P.; VIDAL-NAQUET, 1973; LÉVÊQUE, PIERRE; VIDAL-NAQUET, 1996)

Os autores ainda apresentam a mesma conclusão que Sealey. No fim do século VI e início do século V a ideia democrática, se ela existia, não era expressa pela palavra *demokratia* ou qualquer outra expressão relacionada. “As Suplicantes de Ésquilo” é onde aparece o primeiro jogo de palavras que pode se aproximar desta ideia e Heródoto é a primeira fonte com o termo explícito.¹⁴¹

¹⁴⁰ Evento efetuado no Georges Pompidou Center em 27 de Março de 1992. Contou com a presença de Lévêque, Vidal-Naquet e Castoriadis, com moderação de Christina Descamps. Em 1996 uma tradução do livro de 1964 com adição das palestras do evento, foi publicada nos Estados Unidos. Ver referência na citação seguinte.

¹⁴¹ Pierre Lévêque apresentou uma palestra intitulada The “da” root, repetition and democracy, no evento acima mencionado (1996. pág. 128 ss.). Neste texto o autor faz breve análise semântica do “da” que gera *demos*, *damos* no dórico e no linear B. As acepções gerais de *damos* são apontadas como: o território e os habitantes deste território em Homero; Com Clístenes, *demos* é uma comunidade rural, um centro rural comunitário, com um *deme* formado por *demotes*; “*demos* e *aristoi* se tornaram nas subdivisões nas quais os cidadãos eram organizados (...)”. *Demos* aparece desde as tabuas micênicas em linear B e desde a era do bronze se encontra *damo* e seus antropônimos. Por exemplo, *ekdamo*, *eudamo*. Assim, a presença de um homem chamado Demokrates não precisa indicar *demokratia*, pois há usos de

O texto trata ainda do termo *isonomia* quando do debate dos persas em Heródoto. Estão entre os raros exemplos de helenistas que reconhecem que o termo *demokratia* não está presente, mas que de modo geral os estudiosos contemporâneos identificam a descrição como democracia. Lévêque e Vidal-Naquet concluem, então, que a noção de *isonomia* deve ser anterior a de democracia e deve então ser tratada de maneira distinta. Seguem afirmando que lendo Heródoto já se pode ter uma ideia da maneira diferente de se tratar *isonomia* e democracia.

No debate dos persas, regimes de governo de um homem só, de poucos e de muitos, são defendidos e criticados por cada persa. No entanto, “Tudo acontece como se Otanes fosse o representante de uma era em que a distinção entre oligarquia e democracia ainda não tinha sido estabelecida e na qual a palavra *isonomia* simplesmente sobrepõe-se com a oposição à tirania.” (LÉVÊQUE, P.; VIDAL-NAQUET, 1973)

Isonomia e seus derivados então “(...) não são utilizados pelos historiadores senão por evocar fatos que datam do fim do século VI e do início do século V.” (LÉVÊQUE, P.; VIDAL-NAQUET, 1973)

O vocabulário dos historiadores do século V apresenta então uma relação direta entre isonomia e os regimes estabelecidos após as derrubadas das tiranias do século VI; ao ponto de se utilizar o termo *oligarchian isonomon*.

Um dos dois textos a utilizar o termo *isonomos* antes de Heródoto é de um autor chamado Calistratus, conhecido apenas por uma citação em Athenaeus. Supostamente uma poesia sobre os tiranicidas do início do século V.

antropônimos a partir de *demo* e *damo* desde o linear B em Micenas. Outros termos advindos da raiz “*da*”, repartição: *daioimai*, *daiteomai* e *daimon*. O autor ainda aponta outros termos da família desta raiz: *daemonai* e *datemonai*, significando dividir espólios, carne, posses. Deste *dateomai* e sua família surge *dasmus*, dividir espólio, *anadasmus* redistribuir espólios, *daster*, distribuidor de terras e *datetes*, distribuidor. Assim a distribuição de terras parece estar presente desde o período micênico pré-dórico de acordo com o Chantraine (1999. pág. 273-4.). Esta análise de campo semântico de Lévêque auxilia na compreensão do desenvolvimento de *demos* até *demokratia* em Atenas.

Em um punhado de murta carregarei
minha espada
Como Harmodius e Aristogeiton
Quando eles mataram o tirano
E tornaram Atenas *isonomos*

Ἐν μύρτου κλαδί τό ξίφος φορήσω
ὡσπερ Ἀρμόδιος καί Ἀριστογείτων
δέ τον τύραννον κτανέτην
ισόνομους τ' Ἀθήνας ἐποιήσατην
(Ath. *Deipnosophistae* . XV. 695.)
(GULICK, 1927. pág 224-5.)

Dessa forma Lévêque afirma que uma Atenas isonômica é uma Atenas livre dos tiranos.

Compreendida a relação entre isonomia, oligarquia, democracia e tirania analisar-se-á a relação entre democracia e *demokratia*.

a Como os oligarcas formaram a democracia

Paul Cartledge (2007) propôs que a democracia na Grécia Antiga era mais do que apenas um sistema político. Como um fenômeno social e cultural, não envolveria apenas as instituições ou os cargos e sistemas de governo. Mas a maneira de um cidadão se relacionar com seus concidadãos e seu modo de vida implicavam um caráter democrático. Esta proposição parece bem ponderada, mas deve-se lembrar que o mesmo deveria ser dito da oligarquia ou qualquer outra forma de organização política que possa se encontrar na antiguidade helênica. O homem político de Aristóteles implica um cidadão que é sinônimo de sua comunidade. Isto leva ao fenômeno sociocultural que Cartledge aponta na democracia, mas também em tudo aquilo que define um cidadão/uma comunidade na Grécia.

A democracia, denominada pelo termo *demokratia*, parece ter se estabelecido mais tarde no século V mas, como apontam Cartledge (2007), Raaflaub (2007), Ober(1996), Ostwald (1986) e Hansen (1999; 2004), a democracia pode ser percebida em suas instituições e nas práticas culturais e administrativas de Atenas muito antes do termo estar fortemente enraizado. De certa forma, este é o foco do capítulo de Cartledge mencionado acima. O intuito desta pesquisa é um pouco diferente. Não se pretende debater sobre a presença de uma democracia de fato, mas analisar o processo que formulou uma consciência democrática em Atenas.

As expressões, *patrios politeia*, *patrios nomoi*, *patrios demokratia*, *demokratia*, *demotikoi*, foram utilizadas por todos os grupos envolvidos. Os

significados atribuídos por cada grupo variavam de acordo com suas intenções políticas. Paulatinamente os significados parecem ter se estabelecido de maneira mais firme, impedindo o uso muito diferente mesmo quando empregado por grupos opostos.

A palavra *demokratia* tem uso tardio e apresenta evolução semântica complexa até sua consolidação, esta como conceito. Ainda assim, esta consolidação mantém a cicatriz destas disputas políticas na história de uma palavra.

“Os atores de nossa história estavam certamente pensando, e muitas vezes pensando fortemente (...), mas para podermos dar, tanto a eles quanto a seus pensamentos, uma história”, é preciso desenvolver uma série de ações construída por coisas sendo feitas, ditas, “de ações e performances e as condições nas quais estas foram efetuadas. Condições estas que foram, direta ou indiretamente, modificadas por ações feitas sobre e por elas.” (POCOCK, 2009 Pág. 87-88) Seguindo Pocock, é preciso então avaliar as propostas e os significados de cada uma destas expressões e analisar suas relações com os grupos que os pronunciam. O desenvolvimento e os momentos nos quais os termos e os significados são apresentados devem ser claramente apontados. Assim, pode-se perceber melhor as influências de cada um destes momentos no enraizamento de significados e seu acoplamento aos termos que pode ser percebido ao fim deste longo processo de embate semântico e político.

É amplamente aceito entre historiadores, que os atenienses viveram uma democracia, ou diferentes formas de democracias, em um período anterior àquele que temos fontes atestando inegavelmente para o uso do termo *demokratia*. O que se pretende analisar aqui é a possibilidade de que o período em que o termo se torna mais pesado de significação política, de acordo com as fontes, é o mesmo em que alguns dentre os atenienses começam a ativamente procurar promover uma democracia chamando-a pelo nome. Antes, o *demos* parece pouco se importar com o tipo de organização política, desde que seu modo de vida esteja de acordo com sua vontade. Mas como se mostrará a seguir, nos últimos 15 anos do século V se consolida uma procura especificamente pela forma de organização democrática e o impedimento de que outra forma de organização da polis se efetive em seu lugar. Ademais, propõe-se que este movimento em direção a uma consciência democrática

tenha se dado com a ajuda involuntária dos partidários da oligarquia ateniense, e possivelmente com a ajuda intencional de oligarcas moderados.

Apesar de Raaflaub (2007) apontar como certa a existência do termo em torno de 460, sua afirmação é baseada em um jogo de palavras de Ésquilo e no nome próprio de um cidadão chamado Demokrates. No entanto, a primeira aparição do termo *demokratia* que podemos datar com precisão ocorre em 419, no texto de Antifonte (**Antipho. VI**) , o provável organizador das estratégias oligárquicas para a tomada de poder pelos Quatrocentos em 411.

Em 403 os oligarcas tentam novamente reorganizar Atenas à sua maneira. Estes eventos também parecem estar envolvidos diretamente com o processo de desenvolvimento do conceito de democracia e sua utilização consciente pelos atenienses. Andócides pretende pintar uma imagem de completa renovação em 403. Não apenas uma restauração da democracia, mas uma anistia que pretende “não lembrar desfeitas” (*mnesikakein*), uma revisão das leis como nunca antes feita, uma inscrição das mesmas com proibição de leis não escritas, definições para leis e decretos. Diversos estudiosos atentaram para o perigo de aceitar esta imagem produzida por Andócides em sua oração “Dos Mistérios”, (**And. I**) , pois esta figuração serve ao propósito de sua defesa, feita em seu próprio nome e apresentada em 399. Ainda assim seria difícil para Andócides tratar de 403 e falar diretamente sobre os eventos deste período de maneira falaciosa pois sua audiência certamente participou dos eventos mencionados. Exageros são possíveis mas algum sentido na renovação de 403 deve ter ressoado em sua audiência, principalmente porque sabe-se que Andócides continuou ativo em Atenas após sua defesa e certamente foi bem sucedido em sua oração primeira.

O quanto esta renovação implica em uma verdadeira consciência democrática é o que se pretende analisar. Os eventos do fim da guerra do Peloponeso e dos golpes oligárquicos, seguidos das chamadas restaurações da democracia, compõem um processo de estruturação da mesma que sugerem uma consciência não atestada antes de 403.

Cabe aqui verificar como o termo *demokratia* se insere nos textos literários e em inscrições do século V. Para além do termo, a concepção de democracia deve ser avaliada. Certos momentos apontados como reveladores de uma presença democrática anteriores à presença do termo merecem

atenção. Nestes momentos se avalia a alusão ao termo e a uma possível consciência voltada para a democracia. Mesmo que algumas instituições e práticas democráticas estivessem em ação é preciso averiguar a significação dada por seus contemporâneos para as mesmas. Mais do que chamar instituições e práticas de “democráticas”, deve-se analisar se eram vistas como tais e procuradas justamente por serem democráticas.

O foco desta seção recai nas primeiras utilizações dos termos em Antífone (**Antipho.**), Tucídides (**Th.**), Heródoto (**Hdt.**), Pseudo-Xenofonte (**Ps.-X.**) e Aristófanes (**Ar.**), de modo a pensar como estes registros mais antigos do termo se associam com o período em que se encontram e com o processo aqui analisado.

As duas seções seguintes tratam especificamente dos momentos chave do processo de formulação da consciência democrática proposta neste trabalho. Demonstra-se que os dois golpes oligárquicos, de 411 e 403, conformam precisamente os momentos em que o conflito político, em consonância com o contexto da guerra, incita uma reação. Esta reação paulatinamente forma uma definição a partir da negação dos golpes oligárquicos. Ao se estruturar os pontos de desacordo com as propostas dos Quatrocentos e dos Trinta Tiranos as definições de uma democracia se tornam claras para os atenienses.

Ao perceberem a fragilidade da estrutura sócio-política em que se encontravam, e a partir da definição do que não desejam, os atenienses definem, como nunca antes, as provisões de uma democracia e os impedimentos para sua derrubada. Pela primeira vez as revisões, ou reformas, são chamadas pelo nome que merecem, *demokratia*.

Em 411, os oligarcas se mostram violentos e dissimulados em sua tentativa de flexibilizar o poder do *demos*. Em 403, os Trinta Tiranos se tornam o ponto de ebulição que causa uma cisão entre os oligarcas levando a uma junção entre moderados e os opositores da oligarquia. É nesta absorção dos moderados, e na definição do que não se quer, que um grupo se forma apoiado na ideia de democracia tal qual conhecemos para a Atenas do século IV. O sucesso desta conformação da democracia se torna aparente na propaganda política que ecoa no século IV. A imagem de uma democracia fundada por Sólon (início do século VI) e reestabelecida por Clístenes (fim do século VI)

floresce neste século devido ao processo que a instituiu, nos últimos 15 anos do século V.

i. Demokratia

Não só os atenienses do século IV creditavam o início da democracia a Sólon. Wallace (1998) também se dispõe a aceitar algum tipo de democracia desde 594, mesmo que este termo seja anacrônico para o período de Sólon. Hansen (1989) propõe a verificação do início da democracia através das instituições que podemos chamar de democráticas. Josiah Ober (1996) defende que as origens da democracia ateniense podem ser encontradas nas reformas de Clístenes, em 508. Raaflaub (2007) propõe que uma disposição consciente acerca da democracia deve ser apontada para o período das reformas de Ephialtes e Péricles nos anos 460. Cartledge aponta todas estas proposições como possíveis retratos de um processo de instituição de democracias. Desenvolvimentos proto-democráticos, um prelúdio para uma democracia de fato ou uma democracia mais envolvente e radical. Ainda assim, argumenta que as reformas de Clístenes devem ser apontadas como a primeira democracia ateniense.

A afirmação de Cartledge parece ser bem ponderada. Este autor defende que é necessário se esclarecer que tipo de democracia, ou que tipo de organização política, e que nível de consciência política, está se defendendo cada vez que se trata das “origens” da democracia ateniense. O intuito aqui é avaliar se a consciência democrática pode ser apontada como gerada durante um processo delimitado entre 415 e 403. Certamente as instituições e as práticas administrativas de Atenas neste período já poderiam ser chamadas de democráticas, e de fato já eram, por vezes, assim nomeadas. No entanto, uma disposição e uma escolha pela democracia em detrimento de outra forma de ideologia política não parece ser a motivação para que os atenienses estivessem organizando-se como estavam até o período analisado. É entre as reações oligárquicas ao controle do *demos* e o estabelecimento da Atenas que se pretende para o futuro que este *demos* se percebe necessitando de definições atribuídas esparsamente à democracia e opostas às definições propostas pelos oligarcas.

Para poder conceber a relação entre uma consciência democrática e o termo *demokratia* é preciso avaliar as significações atribuídas ao termo.

O mais antigo uso do termo *demokratia* que pode ser datado com bom grau de precisão ocorre no discurso número 6 de Antifonte, “O Coreuta”(GAGARIN, 2002) ¹⁴². Esta defesa de um *choregos* ocorreu em 419. As aparições do termo em Heródoto, Tucídides e Pseudo-Xenofonte não podem ser ignoradas e provavelmente antecedem o uso em Antifonte, no entanto, a datação de sua produção é incerta. Em Heródoto o termo ocorre três vezes, mas sua relação com outras passagens é tão interessante quanto os momentos de uso direto do termo.¹⁴³ Em Tucídides o termo é utilizado 22 vezes. É interessante notar que as primeiras 11 vezes estão espalhadas entre os primeiros seis livros e as 11 restantes estão todas concentradas no livro oitavo.¹⁴⁴ Em Pseudo-Xenofonte o termo ocorre 6 vezes, mas em apenas 3 passagens.¹⁴⁵

Há ainda que se considerar a aparição em Andócides (GAGARIN; MACDOWELL, 1998), que usa o termo 7 vezes, 6 delas em seu discurso número 1 (**And. I**) em 399 e uma vez em seu discurso número 2 (**And. II**). Aristóteles trata da democracia tanto na *Política* quanto na *Athenaion Politeia*, no entanto, não será analisado devido ao momento de sua produção, muito posterior ao período aqui tratado. Aristófanes usa o termo apenas 3 vezes em suas comédias. A mais antiga delas em 425 nas “Acarneias” (**Ar. Ach.**), sua primeira obra. A seguir, nas *Aves* (**Ar. Av.**) em 414 e em *Pluto* em 388. Breves considerações sobre as duas primeiras aparições merecem atenção aqui. Uma inscrição, provavelmente de 427, contém o termo e deve ser analisada.¹⁴⁶

Além destas aparições diretas do termo é preciso atentar para ao menos três momentos diferentes onde a democracia é implicitamente mencionada, de acordo com as interpretações de alguns autores. Em Ésquilo, verso 604 das “Suplicantes”, (**A. Supp.** 604), levada ao palco em torno de 463, um jogo de palavras merece a atenção de pesquisadores com o intuito similar ao desta

¹⁴² **Antipho. VI.**

¹⁴³ **Hdt. IV.137.2; Hdt. VI.43; Hdt. VI.131.**

¹⁴⁴ **Thuc. I.115.3; Thuc. II.37.1; Thuc. II.65.9; Thuc. III.37.1; Thuc. III.62.3; Thuc. IV.76.2; Thuc. V.31.6; Thuc. VI.39.1; Thuc. VI.89.6; Thuc. VII.47.2; Thuc. VII.48.4-5; Thuc. VII.53.2; Thuc. VII.63.3; Thuc. VII.68.2; Thuc. VII.75.2; Thuc. VII.89.3; Thuc. VII.90.1**

¹⁴⁵ **Ps.-X. Ath. I.4-8; Ps.-X. Ath. II.20; Ps.-X. Ath. III.1**

¹⁴⁶ IG I³ 37 = IG I² 14 e 15 = Fornara 99.

pesquisa. Por fim há uma lápide inscrita por volta de 440 que contém o nome Demokrates (STROUD, 1984). Isto poderia implicar o conhecimento do termo no período e portanto merece atenção.

1. A presença velada

Há uma discussão sobre quando se começa a usar o termo *demokratia*. Hansen (1999 pg.69-70) considera fraca a argumentação de pesquisadores que propõem um uso do termo *demokratia* a partir da segunda metade do século V e com sentido positivo apenas a partir do século IV (LARSEN, 1948), (PLECKET, 1972), (SEALEY, 1973;1987). Sua própria argumentação para apontar o caráter fraco destas teorias, todavia, é um tanto insubstancial. Hansen afirma que não restaram fontes anteriores a 430 onde se esperaria ver o termo *demokratia*. Isto serve de motivo suficiente para que o termo tenha sido usado, apenas não se tem fontes para comprovar este fato. Não só isto não pode ser considerado prova de nada, como não deveria entrar no rol de argumentações para afirmar ou negar qualquer teoria historiográfica. Têm-se apenas o que sobreviveu às vicissitudes do tempo e não se pode afirmar nada a partir do que não se conhece, e menos ainda, do que se esperaria que estivesse contido naquilo que se conhece.

A mais antiga associação com o termo está em Ésquilo. Este tragediógrafo apresentou uma peça em torno de 463 (BRIGGS, 1997) chamada “Suplicantes”. O tema desta obra gira em torno da fuga das cinquenta filhas de Dânao, as danaidas. Estas tentam escapar de um casamento arranjado com seus primos egípcios. Fogem então para Argos e submetem sua súplica ao rei Pelasgos. O rei deixa a decisão ser tomada pelos cidadãos de Argos. Dânao, que está junto a suas filhas nesta súplica, chega para avisá-las da decisão dos argivos. O coro das danaidas pergunta:¹⁴⁷

¹⁴⁷ Tradução do francês por Francisco Marshall. Texto traduzido e estabelecido por Paul Mazon, (1920) “Dis-nous à quoi s'arrête la décision prise, selon la loi du scrutin populaire, où prévaut la majorité.”. A. Supp. V. 604. “demou kratousa xeir hope plethynetai?”

“Diga-me onde se fixa a decisão final segundo a lei do escrutínio popular, onde prevalece a maioria?”

“(...) ἔνιςπε δὲ ἡμῖν ποῖ κεκύρωται τέλος, δήμου κρατοῦσα χεὶρ ὅπη πληθύνεται?”

Aqui aparecem os termos *demou kratousa*, levando alguns autores a sugerirem que há um conhecimento por parte de Ésquilo do termo *demokratia*.¹⁴⁸ Esta associação pode ser justificada ao se averiguar a construção da frase. *demou kratousa xeir hope plethynetai*. A tradução é complexa devido ao uso incomum feito pelo poeta. *Demou* certamente se relaciona ao povo, ou ao popular como utilizado na tradução acima. Substantivo singular masculino genitivo. *Kratousa xeir* pode ser traduzida como a mão poderosa. De acordo com LIDDELL et al. (1996), *kratousa*, particípio singular feminino nominativo, apresenta uma relação de poder associada à soberania, conquista, prevalecer sobre algo ou alguém, ser senhor de algo, e ainda relaciona-se com controle e comando, principalmente em Ésquilo. *Xeir*, substantivo singular feminino nominativo, significa “a mão”, muitas vezes associado ao ato de colocar as mãos em alguém ou de decidir por contagem de mãos. Assim, “a mão poderosa do povo *hope plethynetai*”. *Hope* é um advérbio significando “maneira”, “de forma”. *Plethynetai*, verbo na terceira pessoa do singular, indicativo médio-passivo, tem significados diferentes dependendo de sua declinação. Neste caso, seu significado é “prevalecer pela maioria”. Assim, “de que maneira, prevalece pela maioria, a mão poderosa do povo?”.

SEALEY (1973), ao averiguar esta passagem em seu contexto na tragédia de Ésquilo, aponta que não parece haver um programa político defendido por nenhum dos personagens que justifique uma associação com um programa democrático. O rei deixa de decidir por si só e pede para a assembleia votar como uma maneira de escapar das consequências políticas desta decisão. Há, então, que se procurar outras motivações para este uso tão próximo dos termos, assumindo que este uso foi proposital e indicativo de uma relação entre povo, *demos*, e poder político, *kratéo*, *kratos*.

¹⁴⁸ Cf. (HANSEN, 1999), (OSTWALD, 1986), e (RAAFLAUB, KURT A. et al., 2007).

De acordo com o autor da *Athenaion Politeia* (**Arist. Ath.** 22.5) , em 487/6 os arcontes passaram a ser escolhidos por sorteio, aumentando o espectro de cidadãos nesta magistratura e conseqüentemente no Areópago.¹⁴⁹ Durante a década de 470-60 Efiáltes, Péricles e Arquéstratos passaram a processar membros do Areópago por má administração (um tipo de *eisangelia*). Com a imagem denegrada do Areópago e possivelmente com 4000 hoplitas fora de Atenas em 462/1¹⁵⁰, Efiáltes finalmente conseguiu aplicar suas reformas que levaram à chamada democracia radical. Boa parte dos poderes do Areópago foram então retirados deste corpo de ex-arcontes e distribuídos entre a *Boule ekklesia* e as *dikasteriai*.¹⁵¹

Parece mais plausível que o jogo de palavras em *Ésquilo* se refira ao momento de efervescência popular focado nos poderes dos arcontes e do Areópago. Momento este que coincide com a década na qual sua tragédia, que ganhou o primeiro prêmio, foi apresentada, e dois anos antes das reformas de Efiáltes.

Por volta da mesma década em questão sabe-se da existência de um cidadão chamado Demokrates. A partir de uma lápide, datada de 350, de um certo Lysis filho de Demokrates o artigo de STROUD (1984) propõe que este Lysis seria o jovem amigo de Sócrates mencionado em Platão.¹⁵² Caso de fato o seja, seu pai provavelmente teria nascido no fim da década de 460, se assumirmos que Lysis morreu velho, como sugere a imagem na lápide onde a inscrição se encontra e como aponta Stroud.

Autores como Hansen e Raaflaub apontam a presença de um cidadão com o nome de Demokrates como indício da presença do termo *demokratia* e, ademais, da associação do termo com a organização política democrática.¹⁵³ A quantidade de acepções para o termo *demos* e suas relações com outros termos é grande demais para serem exploradas todas aqui. A título de exemplo

¹⁴⁹ O areópago era um conselho composto inteiramente por ex-arcontes em caráter vitalício. Muitas vezes associado aos cidadãos mais proeminentes e à oligarquia, pois apenas cidadãos de certa classe poderiam ser arcontes. Com a escolha por sorteio a maior mudança é a abertura para outros eupátridas que não das famílias tradicionais.

¹⁵⁰ Cidadãos capazes de comprar suas próprias armas e armaduras pesadas. Possivelmente liderados por Címon para auxiliar Esparta com a revolta dos Hilotas.

¹⁵¹ O conselho, a assembleia e as cortes populares, respectivamente.

¹⁵² **Pl. Ly.**

¹⁵³ Para uma boa discussão sobre autores que trataram da inscrição de onde se tem este nome, ver capítulo de Raaflaub em (RAAFLAUB, KURT A. et al., 2007), pág. 108, nota 5. Contrário a esta posição posta por Raaflaub e Hansen(1999), ver Cartledge no mesmo livro.

da miríade de significados que poderiam estar associados ao nome Demokrates, pode-se partir da acepção de *demos* referindo-se a uma comunidade, uma vila de Atenas, e *kratos* significando algo similar ao mais presente em Ésquilo, o de tomar posse, fortalecer. Demokrates e seu pai eram de uma família abastada, como Platão e Stroud demonstram, e possivelmente teriam controle sobre uma comunidade de *demoi*, seja no sentido de comunidade ou dos habitantes de uma comunidade. O nome pode muito bem refletir o poderio da família sobre o povoado em ao qual estão ligados. Esta é apenas uma acepção para o nome Demokrates dentre inúmeras outras possíveis a partir de *demos* e *kratos*. Parece então ser difícil decidir em prol da presença do termo *demokratia* a partir do nome de um homem nobre e abastado como descrito por Platão.

Uma inscrição traduzida por Fornara (1983) apresenta a mais antiga aparição do termo *demokratia* entre as fontes epigráficas que se conhece atualmente. A inscrição é formada por quatro fragmentos de mármore, dos quais dois são conectados. A escrita é em dialeto ático com forte presença de mistura com jônico. Isto provavelmente ocorre devido à sua produção próxima ao ano de Euclides (403). Os editores se dividem quanto à datação entre 447 ou 427. Parte das razões para a datação de 427 é sua possível relação com uma passagem de Tucídides (**Th.** III-34). Tanto a inscrição quanto a passagem mencionada tratam da relação entre Atenas e Colofon no momento de reestruturação política. No entanto, para a confirmação da data de 427 é preciso aceitar-se muitas reconstruções, inclusive a do termo *demokratia*. Na inscrição pode-se verificar na linha 49¹⁵⁴ apenas “*demo*” com a reconstrução proposta sendo *demo[kratia]*. No entanto, nem em Tucídides o termo ocorre nesta passagem. Apesar da plausibilidade da reconstrução e do fato de ser relativo aos eventos mencionados em Tucídides, a data para o termo ainda seria a de 427, muito mais tarde do que o proposto para o mesmo nos autores que defendem uma datação mais antiga para a cunhagem de *demokratia*. Ainda assim, não é uma fonte na qual se possa se basear com segurança para tratar da formulação do termo em consonância com a organização política a qual se refere no século seguinte.

¹⁵⁴ IG I³ 37 (também IG I² 14 e 15, Fornara 99)

Não é possível aqui nenhuma conclusão sobre estes sutis indícios da relação entre o termo *demokratia* e uma referência a uma organização política posteriormente denominada democrática. A seguir, são tratados alguns momentos de utilização do termo *demokratia* no século V. A partir destas análises, torna-se possível averiguar um panorama mais rigoroso sobre o desenvolvimento dos significados atrelados ao termo durante este século. Associado com uma breve análise das reações anti-oligárquicas de 411 e 403, este panorama demonstrará a relação intrínseca entre o desenvolvimento do termo e estas reações, bem como entre estas reações e membros moderados do grupo oligárquico.

2. Menções diretas

Aqui, trata-se das aparições escritas do termo *demokratia* no século V que estão disponíveis nas fontes a que se tem acesso atualmente. Na medida em que se averigua os usos e significados atrelados ao termo uma análise do estado da arte de datação é apresentada. Estas informações em conjunto permitirão a construção de uma teoria do processo de cunhagem e significação do termo no período.

Como mencionado anteriormente, são analisados aqui Heródoto, Tucídides, Pseudo-Xenofonte, Antifonte, Xenofonte, Andócides e Aristófanos. Tucídides e Heródoto são as mais importantes fontes neste caso e são foco da análise. No entanto, Pseudo-Xenofonte traz questões de datação e significação do termo que merecem atenção. Há outros autores (Aristóteles, Platão, Diodorus Siculus, Plutarco) que, apesar de tratarem marginalmente acerca do período e do termo, são posteriores aos eventos entre 411 e 403 ou são muito desconexos em suas definições de significação, e serão tratados apenas na medida que contribuam com a compreensão das outras passagens.

Heródoto é o autor mais antigo a utilizar o termo *demokratia*. Este ocorre três vezes em seus escritos. Mais especificamente uma vez na passagem 6.131.1 e duas vezes o verbo passivo *demokrateomai*, em sua forma infinitiva *demokrateestai*, significando “viver sob uma democracia”, nas passagens 6.43.3 e 4.137.2.. Além destas é importante relacionar suas aparições com a

famosa passagem do debate dos persas acerca das formas de governo, 3.80.¹⁵⁵

Apesar da presença do termo *demokratia* nas três passagens mencionadas, elas são poucas vezes usadas como parte da análise em relação à democracia em Heródoto ou nas pesquisas acerca da origem da democracia. A passagem 3.80, que não contém o termo, é a mais amplamente utilizada em pesquisas sobre política antiga, ciência política e acerca da origem da democracia. Aqui avalia-se a relação entre estas passagens e os motivos para os usos do termo *demokratia* pelo historiador.

Na passagem 4.137.2 Heródoto apresenta um debate sobre o tipo de governo que os Jônios escolheriam caso os tiranos fossem derrubados. Como já foi mencionado, a oposição tirania/democracia parece ser o foco do historiador. Nesta passagem, ele aponta brevemente que os Jônios preferem viver sob uma democracia do que uma tirania. O mesmo verbo, *demokrateesthai*, aparece na passagem 6.43.3, onde é seguida do termo *demokratia*, descrevendo o governo estabelecido por Mardônios após a derrubada dos tiranos na Jônia. Esta é a única das aparições do termo a ocorrer fora do livro 6. Conseqüentemente, traz dificuldades para uma averiguação cronológica da utilização do termo em Heródoto.

Em 6.43.3 Heródoto trata de mencionar as ações de Mardônios e faz o seguinte comentário:

¹⁵⁵ Esta passagem é a mais antiga discussão política na literatura ocidental e é amplamente analisada até hoje. Conferir (EVANS, 1981), notas 1 e 2 para referências no assunto.

Ele fez algo que apresento aqui para aqueles helenos que não acreditam que Otanes declarou que sua opinião era que a democracia era melhor para a Pérsia: Mardônios depôs todos os tiranos jônios e estabeleceu democracias em suas poleis.

“ἐνθαῦτα μέγιστον θῶμα ἐρέω τοῖσι μὴ ἅ ποδεκομένοισι Ἑλλήνων
Περσέων τοῖσι ἐπὶ Ὀτάνεια γνώμην ἀποδέξασθαι ὡς χρεὸν εἶη δημοκρατέεσθαι
Πέρσας”: τοὺς γὰρ τυράννους τῶν Ἰώνων καταπαύσας πάντας ὁ Μαροδόνιος δημοκρατίας κατίστα ἐς τὰς πόλιας.

Aqui há uma clara menção à passagem do debate dos persas em 3.80, onde o termo utilizado é isonomia. O debate dos persas é frequentemente mencionado com relação à democracia e o primeiro debate político na literatura ocidental. A passagem 6.43.3 quase nunca é mencionada nestas pesquisas, mesmo estando o termo democracia presente neste e não no debate dos persas. Seria possível, no entanto, argumentar-se que sua existência justifica a utilização da passagem 3.80 nos debates acerca da democracia. Apesar de usar *isonomia* em lugar de *demokratia* mais cedo em sua obra, Heródoto relaciona ambos os termos, no livro 6, parte 43, parágrafo 3. Mas cabe questionar o porquê da afirmação tão categórica sobre o nome do governo como *isonomia* no livro 3 e apenas no livro 6 um esclarecimento e relação com *demokratia*. Considerada a variação semântica e a provável distância cronológica, entre a escrita do livro 3 e a do livro 6, cabe especular-se sobre as razões desta diferença. Haveria aí sinal de alguma transformação histórica no uso das palavras isonomia e democracia? Considerando o quadro geral da evolução semântica dos termos, é possível. Contudo, há que se considerar também a possibilidade de que Heródoto use os dois termos para se referir ao mesmo fenômeno, o regime político de Atenas.

Paul Cartledge, tratando do mesmo assunto, aponta justamente para a passagem do debate dos persas e faz a seguinte pergunta:

Primeiro, por que em Heródoto 3.80, no chamado “Debate dos Persas” o pró-democrata Otanes não usa de fato o termo *demokratia*, quando *demokratia*, em uma forma radical e extrema, é claramente o que ele está de fato advogando, e ainda assim Heródoto usa o termo em outro lugar? (CARTLEDGE, 2007)

Paul Cartledge logo aponta a outra aparição do termo, 6.131.1, que trata de Clístenes como o guardião da democracia. No entanto, Cartledge não só não aponta a passagem supramencionada, onde a associação do termo a Otanes é direta, como passa a estruturar uma teoria de por que Heródoto não

atribuiria o termo *demokratia* ao que Otanes propõe, e por que não colocaria o termo associado ao persa nem ao período em que o debate supostamente teria ocorrido. Isto parece ter sentido apenas se ele desconhecesse a passagem citada acima, onde Heródoto diretamente aponta Otanes opinando em favor da *demokratia* entre os persas.

A passagem que não contém o termo *demokratia*, mas está ligada à passagem mencionada acima está no livro 3, capítulo 80. Nesta passagem três persas debatem sobre a melhor forma de governo para se instaurar após o golpe que planejam. Otanes defende uma forma de governo muito similar ao que conhecemos em Atenas no fim do século V e IV. O termo que parece servir como sinônimo de democracia é *isonomia*, onde Heródoto diz que “πλήθος δὲ ἄρχον πρώτα μὲν οὖνομα πάντων κάλλιστον ἔχει, ἰσονομίην”. “(O) governo da massa tem em primeiro lugar o nome mais belo de todos, Isonomia”. E nem mesmo o termo *demos* ocorre. O uso de *plethos*, massa, substitui o de povo. Apesar da falha de Cartledge em averiguar a passagem 6.43.3, parte de sua análise dos motivos de uso destes dois termos em 3.80 pode contribuir para a compreensão desta dualidade em Heródoto, que nomeia em dois livros diferentes a mesma forma de governo de duas formas distintas.

Comentadores de Heródoto, como SCOTT (2005), apontam ainda que a presença desta passagem indica que o debate entre os persas havia circulado entre gregos, e Heródoto estaria respondendo à incredulidade acerca de suas leituras da passagem. Ainda na passagem 6.43.3, Heródoto afirma que Mardônios depôs tiranos e estabeleceu democracias nas poleis jônicas em 492 a.C. Scott ainda apresenta, em seu apêndice 11, um debate acerca das revoltas políticas na jônia. Ao fim de suas reflexões aponta a probabilidade de que a expressão usada por Heródoto seja um modo comum de dizer que as poleis foram deixadas à sua própria constituição. Exemplos de Xenofonte, Platão, Tucídides, Demóstenes, Isócrates, Andócides, e Diodorus Siculus, todos usando expressões iguais ou similares para apontar a derrubada de uma forma de governo e as poleis deixadas às suas próprias constituições, ou constituições ancestrais, ou ainda para decidirem por si mesmas suas próprias constituições.¹⁵⁶

¹⁵⁶ SCOTT (2005), página 545 nota 34.

Com relação a dificuldade de se explicar a utilização de dois termos para uma mesma forma de governo, pode-se apresentar duas proposições como solução para este caso. Primeiro; Os quatro primeiros livros tendo sido escritos anos antes dos livros subsequentes pode ser uma indicação de que o termo não era conhecido por Heródoto até a produção do livro 6, onde se encontram duas instâncias do termo. Caso o historiador conhecesse o termo, pode ter escolhido não usá-lo amplamente devido à sua associação ainda nascente com o conceito de democracia como hoje é apontado para Atenas do século IV. Esta proposição corroboraria com a cunhagem do termo em torno da metade do século V com sua gradual afirmação e relação com os significados políticos a partir das décadas de 430-420. Com o reforço do significado desenvolvido em torno do termo entre 420 e 414, o uso de *demokratia* passa a fazer mais sentido para o historiador. Como a passagem 4.137.2 está entre os livros que teriam sido escritos anteriormente esta proposição perde parte de sua força, a não ser que se possa identificar uma data de revisão posterior para a passagem em questão. Dada sua relação com as revoluções políticas na Jônia, que levam aos comentários de 6.43.3, é possível que após a utilização clara do termo *demokratia* para definir os governos após a derrubada dos tiranos na Jônia Heródoto tenha revisado sua posição no livro 4. Estas possibilidades merecem mais atenção do que o escopo deste trabalho permite e representam um espaço ainda em aberto na literatura.

A segunda proposição aponta ou uma visão negativa do termo *demokratia*, que aos poucos passa a ter uma significação positiva, ou que o termo não seria utilizado amplamente para relacionar as instituições e práticas associadas modernamente à democracia, sendo isonomia mais apropriada. Ambas proposições aparecem em Cartledge (2007), Hansen (1999), Ostwald (1986) e SEALEY (1973) e de certa maneira continuam a sugerir um momento de cunho, ou ao menos, de atribuição de significado para o termo em torno do último quartel do século V.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Sealey ainda propõe que tanto o termo *demokratia* quanto o termo *oligarchia* seriam inicialmente palavras pejorativas, utilizadas por narradores ou críticos, mas não por defensores de formas de governo específicas.

No entanto, Cartledge (2009) propõe ainda que a escolha teria sido deliberada, no intuito de evitar o significado pejorativo do termo no período em que foi usada. Apesar da constante tentativa de Cartledge de imprimir deliberação nos planos e processos envolvidos no devir da democracia ateniense sua leitura das possíveis conotações do termo é elucidativa. Leva a uma reflexão acerca do decorrer do processo em que o conceito se atrela ao termo.

Pois, independentemente de quem cunhou o termo *demokratia* precisamente, e por que, e quando se tornou, pela primeira vez, de uso corrente em Atenas, a palavra *demokratia* sempre conteve e ativamente reteve o potencial etimológico para uma interpretação negativa. Ou seja, a palavra *demos*, aos olhos de um membro da elite social e econômica de formadores de opinião, não apenas significa “povo” (todas as pessoas, o corpo de cidadãos como um todo) mas também – e principalmente – as massas, os pobres, as classes baixas, normalmente desprivilegiadas, a maioria dos cidadãos. Juntamente com *kratos*, que tinha um sentido físico subliminar, de “agarrar” o poder (ou aqueles que não tinham poder), *demokratia* poderia então ser interpretada negativamente (por um antidemocrata grego reacionário) significando algo no mesmo sentido que a frase leninista “a ditadura do proletariado”. (CARTLEDGE, 2009. pág. 74.)

A passagem 6.131.1 é mais direta e simples. Aponta Clístenes diretamente como o Guardiã da democracia. Esta passagem é uma das bases para se propor que a democracia era associada a Clístenes durante o século V e apenas no século IV passaria a ser atribuída diretamente a Sólon.

As poucas menções do termo *demokratia* e *demokrateesthai* ainda são consistentes em seu uso. Há de se concordar com Sealey quando este afirma que Heródoto equaliza democracia com antitirania. Mesmo na passagem 6.131.1, onde não há associação direta com oposição à tirania, sua criação e salvaguarda por Clístenes a coloca no âmbito de alguém que se opõe a tiranos.

Tucídides apresenta mais vezes o termo *demokratia*. 22 vezes este ocorre em sua obra. 11 vezes entre os seis primeiros livros e 11 no último e oitavo livro. Estas últimas todas associadas ao período do golpe oligárquico dos Quatrocentos. O termo *demokrateomai*, verbo passivo indicando “viver em uma democracia” aparece 11 vezes, mas a maioria delas nas mesmas passagens do termo *demokratia*, portanto são mencionados apenas quando trazem alguma reflexão a mais em torno do termo *demokratia*.

A primeira aparição do termo é em 1.115.3. Tratando de eventos ocorridos em 440, seis anos após o estabelecimento da paz de trinta anos, Tucídides menciona que os atenienses teriam atendido a pedidos de cidadãos de Samos e, com o suporte de 40 navios, estabelecido uma democracia em Samos. Não temos mais nenhuma fonte tratando deste incidente que mencione democracia. No entanto, dada a expressão utilizada por Tucídides, é plausível que Atenas tenha derrubado a oligarquia local e permitido que os cidadãos de Samos decidissem como se governariam.

Há uma inscrição sobre as despesas de guerra contra Samos e o tratado com Samos referente a esta passagem de Tucídides. Apesar de fragmentária, em conjunto com o decreto de honra aos cidadãos de Samos de 405, compõem um cenário onde, se não a democracia, pelo menos a derrubada da oligarquia para uma autogestão em Samos pode ser percebida.¹⁵⁸ O termo então não pode ser constatado em 440, mas no relato de Tucídides produzido entre 423 e 415. É possível que no momento não se tenha atribuído o nome “democracia”, mas anos depois, com o significado do termo mais estabelecido, ou começando a ser estabelecido inclusive pelo uso de homens como Tucídides, o historiador tenha classificado tal organização com o termo.

No famoso discurso de Péricles, em 2.37.1, o termo ocorre pela segunda vez. No segundo volume de “A Historical Commentary on Thucydides”, A. W. Gomme aponta que justamente nesta passagem, os editores tendem a confundir a ordem de qualificação das cláusulas *men-de* (μὲν-δέ). Apesar de Tucídides dizer, através de Péricles, claramente que o nome do governo de Atenas é democracia ele o faz com uma descrição que implica ambiguidade na significação do termo. Não só permite que o termo aponte para a questão pejorativa, significando massa de pobres, como para o sentido mais neutro, de maioria. Esta ambiguidade torna-se patente na descrição e caracterização do governo ateniense que segue esta menção. Nesta, Péricles afirma que, apesar da maioria tomar parte na administração, os altos cargos não são escolhidos por sorteio, mas por merecimento dentre os que demonstram ser melhores. O esclarecimento ao final desta seção, a saber, acerca da possibilidade de participação mesmo quando se é pobre, também implicaria que a descrição do

¹⁵⁸ Ver (MEIGGS; LEWIS, 1988) 55; 56 e 94; Fornara 113, 15 e 66; IG I³ 363, 48 e 127; (GOMME, 1956)

que é democracia em Atenas inclui a escolha dos melhores. Estes sendo normalmente os mais ricos, escolhidos para cargos importantes, não escolhidos por sorteio. Mas ainda assim, não implica na falta de participação dos pobres, e por isso seria uma democracia (GOMME, 1986 p. 107-110). O termo escrito por Tucídides na década de 420, e de acordo com o que o historiador acreditava ter sido o discurso mais provável de Péricles naquela situação, é ambíguo no que tange a significação do termo *demokratia*. Seu tom é apologético. Mas o historiador certamente usa este termo já nomeando um governo que implicitamente seria apontado neste momento como existente desde antes de Péricles. Talvez desde Clístenes, como Heródoto aponta em suas “Histórias”. Não é possível se estabelecer o uso do termo no período de Péricles, mas esta passagem sugere que em 420 Tucídides se sentia a vontade em usar o termo como descrição do governo como descrito por Péricles, ainda que de forma ambígua. Por mais que se tenha um uso pejorativo, associado aos pobres, junto a uma exaltação deste governo ateniense, é importante notar seu uso definitivamente nomeando um governo.

Estas dificuldades de se acomodar o uso do termo com o período de Péricles, onde não temos fontes do período utilizando tal termo, torna ainda mais interessante a passagem onde aparece o termo *demokratia* pela terceira vez na obra do historiador. Esta outra aparição do termo, em relação com a passagem recém analisada, implica em revisões nas passagens sobre Péricles neste livro. Estas revisões teriam sido feitas em 404, ou ao menos alguns anos após 415. Ainda no livro 2, seguindo a descrição da morte de Péricles Tucídides se propõe a avaliar e julgar a liderança do general ateniense. O termo *demokratia* ocorre na passagem 2.65.9, mas em boa parte dos parágrafos deste capítulo temos indicações de revisões posteriores. A passagem em questão é a famosa frase descritiva de Atenas, “Apesar de em nome ser uma democracia Atenas era de fato governada por seu melhor cidadão”.¹⁵⁹ O momento que destaca claramente uma produção posterior está em 2.65.11, onde Tucídides não só faz referência à expedição à Sicília de 413 como consequências desta, anos depois. Gomme (1986) chega a apontar indícios de que esta parte tenha sido produzida após 404. Assim sendo, o uso

¹⁵⁹ ἐγίγνετό τε λόγῳ μὲν δημοκρατία, ἔργῳ δὲ ὑπὸ τοῦ πρώτου ἀνδρὸς ἀρχή.

do termo parece apropriado para o período pós embates políticos entre oligarcas e anti-oligarcas de 411 a 403, onde o termo havia desenvolvido um significado mais concretamente ancorado na organização política associada, fundante da democracia do século IV em Atenas.

A ambiguidade no uso do termo no discurso de Péricles pode ser devida ao momento de produção em 420, com o significado ainda em formação. Pode ainda ser devida a uma revisão posterior com a inserção do termo causando a ambiguidade quando colocado no meio do parágrafo já escrito. De qualquer maneira não se pode afirmar com certeza nenhuma destas hipóteses. Mas os indícios dificultam a aceitação de um uso feito diretamente por Péricles, anteriormente ao período de produção indicado por Gomme.

Em mais um discurso reproduzido, ou recriado, pelo historiador, Cléon diz que uma democracia não pode administrar um império.¹⁶⁰ A passagem que introduz este discurso, 3.36.6, aponta que o texto foi escrito em momento posterior. Gomme (1986, p. 301.), contrário a De Romilly, propõe que esta passagem indica ter sido produzida em torno de 418 e para um outro trabalho, que não a “História da Guerra do Peloponeso”, mas que teria sido posteriormente inserida nesta seção da obra.

Sobre o discurso dos Tebanos acerca da batalha de Plateia, 3.60-67, Gomme (1986, p. 346-355)¹⁶¹ propõe que o mesmo teria sido produzido por Tucídides para ajudar no estabelecimento de Plateia enquanto um evento de importância para sua narrativa. Os tebanos, se referindo a períodos anteriores ao discurso, dizem que não eram governados por uma *demokratia* e nem por uma *ὀλιγαρχίαν ἰσόνομον*, (*oligarkhian isonomon*), uma oligarquia isonômica. Esta passagem suscita reflexão sobre a relação entre o termo *isonomia* e *demokratia*.¹⁶² Ambos os termos parecem, então, serem passíveis de utilização em sentido ambíguo e não estritamente significando democracia como vista no século IV em Atenas. Gomme sugere que um sentido democrático para *isonomia* pode ser encontrado em 2.37.1, passagem analisada acima no discurso de Péricles. No entanto, o termo *ison* na passagem em questão vem acompanhado de um adendo: “Apesar de a lei assegurar uma justiça igual para

¹⁶⁰ Thuc. III.37.1

¹⁶¹ Especialmente página 354.

¹⁶² Especialmente páginas 347-8.

todos em disputas particulares a excelência também é reconhecida, e os cidadãos que se distinguem de qualquer maneira são preferidos a cargos importantes.”¹⁶³ Esta é a passagem que sugere uma igualdade em cargos de escolha por sorteio, mas não para cargos importantes, que não são deixados para o sorteio.

Se uma oligarquia poderia ser chamada de isonômica, que outras características “não democráticas” poderiam ser atribuídas a *demokratia* neste período?

A seguinte aparição do termo *demokratia* na obra de Tucídides é em 4.76.2, onde o autor afirma que cidades da Beócia, em 424, indicam que desejam estabelecer “uma democracia como a dos atenienses”. A sugestão implícita aqui é a de que outras *poleis* denominavam o governo ateniense de democracia. No entanto, dado que faz parte da breve descrição do plano para um ataque à Beócia, pode simplesmente ser uma maneira de apontar o interesse em derrubar o governo das *poleis* beócias e trazê-las para o império Ateniense. Este ataque seria então amenizado pelo suposto pedido advindo das próprias *poleis* e pelo termo *demokratia*. Esta passagem, escrita em um período entre 420 e 415 de acordo com Gomme (1970), contém o termo *demokratia* já atrelado a uma significação já em vias de positivação. Seu uso é bem claro e já em oposição à organizações como a federação de Beócia.

Quando se analisa as aparições do termo *demokratia*, que ocorrem em Tucídides entre os livros cinco e oito, deve-se levar em consideração a possibilidade de que Chambers (1997) esteja correto e estes livros tenham sido produzidos após 404. Se a data de produção leva o autor a utilizar termos com o significado corrente no período de escrita ou no período relatado é difícil afirmar. No entanto, ambas as possibilidades são consideradas aqui durante a análise das passagens seguintes.

Quando Tucídides descreve um conflito entre as *poleis* de Lepreum e Elis um comentário do autor inclui o termo estudado. Outras *poleis* são envolvidas no conflito. Dentre elas Esparta e Argos. Ao fim da passagem, após mencionar que os beócios e os megarenses se recusaram a participar do conflito, Tucídides aponta os motivos desta recusa.

¹⁶³ Thuc. II.37.1

(...) Pois eles estavam cientes de que a democracia argiva era menos apropriada para seu governo oligárquico do que a constituição dos lacedemônios.

(...) περιορώμενοι ὑπὸ τῶν Λακεδαιμονίων καὶ νομίζοντες σφίσι τὴν Ἀργείων δημοκρατίαν αὐτοῖς ὀλιγαρχουμένοις ἦσσαν ξύμφορον εἶναι τῆς Λακεδαιμονίων πολιτείας. (Thuc. V.31.6)

Esta explicação advém de Tucídides. A percepção de que o governo argivo era democrático é uma asserção do historiador. Mesmo que o significado do termo seja proveniente do período pós 404, quando da produção desta passagem, ou de 421, quando dos eventos relatados, é importante notar que o significado é uma oposição entre oligarquia e democracia. Para melhor entendermos o que Tucídides entende por democracia aqui é necessário verificar como Argos se organizava politicamente neste período. Kelly (1976 p. 134) aponta que apesar da existência de nove *demiourgoi* lembrar os nove arcontes atenienses, suas origens e políticas eram marcadamente aristocráticas em uma polis com forte história monárquica. No entanto, não temos fontes contemporâneas para afirmar a forma de governo de Argos neste período. Durante todo o século V Argos esteve envolvida em alianças com Atenas e Esparta em diversos momentos. Mudanças políticas internas e uma tentativa de manutenção de neutralidade desde a guerra contra os persas dificulta a análise de sua forma de governo no período com as fontes disponíveis (KELLY, 1974). Basta saber que em 421, possivelmente 404, Tucídides vê claramente o termo *demokratia* em oposição à oligarquia. Mais do que isso, percebe e associa ambas as formas de governo a escolhas conscientes durante um posicionamento militar.

Em 415 atenienses debatem em Siracusa. Dois destes debatedores são apontados e têm seus discursos apresentados por Tucídides. Hermócrates e Athenágoras. O segundo debatedor, chamado de líder popular pelo historiador, faz uma defesa da democracia. Nesta passagem estão duas das onze aparições do termo *demokratia* na segunda metade da obra de Tucídides, nesta instância presentes no discurso de Athenágoras.

Vão me dizer que a democracia não é nem algo sábio nem justo, e que aqueles que têm dinheiro têm mais chances de governar melhor. Ao que eu respondo, em primeiro lugar, que o povo (*demon*) é o nome do todo, oligarquia de uma parte; em segundo lugar, que os ricos são os melhores guardiões do tesouro público, os sábios dão melhores conselhos e os muitos, quando escutam um assunto discutido, são os melhores para decidir; e que cada um destes e todos eles têm privilégios iguais em uma democracia.

φήσει τις δημοκρατίαν οὔτε
 ξυνετὸν οὔτ' ἴσον εἶναι, τοὺς δ' ἔχοντας
 τὰ χρήματα καὶ ἄρχειν ἄριστα
 βελτίστους. ἐγὼ δέ φημι πρῶτα μὲν
 δῆμον ξύμπαν ὠνομάσθαι, ὀλιγαρχίαν δὲ
 μέρος, ἔπειτα φύλακας μὲν ἀρίστους
 εἶναι χρημάτων τοὺς πλουσίους,
 βουλευσαι δ' ἂν βέλτιστα τοὺς ξυνετούς,
 κρῖναι δ' ἂν ἀκούσαντας ἄριστα τοὺς
 πολλούς, καὶ ταῦτα ὁμοίως καὶ κατὰ μέρος
 καὶ ξύμπαντα ἐν δημοκρατία ἰσομοιρεῖν
 Th. VI.39.1.

Mais interessante do que debater se o significado é de 415 ou posterior a 404 é refletir sobre a relação entre *demon*, ricos, oligarquia, e suas funções dentro de um governo chamado democracia. Certamente estas significações são correntes entre 415 e 404. Durante o período onde ocorrem intensos debates e conflitos entre oligarcas e seus opositores vemos uma proposição de alguém apontado como líder popular, que sugere uma democracia onde os ricos devem cuidar da administração da cidade, os sábios devem deliberar e a massa decidir. Este tipo de proposta de governo, que pode ser chamado de democracia, mas parece algo intermediário entre uma oligarquia e o que se vê de democracia pós 403, é defendido pelos teramistas durante os golpes oligárquicos analisados neste trabalho. Estes homens advindos da oligarquia, que participam entre os Quatrocentos e entre os Trinta Tiranos, ainda assim se opõem a uma oligarquia radical e formam, com os *demotikoi*, uma democracia similar ao que havia antes de Efiáltes.

A passagem seguinte é um discurso de Alcibíades em Esparta. Após ser convocado para responder às acusações de profanação dos mistérios de Elêusis, e da mutilação das *hermai*, Alcibíades foge e se exila em Esparta. É difícil saber quais teriam sido as fontes de Tucídides para este discurso proferido em Esparta. Alcibíades incita os lacedemônios a agirem contra

Atenas na Sicília e a invadir a Ática, levando à invasão de Deceléia. O termo *demokratia* ocorre neste discurso quando Alcibíades classifica o governo de Atenas. O general ateniense diz que este governo, herdado de seus antepassados, é a melhor que já se teve, mas que a *demokratia* também é dada a abusos.¹⁶⁴ Esta parece ser uma visão comum entre os oligarcas que pretendem falar mal da democracia, mas tentam fazê-lo sem exageros ou óbvia aversão a este tipo de governo. Se esta foi a intenção de Alcibíades ou se foi a maneira mais sutil que Tucídides encontrou de apontar o desgosto deste general pelo governo ateniense não se pode afirmar. Esta acusação de facilidade de manipulação da maioria ocorre entre oligarcas e outros críticos do governo ateniense. Sua associação com um discurso oligárquico e ao termo *demokratia* pode sugerir uma significação pejorativa dada por parte dos críticos. Entre o desastre da expedição à Sicília e o governo dos Quatrocentos até mesmo os partidários do governo ateniense parecem ter ficado com estas mesmas dúvidas.¹⁶⁵ Esta passagem parece reforçar esta dúvida que pairava sobre a democracia. Mas este reforço serve aqui para denunciar a traição de Alcibíades ou para explicitar que de todos os lados, mesmo entre os partidários do governo ateniense, havia uma desconfiança ao que se começava a chamar de *demokratia*?

Em parte anterior, neste mesmo discurso de Alcibíades, há uma menção que interessa ao debate, apesar de conter o termo *demokratia*. Em 6.89.4 Alcibíades afirma que tudo o que se opõe à tirania é chamado de *demos*. A relação de oposição *demos*-tirania parece temperar a relação que se formará entre oligarquia-democracia. Os oligarcas são paulatinamente associados a tiranos, nominalmente no caso do governo dos Trinta Tiranos, e o governo que se organiza em sua oposição se nomeia como *demokratia*.

As primeiras duas menções do termo *demokratia* no livro oitavo de Tucídides ocorrem na descrição dos passos iniciais de Alcibíades ao tentar retornar para Atenas, incitando uma tomada de poder pelos oligarcas.¹⁶⁶ Alcibíades atua como conselheiro de Tissafernes e manda mensagens aos homens mais influentes (*beltistous*) estacionados em Samos. Em torno de

¹⁶⁴ Thuc.VI.89.6

¹⁶⁵ A escolha dos *probouloi* é um exemplo desta situação. A própria ascensão dos Quatrocentos poderia apontar esta visão de suspeita generalizada.

¹⁶⁶ Thuc. VIII.47.2

cinquenta navios e mil a mil e quinhentos soldados estavam em Samos, além de oito dos dez generais atenienses.¹⁶⁷ De acordo com Tucídides, Alcibíades tentava convencer os atenienses lá estacionados de que sua influência sobre os persas poderia valer seu retorno para Atenas. Comunicando-se com os homens influentes entre os soldados em Samos pretendia estabelecer sua imagem entre aqueles que seriam seguidos por outros. Para o retorno de Alcibíades à Atenas, e com ele sua influência sobre os Persas, os *beltistoi* “deveriam estabelecer uma oligarquia e não a vil democracia que o expulsara”.¹⁶⁸ A segunda aparição do termo nesta mesma passagem se refere à reação daqueles *beltistoi*.

¹⁶⁷ Para discussões acerca destes números, além de **Thuc.** VIII.30.2, ver também (OSTWALD, 1986p. 345-6); (GOMME et al., 1981p. 73)

¹⁶⁸ **Thuc.** VIII.47.2

Em parte movidos pelas mensagens, mas principalmente por suas próprias inclinações, os trierarcas e os atenienses influentes (*dynatotatoi*) em Samos estavam ansiosos por derrubar a democracia

τὸ δὲ πλεον καὶ ἀπὸ σφῶν αὐτῶν οἱ ἐν τῇ Σάμῳ τριήραρχοί τε τῶν Ἀθηναίων καὶ δυνατώτατοι ὤρμηντο ἐς τὸ καταλῦσαι τὴν δημοκρατίαν.

Esta passagem é importante para a análise dos eventos da instauração do governo dos Quatrocentos. Mas em relação ao uso do termo pode-se apreender desta passagem que a oposição “oligarquia e democracia” é chave na compreensão do termo. O uso de *dynatotatoi*¹⁶⁹ indica classificação oligárquica em relação aos homens influentes em questão.¹⁷⁰ O clima de desconforto com as decisões do governo ateniense fica explícito aqui e parece concentrado nas figuras oligárquicas. O tom pejorativo, cada vez mais utilizado para aquilo que os oligarcas não querem, torna-se também uma classificação cada vez mais clara do sistema de governo estabelecido em Atenas no momento. Esta clareza de significação pode ser atribuída ao período ao qual a passagem se refere ou ao momento de produção. Como mencionado anteriormente, a produção dos últimos livros de Tucídides parece ter ocorrido após 404. Dada a tese deste trabalho, a de que uma consciência democrática pode ser apontada eminentemente para o fim do processo de reação aos golpes oligárquicos de 411 e 404, as passagens produzidas por Tucídides após estes eventos, e seu retorno a Atenas, podem ser temperados pela força do termo e seu significado após os eventos de 404. Mesmo que esta clareza de significado advenha do período tratado esta passagem demonstra entre os oligarcas uma clareza que, a princípio, não se vê entre os *demotikoi*. Principalmente porque os oligarcas estão muito mais coesos do que seus opositores “populares”.

¹⁶⁹ Por vezes apresentado como *dynatoi*. Em Liddell-Scott (1883) apenas a forma mais curta é apontada como entrada principal, sendo *dynatotatoi* uma menção dentro desta entrada menor.

¹⁷⁰ Sobre *dynatotatoi* e *beltistoi* relacionados à oligarquia ver (GOMME et al., 1981p. 106).

Tucídides segue na descrição dos eventos. As duas aparições seguintes do termo ocorrem em dupla com “oligarquia”.¹⁷¹ Novamente como opostos. No entanto, é apresentada uma indiferença em relação a ambas as formas de governo por parte dos aliados de Atenas bem como de Alcibíades. Frínicus, que viria a se tornar o líder dos oligarcas extremistas durante os Quatrocentos, se opõe à presença e influência de Alcibíades. Sem apresentar um discurso direto, o historiador aponta Frínicus indicando uma indiferença à forma de governo de Atenas por parte de suas *poleis* aliadas. Preferiam ser livres de suas obrigações para com Atenas, sob oligarquia ou democracia. Frínicus ainda teria acusado Alcibíades de pouco se importar com oligarquia ou democracia e estar apenas à procura de uma maneira de tirar vantagem da situação. O mais marcante nesta passagem é a oposição direta entre oligarquia e democracia, e ao mesmo tempo sua equalização em termos de influência aos olhos de outros que não os atenienses. O restante deste capítulo da obra de Tucídides apresenta mais classificações acerca dos oligarcas e democratas. No entanto, os termos utilizados passam a ser, os *kaloi kagathoi*¹⁷² e o *demou*¹⁷³.

Quando Pisandro e seus enviados chegaram em Atenas e iniciaram suas argumentações para acatar os planos de Alcibíades, uma de suas argumentações era a de modificar a maneira democrática de se viver em Atenas (*trópon demokratouménois*).¹⁷⁴ Certamente uma maneira de amenizar o intuito de modificações que os *kaloi kagathoi* planejavam. O termo *demokratia* aparece diretamente no capítulo seguinte, onde Tucídides afirma que muitos se opuseram à proposta em relação à democracia, ou seja, à sua modificação.¹⁷⁵

A passagem seguinte em que o termo *demokratia* aparece na obra de Tucídides é mais interessante devido às informações relativas aos soldados atenienses estacionados em Samos. Tucídides relata os eventos quando do retorno de Pisandro e seus enviados. Eles haviam partido de Atenas para conferenciarem-se com Tisafernes e então chegaram a Samos, local onde os

¹⁷¹ **Thuc.** VIII.48.4-6

¹⁷² Os belos e bons.

¹⁷³ Talvez mais apropriadamente traduzido como “o povo, a massa, os populares”, do que “os democratas”.

¹⁷⁴ Um particípio significando “viver sob uma democracia”. *Tropon* indicando uma guinada, modificação.

¹⁷⁵ **Thuc.** VIII.53.1-2

planos para o estabelecimento da oligarquia tiveram início.¹⁷⁶ “Na mesma época, ou pouco antes, foi abolida a democracia em Atenas.” é como inicia esta passagem. A seguir Pisandro e alguns influentes em Samos convenceram os atenienses lá estacionados a deixarem Alcibíades de lado e seguirem sem ele para o estabelecimento do novo governo em Atenas. Mesmo com uma derrubada da oligarquia em Samos pelos soldados atenienses lá estacionados, e posteriormente um levante desta pólis contra o governo dos Quatrocentos, há aqui uma aceitação por parte dos atenienses em Samos em relação aos planos apontados por Pisandro, porta voz dos oligarcas. Deve-se admitir que “os atenienses em Samos” pode significar apenas os *trierarcas* e alguns outros homens de influência, assim como quando da primeira conferência instigada por Alcibíades, mas os termos característicos daquela passagem não se encontram aqui. Esta confusão está expressa nos comentários de GOMME et al. (1981), páginas 155-156 e 257-266. Os autores tentam depurar o significado dos diferentes manuscritos e suas modificações pelos respectivos editores. No entanto, fica inegável que os mesmos atenienses em Samos, que, meses depois, se rebelarão contra Pisandro e outros oligarcas, são aqui persuadidos pelos mesmos. Esta passagem torna-se importante para o questionamento da fervorosa demonstração de apelo democrático pelos atenienses em Samos como apresentada por Tucídides nos capítulos seguintes. O momento de produção do livro oitavo pode ser uma explicação plausível. Vendo que a democracia, ao fim dos anos seguintes da revolta contra oligarcas, torna-se a essência da constituição ateniense o historiador vê os homens que se levantam contra os oligarcas, desde cedo, como defensores da democracia.

Uma das últimas aparições do termo *demokratia* na obra de Tucídides¹⁷⁷ apresenta diversas dificuldades. Esta passagem é extremamente complicada em termos de acertos gramaticais e comparação de manuscritos das versões do texto de Tucídides a que se tem acesso atualmente. Diversos editores apontam os termos μετέστη ἡ δημοκρατία como inserções de comentadores ou comentários nas margens de papiros que terminaram por serem assimilados no corpo do texto em cópias subsequentes. Caso esta frase seja do próprio Tucídides esta passagem afirma que Antifonte foi julgado após

¹⁷⁶ Thuc.VIII.63.3

¹⁷⁷ Thuc.VIII.68.2

modificar ou derrubar a democracia. Antifonte foi o organizador intelectual do golpe oligárquico. Dizer que ele foi julgado por seus atos após mudar a democracia implicaria que o governo dos Quatrocentos também poderia ser visto como democracia. Se foi “após derrubar” a democracia, e não “porque derrubou a democracia”, ele teria sido julgado durante os Quatrocentos, o que não pode estar correto. Alguns dos editores que mantêm os termos propõem modificações na frase para que o significado se aproxime de “a democracia que veio a existir a partir das mudanças”. No entanto, de acordo com GOMME et al. (1981 p. 173-175) não há um consenso entre editores e o mais provável é que os termos não sejam de Tucídides, mas tenham sido inseridos posteriormente. O restante deste capítulo ainda sugere que Antifonte tenha sido julgado durante o governo dos Cinco Mil, estabelecido após a queda dos Quatrocentos e antes do retorno ao governo existente antes dos Quatrocentos. Outros problemas de partículas e plurais diferentes em manuscritos diversos apontam a possibilidade de outros julgamentos além do de Antifonte. Mas reorganizações das frases sugeridas até então não resolvem plenamente a dúvida sobre a presença de mais julgamentos, de sua ocasião ser logo após a queda dos Quatrocentos ou após a restauração do regime.

Há ainda a possibilidade de que estas diferentes versões indiquem revisões do autor e o caráter incompleto da obra. Como apontado anteriormente, a provável data de produção dos últimos quatro livros da obra é de 404. Há indícios de revisões feitos em 399. Isto já dificulta a utilização destas passagens como indícios do uso do termo *demokratia* como no momento relatado. Sua escrita e/ou revisão durante ou logo após a vitória dos *demotikoi* e o estabelecimento da democracia ateniense, que reverberará pelo século quarto, pode ter sido uma grande influência sobre como o autor viu as intenções democráticas no período relatado. Infelizmente esta passagem é demasiadamente confusa mesmo entre os manuscritos disponíveis para uma indicação mais clara.¹⁷⁸

Apesar da dificuldade com o termo *demokratia*, há de interessante neste capítulo, de fato todo o capítulo VIII.68, o uso do termo *demou*. Mais de uma vez o termo é utilizado para classificar seus oponentes. Teramênes e

¹⁷⁸ Os manuscritos mais importantes para estas dificuldades durante o capítulo Thuc.VIII.68.2 são chamados pelos editores contemporâneos de ABEF; CG; M.

Pisandros são denominados oponentes ao *demou* e interessados em derrubar o *demou*. Esta não é a única passagem no qual o termo é utilizado onde se veria democracia. Nas traduções para o português estes termos são traduzidos como democracia frequentemente, inclusive nas duas ocasiões apontadas aqui. Talvez a frequência com que o termo *demou* aparece nesta posição seja grande porque seu uso e significado são mais familiares do que o termo pelo qual se tende a traduzir, *democracia*. Enquanto isso, o termo *demokratia* surge em momentos de revisão do texto ou onde sua utilização é mais significativa para o momento de produção do que do momento relatado.

Na passagem **Th.VIII.89.3** Tucídides apresenta o termo democracia duas vezes durante uma descrição das emoções que compeliavam alguns dos Quatrocentos a agirem e o porquê de outros tornarem-se líderes dos moderados.

(...) a maior parte deles obedecia às suas ambições pessoais e tendia a seguir o caminho mais seguro para arruinar uma oligarquia oriunda de uma democracia, pois em vez de se considerarem todos iguais, cada um deles se julgava indiscutivelmente, e de longe, o primeiro entre todos; em contraste, na democracia há eleições e cada um aceita mais facilmente os resultados, pois não tem a sensação de haver sido rebaixado por

pessoas iguais a ele mesmo. (TUCÍDIDES; KURY, 2001 p. 528-9)

κατ' ἰδίας δὲ φιλοτιμίας οἱ πολλοὶ αὐτῶν τῷ τοιούτῳ προσέκειντο, ἐν ᾧ περὶ καὶ μάλιστα ὀλιγαρχία ἐκ δημοκρατίας γενομένη ἀπόλλυται: πάντες γὰρ αὐθιμερὸν ἀξιούσιν οὐχ ὅπως ἴσοι, ἀλλὰ καὶ πολὺ πρῶτος αὐτὸς ἕκαστος εἶναι: ἐκ δὲ δημοκρατίας αἰρέσεως γιγνομένης ὄραον τὰ ἀποβαίνοντα ὡς οὐκ ἀπὸ τῶν ὁμοίων ἐλασσοῦμενός τις φέρει.

Esta é uma visão um tanto filosófica para o momento. Em um grupo de quatrocentos oligarcas, disputando entre si, a perda de um debate entre os iguais seria pior do que perder uma discussão em uma assembléia democrática. Isto assume, é claro, que todos os oligarcas estavam interessados em trair seus comparsas e estariam portanto contrariando normas tradicionais de se portar em um grupo oligárquico. A situação parece um tanto longe da sugerida nesta passagem. Aqui parece haver uma tentativa de Tucídides denegrir a estrutura dos Quatrocentos. Talvez em uma tentativa de diminuir a aparente moderação de alguns de seus membros. A seguir, afirma que o discurso moderado não era para evitar a oligarquia extrema, ou uma consequente tirania, mas apenas para parecer como melhor opção aos olhos

do *demou*, dada a situação instável em que os Quatrocentos se encontravam no momento descrito nas passagens em torno desta.

A última aparição do termo em Tucídides ocorre quando o autor relembra a declaração em prol da democracia pelos atenienses estacionados em Samos. Mais interessante é o uso de um termo frequentemente associado aos oligarcas e aqui utilizado para apontar os extremistas entre os oligarcas. *Dynatotatoi*, usado para apontar os homens influentes, ou seja, os oligarcas, é usado nesta passagem para apontar os influentes entre os Quatrocentos. Frínicus e Pisandro, líderes dos mais intransigentes oligarcas, que se opuseram aos atenienses estacionados em Samos. Esta é, talvez, uma tentativa de Tucídides diminuir o papel oligárquico de Teramênes e outros tidos como moderados. Fazendo entre os Quatrocentos uma divisão como inicialmente se fazia entre os *demotikoi* e os *dynatotatoi*. Assim levando a um relato mais favorável aos teramistas.

Na obra “Constituição dos Atenienses”, Pseudo-Xenofonte utiliza o termo *demokratia* seis vezes em três passagens. Todas as utilizações do termo são confusas. Isto não justifica a ausência desta fonte nas referências ao termo *demokratia* tanto no Liddel&Scott quanto no Bailly.¹⁷⁹ No entanto, é compreensível a dificuldade de associar os usos do termo em Pseudo-Xenofonte com o significado associado ao termo nestes dicionários.

Nas passagens 1.4 a 1.8 o termo ocorre 4 vezes. Pseudo-Xenofonte descreve as ações dos atenienses quando entregam tudo aos piores, aos pobres e aos populares (*demotikoi*). Antes de passar às descrições da democracia o autor faz uma ressalva sobre o porquê ele mesmo crê estarem corretos os atenienses em dar mais aos pobres do que aos mais bemnascidos.

¹⁷⁹ Os dois mais importantes dicionários de grego antigo. O primeiro grego-inglês, o segundo grego-francês.

Primeiro eu quero dizer isto: os pobres e o povo em geral estão certos em ter mais do que os bem nascidos e abastados porque é o povo que manobra os navios e imprime força à cidade (...)

estes são os que imprimem força à cidade, muito mais do que os hoplitas, os bem nascidos e os bons homens.

πρῶτον μὲν οὖν τοῦτο ἔρω, ὅτι δικαίως <δοκοῦσιν> αὐτόθι [καί] οἱ πένητες καὶ ὁ δῆμος πλέον ἔχειν τῶν γενναίων καὶ τῶν πλουσίων διὰ τόδε, ὅτι ὁ δῆμός ἐστιν ὁ ἐλαύνων τὰς ναῦς καὶ ὁ τὴν δύναμιν περιτιθεὶς τῇ πόλει (...) οὗτοί εἰσιν οἱ τὴν δύναμιν περιτιθέντες τῇ πόλει πολὺ μᾶλλον ἢ οἱ ὀπλίται καὶ οἱ γενναῖοι καὶ οἱ χρηστοί. **Ps.-X.** *Ath.* 1.2

A associação entre os marinheiros e o cerne da democracia é mais clara ao fim do século V. A revolta contra os oligarcas é mais proeminente entre os marinheiros estacionados em Samos, opondo-se aos oligarcas, caracterizados e liderados por *trierarcas*.

As caracterizações da democracia são confusas, mas o autor parece apontar que na medida em que os pobres e os populares são a maioria e estão em melhores posições, a democracia aumentará. Isto parece implicar que a forma de governo é melhor aos piores e aos pobres e populares e por isso eles estão em melhor situação e em maioria e isto aumenta a democracia, que portanto não se identifica com a forma de governo, mas algo que pode ser aumentado de acordo com a quantidade de pobres e populares.

Quanto mais os pobres, os populares e a base estiverem bem e forem numerosos, mais a democracia aumentará.

οἱ μὲν γὰρ πένητες καὶ οἱ δημόται καὶ οἱ χεῖρους εὖ πράττοντες καὶ πολλοὶ οἱ τοιοῦτοι γιγνόμενοι τὴν δημοκρατίαν αὐξοῦσιν. **Ps.-X.** *Ath.* 1.2

Mais adiante o autor ainda diferencia democracia de um modo de vida e do que seria o mau governo. Mas ambos, o modo de vida levado em Atenas, e o mau governo ateniense, são a fonte da força e liberdade do *demos* e isto seria a democracia.

Todas estas caracterizações apontam para algo que aumenta de acordo com o número de populares; que é diferente de um modo de vida ou de um governo, mas que tira sua força destes. Na passagem 2.20 democracia é o interesse dos populares.

Apenas na passagem 3.1 parece que democracia se identifica mais diretamente com forma de governo.

Acerca da constituição dos atenienses eu não admiro sua forma, mas como eles escolheram viver democraticamente eu acho que preservaram a democracia muito bem da maneira como descrevi.

καὶ περὶ τῆς Ἀθηναίων πολιτείας, τὸν μὲν τρόπον οὐκ ἐπαινῶ: ἐπειδήπερ δ' ἔδοξεν αὐτοῖς δημοκρατεῖσθαι, εὖ μοι δοκοῦσι διασώζεσθαι τὴν δημοκρατίαν τούτῳ τῷ τρόπῳ χρώμενοι ᾧ ἐγὼ ἐπέδειξα.

Esta confusão pode refletir o afastamento do autor da cidade e, portanto, sua dificuldade em definir o termo apropriadamente. Ainda pode significar que o momento em que o texto está sendo produzido coincide com o momento em que sua significação ainda está em processo, em disputa, poderia se dizer. Afirmar qualquer destas alternativas só pode ser feito com pouca base para certeza e sem muitos indícios externos para corroborar nenhuma das possibilidades mencionadas. Portanto, apenas a indicação da incerteza de significação presente no texto pode ser mantida. Esta característica pode ainda assim ser considerada uma expressão da relação entre gregos e o termo durante o período de produção da obra.

A datação da obra¹⁸⁰ pode explicar esta dificuldade se levarmos em conta o que paulatinamente se tem visto nesta pesquisa. A construção semântica do termo parece estar recém se firmando entre um pejorativo e uma apropriação positiva no período de produção do texto do Pseudo-Xenofonte. Como parece ocorrer em Tucídides o termo está se estabelecendo finalmente em oposição à oligarquia.

Xenofonte, usa o termo vinte e duas vezes em suas obras, principalmente nas *Helênicas*.¹⁸¹ No entanto, seu primeiro texto, a “Ciropeúdia”¹⁸², é datado após sua expedição com mercenários em direção ao oriente, em torno de 401. Assim suas utilizações do termo são produtos do século IV mais do que do século V. Como fonte para os eventos de 403 Xenofonte é essencial, mas dificilmente ajudaria no debate sobre o termo *demokratia*.

Até agora foram apontadas menções diretas do termo, mas que não podem ser precisamente datadas. O próprio Tucídides, por exemplo, sugere

¹⁸⁰ Em torno de 424. Cf. capítulo 1.

¹⁸¹ X. *Hell.*

¹⁸² X. *CyrX.*

que começara a escrever desde o início da guerra, mas temos evidências internas que apontam partes de sua obra necessariamente datadas de 399. Um espaço de mais de 30 anos de imprecisão. A mais antiga datação precisa que temos do uso do termo é de 419 em um dos discursos de Antifonte.¹⁸³ O uso do termo ocorre em um momento em que o cliente de Antifonte descreve hábitos seus quando servia como membro do conselho. Uma de suas atividades incluía a dedicação de sacrifícios a imagens presentes no *Bouleuterion*. O discurso cita explicitamente Zeus Conselheiro e Atena Conselheira. Ele ainda menciona que junto dos outros conselheiros fazia sacrifícios em nome da cidade¹⁸⁴ e quando foi um dos *prytaneis*¹⁸⁵ fez sacrifícios ὑπὲρ τῆς δημοκρατίας (*hyper tes demokratias*), em nome da democracia.

¹⁸³ **Antipho.VI.45**

¹⁸⁴ *Hyper tes póleos*, ὑπὲρ τῆς πόλεως

¹⁸⁵ Os conselheiros eram divididos em dez grupos de cinquenta *prytaneis*. Como o ano de atuação do conselho era dividido em dez partes, maiores do que um mês, chamadas de *prytania*, cada grupo de *prytaneis*, a cada *prytania*, servia como uma espécie de conselho executivo dentro do conselho dos 500, dentro da *boule*. Desta forma cada uma das dez tribos tinha em uma décima parte do ano responsabilidades executivas dentro do conselho.

Ora, naquela mesma câmara fica um altar para Zeus Conselheiro e para Atena Conselheira, onde membros (do conselho) oferecem preces quando entram; e eu era um destes membros: eu fiz como eles fizeram: acompanhado deles eu entrei em todos os outros santuários, eu ofereci sacrifícios e preces em nome da cidade; e mais, eu agi como *pytaneis* durante toda a primeira Pritania exceto dois dias. Eu podia ser visto fazendo sacrifícios e fazendo oferendas em nome do povo soberano (...) (GAGARIN; MACDOWELL, 1998) [para comentários, ver (GAGARIN, 2002)]

καὶ ἐν αὐτῷ τῷ βουλευτηρίῳ Διὸς βουλαίου καὶ Ἀθηνᾶς βουλαίας ἱερόν ἐστι καὶ εἰσιόντες οἱ βουλευταὶ προσεύχονται, ὧν καὶ γὰρ εἷς ἦ, ὃς ταῦτὰ πράττων, καὶ εἰς τᾶλλα ἱερὰ πάντα εἰσιὼν μετὰ τῆς βουλῆς, καὶ θύων καὶ εὐχόμενος ὑπὲρ τῆς πόλεως ταύτης, καὶ πρὸς τούτοις πρυτανεύσας τὴν πρώτην πρυτανεῖαν ἄπασαν πλὴν δυοῖν ἡμέραιν, καὶ ἱεροποιῶν καὶ θύων ὑπὲρ τῆς δημοκρατίας (...) **Antipho**. VI. 45

Hansen (1999 p. 8; p.43) propõe que neste momento Antifonte está apontando para o culto à deusa Democracia. Para justificar sua teoria Hansen se baseia nos registros epigráficos de 330, que declaram a existência de um culto à Democracia, e à menção em Plutarco de que o culto era celebrado em 12 de *Boedromion*, data da “restauração da democracia” em 403. A proposta de Hansen é de que o orador estivesse aludindo a este culto, 89 anos antes. Além desta sugestão o historiador ainda diz que “não há motivo para que isto não ocorresse desde a fundação do conselho” (HANSEN, 1999p. 70), 90 anos antes da oração de Antifonte e 179 anos antes dos registros epigráficos usados pelo historiador para tratar do culto à Democracia. Hansen é um dos poucos pesquisadores da democracia ateniense que se delonga em refletir sobre o uso do termo em Antifonte. Ainda assim sua proposta de que o culto à democracia estaria implícito em Antifonte e que este culto existiria desde a fundação do conselho é algo extravagante. Sem nenhuma fonte para embasar sua proposta, parece ser necessário descartar esta possibilidade.

Resta então avaliar a possibilidade de que Antifonte estivesse de fato tratando de um culto à democracia que Hansen propõe como iniciado em 403, baseando-se em Plutarco. A construção das frases parece sugerir um *crescendo*. O cliente inicia apontando suas práticas, assim como de todos os conselheiros. A seguir especifica suas práticas enquanto um dos *prytaneis*, fazendo os mesmos tipos de práticas que fazia enquanto membro do conselho, mas não dos *pytaneis*. Na primeira descrição (enquanto membro do conselho, mas não dos *pytaneis*) ele menciona efetuar sacrifícios em nome da cidade, como mencionado acima. Na segunda parte o mesmo ocorre, mas agora a

frase é: sacrifícios em nome da democracia. O que parece ocorrer aqui é que o termo *demokratias* serve como substituto para *poleos*, genitivo de polis (o genitivo é exigido pela partícula *hyper* antes do termo, que dá o sentido de “em nome de”, neste caso). Assim sendo teríamos uma relação do termo com o todo da polis e não com uma divindade.

Mesmo que a teoria de Hansen não seja efetivamente comprovada, e a leitura da passagem de Antifonte aqui apresentada seja apropriada, temos em 419 um uso do termo *demokratia* associado ao todo da polis, implicitamente associado à forma com que a polis e os atenienses se organizam politicamente. O interessante é que isto ocorre em um dos discursos de Antifonte, um dos organizadores do golpe oligárquico dos Quatrocentos, condenado à morte em 410 após a queda do golpe que arquitetou.

As aparições do termo em Andócides, Aristóteles e a maioria das aparições em Aristófanes, são bem posteriores ao período que interessa a esta pesquisa. Os mais próximos são de Andócides, em 399. No entanto, temos indícios que a maioria dos usos em seus discursos, que ocorrem em inscrições citadas, são falsas, inseridas por editores (CANEVARO; HARRIS, 2012). As duas peças de Aristófanes que estão inseridas no período analisado são as “Acarneias” (**Ar. Ach**), que parece ter sido sua primeira peça em 425 e as “Aves” (**Ar. Av.**) de 414. Nas Aves o termo é utilizado como “oh meu deus”, “oh democracia”, sugerindo que democracia estaria escolhendo mensageiros duvidosos. No caso da peça, uma divindade bárbara. O uso nas Acarneias é da mesma forma, “em nome da democracia”, “pela democracia”, com se usam as expressões “por deus”, ou “minha nossa senhora!”. Estes usos são muito vagos para que se possa tratar de maneira mais aprofundada. No entanto, é possível se sugerir que entre 425 e 414 o termo *demokratia* em voga nas depreciações advindas dos oligarcas e como escudo de seus opositores estivesse nestas peças apontando uma palavra de ordem. O sentido mais preciso desta palavra de ordem pode ser melhor depurado a partir da apreciação das fontes em torno destas peças, que estão sendo analisadas neste capítulo.

Andócides é uma das fontes nas quais o termo *demokratia* ocorre explicitamente relacionado à forma de governo como se conhece no século IV, mas se referindo ao século V. No entanto, seu discurso primeiro é de 399. Seu discurso tradicionalmente catalogado como número dois é possivelmente de

405. As sete aparições do termo nos textos do orador ocorrem nestes dois discursos. Seis delas no primeiro discurso e uma no discurso número dois. Das aparições no primeiro discurso, chamado de “Sobre os Mistérios”, quatro das aparições ocorrem na citação de decretos considerados falsos de acordo com pesquisa recente feita por Canevaro e Harris (2012). Com estas exclusões permanecem duas aparições em “Sobre os Mistérios” e uma em “Do seu Retorno”.

A primeira menção ao termo *demokratia* não presente em uma citação ocorre em 1.99, onde Andócides ataca seus acusadores baseado no argumento de que a lei recém lida no processo não era mais vigente, pois apenas leis após o arcontado de Euclides (403 a.C.) seriam válidas. Caso a lei ainda estivesse em vigência, diz Andócides, seu acusador não poderia estar vivo. O termo democracia vem apenas quando o orador acusa seu opositor de ser um sicofanta durante a democracia e um informante durante a oligarquia. Note-se que as passagens excluídas a partir do estudo de Canevaro e Harris são os decretos inseridos no texto quando Andócides pede que uma inscrição seja lida. Nestas instâncias normalmente não temos o decreto lido entre os oradores do século V, mas em Andócides estes chegaram até nós, apesar de serem formulações de editores posteriores, se as conclusões de Canevaro e Harris forem aceitas. Assim, os comentários feitos diretamente por Andócides, e não a suposta inscrição lida pelo secretário, teria mais veracidade do que as fabricações inseridas por editores posteriores.

Então, sicofanta, esta lei está em vigência? Sim ou não, seu vilão? Não; e a razão para isto, é claro, é que apenas leis passadas após o arcontado de Euclides podem ser aplicadas. É por isso que podes andar pela cidade vivo – não é o destino que mereces após ter sido um sicofanta na democracia e ser uma ferramenta dos trinta na oligarquia para não ser forçado a perder seus lucros.

πότερον, ὦ συκοφάντα καὶ ἐπίτριπτον κίναδος, κύριος ὁ νόμος ὅδε ἐστὶν ἢ οὐ κύριος; οὐ κύριος: διὰ τοῦτο δ' οἶμαι γεγένηται ἄκυρος, ὅτι τοῖς νόμοις δεῖ χρῆσθαι ἀπ' Εὐκλείδου ἄρχοντος. καὶ σὺ ζῆς καὶ περιέρχῃ τὴν πόλιν ταύτην, οὐκ ἄξιός εἰμι: ὅς ἐν δημοκρατίᾳ μὲν συκοφαντῶν ἕξῃς, ἐν ὀλιγαρχίᾳ δέ, ὡς μὴ ἀναγκασθείης τὰ χρήματα ἀποδοῦναι ὅσα συκοφαντῶν ἔλαβες, ἐδούλευες τοῖς τριάκοντα. And. I. 99.

Nesta passagem o termo *demokratia* é claramente bem definido. Seu contraste com oligarquia e sua situação anterior ao período dos Trinta deixa pouco espaço para dúvida. Andócides se refere ao período anterior aos Trinta Tiranos como democracia. Não poderia se referir ao período posterior, pois o arcontado seguinte é o de Euclides (DEVELIN, 1989). Uma explicação para esta significação tão clara e precisa é o atrelamento do período referido pelo orador à democracia. Esta associação deve ser bem estabelecida para que o orador a tenha usado tão tranquilamente frente a um grupo de atenienses sorteados para julgá-lo. Seus interlocutores não fariam objeção a esta classificação do período anterior aos Trinta Tiranos. Mas cabe questionar se esta classificação é clara desde o período anterior aos Trinta ou apenas durante a produção da oração de Andócides. Esta oração foi proferida em 399 (GAGARIN; MACDOWELL, 1998). Certamente este tipo de classificação e a naturalidade de sua utilização não podem ser atribuídos a partir de sua produção, mas ao menos alguns anos antes para que seu uso se torne mais plausível. O ano de Euclides (403) pode ser um marco interessante para a cunhagem mais precisa do significado, atrelado ao termo e classificando certos períodos. O ano em que se quebraram os laços com a oligarquia, representada no período pelos trinta oligarcas, denominados por seus contemporâneos de tiranos.

A segunda e última aparição do termo fora de citações de inscrições ocorre no discurso número dois de Andócides, chamado de “Do seu retorno” (**And. II**). Andócides fora exilado de Atenas em 415 por suspeitas de envolvimento na destruição das *hermai* e na profanação dos mistérios de Elêusis. Em 411 o orador tenta retornar para Atenas. Para isto resolve fazer uma doação para os soldados estacionados em Samos, lhes entregando madeira para reparar as trirremes. Ao chegar em Atenas os Quatrocentos haviam recém tomado o poder e, repudiados pelos soldados em Samos, prenderam Andócides por seu apoio a seus opositores. Eventualmente o orador conseguiu sair de Atenas, mas tentou um retorno após a queda dos oligarcas. Neste segundo retorno se apresentou à assembleia e pleiteou um perdão usando como argumentação um ataque à oligarquia e apresentando apreciação pelo governo estabelecido (MACDOWELL, 1998).

O termo *demokratia* ocorre uma vez nesta oração. Sua oposição a *dynasteion*¹⁸⁶ causa certa dificuldade na especificação do significado de ambos. No entanto, está certamente mais próxima do uso que o orador faz em seu discurso subsequente, citado acima.

¹⁸⁶ Este termo significa poder, soberania, domínio, quando usado por Tucídides e Sófocles. Décadas depois, em Xenofonte, significa oligarquia. O período ativo de Andócides é muito mais próximo de Tucídides e de Sófocles. O uso na passagem em questão não é tão claro quanto na anterior, mas aponta proximidade do significado e oligarquia. O mesmo pode ser dito do termo *demokratia*. Não tão claro quanto na passagem anterior, mas muito mais próximo da caracterização que se pode ver em torno de 403, quanto da derrota dos oligarcas e o estabelecimento de uma forma de governo mais fechada que as anteriores e especificamente organizada de forma a evitar o retorno de oligarquias.

Após estes canalhas terem induzindo-os a errarem grosseiramente com vocês mesmos a ponto de trocar o império por escravidão e democracia por despotismo, por que me surpreenderia que vocês fossem induzidos a errar quanto a mim? (MACDOWELL, 1998)

ὅπου γὰρ ὑπὸ τῶν ἀνδρῶν τούτων αὐτοὶ εἰς ὑμᾶς αὐτοὺς ἐπέισθητε τὰ μέγιστα ἐξαμαρτεῖν, ὥστε ἀντὶ τῆς ἀρχῆς δουλείαν ἀλλάξασθαι, ἐκ δημοκρατίας δυναστείαν καταστήσαντες, τί ἂν τις ὑμῶν θαυμάζοι καὶ εἰς ἐμὲ εἴ τι ἐπέισθητε ἐξαμαρτεῖν. **And. II.27**

Estas duas passagens em Andócides estão entre as mais claras utilizações do termo relacionado à significação atualmente mais conhecida para “democracia”. Sua oração de 399 é muito mais clara do que a de 405, mas talvez isto seja também um indício do processo de enraizamento do significado ao termo, assim como nas aparições do termo em Tucídides. As últimas 11 aparições na obra do historiador são muito mais diretas em seu significado atrelado. Todas estas se referindo ao golpe oligárquico de 411, mas escrito após a derrota dos Quatrocentos e dos Trinta Tiranos, por volta de 404 a 399.

Feitas estas averiguações dos usos do termo desde as inscrições de meados do século V cabe aqui colocá-las em perspectiva. O significado em Pseudo-Xenofonte, ou Velho Oligarca, datado de 440 a 425, é confuso. Talvez isto se dê pela maneira mais informal e menos habilidosa da escrita, mas cabe especular que seja pela falta de significado firmemente atribuído à forma de governo propriamente. Heródoto publica sua obra em torno de 425. Cita apenas duas vezes o termo. No entanto de maneira mais específica. A dificuldade de firmeza do termo em sua obra se deve ao fato de que em passagem no início de sua obra, tratando das formas de governos propostas pelos persas, descreve o governo da época em Atenas e claramente o nomeia como isonomia e não democracia. No entanto, lembrando a passagem ao fim do livro usa o termo *demokratia*. Esta disparidade pode refletir algo similar ao mencionado acima para Andócides, mas também ao que vemos em Tucídides, ou seja, uma definição mais clara do termo durante a produção mais tardia da obra. Antifonte, em 419, já é mais claro em seu uso do termo. Tucídides um tanto vago nos livros produzidos por volta de 425 e bem mais direto em seu significado do termo nos livros produzidos entre 404 e 399. Andócides bem claro em 399.

Pode-se perceber uma confusão sobre o termo, e muito pouco uso, antes de 425. Em torno deste período o uso e o significado do termo começam a ficar mais claros e certamente são bem definidos em 404 e a seguir. No entanto, a consciência democrática, que é o foco da pesquisa, é mais do que a atribuição de significado a um termo. A seguir, será analisado brevemente como se deram os golpes de 411 e 404. Ademais, procurar-se-á compreender como foram as reações suscitadas por estes golpes. Esta linha de investigação parece pertinente dada a forte relação que o termo *demokratia* parece ter em oposição à oligarquia. A escolha consciente da democracia em detrimento da oligarquia parece surgir como reação aos golpes oligárquicos, que subvertem a ordem anterior, que passa a ser classificada a partir do que então se torna seu oposto.

5. *Patrios Politeia*: A disputa pela ancestralidade da constituição de Atenas

Apesar de favorecidos por Prometeu, os homens se assemelham mais com seu irmão, Epimeteu. Sem a capacidade de previsão é comum se agarrar às chances de, ao menos, saber-se depois. O conhecimento a partir de um indício conhecido se torna uma baliza para o desvelamento de outros anteriores. No entanto, há de se ter cautela com o quanto se prioriza o marco que guia a investigação, pois este pode influenciar as leituras. As ações dos grupos envolvidos nos embates políticos de 411 e de 404 parecem tão erráticas que muitas concessões e emendas nas fontes têm sido propostas para se encontrar sentido. O resultado destes embates foi uma democracia com definições claras em sua organização e instituições, como em seus procedimentos para promulgação de leis e decretos, e das respectivas peculiaridades destas formas de publicações legais. Estas definições passaram a formar a concepção de uma democracia ancestral dentre os helenos do século IV. Apesar de suas definições serem recentes, uma tradição se construiu em torno desta encarnação da democracia. É possível que, ao vislumbrar esta democracia tão familiar, os helenistas procurem nos eventos anteriores os passos que levaram a este desfecho. Esta investigação não é, em si, problemática. No entanto, esperar tirar sentido de ações que expliquem o direcionamento para este fim pode encobrir momentos de confusão, mudanças de intenções ou mesmo um plano diverso que por causa de suas consequências abriu caminho para este desfecho, mesmo que não intencionalmente.

Em 4 de Maio de 1971, em sua palestra inaugural em Cambridge, Moses Finley expressou muitas destas preocupações e questionamentos de maneira maestra. Este capítulo, em conexão com seus predecessores, pretende evitar o que Butterfield (1944)¹⁸⁷ e Finley (1971) chamaram de a sublime e poderosa

¹⁸⁷ Citado em Finley.

des-historicidade que pode vir junto com a investigação crítica. Ao mesmo tempo evita a procura de uma origem, que no uso popular, como Marc Bloch aponta, é “(...) um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar.” (2002. pág. 56-7.). Aqui se apresenta então uma investigação sobre as diversas motivações e eventos que, independentes entre si, formam o panorama onde a consciência democrática veio a tocar o espírito dos atenienses, a ponto de nomeá-la em contraposição específica aos “atos injustos dos governantes na oligarquia (...)” (Lys. **XXV**. 27).¹⁸⁸

Mesmo entre os antigos atenienses três grupos eram identificados neste período. Suas ações, no entanto, parecem ser por vezes díspares com uma disposição entre oligarcas e democratas. Como se apresentam nas relações pessoais, para além das relações entre os grupos, os interesses parecem mais voltados para o fim da guerra, com discordâncias nas formas de se conseguir este fim. O debate político sobre o controle da polis não é combativo quando do início do que se chama de golpe oligárquico dos Quatrocentos, nem mesmo quando do estabelecimento dos Trinta Tiranos. São as ações destes, quando abusando de seu poder, que causam dificuldades e crises no âmbito político de Atenas. Houve uma ideia que parece concentrar o espírito do período em seu desejo pelo fim da situação contemporânea em prol de um exemplo como dos antigos atenienses. A *patrios politeia* parece um exemplo da similaridade entre os três grupos envolvidos. As ações de membros específicos destes grupos devem elucidar as motivações gerais dos atenienses e como as consequências de suas decisões levaram a um ambiente de oposição a homens representando uma organização oligárquica da polis. A formação desta oposição consolidou o que costuma se chamar de democracia ateniense do período clássico, mas que melhor define a democracia do século IV, como estabelecida neste período de *stasis*.

Os brados, pelo retorno à uma constituição ancestral, surgem durante os eventos que levam ao governo dos Quatrocentos e dos Trinta Tiranos. Para melhor compreender o que instiga os atenienses do fim do século V a evocarem uma ancestralidade que possa ser melhor do que a organização política de seu tempo, deve-se analisar os precedentes para estes eventos.

¹⁸⁸ Discurso presente no *Corpus Lysiacum*, mas atualmente tido como espúrio. Produzido em 399.

a Ingredientes para uma crise ateniense

Inscrições de diversos tipos surgem em Atenas desde 725. Muitos *dipinti* e *graffiti*, dedicações e abcdários. Mas inscrições de leis e decretos produzidas pela polis têm uma curva de crescimento em sua produção um tanto diferenciada destas inscrições populares. Apenas três inscrições deste tipo para o século VI e 244 para o século V. Destas 244 temos uma do período das Guerras Pérsicas, 21 entre 475 e 450, 64 de 450 a 425 e 94 entre 425 e 400.¹⁸⁹ Este claro aumento em inscrições na segunda metade e, principalmente, no último quarto do século está fortemente associado ao desenvolvimento do chamado império ateniense a partir de Péricles. Mas o que esta pesquisa parece apontar é sua relação próxima com os golpes oligárquicos que se seguem ao desastre da expedição à Sicília.

A partir da metade do século V os atenienses se concentraram na reconstrução de alguns templos e no erigir de novos. Os gastos com a acrópole somados aos gastos com o desenvolvimento da marinha ateniense só podem ser explicados com a tomada do tesouro da liga de Delos durante o período em que Péricles foi continuamente eleito general. Como verificado no capítulo 2, Blamire sugere que, após os 3800 talentos gastos com a tentativa de se evitar a defecção de Potidéia, 8300 dos 9700 talentos do tesouro da liga teriam sido gastos até 431. Este é o período de ascensão de Atenas como um “Império” impulsionado por homens como Péricles, que ficou mais de 25 anos contínuos como um dos dez generais de Atenas. Esta expansão às custas da liga de Delos é explicitada pelas pelos hábitos epigráficos apresentados no capítulo 3.

Em 429, Péricles é derrotado pela peste que assolou Atenas. Mas dois anos antes instigou os atenienses ao conflito com os peloponésios que levou à Guerra do Peloponeso. Mesmo com sua morte o ímpeto de governar os helenos e levar a cabo o caráter de “escola da Hélade” (Thuc. II. 41) não foi apagado. Mesmo após um acordo que levou à chamada Paz de Nícias os gastos com a elevação da acrópole em um exemplo da altivez ateniense

¹⁸⁹ Ver subcapítulo 2.b.iii.1 e capítulo 3. Ademais, para estes números e a análise dos mesmos ver (STODDART; WHITLEY, 1988), (LIDDEL, 2010), (SICKINGER, J., 1999) e IG I³(LEWIS et al., 1981).

continuaram. Foram efetuadas as construções do Erecteion. Há indícios de que em 409 ainda estava incompleto, mas foi terminado nos anos seguintes.¹⁹⁰ O novo prédio para acomodar a *Boule*, o *Bouleuterion*, foi terminado entre 415 e 405 (CAMP, 2001), período este em que o antigo *Bouleuterion* provavelmente passou a ser utilizado como arquivo público de leis, o primeiro na história da Grécia.¹⁹¹ Ainda assim, a paz e a manutenção do império, através das contribuições anuais de seus “aliados”, foi suficiente para completar boa parte dos projetos para a acrópole e ainda formar uma reserva de algo em torno de 6000 talentos por volta de 416.

Talvez por causa desta situação os atenienses tenham se sentido seguros para tentar expandir o império para a Magna Grécia. Em 415 Egesta, uma polis na Sicília, entra em conflito com a polis de Selinus. Seus cidadãos pedem auxílio, confiando em antigo acordo com Atenas. Uma série de debates ocorre em Atenas até a decisão de se invadir a Sicília. Anos antes Atenas havia declarado uma aliança com Egesta. Sua intenção, de acordo com Tucídides, era dominar toda a Sicília, se opondo principalmente aos siracusanos. Este pedido de auxílio se tornou o pretexto para tal expansão do império ateniense. Nícias, um dos *strategoí* e autor do tratado de paz com Esparta, tentou dissuadir os atenienses lembrando do perigo de uma quebra do tratado. Alcibíades, outro dos *strategoí*, instigava Atenas à invasão.¹⁹² Com a organização da invasão à Sicília por parte dos atenienses os Siracusanos pedem auxílio a Corinto e Esparta.

A expedição sofre perdas, mas a assembleia julga necessário o envio de reforços. Estes chegam a um gasto de 3500 talentos dos 6000 talentos em reserva na época. (BLAMIRE, 2001) Todos os atenienses enviados foram mortos ou escravizados e levados a trabalharem em minas. Ostwald (1986, p. 337 n.1) e Andrewes (1992) apontam que dos 45 a 50 mil homens apenas dois generais e sete mil soldados sobreviveram como prisioneiros. Com a perda de todas as naus enviadas, cerca de dois terços da frota ateniense, não restaram mais do que 100 navios à Atenas. Amemiya (2007. pág. 36.) propõe uma estimativa de 30 a 60 mil homens adultos, cidadãos, para a população de

¹⁹⁰ IG I³ 474 e IG I³ 476.

¹⁹¹ Ver capítulo 3.b.

¹⁹² Os livros sexto e sétimo da obra de Tucídides são dedicados à Sicília.

Atenas em 431, apenas 15 anos antes. Neste desastre pelo menos metade da população dos cidadãos parece ter sido dizimada. Entre os mortos estariam até 200 dos homens de posses a bordo das trirremes como *trierarcas*.

É importante notar que nos dias anteriores à partida da expedição as *hermai*¹⁹³ foram mutiladas. Com isso, um grande alvoroço tomou conta de Atenas. Com indícios de que esta profanação, afrontando ao deus dedicado à proteção aos caminhos e viagens, fosse propositadamente efetuada para trazer malefícios à expedição, uma investigação inicial foi feita. Alcibíades estava entre os suspeitos. Mesmo assim ele partiu para liderar a expedição. Além da destruição das *hermai* houve a profanação dos ritos de Elêusis.¹⁹⁴ Em meio à investigação foi sugerido por Pisandro que havia por trás o interesse em se fazer um golpe oligárquico. Com estas revelações, e o acúmulo de acusações sobre Alcibíades, este foi chamado de volta à Atenas para ser julgado. Alcibíades, no entanto, fugiu e se exilou entre os espartanos.

Durante o período da expedição à Sicília, entre 415 e 413, Tucídides relata que Alcibíades teria aconselhado os Espartanos a tomar o forte de Deceléia, ao norte de Atenas (Th. VI.91-93), (Lys. XIV.30). Devido à posição de Deceléia, em relação às montanhas da Ática, a melhor rota para Atenas passava pelo forte. Nada mais vindo da Eubóia chegaria a Atenas com os Espartanos permanentemente estacionados em Deceléia.

Mais uma perda importante para os atenienses ocorreu neste período e esteve relacionada à Deceléia. Mais de vinte mil escravos fugiram de Atenas refugiando-se no forte sob proteção espartana. A estimativa de Amemiya (2007) para os escravos é pouco precisa, mas girava entre 30 e 100 mil escravos. Pelo menos um quinto destes teriam fugido durante o desastre da Sicília.

Frente aos desastres militares, a invasão espartana ao território ático, a defasagem econômica causada por esta situação e o impedimento de chegada de recursos via terra por causa da tomada de Deceléia, os atenienses resolveram revisar as decisões do *demos*. Claramente uma série de desfeitas

¹⁹³ Blocos de pedra retangulares com a cabeça de Hermes no topo e seu falo no meio. Serviam como marcos de divisões da cidade e estradas e como símbolo apotropaico.

¹⁹⁴ A principal fonte para estes eventos são Tucídides e Andocides. O orador em especial foi um dos acusados e fez uma defesa em seu próprio nome em 399 onde relata detalhadamente estes eventos.

para os deuses, as enormes perdas financeiras, materiais e humanas, sugerem um período em que não só os generais, mas toda a população que tomava decisão nas assembleias deveria estar em choque com a brusca mudança de situação. Um grupo de dez homens, possivelmente um de cada tribo, foi escolhido para revisar as decisões tomadas pelo povo. Este colegiado de *probouloi* (Th. VII.1.3) deveria ser composto por homens de pelo menos 40 anos (Arist. **Ath** 29.2) e parece ter sido estabelecido pela *ekklesia*, com poderes de convocar uma reunião da assembleia e de verificar as decisões da *ekklesia* e da *Boule*.¹⁹⁵ Dois destes dez homens são nomeados nas fontes disponíveis atualmente. Sófocles¹⁹⁶, o tragediógrafo, e Hagnon, pai de Teramênes e *strategos* junto com Péricles em seus anos finais (Lys. **XII**. 65), (DEVELIN, 1989). Aristóteles (**Pol**.IV.15, 1299b.36-38) sugere que a presença concomitante dos *probouloi* e da *ekklesia* seria um resultado tendendo para a oligarquia, pois um conselho de dez é mais oligárquico que a *ekklesia*.¹⁹⁷ No entanto, esta afirmação fica comprometida quando se analisam as relações que ambos, Sófocles e Hagnon, tiveram com Péricles. Até mesmo Lísias, franco opositor à figura do filho de Hagnon, apresenta o antigo companheiro de Péricles sob uma luz fortemente democrática.¹⁹⁸

Neste período também é produzida uma comédia de Eupolis chamada *Demoi*. Esta comédia, que chegou aos dias de hoje apenas em fragmentos, trata da utilização de magia para ressuscitar quatro grandes nomes da história ateniense para ajudar a polis no período em que se encontra, pois todos os líderes militares e a administração da cidade são muito incompetentes. Lisístrata, de Aristófanes, também ocorre neste período. Todas estas ações e comédias sugerem que após o desastre da expedição à Sicília os atenienses estavam relutantes a seguir, tomando decisões do mesmo modo, intempestivamente. É possível que uma revisão na forma de administração da

¹⁹⁵ Ver: (OSTWALD, 1986, p. 338-340) ;(GOMME et al., 1981, p. 6, 165, 213); (RHODES, 1981, p. 372-3).

¹⁹⁶ Sófocles fora eleito *strategos* em 441/0 e 423/22, além de *helenotamiai* em 443/4. Jameson (1971) sugere que o tragediógrafo parece ter sido próximo de Péricles, mas sem definir a intensidade desta proximidade, referindo-se principalmente ao período em que ambos foram *strategoí* juntos.

¹⁹⁷ Afirmação reiterada por Ostwald (1986. pág. 340.).

¹⁹⁸ Hagnon parece ter estabelecido a colônia de Amphipolis. Ele também assinou a paz de nicias e a aliança com esparta em 421. Ver (Lys. **XII**. 65), (DEVELIN, 1989) e Ostwald (1986).

polis não fosse algo tão longe da mente dos cidadãos atenienses neste momento. Ademais, o cargo dos *probouloi* é atestado dois anos depois de sua formação em 413, sugerindo um cargo temporário que se alongou pelo menos até a formação dos Quatrocentos. Em 411, o decreto de Pitódoros adiciona vinte homens aos 10 *probouloi* existentes para que as *patrioi nomoi* pudessem ser investigadas. Esta manutenção para além de um ano é incomum e pode indicar uma necessidade de fiscalização na tomada de decisões pós Sicília que ia para além de uma preocupação momentânea.¹⁹⁹ Algum debate sobre uma solução permanente pode ser deduzida para este período. Ostwald (1986. pág. 343.) lembra que apesar dos atenienses terem desenvolvido instituições democráticas, nem os atenienses, nem cidadãos de outra polis, tinham desenvolvido uma teoria política, nem mesmo sobre um governo oligárquico. Entre o debate dos persas de Heródoto, as críticas imaturas de Pseudo-Xenofonte a as críticas às instituições dos sofistas, não havia consolidação de teorias políticas, fossem democráticas ou oligárquicas. Neste momento, os atenienses procuram pela *patrios politeia*, *patrioi nomoi* ou outros tipos de *patria*. Não apenas “democratas”, mas oligarcas também, precisavam dar roupagens do passado para que suas ideias fossem melhor recebidas.

Em 412/11, com dois terços de sua frota dizimada, mais de 35 mil homens a menos após o desastre da Sicília, as reservas de dinheiro praticamente exauridas e uma sensação de dúvida sobre a capacidade de tomada de decisões dos mais importantes corpos administrativos da polis, a procura por uma solução advinda do passado tradicional já era sugerida pela existência dos *probouloi* e por peças como a de Eupolis.

Diversos aliados de Atenas saem da Liga e alguns chegam a passar para a Liga do Peloponeso. Alcibíades, exilado em Esparta e servindo de conselheiro aos lacedemônios, é enviado pelos espartanos para negociar com Tissafernes, Sátrapa persa responsável pela Jônia. Tissafernes faz dois acordos com o Lacedemônios se comprometendo a auxiliar financeiramente na guerra contra os atenienses. Em comunicação com alguns homens influentes, entre eles *trierarcas*, estacionados em Samos Alcibíades incitou a reformulação da constituição ateniense para uma mais oligárquica em troca de apoio por

¹⁹⁹ Ver ainda Arist. (Rh. 3.18, 1419^a, 25-30) e (JAMESON, 1971).

parte dos persas. Na situação de Atenas o desejo pelo fim dos desastres pode muito bem ter prevalecido e a sugestão de um auxílio dos persas visto como uma salvação merecedora de atenção, a quase qualquer custo.

b Os Quatrocentos e a oposição

Há, sobre estes eventos, duas fontes com detalhamentos que devem ser consideradas. O livro VIII de Tucídides e a *Athenaion Politeia* de Aristóteles. Deve-se lembrar que Tucídides, *ex-strategos* exilado de Atenas, conhecia pessoalmente alguns dos envolvidos, mas que tende a imprimir nestas personagens sua interpretação dos eventos. Aristóteles apresenta um relato mais breve e Rhodes (1981) e Andrewes (1981) sugerem que seja altamente baseado no relato de Tucídides. Apenas duas divergências causam certa dificuldade em assimilar ambos os relatos diretamente: o número de *syngrapheis* e a quantidade de reuniões ocorridas no processo de instauração dos Quatrocentos.

A maior parte da frota ateniense se encontrava estacionada em Samos em 412. Com oito dos dez generais e 74 trirremes presentes no local, pode-se estimar que em torno de 1500 atenienses se encontravam nesta base de operações para as investidas na Jônia. Alcibíades, em negociações com Tissafernes, troca mensagens com alguns homens estacionados em Samos sugerindo que poderia persuadir os persas a auxiliar os Atenienses caso sua organização política fosse mais favorável aos persas. Tucídides não só apresenta os eventos como sugere as motivações de Alcibíades. É importante aqui notar quem estaria em comunicação com Alcibíades e teria feito parte das organizações para formar uma organização mais oligárquica e, portanto, mais aprazível aos olhos dos persas. Tucídides usa os termos *beltisto*²⁰⁰ e *dynatotatoi* ao caracterizar os homens contatados por Alcibíades. Certamente, os *strategoí* presentes e os *trierarcas* podem facilmente ser considerados tanto *bestistoi* como *dynatoi*.

²⁰⁰ Significando os melhores, normalmente associados à aristocracia.

Apesar de Alcibíades fazer propostas a favor de uma oligarquia aos *beltistoi* e *dynatotatoi*, há breve menção em Th. VIII.47.2 de que estes homens influentes já estavam confabulando para a derrubada da democracia. Não há registros dos participantes destas reuniões. No entanto, há pelo menos 12 nomes conhecidos e atrelados aos atenienses estacionados em Samos. Strombiquides, Diómedon e Léon são gerais neste momento e aparecem mais tarde como opositores aos oligarcas. Léon pode ser identificado como um dos homens assassinados pelos Trinta Tiranos em 404 e que atuou como general em 406/5, após o segundo exílio de Alcibíades. Neste período Diómedon também atuou como general novamente. No entanto, foi executado pelo *demos* quando dos eventos de Arginusa. Strombiquides se opôs à paz com Esparta em 404/3 e eventualmente foi executado pelos Trinta Tiranos.²⁰¹

Euctemon é um general em Samos, mas esta é a única informação conhecida sobre ele.²⁰² Onômacles, general em Samos, foi um dos embaixadores enviados pelos Quatrocentos para negociar a paz com Esparta. Por causa deste evento foi acusado por Andron²⁰³ junto com Antifonte e Arqueptolemus após a queda dos Quatrocentos, durante o regime intermediário. Ademais, esteve entre os Trinta Tiranos em 404.²⁰⁴ Scironides foi um general que atuou com Frínicus e acompanhava suas decisões militares. Charminus foi requisitado pelos Quatrocentos a assassinar Hyperbolus como prova de sua aliança com os oligarcas.²⁰⁵ Frínicus foi um dos homens influentes que se opôs ao retorno de Alcibíades. No entanto, após os *dynatoi* e *beltistoi* desistirem de seguir os conselhos de Alcibíades e tentarem angariar auxílio dos Persas sem este intermédio, Frínicus se aliou aos mesmos a ponto de se tornar conhecido como líder dos extremistas. Esta pecha levou ao seu assassinio quando do processo da queda dos Quatrocentos.²⁰⁶ Trásicles era um oficial em Samos e foi um signatário da paz de Nícias, mas nada mais é conhecido deste personagem. Pisandro é uma figura curiosa entre este grupo. Um dos investigadores dos eventos acerca das mutilações da *hermai* em 415 e, portanto, com algum reconhecimento popular. Foi escolhido como o porta-

²⁰¹ (Thuc. VIII.15-79), (X. **Hell.** I.5.16), (X. **Hell.** I.5.29), (Lys. **XIII.**13), (Lys. **XXX.**14).

²⁰² (Thuc. VIII.30.1).

²⁰³ Possivelmente o pai de Androtion, o autor de uma das *Atthis* no século IV.

²⁰⁴ (X. **Hell.** II.3.2), (Thuc. VIII.25).

²⁰⁵ (Thuc. VIII.73.3).

²⁰⁶ (Thuc. VIII.68.3), (Ar. **Ra.** 689), (Lys. **XXV.**9).

voz dos oligarcas e antes de partir para Atenas chamou uma assembleia que foi feita em Samos para deixar a todos a par dos planos e angariar aliados entre os marinheiros e soldados. As fontes sugerem que Pisandro não revelou tudo o que se pretendia fazer, mas dissera que seria vantajoso para a vitória ateniense o retorno de Alcibíades e uma flexibilização na constituição ateniense para receber ajuda dos Persas. A assembleia foi favorável ao discurso de Pisandro. Os soldados e marinheiros em Samos aquiesceram à proposta como apontada por ele. A decisão por modificar a forma de governo, apesar de não explicitamente de forma oligárquica, não foi recusada de início. A vantagem sobre os inimigos parece ter sido o maior motivador neste momento.

Entre os instigadores do movimento contra os Quatrocentos que apareceria meses depois em Samos estavam Trásilus e Trasíbulos. Ambos devem ter participado desta assembleia. No entanto passam, posteriormente, a defender uma forma diferente de organizar a polis e vencer sobre os inimigos. Frente aos relatos de que grupos de partidários de Pisandro estavam aterrorizando Atenas, inclusive com o assassinato de opositores à mudança proposta, Léon e Diómedon se aliam ao *trierarca* Trasíbulos e ao hoplita Trásilus. Pouco se sabe sobre a vida prévia de Trásilus, mas desde sua posição como instigador dos marinheiros em Samos suas atividades como General levam a acreditar que o *demos* o reconhecia como um aliado. Apesar desta posição foi um dos generais executados pelo *demos* nos eventos seguindo a vitória de Arginusa. Trasíbulos, um *trierarca*, foi estabelecido pela assembleia de Samos como um *strategos* junto a Trásilus. Teve diversas participações na guerra contra Esparta até seu fim, e foi considerado como o líder dos *demotikoi* quando organizou um grupo de exilados a atacar os Trinta Tiranos e levar à queda deste grupo oligárquico.

Em assembleia em Samos os “homens influentes”, dentre eles vários *trierarcas*, decidiram por manter o plano de mudar a constituição e chamar Alcibíades. Enviaram então Pisandro e outros homens, não nomeados por Tucídides, para Atenas.

Em reunião da *ekklesia*, Pisandro apresentou a proposta de chamar Alcibíades e “adotarmos uma política mais sábia e entregarmos os cargos públicos a um número mais restrito de pessoas, (..) mais tarde poderemos

fazer mudanças se algo nos desgostar”. (TUCÍDIDES; KURY, 2001), (Th. VIII.53). Apesar das oposições, as ideias propostas por Pisandro eram de difícil contra-argumentação.

(...) os peloponésios já não possuíam menos naus que os atenienses para enfrentá-los no mar e dominavam mais cidades aliadas do que eles, e o Rei e Tissafernes forneciam dinheiro ao inimigo, enquanto os atenienses já não tinham onde obter recursos, a não ser que alguém persuadisse o Rei a passar para o seu lado. (...) Pois isto só será (...) se em nossas deliberações dermos agora mais atenção à nossa salvação que à nossa forma de governo (mais tarde poderemos fazer mudanças se algo nos desgostar). (TUCÍDIDES; KURY, 2001. pág. 507.)

(...) Πελοποννησίων ναῦς τε οὐκ ἐλάσσους σφῶν ἐν τῇ θαλάσῃ ἀντιπρόρους ἔχόντων καὶ πόλεις ξυμμαχίδας πλείους, βασιλέως τε αὐτοῖς καὶ Τισσαφέρνους χρήματα παρεχόντων, σφίσι τε οὐκέτι ὄντων, εἰ μὴ τις πείσει βασιλέα μεταστῆναι παρὰ σφᾶς. (...) ‘τοῦτο τοίνυν οὐκ ἔστιν ἡμῖν γενέσθαι (...) καὶ μὴ περὶ πολιτείας τὸ πλεόν βουλευσομεν ἐν τῷ παρόντι ἢ περὶ σωτηρίας (ὑστερον γὰρ ἐξέσται ἡμῖν καὶ μεταθέσθαι, ἢν μὴ τι ἀρέσκη). (Thuc. VIII.53.2-3)

Apesar de alguma oposição, inclusive das duas famílias responsáveis pelos mistérios de Elêusis, profanados por Alcibíades, decidiu-se pelo envio de Pisandro e outros dez para negociar com Tissafernes e Alcibíades. Tucídides ainda afirma que Pisandro entrou em contato com *hetaireiai*, grupos, clubes, de jovens que pensavam como ele e os incitou a agirem em prol da instauração da oligarquia.

As negociações entre Pisandro, Alcibíades e Tissafernes não foram bem sucedidas e os atenienses saíram da satrápia sem o apoio persa. Pisandro passou em Samos e reuniu-se com os outros instigadores da oligarquia ali estacionados. Decidiram por abandonar Alcibíades e tentarem por eles mesmos conseguir o favor dos Persas, momento no qual Frínicus se junta novamente com o grupo.

Em Th. VIII.65 o historiador apresenta o retorno de Pisandro à Atenas. Lá encontra uma polis aterrorizada por assassinatos de pessoas influentes entre o *demos* e pessoas opostas ao retorno de Alcibíades. De acordo com Tucídides estas ações foram resultado das intervenções das *hetaireiai*. Ao fim do capítulo ainda afirma que:

“já havia sido apresentada abertamente uma moção no sentido de que somente receberiam salários da cidade aqueles que estivessem servindo na guerra, e que não mais de cinco mil cidadãos participariam do governo; estes deveriam ser os mais qualificados para servir, por suas posses e qualidades pessoais.” (TUCÍDIDES; KURY, 2001) (Th. VIII.65.3)

Pisandro e seus colegas organizaram uma assembleia e decidiram que um grupo de dez *syngrapheis*²⁰⁷ seria estabelecido para propor novas leis. Em uma segunda reunião, agora em Colonos, em um santuário de Poseidon a dois quilômetros de Atenas, apresentaram a proposta de abolir todos os cargos e pagamento para cargos públicos. Ainda propuseram estabelecer um conselho de quatrocentos que deveria convocar os cinco mil cidadãos. A seguir, Tucídides aponta os líderes deste movimento oligárquico. Pisandro, Antifonte, Frínicus e Teramênes.

Aristóteles apresenta na *Athenaion Politeia* (cap. 29) uma reunião na qual se propõe o estabelecimento dos Quatrocentos. Esta provavelmente é a reunião após o retorno de Pisandro. No entanto, as informações e o enfoque dado por Aristóteles giram em torno do desenvolvimento político e constitucional propostos. O filósofo cita o decreto de Pitódoros. Melóbio²⁰⁸ foi quem defendeu o decreto e Pitódoros seria o autor do mesmo. Nele se decidiu que além dos dez *probouloi* outros vinte com mais de 40 anos proporião as novas leis. Cleitofon propôs uma emenda no decreto. Sugeriu que ao proporem leis levassem em consideração as *patrious nomous*²⁰⁹ estabelecidas por Clístenes quando este formulou a *demokratia*²¹⁰.

Melóbio é mencionado por diversas fontes como um dos membros dos Trinta Tiranos em 404. Ademais, aparece também como um defensor da proposta de Pitódoros ou como o proponente do decreto. Rhodes (1981. pág. 370-2.) sugere que a fonte de Aristóteles não tenha sido diretamente a inscrição, mas sua citação no texto de outrem. Melóbios teria discursado a favor das modificações dos *syngrapheis*, mas por não fazer parte do conselho Pitódoros teria feito a moção para efetivar o decreto. Isto coincide com a proposta de Ostwald (1986. pág. 369.) de que a reunião teria sido preparada por Pisandro e Antifonte. Pisandro já falara a favor destas modificações na *politeia* e Antifonte era um orador conhecido por suas capacidades retóricas.

²⁰⁷ Este é o momento em que Tucídides e a *Athenaion Politeia* discordam. A obra aristotélica apresenta um decreto que trata de trinta *syngrapheis*: os dez *probouloi* e mais vinte. (Arist. **Ath.** 29).

²⁰⁸ PA 10102.

²⁰⁹ Leis ancestrais.

²¹⁰ Para um debate sobre a presença deste termo no texto da *Athenaion Politeia* e/ou no decreto que esta diz citar ver capítulos 2.b.i.2 e 4.a.i.

Dois outros homens envolvidos com seu grupo, mas não diretamente reconhecidos como seus comparsas, poderiam propor algo similar e dar ares de ampla aceitação das propostas. Além de um futuro membro dos Trinta Tiranos Pitódoros foi o conselheiro a indicar o decreto, considerado um dos membros dos Trinta Tiranos por ter sido escolhido arconte durante seu governo.

Uma emenda foi proposta por Cleitofon. Seu pedido para atentar para as leis ancestrais de Clístenes como uma alternativa em relação ao que parecia estar sendo proposto pelos companheiros de Pisandro. Um retorno ao período de Sólon, com um conselho de quatrocentos, e com uma forte divisão censitária. Propondo um retorno a Clístenes, e associando este à constituição ancestral, Cleitofon propõe algo entre Sólon e a organização política de seu tempo, dominada pelo *demos*. Cleitofon é apontado por Aristófanes como um discípulo de Eurípides junto com Teramênes.²¹¹ Platão dá seu nome a um de seus discursos e o apresenta também na República, onde aparece próximo a Trasímacus e Sócrates.²¹² Em *Athenaion Politeia*, capítulo 34.3, Cleitofon figura entre os quatro colegas de Teramênes a tentar estabelecer a *patrios politeia* entre a paz com Esparta e o estabelecimento dos Trinta Tiranos em 404. Não há indícios suficientes para se apontar organizações polarizadas entre partidos exceto entre os *beltistoi* e *dynatoi* que trataram com Alcibíades. No entanto, parece haver desde este momento algumas divergências em como alcançar os objetivos de auxílio para efetivar o fim da guerra.

Ao fim da apresentação do decreto Aristóteles comenta que a constituição de Clístenes não era *demotiker*²¹³, popular, mas era próxima a de Sólon. Esta menção provavelmente serve para que os leitores do filósofo compreendam a escolha de se chamar Clístenes de guardião da democracia no texto do decreto. Sólon não é tratado como fundador da democracia, ou mesmo associado a ela de nenhuma forma, antes do século IV. Fuks (1971. pág. 14-25.) faz menção a estas diferentes representações de Sólon nos séculos V e IV. O autor aponta que Sólon não é mencionado em Heródoto em termos políticos e simplesmente nem aparece em Tucídides. Em Aristófanes

²¹¹ (Ar. Ra. 967).

²¹² (Pl. Resp. I.328b), (Pl. Clitoph. 406a-410c).

²¹³ *Demotikos* pode significar tanto “do povo” como “para o povo”. Comum, popular, ou em prol do povo, populista.

aparece caracterizado como *philodemos*. Na comédia *Demoi* de Eupolis surge como um dos 4 atenienses dignos de serem tragos de volta da morte para ajudar nos problemas contemporâneos. No entanto, não há um papel específico atribuído a ele nos fragmentos que sobrevieram da peça. Assim, a apresentação de Cleitofon (através de Aristóteles) seria a mais antiga menção de Sólon em relação a um programa político. A análise presente em Fuks, e muitas vezes mencionada por diversos outros autores, é expandida em uma pesquisa recente.

A trajetória dos testemunhos sobre Sólon entre os séculos V e IV apontam para uma inflexão de memória, em que o Sólon sábio e legislador são sobrepostos por uma temática atualizada e mais polêmica, a do Sólon democrata. Por que a elipse da memória de Sólon e o seu ressurgimento revigorado e reformulado mais de um século depois da sua morte? (...) Se para Heródoto Sólon está ligado aos Sete Sábios e ao mundo délfico, para a *Athenaion Politeia* Sólon está ligado à ideia de democracia moderada, e nada se comenta sobre outros sábios, o Oráculo de Delfos ou Cresos da Lídia.

Em Plutarco (sec. I d. C.), na Vida de Sólon e no Banquete dos Sete Sábios (7, l52a), Sólon apresenta suas características de sábio harmonizadas com as de porta-voz da democracia. No sincretismo de memórias de Plutarco, que pouco em consideração leva a argumentação histórica mais acurada, o Sólon sábio e o Sólon democrata estão totalmente integrados. (CORRÊA, 2012. pág. 38-39.)

O Sólon democrata então não figurava no imaginário dos atenienses do fim do século V. Hansen (1999) propõe que uma das características mais importantes das modificações políticas de Clístenes seria o decisivo aumento da participação dos *demoi*²¹⁴ na organização política da polis. A visão de uma *demokratia* clisteniana como uma organização onde o poder está atrelado aos *demoi* pode explicar sua associação com a democracia, ao invés desta ser associada ao Sábio, Poeta, Legislador, mas ainda não democrata, Sólon.

A aceitação de uma revisão das leis, feita por 30 *syngrapheis* constituídos a partir dos *probouloi*, provavelmente foi aceita como uma extensão da cautela expressa pela própria assembleia dois anos antes, quando do estabelecimento dos *probouloi*.

Nas passagens acerca do estabelecimento dos Quatrocentos muitas frases presentes na *Athenaion Politeia* são idênticas às de Tucídides, o que indica o uso do historiador como provável fonte para a obra aristotélica. Ainda

²¹⁴ Aqui usado como as vilas.

assim algumas dificuldades surgem entre estes relatos. Tucídides aponta a formação dos Quatrocentos, que deveria convocar os Cinco Mil, mas nunca o fez, enquanto Aristóteles aponta a formação dos Cinco Mil, que indicaram cem *anagrapheis*, que então teriam formulado duas constituições. Estas constituições, uma para este governo novo, e outra para o futuro, presentes em Aristóteles, são muito debatidas entre pesquisadores e são chamadas de constituição para o presente e constituição para o futuro. A presença aparentemente inacabada das mesmas na *Athenaion Politeia* dificulta muito a associação com os eventos em Tucídides e mesmo com os eventos próprios à *Athenaion Politeia*. Independentemente da existência de uma ou duas propostas de constituição, ou da intenção dos redatores de que uma ou outra fosse posta em prática, ocorreu o estabelecimento de um conselho de quatrocentos, como atestado pelas inscrições e literatura do período. Aristóteles afirma que este número, quarenta de cada uma das dez tribos, é um retorno à tradição (*ta patria*) de Sólon, que instituíra um conselho com cem membros de cada uma das quatro tribos jônicas fundantes de Atenas.²¹⁵

Os Quatrocentos eleitos e aceitos, ou pela massa geral de cidadãos (*plethos*, como quer Aristóteles) ou pela assembleia em Colonos onde poucos cidadãos estavam presentes (como o texto de Tucídides dá a entender), estabeleceram um governo sem a instituição dos Cinco Mil. Os Quatrocentos enviaram mensageiros aos Espartanos para negociar a paz e aos marinheiros em Samos para tentar convencê-los de que este governo dos Quatrocentos não era um malefício.

Em Samos²¹⁶, apesar de terem inicialmente aceitado um governo mais restrito como proposto por Pisandro, os Sâmios e os marinheiros foram persuadidos a repensar suas decisões. Chaereas, retornando de Atenas, informou aos marinheiros sobre os horrores perpetrados pelos partidários de Pisandro e a instituição dos Quatrocentos. Léon, Diómedon, Trásilus e Trasíbulos já estavam em debate acerca de como se postar frente à

²¹⁵ Para um alongado debate com indicações de outras obras e suas conclusões, ver Rhodes (1981, p. 362-404), onde o autor apresenta, acerca destas constituições, os trabalhos de (WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, 1893. i 103-5, ii. 357-8), apoiando a versão de Tucídides (Thuc. VIII.69-70 e VIII.92-3) suportado por Lys. XX.13 e Lys. XXX.8. Busolt (1893, 3.ii.1483-4) e (1920, i.73-4) propõe um erro por parte de Aristóteles; para reordenações cronológicas do texto de Aristóteles e de Tucídides, Beloch (1884), Lang (1967).

²¹⁶ O governo dos Quatrocentos é descrito na *Athenaion Politeia* nos capítulos 33 e 34, enquanto que em Tucídides há um relato nos capítulos VIII.73-97.

possibilidade de que as propostas de Pisandro fossem levadas a cabo. Com o relato de Chaereas a persuasão dos marinheiros contra os Quatrocentos não deve ter sido difícil.

Chaereas era filho de Arquestratus. Arquestratus fora um associado de Efiáltes, um dos generais a retomar Potidéia quando de sua defecção no início da Guerra do Peloponeso em 433/2. O Próprio Chereas comandou forças terrestres em Cízicus, quando da vitória ateniense que restaurou a confiança na assembleia e levou ao fim do governo intermediário e ao retorno da organização da polis como antes dos Quatrocentos.²¹⁷

Trasíbulos sugeriu a reconvocação de Alcibíades para que este intervisse com Tissafernes. Note-se que uma das primeiras ações dos opositores dos Quatrocentos foi a convocação de Alcibíades, que incitou o movimento oligárquico.

O juramento efetivado pelos marinheiros em Samos é apresentado por Tucídides da seguinte forma:

²¹⁷ Arist. **Ath.** 35.2; Thuc. 1.57.6; IG I³ 97.13, 322.36; M&L 52.70; Thuc. VIII.74.1, 86.3.

(...) viver unidos sob uma forma de governo democrática, lutar na guerra contra os peloponésios até o fim e ser inimigos dos Quatrocentos e não se comunicar nem tentar a paz com eles. (Thuc. VIII.75.2)

(...) ἢ μὴν δημοκρατήσεσθαί τε καὶ ὁμονήσειν καὶ τὸν πρὸς Πελοποννησίους πόλεμον προθύμως διοίσειν καὶ τοῖς τετρακοσίοις πολέμοι τε ἔσεσθαι καὶ οὐδὲν ἐπικηρυκεύσεσθαι.

Apesar do uso do termo *demokratésesthai* por Tucídides o cerne do juramento recai sobre a oposição aos Quatrocentos e a manutenção da guerra.²¹⁸ Um dos motivos para o desgosto dos atenienses em Samos, ainda de acordo com Tucídides, foi o fato de que a *patrios nomous* fora abolida pelos Quatrocentos.²¹⁹

Fuks (1971) propõe, em seu capítulo 2, que os termos *patrioi nomoi*, *archaioi nomoi*, *politeiuesthai kata ta patria* e *patrios politeia* seriam termos significando a mesma coisa entre os democratas. Além de significar a constituição atual, anterior à derrubada pelos Quatrocentos, seria uma forma de atacar os moderados. Seria uma forma de afirmar a *patrios politeia* com o período pós-Efiáltes, em oposição ao que os oligarcas propunham. Diferentes, então, dos moderados, que usavam *patrios politeia* como a democracia pré-Efiáltes, clisteniana.

Alcibíades então foi aclamado comandante do grupo em Samos, contrário aos Quatrocentos, mas não contrário aos Cinco Mil.

Teramênes e Aristócrates, membros dos Quatrocentos, começaram a incitar os oligarcas a estabelecerem os Cinco Mil de fato após receberem notícias desta revolta em Samos. Aristócrates foi o mais novo signatário da paz de Nícias. Serviu como *taxiarca* entre a expedição à Sicília e o governo dos Quatrocentos. Após a queda dos oligarcas serviu como general junto com Alcibíades. Após o exílio de Alcibíades e a troca de generais em 406 foi um dos poucos generais a permanecer no cargo e se juntar a outros mais inclinados a apoiar o *demos*. Foi um dos seis generais executados após a batalha de Arginusa. Certamente um oligarca se sua participação entre os Quatrocentos for levada em conta. Certamente apoiado pelo *demos* devido ao seu cargo de general após a queda dos oligarcas e mesmo após o exílio de Alcibíades e a

²¹⁸ Para reflexões acerca do uso do termo em Tucídides ver capítulo 4.a.i.2.

²¹⁹ Thuc. VIII. 76.6.

destituição de Teramênes e Trasíbulos dos cargos de *strategos* quando de seus mandatos conjuntos. No entanto, executado por decisão da assembleia no famoso caso de impulsividade combatida por Sócrates dentro do corpo deliberativo do *demos*.

Frente a esta atribulação, os Quatrocentos decidiram por enviar uma embaixada aos espartanos a fim de alcançar a paz antes que os atenienses em Samos pudessem se mover contra seu poder. Nesta embaixada estavam Antifonte, Frínicus, Onômacles e Arqueptolemus²²⁰. Ademais, procuraram terminar a fortificação de Etionéia, o promontório na entrada do porto do Pireu, com a função dupla de proteção contra uma possível investida dos marinheiros e para acomodar enviados de esparta como aliados em caso de sucesso da embaixada. Os responsáveis por esta fortificação entre os Quatrocentos eram Aristarcus, Melatius e Aristóteles. Aristarcus parece ter defendido Frínicus no julgamento póstumo deste. Após a queda dos Quatrocentos foge de Atenas e trai um contingente ateniense na fronteira da Beócia. Condenado à morte em torno de 407/6.²²¹ Nada se sabe sobre Melantius além de sua participação na fortificação de Etionéia. Aristóteles era um homem idoso que mais tarde se tornaria um dos Trinta Tiranos²²².

Esta divisão entre oligarcas mais a “perda” da frota em Samos para o governo tradicional em Atenas dificultou sobremaneira a manutenção do poder nas mãos dos Quatrocentos. Frínicus, um dos extremistas, foi assassinado. Seus assassinos receberiam, anos depois, uma estátua e seriam chamados de tiranicidas, tal qual os tiranicidas responsáveis pela morte do filho de Pisístratos. A ausência de Frínicus facilitou as intervenções de Teramênes a favor dos Cinco Mil.

²²⁰ Filho do urbanista Hipódamos de Mileto.

²²¹ IG II² 2318.121-22; Thuc. VIII.90-98; X. **Hell.** I.7.28.

²²² X. **Hell.** II.3.2.

Quatro meses após sua instituição, os Quatrocentos são depostos e em assembleia se afirma um governo intermediário controlado por (aproximadamente²²³) cinco mil homens capazes de manter suas próprias armas. Há de se notar que a assembleia que destituiu os Quatrocentos ocorreu na Pnix, local marcado pelas assembleias populares com a maioria do povo. A assembleia que instituiu os oligarcas se deu em Colonos, afastada da urbe ateniense. Sobre estas passagens Ste. Croix (1956) sugere que com a queda dos Quatrocentos uma proposta nova de Cinco Mil foi efetivada. Uma *ekklesia* democrática foi instaurada, mas apenas cinco mil hoplitas poderiam manter cargos. Sealey (1967) propõe que esta era a mesma proposta inicial dos Quatrocentos. Contra ambos Rhodes (1972b) propõe que apesar de a proposta feita pelos Quatrocentos ser similar, após a queda dos oligarcas esta proposta implicava em cinco mil hoplitas com o status de cidadão, dentre os quais se retirariam os cargos. Ademais, além de tratar sobre a constituição dos cinco mil, Rhodes aponta os locais em Tucídides onde *oligoi* e *demoi* são colocados como um par antitético como no momento da deposição dos Quatrocentos. O autor aponta que:

Em outros locais Tucídides distingue as fações ‘oligárquica’ e ‘democrática’ como *oligoi* e *demoi*; (e.g. III.27.2 [Mitilene], III.72.2 ss. [Córcira], V.82.2 [Argos]). Normalmente é impossível definir onde a linha deveria ser traçada, mas nos locais onde *oligoi* são um grupo pequeno e exclusivo *demoi* presumivelmente seria aplicado a todos os seus oponentes, inclusive homens de certa substância [posses]. (RHODES, 1972b, p.123 n. 65).

Esta diferenciação, ou a falta de precisão da mesma, é fundamental para se compreender a dificuldade entre helenistas em definir a derrubada do regime dos Quatrocentos como um retorno à democracia ou um jogo entre extremistas e moderados. Tanto a passagem dos Quatrocentos para os Cinco Mil quanto a dos Cinco Mil para o que alguns chamam de democracia restaurada envolvem descrições relativamente ambíguas por parte de Tucídides e Aristóteles. A derrubada dos Quatrocentos e o pedido para a instituição dos Cinco Mil por parte de seus opositores (sejam eles democratas

²²³ O número exato dificilmente seria cinco mil, pois a quantidade de *hoplitas* (soldados de armas pesadas responsáveis pela manutenção de seu próprio equipamento) era maior. Um dos *catalogueis*, homens responsáveis por catalogar os nomes dos cinco mil, foi acusado mais tarde por sua relação com os Quatrocentos e em sua defesa aponta que arrolou nove mil nomes.

ou apenas *demoi* como opositores dos *oligoi*) poderia significar um pedido para o estabelecimento de um governo moderado, mediano, ou o retorno à democracia. Esta é a interpretação de Tucídides acerca dos receios e dos verdadeiros motivos dos hoplitas que clamavam pelos Cinco Mil (Th. VIII.92). Apesar de Ste Croix (1956. pág. 9.) afirmar que havia um forte movimento de retorno à democracia, inclusive entre os hoplitas, Rhodes lembra que Tucídides escreve após o retorno à estrutura governamental anterior aos Quatrocentos, que ocorre em 410, e assim pode ter lido um desejo a este retorno entre todos os opositores dos oligarcas. Em diferentes momentos de Tucídides pode-se perceber uma aceção diversa de democracia entre diferentes grupos. Para os oligarcas até mesmo o regime dos Cinco Mil seria uma franca democracia (Th. VIII.92.2).

c Os Cinco Mil e o entre golpes

É possível que a assembleia dos Cinco Mil fosse ampla a todos os cidadãos. Mesmo que esta interpretação das fontes seja a mais apropriada ainda houve a restrição do acesso a cargos públicos para não hoplitas; o fim do pagamento para cargos públicos, que não envolvidos com a guerra; o fim do pagamento por participação em assembleia e nas cortes. Estas práticas já impossibilitariam a participação de *thetes* e *zeugitai* pobres. Assim, a redução do corpo deliberativo e de oficiais presente no governo dos Quatrocentos é mantida. O problema com os Quatrocentos então, argumenta Rhodes²²⁴, não seria a limitação de poderes ou exclusão dos pagamentos, mas a manutenção indevida do poder e o desvio dos planos iniciais do processo que os levou ao poder.²²⁵

Dos generais que atuaram durante os Quatrocentos apenas Timócrates e Teramênes continuam nos cargos. Teramênes certamente devido ao seu envolvimento na derrubada dos Quatrocentos e instituição dos Cinco Mil,

²²⁴ Esta pesquisa concorda com a conclusão do artigo de Rhodes neste aspecto.

²²⁵ Hignet(1952) apresenta estas questões de forma detalhada e pode servir de base para a comparação entre as fontes em Tucídides e em Aristóteles. Andrewes (1981) necessariamente deve acompanhar esta leitura, pois apesar do foco em Tucídides apresenta comparação com Aristóteles em seu *excursus*.

mesmo tendo feito parte dos Quatrocentos. Entre os oito novos generais estava Alcibíades, reconvocato a Atenas pelos Cinco Mil, acatando, portanto, a reconvoção proposta pelos marinheiros em Samos. Ademais Trasímaco e Trásilus também continuaram a atuar como generais. Desta feita Teramênes, identificado como líder dos moderados; Trasíbulos, identificado como o líder dos *demotikoi*, e Alcibíades; instigador do golpe dos Quatrocentos, atuaram como generais durante os Cinco Mil e depois durante o governo restaurado, até 407/6.²²⁶

Alguns dos membros dos Quatrocentos foram levados a júri e chegaram a ser executados. Onômacles, Antifonte e Arqueptolemus foram acusados e condenados. Onômacles fugiu, ficou exilado e retornou em 404 para se tornar um dos Trinta Tiranos. O processo contra estes oligarcas foi conduzido por Teramênes, Andron e Apolexis. Tanto Teramênes quanto Andron participaram dos Quatrocentos. Pouco se sabe de Apolexis, mas Andron, pai de Androtion, o autor de uma das *Atthis*, propôs o decreto que levou ao julgamento. Ele aparece em dois diálogos de Platão, “Górgias” e “Protágoras”, entre os membros do grupo de interessados em debates entre Sócrates e os sofistas.

Outro famoso caso de julgamento de um dos membros dos Quatrocentos é o de Frínicus. Crítias propôs um decreto para que o oligarca fosse julgado postumamente. Frínicus é condenado e seus restos mortais são jogados para fora da região da Ática. Os dois assassinos do oligarca são honrados como tiranicidas. Outro caso de ataque a membros dos Quatrocentos é o de Aristarcos e Aléxicles. Eles foram condenados à morte e tiveram seu enterro negado. Crítias não figura entre os Quatrocentos, no entanto se torna, em 404, o líder dos oligarcas extremistas dentro dos Trinta Tiranos. Ostwald sugere que sua oposição à Frínicus advém de sua proximidade com Alcibíades. (OSTWALD, 1986. pág. 402-3)

Outra característica dos Cinco Mil que se assemelha às propostas dos Quatrocentos é a reconvoção dos exilados. Os Quatrocentos propuseram, mas não levaram a cabo. O governo intermediário efetuou a reconvoção. Muitos destes exilados são os condenados pela destruição das *hermai* e pela

²²⁶ Ver Thuc. VIII.76-92; X. *Hell.* I.1.22.

profanação dos mistérios de Elêusis. Muitos suspeitos de envolvimento com oligarcas e com uma preparação para um ataque ao *demos* na época.

A instituição dos *anagrapheis*, no entanto, pode ser vista como a mais influente das decisões do período. Este grupo aparece logo após o fim do governo intermediário e segue com sua função durante todo o período do governo restaurado. É interrompido durante os Trinta Tiranos e retorna com a democracia de 403, e permanece até 399. Não se sabe ao certo se foi iniciado no fim do governo intermediário ou no início do governo restaurado. Esta ação segue o exemplo dado pela instituição dos *probouloi* e, possivelmente, pelas ações dos oligarcas ao estabelecer *syngrapheis*. Com vinte homens somados aos dez *probouloi*, os *syngrapheis* ficam responsáveis pela revisão das leis ancestrais, inclusive das instituídas por Clístenes quando estabeleceu a democracia.²²⁷ Os *anagrapheis* são estabelecidos com função similar. Com o intuito de revisar as leis de Sólon, e compilar estas leis válidas, sua tarefa associa as leis ancestrais com as leis de Sólon. Esta associação das revisões das leis ancestrais com as leis de Sólon logo após a queda dos Quatrocentos, influencia na invenção da tradição que trata do legislador como o pai da democracia, uma democracia baseada em leis inscritas. Com a interrupção, em 404, das atividades dos *anagrapheis*, por ordem dos Trinta Tiranos, a percepção de uma oposição entre oligarcas e a revisão e inscrição das “leis de Sólon” se intensifica. Sólon, o antitirano, e a inscrição de suas leis, se opõem a um grupo de oligarcas vistos como tiranos. A vitória da oposição da oligarquia, que se define por democracia, e sua relação com o caráter antitirânico (desde Clístenes e passando pela relação com o termo *isonomia*), levam a um Sólon fundador da democracia onde as leis estão inscritas para poderem ser revisadas.

Corrêa apresenta esta construção da imagem do antitirano como imagem propícia para o fundador da democracia:

²²⁷ Como apresentado no decreto de Pitódoros.

Sólon utilizou tática retórica de “displacement” (IRWIN, 2008: 261) de forma a construir a unanimidade da sua rejeição à tirania, assim Sólon “é e não é um tirano” assim como Odisseu “é e não é um herói épico tradicional”. Antes de ser um democrata pela atribuição da tradição posterior, Sólon apresentou a si mesmo como um “antitirano”, tal qual Odisseu é um “anti-herói” homérico. Através da sua poesia Sólon controlou sua memória, e convenceu a tradição da sua recusa à tirania.

Se de fato Sólon foi ou não tirano de Atenas é uma questão que provavelmente se somará às perguntas sem respostas sobre a história da Atenas arcaica. O que se pode concluir é que a poesia atribuída a Sólon foi utilizada como uma intervenção na sua memória cultural, para afastar a imagem negativa de radicalidade e violência atribuída à tirania. Sólon foi eficiente em desvencilhar-se deste título negativo, e construiu sua imagem de legislador sábio e popular, mas não violento, nem radical e nem mesmo tirânico. Este “antitirano” foi construído a partir da sua obra poética, aliada à sua memória como sábio e legislador, e assim formou um corpo mais coeso e rico para a elaboração da base histórica para os princípios éticos e político que a *Athēnaíōn Politeía* procura extrair da memória cultural de Sólon. O antitirano é mais compatível com a ideia de fundador da democracia do que o tirano pleno. (CORRÊA, 2012. pág. 85.)

Sob o comando conjunto de Alcibíades, Teramênes e Trasíbulos, em

Figura 7- Poleis na Ásia Menor



410 os atenienses tiveram uma série de vitórias, em Ábidos, Cinossema e Cízicus, o que levou ao estabelecimento de uma fortificação na Calcedônia. Estas vitórias colocam o controle do mar de Marmanara e dos estreitos de Dardanelos e do Bósforo sob controle ateniense. As taxas cobradas nestes locais aliviarão

sobremaneira a polis.²²⁸

Esta situação econômica mais estável advinda de vitórias militares, sob o comando de três nomes de origens e influências políticas diversas, pode ter sido um ponto decisivo na passagem do governo intermediário para o governo restaurado. Certamente os ânimos eram esperançosos quando a assembleia negou um pedido de acordo de paz enviado pelos espartanos no mesmo ano. Incitados por Clêofon os atenienses recusaram a paz por acreditarem em uma situação melhor em futuro próximo, onde poderiam conseguir termos melhores. Clêofon parece ter sido o filho de um general, fabricante de liras, e que

²²⁸ (X. *Hell.* I.1. 4-7;11-23); (Diod. XIII.49-52;64); (Thuc. VIII.104-6).

possivelmente estabeleceu a *diobelia* no período entre os Quatrocentos e os Trinta Tiranos. Quando, em 404, se opôs novamente aos termos espartanos para a paz foi rapidamente julgado por covardia durante batalha e condenado à morte.²²⁹

Em 406, Lisandro derrotou os atenienses em Notium. Esta derrota parece ter ocorrido porque Alcibíades deixou um de seus oficiais encarregado da polis e este não seguiu suas ordens.²³⁰ Alcibíades foi considerado o responsável e, portanto, foi destituído do cargo de general e reconvocato para se apresentar à assembleia em Atenas. Os outros generais que o acompanhavam também foram destituídos do cargo, incluindo Trasíbulos.²³¹ Alcibíades nunca retornou para Atenas. É possível que tenha receado uma punição severa devido a suas idas e vindas com o inimigo anos antes.

Oito dos dez generais atenienses foram destituídos neste momento. Possivelmente por suas relações com Alcibíades. Um grupo com associações muito mais firmes com a democracia foi estabelecido em seu lugar. Dois destes novos generais, Protomachus e Aristogenes, estão nomeados entre os que sobreviveram à tragédia de Arginusa. Conon e Aristócrates permaneceram no cargo. Aristócrates era o companheiro de Teramênes quando da derrubada dos Quatrocentos. Um dos oligarcas que parece ter mantido mais votos do que o líder dos moderados para o cargo de general. Diómedon e Léon, generais em Samos com Trasíbulos e Trásilus, são eleitos pela primeira vez desde 412. Péricles, filho do grande general com a cortesã Aspásia, foi eleito junto com seu amigo Arquestratus. Erasinides, proponente do decreto que tornou os assassinos de Frínicus nos novos tiranicidas, também estava entre os novos generais.²³²

Menos de um ano depois todos os generais estiveram envolvidos na última grande vitória dos Atenienses na Guerra do Peloponeso, a batalha de Arginusa. Não cabe aqui apontar os detalhes da batalha, mas os resultados desta para o desenvolvimento político de Atenas. Em uma batalha para tomar Mitilene e resgatar Conon, um dos dez generais que era prisioneiro dos

²²⁹ Não confundir com Cleitofon, proponente da emenda do decreto de Pitódoros. Ver *And. I.* 146; *Arist. Ath.* 28.3, *Lys. XIX* 28.3,48.

²³⁰ *X. Hell.* I.5.11-15; *P. Hell. Oxy.* IV; *Diod.* XII.71.

²³¹ Teramênes saíra do cargo um ou dois anos antes e se tornou um trierarca.

²³² *X. Hell.* I.5.11-15 para a lista dos generais. Ver Ostwald (1986. pág. 430, n.75.) para maiores informações acerca das fontes sobre os antecedentes destes generais.

espartanos na polis em questão, mais de 120 navios peloponésios entraram em confronto com mais de 150 navios atenienses. O comandante espartano foi morto e mais de 60 navios peloponésios foram afundados. Os atenienses perderam apenas 12 navios e mais 13 foram avariados. No entanto, uma tempestade impediu a concretização do plano de tomar Mitilene, protegida por mais 50 navios peloponésios. Ademais os sobreviventes atenienses levados ao mar foram perdidos na tempestade sem ser resgatados pelos generais.²³³

Em um momento de indignação a assembleia reconvocou oito dos generais e em um julgamento ilegal condenou todos à morte. Seis dos generais responderam à convocação e foram executados no dia seguinte ao julgamento. Arquestratus fora morto em Mitilene e Conon permaneceu na Polis. Os únicos generais sobreviventes foram Conon, Protomachus e Aristogenes.

Com a execução de seis generais dentre os mais ligados à democracia os atenienses passaram a ter novamente dificuldades em manter a estabilidade militar na batalha contra Esparta. Em alguns meses os espartanos estavam com sua marinha renovada com a ajuda dos persas e atacavam as bases atenienses, continuamente ganhando batalhas sobre os novos generais. Eventualmente Lisandro, comandando os espartanos, fez um cerco por mar e terra à Atenas.

Durante os meses de cerco a fome convenceu os atenienses a pedir os termos para se renderem. Estas negociações levariam ao estabelecimento dos Trinta Tiranos.

d Os Trinta e os *demotikoi*

Em 404, Atenas é finalmente cercada pelos espartanos e levada à capitulação. Um grupo de embaixadores liderados por Teramênes vai a Esparta para negociar os termos de rendição. Ao retornarem, a assembleia debate como proceder. Entre as definições apresentadas à assembleia está a necessidade de seguir a *patrios politeia*. Uma comissão de trinta pessoas é estabelecida para definir como organizar a polis a partir da *patrios politeia*, inclusive pela dificuldade em se definir o que é esta constituição ancestral. Este

²³³ X. Hell.I.6.34-38, I.7.4.

grupo de trinta toma o poder e, assim como os Quatrocentos, não efetiva a definição de um novo governo. Acabam por controlar a polis brutalmente como um governo de trinta oligarcas chamados, logo após os eventos, de Trinta Tiranos.

Acerca destes movimentos em Atenas há quatro fontes usualmente utilizadas. *Athenaion Politeia*, Diodorus Siculus, Xenofonte, nas Helênicas, e Justiniano. Destes apenas Xenofonte era contemporâneo dos eventos, e *Athenaion Politeia* é a mais específica em termos de modificações constitucionais. Apesar de serem levadas em consideração, e mencionadas quando apropriado, as obras de Diodorus Siculus e Justiniano não são as principais fontes utilizadas nesta pesquisa. Outros relatos de partes destes eventos são encontrados em Lísias e Andócides, bem como em algumas inscrições e a citação de outras inscrições que não sobreviveram até os dias atuais.²³⁴

Após uma devastadora derrota em Egospótamos²³⁵ os atenienses se viram obrigados a procurar os lacedemônios para se render, pois haviam perdido praticamente todos os barcos que ainda lhes restavam na guerra. Com poucos barcos e cercados por terra não tinham como importar grãos ou receber qualquer tipo de mantimento. Ademais, ficaram impossibilitados de responder militarmente a possíveis ataques. Teramênes e outros nove embaixadores foram enviados aos espartanos. Os termos apresentados aos atenienses variam entre os relatos. Todas as fontes concordam com a destruição da maioria dos navios e das muralhas da cidade, além da aceitação dos lacedemônios como aliados e a obrigação de seguir os lacedemônios por terra ou mar onde quer que fossem, guerreando a seu favor. A divergência gira em torno da chamada *patrios politeia*. Este ponto dos termos de rendição está presente em todos relatos, à exceção de Xenofonte.

Acerca da relação entre os movimentos políticos e militares e a procura pela *patrios politeia* três autores continuam centrais para o debate. Ostwald (1986) em seu capítulo sete, Finley (1971), em sua palestra inaugural e Fuks

²³⁴ Para a breve descrição dada a seguir acerca dos Trinta Tiranos ver em especial (ARIST. **Ath.** 34-40), (D. S. **Historicus.** XIV. 3-34), (X. **H.G.** II.2.20-II.4.43).

²³⁵ Um embate onde em torno de 180 navios de cada lado se degladiaram no mar. Poucas perdas por parte de Lisandro são registradas, mas apenas nove navios atenienses escaparam com Conon em comando. (X. **Hell.** II.1.17-22), (D.S. XIII.104.8-106.8).

(1971). Estes autores propuseram que durante o período entre os dois golpes oligárquicos a constante falha da assembleia nas decisões sobre a guerra contra Esparta levou a um ambiente em que a procura por um passado mais sábio e justo permeava os debates políticos e as motivações para um fim da guerra. Este ambiente já estava se formando antes dos Quatrocentos e pode ser identificado especialmente através dos cargos dos *probouloi* e da peça *Demoi*, de Eupolis.

Apesar de breve momento de vitórias, com Alcibíades, Teramênes e Trasíbulos trabalhando juntos como generais, a sequência de falhas e decisões apressadas da assembleia levaram ao deslize de Atenas. Os mais experientes generais foram exilados ou destituídos do cargo por erros de outros. Os generais mais favoráveis ao *demos* foram executados logo após uma das maiores vitórias atenienses sobre os peloponésios. Por fim, a constante decisão de se levar a guerra até o fim para que acabasse logo, mas com a vitória ateniense, parece ter cegado o *demos* para as estratégias militares necessárias em uma longa guerra. O *demos* culpava a incompetência contemporânea, e a manipulação política dos mais abastados, pelos desastres na guerra. À procura de um modelo entre os antepassados para justificar suas ações investiam na procura pela *patrios politeia*, *patrioi nomoi* e outras *patria*. Mas estas constituições ancestrais estavam presentes não somente nos discursos dos *demotikoi* (como Lísias e Aristóteles chamam os opositores dos oligarcas), mas também entre os oligarcas, sejam eles extremistas ou moderados. Usavam estes termos para justificar suas propostas perante o *demos* ou para melhor tratar de guiar as modificações políticas intentadas pelos grupos.

Esta visão de três grupos organizados, ou ao menos identificados como tais, vem desde os atenienses antigos. Alguns até contemporâneos aos eventos.

Com a paz, tendo sido concluída a partir de termos para conduzir o governo de acordo com a constituição ancestral, **o grupo popular se esforçava para preservar o demos**, mas **os notáveis que pertenciam às hetaireiai** e aqueles exilados que retornaram após a paz, **estavam ansiosos por uma oligarquia**, enquanto **aqueles notáveis que não eram membros das hetaireiai**, mas doutra feita, não eram inferiores em reputação a nenhum cidadão, **procuravam a constituição ancestral; os membros deste grupo eram Arquinos, Anitus, Cleitofon e Formisius, enquanto seu principal líder era Teramênes**. E quando Lisandro tomou o lado dos oligarcas o *demos* se sentiu compelido e forçado a votar pela oligarquia.

τῆς εἰρήνης γενομένης αὐτοῖς ἐφ' ᾧ τε πολιτεύονται τὴν πάτριον πολιτείαν, οἱ μὲν δημοτικοὶ διασώζειν ἐπειρῶντο τὸν δῆμον, τῶν δὲ γνωρίμων οἱ μὲν ἐν ταῖς ἑταιρείαις ὄντες, καὶ τῶν φυγάδων οἱ μετὰ τὴν εἰρήνην κατελθόντες ὀλιγαρχίας ἐπεθύμουν, οἱ δ' ἐν ἑταιρείᾳ μὲν οὐδεμιᾷ συγκαθεστῶτες, ἄλλως δὲ δοκοῦντες οὐδενὸς ἐπιλείπεσθαι τῶν πολιτῶν, τὴν πάτριον πολιτείαν ἐζήτουν: ὧν ἦν μὲν καὶ Ἀρχίνος καὶ Ἄνυτος καὶ Κλειτοφῶν καὶ Φορμίσιος καὶ ἕτεροι πολλοί, προειστήκει δὲ μάλιστα Θηραμένης. Λυσάνδρου δὲ προσθεμένου τοῖς ὀλιγαρχικοῖς, καταπλαγεῖς ὁ δῆμος ἠναγκάσθη χειροτονεῖν τὴν ὀλιγαρχίαν. (Arist. Ath. 34.3)

No entanto, Dionisius de Halicarnasso e alguns outros autores posteriores tendem a identificar apenas dois grupos distintos nestes embates políticos, juntando os teramistas com os democratas.

Pois aqueles interessados em uma oligarquia afirmaram que **a antiga forma de governar** deveria ser restituída. Nesta, somente poucos ficavam a frente do todo. Enquanto a massa desejosa da democracia propôs a **constituição de seus pais** e afirmaram que esta era acordada como sendo democracia.

οἱ γὰρ τῆς ὀλιγαρχίας ὀρεγόμενοι τὴν παλαιὰν κατάστασιν ἔφασαν δεῖν ἀνανεοῦσθαι, καθ' ἣν παντελῶς ὀλίγοι τῶν ὅλων προειστήκεισαν: οἱ δὲ πλειστοὶ δημοκρατίας ὄντες ἐπιθυμηταὶ τὴν τῶν πατέρων πολιτείαν προεφέροντο, καὶ ταύτην ἀπέφηναν ὁμολογουμένως οὔσαν δημοκρατίαν. (D.S. XIV.3)

Assim, Teramênes aparece como defensor das propostas da massa, em oposição àqueles interessados na oligarquia.

Desde a descoberta da *Athenaion Politeia* tem se preferido descartar as descrições destas fontes, por serem muito posteriores em relação às anteriormente mencionadas e pela corroboração entre Tucídides, Xenofonte e a obra aristotélica. Apesar da escolha deste trabalho em procurar sempre por fontes mais próximas aos eventos, estas relações merecem reflexão a partir de uma explicação de processo de aglutinação entre os grupos. Talvez esta representação em Diodorus, e outros posteriores a ele, seja um reflexo do desenvolvimento dos próprios eventos. Parece que os moderados se aliaram aos *demotikoi* e ajudaram a estruturar seu movimento contra os extremistas. O

que se debatia entre todos era o futuro de Atenas. Todos procuravam resolver a questão da guerra. Para sair de uma situação tensa procuravam uma Atenas futura mais parecida com a administrada pelos sábios antigos de sua história. Cada um olhando para um momento no passado que lhes justificassem as propostas para o futuro.

Fuks (1971) sugere que a proposta de uma *patrios politeia* é originalmente dos teramistas, os moderados. No entanto, Tucídides aponta os marinheiros em Samos falando já de uma *patrios politeia*, apesar de parecerem se referir ao governo recém derrubado pelos Quatrocentos. A *Athenaion Politeia* apresenta tanto extremistas quanto moderados compondo o decreto de Pitódoros, que procura as *patrioi nomoi* de Clístenes. Trasímaco reflete brevemente sobre esta procura tripla, em um de seus poucos fragmentos que sobreviveram até hoje.²³⁶

²³⁶ Trasímaco foi um sofista nascido na Calcedônia, no Bósforo. Passou boa parte de sua vida em Atenas e figura na República e no Fedro de Platão, onde aparece como uma figura que trata de desenvolver a teoria retórica. (Diels-Kranz 85)

Eu queria, atenienses, ter pertencido àquele tempo antigo onde o silêncio bastava aos jovens, pois o estado das coisas não os forçava a fazer discursos; e os homens mais velhos estavam administrando a cidade devidamente. (...) Eu começarei mostrando que ao falar contra um ao outro, aqueles dentre nossos oradores, e outros também, que estão em conflito entre si, passaram pelo que inevitavelmente acontece com pessoas que tentam ganhar sem pensar. Eles acham que estão dizendo o oposto um ao outro e falham em se aperceber que estão procurando as mesmas políticas. E que os argumentos de seus oponentes estão incluídos nos seus. Apenas considerem, desde o início, o que cada um deles está procurando. A princípio, nossa constituição ancestral os preocupa, apesar de ser bem fácil de compreender e ser o que todos os cidadãos têm em comum.

ἐβουλόμην μὲν, ὦ Ἀθηναῖοι, μετασχεῖν ἐκείνου τοῦ χρόνου τοῦ παλαιοῦ [καὶ τῶν πραγμάτων], ἥνικα σιωπᾶν ἀπέχρη τοῖς νεωτέροισι, τῶν τε πραγμάτων οὐκ ἀναγκαζόντων ἀγορεύειν καὶ τῶν πρεσβυτέρων ὀρθῶς τὴν πόλιν ἐπιτροπευόντων· (...) πρῶτον μὲν οὖν τοὺς διαφορομένους πρὸς ἀλλήλους καὶ τῶν ῥητόρων καὶ τῶν ἄλλων ἀποδείξω γ' ἐν τῷ λέγειν πεπονθότας πρὸς ἀλλήλους, ὅπερ ἀνάγκη τοὺς ἄνευ γνώμης φιλονικοῦντας πάσχειν· οἰόμενοι γὰρ ἐναντία λέγειν ἀλλήλοις, οὐκ αἰσθάνονται τὰ αὐτὰ πράττοντες οὐδὲ τὸν τῶν ἐτέρων λόγον ἐν τῷ σφετέρῳ λόγῳ ἐνόησαν. σκέψασθε γὰρ ἐξ ἀρχῆς, ἃ ζητοῦσιν ἑκάτεροι. πρῶτον μὲν ἡ πάτριος πολιτεία ταραχὴν αὐτοῖς παρέχει ράϊστη γνωσθῆναι καὶ κοινοτάτη τοῖς πολίταις οὔσα πᾶσιν. (Diels-Kranz 85.B1)

FUKS (1971) apresenta a teoria de que os termos *kata ta patria*, *ta patrion* e *patrios politeia* eram utilizados durante o século V frequentemente em acordos bilaterais ao definirem as condições de autonomia das poleis em questão.²³⁷ O uso feito pelos atenienses da *patrios politeia* em debates internos parece ecoar estas práticas e expandir para o passado de Atenas as possibilidades de se tomar os termos como definições de *politeiai* específicas. A exemplo disto, parece significar para os *demotikoi*, uma autoafirmação de autonomia política.

Hamilton (1970), no entanto, propõe que as ações de Lisandro nos anos anteriores indicam uma preferência em delimitar uma oligarquia limitada iniciada pela escolha de dez homens para representar seu interesse na polis. Quando do uso do termo *patrios politeia* como parte da rendição de Atenas, as práticas recentes de Lisandro poderiam ser o que o informou. No entanto, os debates internos em Atenas já faziam uso destes termos para significar coisas diferentes. Com Lisandro entregando seu apoio aos oligarcas, um meio termo

²³⁷ Ver indícios apresentados por Fuks (1971), especialmente nas páginas 59-61 e notas 16-17.

alcançado foi o estabelecimento de um grupo de dez homens de cada uma das organizações percebidas na época.²³⁸

Após a queda dos Quatrocentos muitos de seus integrantes fugiram de Atenas, como Onômacles, que apesar de condenado à morte junto com Arquestratus e Antifonte escapou da polis antes de sua execução. Parte do acordo com Lisandro envolvia o retorno dos exilados. Assim, muitos dos quatrocentos oligarcas retornaram, alguns chegando a participar dos Trinta Tiranos.

Sobre os Trinta Tiranos sabe-se alguma coisa sobre onze deles. Os outros membros são apenas nomes em uma lista, devido à falta de menções acerca de suas pessoas nas fontes de que se dispõe. Xenofonte Lista os seguintes trinta nomes para os Trinta Tiranos: Aristóteles, Cáricles, Crítias, Dracontide, Eratóstenes, Melóbius, Mnasílocus, Onômacles, Sófocles (não o tragediógrafo), Teógnis, Teramênes; entre os que se tem alguma informação; Anétius, Aresias, Cleomedes, Caereleos, Cremon, Diocles, Erasistratus, Ésquines, Euclídes, Eumates, Fédrias, Feido, Hiero, Hipolocus, Hipomacus, Mnesiteides, Peison, Polícares, Teogenes; entre os que não se pode inferir nada.²³⁹

Aristóteles, um pupilo de Zenon, fora um general em 431/0 e fez parte dos Quatrocentos. Foi um dos responsáveis pela fortificação de Etionéia e após fugir de Atenas, quando da queda dos Quatrocentos, refugiou-se em Esparta, chegando a atuar como representante de Lisandro no debate sobre a rendição de Atenas em Esparta.²⁴⁰

Melóbius foi um dos defensores do decreto de Pitódoros, que estabeleceu os trinta *syngrapheis* que estipularam os Quatrocentos, em 411. Pitódoros não esteve entre os Trinta Tiranos, mas foi escolhido por eles como arconte epônimo. No entanto, ele não é considerado arconte nas listas atenienses posteriores. O ano de 404 é considerado *anarchos*, sem arconte.²⁴¹ Mnasílocus foi arconte epônimo durante os Quatrocentos e nada se sabe dele

²³⁸ Divergências nas fontes sugerem a existência de dois grupos de trinta homens. Primeiro, representando as facções, mas após intervenção de Lisandro apenas trinta oligarcas. Há ainda a possibilidade de que apenas um grupo de trinta tenha sido estabelecido, ou com rerepresentatividade ou apenas composto por oligarcas. Esta última possibilidade é a que melhor corresponde com a maioria das fontes.

²³⁹ H. **Hell.** II.3.2.

²⁴⁰ IG I³ 366.6; H. **Hell.** II.2.17-18.

²⁴¹ Arist. **Ath.** 29.1; Lys. **XII.**12-20.

até aparecer entre os Trinta Tiranos. Provavelmente esteve em exílio durante todo este período.²⁴² Onômacles, como já foi notado, esteve entre os Generais em Samos quando da primeira investida de Alcibiades em instigar uma mudança de governo para uma forma mais oligárquica. Ademais, foi um dos Quatrocentos e um dos enviados para negociar com Esparta. Por esta última ação foi condenado à morte, mas fugiu de Atenas e retornou como um dos Trinta Tiranos.²⁴³

Cáricles é uma figura que não parece representar um grupo político específico. Em 415 foi um dos investigadores do caso das *hermai*, junto com Pisandro, e Andócides afirma que na época fora considerado εὐνούστατοι τῶ δῆμῳ, amigável ao *demos*. Em 414, lutou contra os peloponésios como um *strategos*. Isócrates menciona que ele passou alguns anos em exílio e ao retornar maltratou a cidade.²⁴⁴ Cáricles e Crítias são apontados como os líderes dos oligarcas extremistas. Esta menção ocorre em fontes de diferentes influências e que tiveram suas informações a partir de diferentes fontes. Andócides (I.101), Aristóteles (**Pol.** 5.6, I.305b.26), Lísias (**XII.55**), Xenofonte (**Hell.** II.3.2).

Crítias é um dos mais bem conhecidos destes nomes devido a seu envolvimento com Sócrates e os sofistas e tanto pelos textos de Platão como seus próprios.²⁴⁵ Crítias aparece como um interlocutor de Sócrates e interessado em Górgias nos diálogos “Cármides”, “Timeu” e “Crítias”. Xenofonte sugere que Crítias e Alcibiades tenham se afastado de Sócrates por terem procurado um espaço na vida pública.²⁴⁶ Sua primeira aparição pública foi a proposta do decreto que levou Frínicus a ser exumado, julgado e condenado a ter seus restos mortais extraídos do território ático e seus descendentes proibidos de adentrar na Ática. O primo de Crítias, Cármides, se tornou um dos Dez do Pireu.²⁴⁷

²⁴² Arist. **Ath.** 33.1.

²⁴³ Thuc. VIII.25.1; ver também Andrewes (1981) em seu “Excursus” e (GOMME et al., 1970. 5.60.).

²⁴⁴ And. I.36; Thuc. VII.20,26; D.S. XIII.9.2; Isoc. **XVI.** 42.

²⁴⁵ Sobreviveram fragmentos de textos sobre a constituição dos lacedemônios, constituição da Tessália, poesias, fragmentos de uma tragédia e de uma prosa acerca da vida de alguns atenienses como Arquílocus, Temístocles e Cimon. Ver Diels-Kranz 88.

²⁴⁶ X. **Mem.** I.2.12-16;24-39.

²⁴⁷ Grupo de dez arcontes escolhidos pelos Trinta Tiranos especificamente para cuidar do Pireu.

Sófocles parece ter sido um *strategos* em 426/5 e 425/4 e foi exilado como resultado de sua *euthyna* por não ter conseguido subjugar a Sicília.²⁴⁸ Dracontides foi o proponente do decreto que instituiu os Trinta Tiranos e é, possivelmente, um dos personagens de Aristófanes (*Vespas*) e de Platão *Comicus* (*Sofistas*), respresentado como um participante em diversos processos.²⁴⁹ Teógnis pode ser associado ao poeta trágico satirizado por Aristófanes nas “*Arcarnéia*” e “*Thesmophoriazousae*”. Lísias apresenta Teógnis incitando os Trinta Tiranos a excluir os metecos e tomar as posses destes. Ademais, foi um dos homens que procurou pegar Lísias quando este fugiu das mãos dos Trinta Tiranos após terem capturado seu irmão.²⁵⁰ Outro membro dos Trinta envolvido com Lísias foi Eratóstenes. O único discurso de Lísias apresentado por ele mesmo foi contra Eratóstenes pelo assassinato de seu irmão, de acordo com o caso mencionado acima. Eratóstenes foi um *trierarca* estacionado em Samos em 411/10 e, possivelmente, esteve entre os *dynatotatoi* em assembleia oligárquica.²⁵¹

Teramênes é citado por Aristóteles como o líder dos moderados junto com Arquinos, Anitus, Cleitofon e Formisius. Nenhum destes colegas de Teramênes figura entre os Trinta Tiranos. Cleitofon propôs a emenda ao decreto de Pitódoros pedindo que se investigasse a constituição de Clístenes. Membro do círculo de Sócrates e figurando nos diálogos de Platão, parece ser um representante do grupo de intelectuais moderados.²⁵² Anitus foi um dos acusadores de Sócrates em 399. Ele é apresentado por Platão e Xenofonte como um homem de posses²⁵³ que desprezava os sofistas. Anitus foi um general em 409 em Pilos, e julgado por traição após uma perda. Aristóteles afirma que teria sido o primeiro ateniense a conseguir ser absolvido através de suborno.²⁵⁴ Quando Trasíbulos atacou os Trinta Tiranos, a partir de Phyle, Anitus esteve junto ao grupo de opositores aos oligarcas. Isócrates, Xenofonte

²⁴⁸ Develin (1989), Thuc. IV.65.3. Não confundir com o tragediógrafo, que também foi *strategos* em 441/0 e 423/22 e foi *proboulos* de 413 a 411 e, possivelmente, um dos trinta *syngrapheis* que instituíram os Quatrocentos.

²⁴⁹ Arist. **Ath.** 34.3; Lys. **XII.**73; Ostwald (1986. pág. 466.) sugere que isto seria um indício de que Dracontides tenha sido um pupilo de um sofista.

²⁵⁰ Lys. **XII.**6.2; 13-15.

²⁵¹ Develin (1989)

²⁵² Ver nota 212.

²⁵³ Teria herdado um curtume de seu pai.

²⁵⁴ Arist. **Ath.** 29.5, 34.3.

e Platão dizem que Anitus foi importante no reestabelecimento da democracia em Atenas.²⁵⁵ Formisius aparece apenas após a queda dos Trinta Tiranos propondo o retorno dos exilados pelos Trinta, mas com cidadania apenas para os que tivessem terras na Ática. Lísias XXX é um discurso contra esta proposta. Arquinos também esteve envolvido com propostas relacionadas aos exilados. Trasíbulos propôs o retorno dos exilados e cidadania a todos, inclusive metecos, como Lísias. Aquinus, seu companheiro em Phyle e no Pireu, encabeçou uma *graphe paranomon* contra este decreto e fez sua própria proposta de cidadania, aprovada pela polis. Arquinus é visto como moderado em suas ações e ajuda na reconciliação e restauração da democracia, não apenas nestas ações, mas também nas palavras de Aristóteles e em seus ecos em Demóstenes.²⁵⁶

A instituição dos Trinta foi dada em assembleia com o intuito de estabelecer trinta *syngrapheis*, como no evento dos Quatrocentos. No entanto, a pressão de Lisandro impediu que a escolha dos trinta fosse de livre escolha da assembleia, mas as fontes concordam que a assembleia votou na escolha destes Trinta. Tanto Lísias quanto Aristóteles (Arist. **Ath.** 35.2) sugerem que a intenção inicial dos Trinta era vista com bons olhos, pois intentavam “livrar a cidade de homens injustos e guiar os outros cidadãos à justiça”. (Lys. **XII.** 5)

Os Trinta estabeleceram: um conselho de quinhentos *bouleutai*; nove arcontes; os Onze, tradicionalmente escolhidos para funcionarem como policiamento; *strategoí*; e tesoureiros do tesouro de Atena e dos outros deuses. Um grupo incomum estabelecido pelos Trinta Tiranos foram os Dez. Grupo responsável por todos os aspectos do Pireu e que respondiam apenas aos Trinta Tiranos.²⁵⁷

Os Trinta Tiranos presidiram a *Boule* em alguns julgamentos de homens considerados sicofantas. Muitos destes homens foram condenados à morte. No entanto, isto foi bem recebido pelos atenienses que viam os sicofantas como aproveitadores que atrapalhavam o processo legal ateniense. Os Trinta passaram a confiscar os bens destes homens.²⁵⁸

²⁵⁵ X. **Hell.** II.3.42-4; Lys. **XIII.**78, 82.

²⁵⁶ Arist. **Ath.** 40.1-2; D. **Tim.** 135.

²⁵⁷ Para as fontes relacionadas a estes eventos, ver nota 234.

²⁵⁸ X. **Hell.** II.3.12; Arist. **Ath.** 35.3; D.S. XIV.4.2; Lys. **XXV.**19.

Apesar destas modificações e do estabelecimento de alguns cargos nenhuma lei nova foi feita, mas leis de Efiáltes foram canceladas. Neste ponto extremistas e moderados parecem concordar. Outras leis passaram a ser destruídas, como por exemplo algumas das inscrições iniciadas pelos *anagrapheis* e que foram rasuradas no período dos Trinta Tiranos.²⁵⁹

Dentre os Trinta ainda havia um grupo apoiando Teramênes que pedia pelo estabelecimento dos Cinco Mil. Uma lista de três mil foi estabelecida pelos Trinta Tiranos. A seguir, os oligarcas decidem continuar com os julgamentos, mas desta vez tendo os metecos como alvo. Muitos metecos desaprovavam as decisões dos Trinta Tiranos. Para combater estes opositores os oligarcas iniciaram uma série de julgamentos seguidos de execuções e tomada das posses dos executados. Teramênes se pronuncia contrário a estas ações e em seguida é excluído dos Trinta, dos três mil e julgado e executado pelos Trinta Tiranos. Neste período muitos fugiram de Atenas ou foram exilados. Lísias foi um dos metecos que fugiram para evitar de serem mortos, como o irmão de Lísias. Trasíbulos foi um dos exilados também e junto com outros atenienses na mesma situação formou uma iniciativa contra os Trinta Tiranos em Phyle.

Frente a estas oposições os Trinta recolhem as armas daqueles que não fazem parte dos três mil e as depositam na acrópole. Algum tempo depois apenas os três mil têm permissão para residir na *asty*.²⁶⁰ Os julgamentos continuaram e não mais se restringiam aos metecos. As fontes concordam com a morte de 1500 atenienses sob o comando dos Trinta Tiranos.

Trasíbulos estava com quase mil homens em Phyle quando os Trinta Tiranos ofereceram a Trasíbulos o lugar de Teramênes entre os Trinta. Com sua recusa os oligarcas atacam Phyle. Entre a tática de Trasíbulos e uma tempestade de neve os oligarcas perdem a batalha e retornam para Atenas.

Trasíbulos e Arquinos, com o auxílio de alguns metecos como Lísias, marcham contra o Pireu e tomam o porto. Os oligarcas atacam novamente e perdem uma segunda vez. Neste combate Crítias e Hipomacus morrem. Esta situação causa temor entre os Trinta Tiranos e alguns membros dos três mil exigem mudanças. Dez homens são selecionados para substituir os Trinta Tiranos e os remanescentes dos Trinta fogem para Elêusis.

²⁵⁹ Arist. **Ath.** 35.2; ver Dow (1961) e Fingarette (1971) e IG i³ 236-41.

²⁶⁰ *Urbe*, centro urbano da polis atenienses, em torno da acrópolis.

Os Dez tentam atacar o Pireu e falham novamente. Assim, enviam um pedido de auxílio aos espartanos. Pausânias vai pessoalmente a Atenas e intercede auxiliando em uma reconciliação. Meletus e Cefísophon, dentre os oligarcas, se apresentaram como representantes dos oligarcas na reunião com Pausânias.

Uma reconciliação que previa o estabelecimento de uma polis independente de Atenas como refúgio para os oligarcas e uma cláusula de não lembrar erros e ações passadas poderia ter sido o fim das animosidades entre oligarcas e seus opositores, não mais vistos como moderados e *demotikoi*, mas como um grupo só. O conflito girava agora entre “os da *asty*” e “os do Pireu”.²⁶¹ Pouco tempo depois os atenienses recebem notícias de que os oligarcas em Elêusis estavam contatando mercenários. Elêusis é invadida e os oligarcas são finalmente postos abaixo.

Para definir o que deveria acontecer, e como restaurar o governo, uma assembleia escolheu uma comissão de vinte homens para governar a cidade enquanto se decidisse o que fazer com a constituição e até se restaurar as cortes e reiniciar as revisões das leis de Sólon iniciadas pelos *anagrapheis* após a queda dos Quatrocentos. Após a queda dos Trinta seus opositores decidem eleger uma comissão de vinte, com os mesmos objetivos iniciais dos Trinta Tiranos: revisar as leis e estabelecer uma nova constituição. Cefísophon foi escolhido como secretário da *Boule* e durante seu mandato foi passado o decreto de cidadania para os Sâmios, com uma emenda do próprio Cefísophon com honrarias adicionais. Arquinos e Anitus propuseram decretos relacionados à cidadania e à honrarias para os heróis de Phyle. Arquinos também foi o responsável pelo decreto que estabeleceu o dialeto jônico como dialeto oficial de Atenas em suas inscrições públicas. Este decreto é um entre uma série de definições legais que são iniciadas sob o arcontado de Euclídes em 403, quando da definição de que forma de *politeia* os atenienses queriam ter. Agora sem uma guerra a travar, sem um possível aliado a apaziguar, os atenienses puderam estabelecer sua *patrios politeia* como seria lembrada por Aristóteles em sua “Política”: democracia ancestral, δημοκρατίαν τὴν πάτριον, *demokratia ten patrian*. (Arist. **Pol.** II.1273b.38).

²⁶¹ Arist. **Ath.** 39.6; X. **Hell.** II.4.

Esta ideia de uma constituição ancestral que se percebe uma democracia ancestral vem a partir da vitória dos opositores dos oligarcas. Antes de uma disputa por ideologias políticas se percebe uma disputa pela forma de se alcançar o fim da guerra, ou a vitória mais rápida. Entre as propostas a polarização se dá entre influentes e homens de bem, *dynatotatoi* e *beltistoi* e o povo, a massa, *demos*, *plethos*. Neste embate que se descobrem os extremistas, os moderados teramistas e os *demotikoi*. Mas para além da formação destes *demotikoi* está a forma de pensar a oposição aos oligarcas como a democracia. Estes oligarcas, tão caracterizados como tiranos, que interrompem as revisões das leis de Sólon. Este é o início da tradição da democracia ancestral. Da democracia de Sólon, das leis de Sólon, das leis inscritas de Sólon.

Mossé, se apercebendo deste processo, refletiu sobre como este se deu. “Eu gostaria, de minha parte, de tentar mostrar como se elaborou, a partir do fim do século V, a imagem de um Sólon, fundador da democracia ateniense. “ (MOSSÉ, 1979).

Tanto Mossé quanto Rhodes (1993. pág. 260.) apontam para uma situação onde os atenienses, e até mesmo os *demotikoi* do século V, viam Clístenes como o fundador da democracia, ou ao menos da forma de governo que os oligarcas queriam derrubar. Com as propagandas dos programas políticos, no fim do século, a disputa pela ancestralidade da *politeia* levou a uma idealização da constituição, da democracia advinda de Sólon. Após a derrubada dos Trinta Tiranos, homens como Arquinos e Anitus se opunham a qualquer medida revolucionária. A oposição ao decreto de Trasíbulos, que propunha entregar a cidadania para todos os metecos envolvidos na batalha em Phyle, não é puramente para evitar honraria aos heróis da derrubada dos Trinta Tiranos. Este vem junto com um novo decreto, acatado pela assembleia, que propõe honrarias aos heróis de Phyle, mas mantendo a cidadania apenas para os atenienses. Esta relação de equilíbrio entre dois extremos cai sob a égide de Sólon. Igual espaço para os dois lados, mas sem deixar um ganhar sobre o outro. A anistia estabelecida caminha no mesmo sentido. Duas outras questões corroboram com a constituição da tradição em torno de Sólon. A revisão das leis em vigência que ocorreram de 410 até 399, era chamada de

revisão das leis de Sólon. A imagem de um Sólon como antitirano²⁶² rapidamente se acoplou à oposição entre os oligarcas extremistas e seus opositores, que os denominaram tiranos.

Este processo, então, se encontra na confluência dos eventos de 411, de 404, e o processo dos *anagrapheis*, ou *nomothetai* como quer Tucídides, que perpassa estes eventos.

De acordo com Tucídides, o governo pós Quatrocentos decidiu efetivar uma revisão das leis por *nomothetai*. O cargo dos *nomothetai* e o processo de *nomothesia* são atestados apenas após 403, quando da definição da diferença entre lei e decreto. Em Tucídides se tem a primeira utilização do termo para um cargo de revisão de leis. Ostwald (1986. pág. 405-7.) propõe que o termo usado por Tucídides não seria o título, mas um termo descritivo para uma comissão de *anagrapheis* ou *syngrapheis*. Na reinscrição da lei de Drakon²⁶³ um grupo de *anagrapheis ton nomon* (anagrafeis das leis) era responsável pela aquisição da lei com o arconte *basileus* e pela publicação da mesma. Em Lísias XXX (Contra Nicomachus) Nicomachus é acusado pelo cliente de Lísias por mudar e adicionar leis quando sua função seria apenas compilar. Os dois períodos dados por Lísias para o cargo de Nicomachus são 6 anos e 4 anos, provavelmente incluindo os anos de 410 a 404 e 403 a 399, datas que corroboram com a teoria de que os *anagrapheis* teriam sido estabelecidos após os Quatrocentos e se mantiveram no cargo até 399, com um interstício durante o período dos Trinta Tiranos.

Muito se debateu acerca das funções destes *anagrapheis*. Lísias afirma que sua função, ao menos no primeiro mandato, seria inscrever as leis de Sólon. Como pode se verificar já em Andócides (AND. I. 95-6), o uso da expressão “leis de Sólon” pode ser ligado a leis produzidas muito posteriormente ao antigo legislador.²⁶⁴ Isto se torna cada vez mais comum no século IV, quando Demóstenes chega a apontar leis de homicídio, contemporâneas, como leis de Drakon, seguindo o mesmo tipo de tradição onde a expressão significa leis válidas no momento; ou leis inscritas; ou ainda,

²⁶² Ver Corrêa (2012)

²⁶³ IG I² 115 + IG I³ 104. =Fornara 15. = Stroud (1984). = M&L 86.

²⁶⁴ Neste caso em específico Andócides se refere a um decreto de 409.

no caso de Drakon, qualquer lei acerca de homicídio.²⁶⁵ Rhodes (1991) parece acertar quando propõe que:

No seu primeiro mandato, então, eu acredito que os *anagrapheis*, homens com status de secretários, foram originalmente ordenados a republicar as leis de Sólon. E foi, eventualmente, decidido que isto significava que eles deveriam encontrar e republicar todas as leis escritas válidas que se aplicassem a toda a comunidade dos cidadãos atenienses.

Robertson (1990) propôs que a produção desta revisão teria o objetivo de publicar não todas as leis, mas as relevantes, para serem colocadas no novo arquivo central. A construção do novo *Bouleuterion*, datada entre 409 e 405, é proposta por Sickinger (1999; 1999) e Boegehold (1972) como o mesmo período em que o chamado velho *Bouleuterion* teria passado a servir como o arquivo central. Anos depois este “velho *Bouleuterion*” viria a ser conhecido como *Metroon* em homenagem ao santuário da mãe dos deuses.

Estas mudanças e revisões culminam no ano de Euclides, 403/2. Além da revisão das leis de Sólon, definições importantes são votadas logo após a derrubada dos Trinta Tiranos. Estas são claramente apresentadas em Andócides e facilmente verificadas nas epigrafias do período. Neste ano se define 1 - a diferença entre leis e decretos, entre *nomoi* e *psephismata*. 2- O dialeto jônico é estabelecido como o dialeto oficial em Atenas para a publicação das leis. 3 - Leis não escritas são proibidas. Por fim, cabe apontar uma inscrição chamada de decreto de Theozotides (STROUD, 1971).²⁶⁶ Este decreto é datado de 403/2 e trata da compensação em dinheiro para os órfãos dos homens que lutaram pela democracia contra a oligarquia. Esta é a primeira inscrição na qual a palavra *demokratia* é atestada sem a necessidade de reconstrução. Esta é também a primeira vez em que a palavra *oligarchia* aparece em uma inscrição.²⁶⁷ A falta do termo *oligarchia* não deve ser lida como a inexistência do termo antes deste período. A literatura de períodos anteriores atesta fortemente este termo. O significativo é que justamente uma

²⁶⁵ Acerca dos debates sobre os *anagrapheis* ver também: (SEALEY, 1975), (HIGNETT, 1952), (HARRISON, 1955;1961), (RHODES, 1991), (DOW, 1953;1961;1963), (LANG, 1967), (GALLIA, 2004), (DE ROMILLY, 1990), (CARAWAN, 2002;2006), (NOEL, 1990), (JOYCE, 2008).

²⁶⁶ Stroud apresenta a *editio princeps*, primeira edição de uma inscrição. A mesma aparece em SEG 28.46, (WOODHEAD, 1997. 106A.), Harding, 8.

²⁶⁷ Neste caso está visível *olig.*, com o resto da palavra reconstruído por Stroud.

inscrição de 403/2, sobre os ocorridos na derrubada dos Trinta Tiranos, traz pela primeira vez ambos os termos.

Houve então uma relação criada entre leis de Sólon e a democracia pós-Trinta Tiranos. Esta relação produziu uma tradição. Tradição esta onde Sólon e as leis inscritas são intrinsecamente conectadas com a fundação da democracia (DE ROMILLY, 1990).

No entanto, a estrutura desta suposta constituição ancestral democrática gira em torno de um estabelecimento antitirânico e de origem oligárquica moderada. A denominação dos trinta oligarcas como os “Trinta Tiranos”, bem como a premiação aos assassinos de Frínicus durante o governo dos Quatrocentos como tiranicidas, serve para alinhar o governo, estruturado em contrapartida aos oligarcas, como pertencente a uma tradição antiga de antitirania. Durante as revisões das leis estas são chamadas em seu conjunto como leis de Sólon em sua homenagem, mesmo que muitas das leis vigentes tenham sido compostas décadas após a morte do Sábio ateniense. Esta prática sugere uma continuidade de Sólon e suas propostas antitirânicas. A associação entre leis, Sólon, antitirania, oposição às leis não escritas (que apoiavam os oligarcas) e a democracia, levam a uma estruturação justificada por uma inserção em uma tradição ancestral. Esta tradição, formada para justificar as ações e oposições aos oligarcas, dá o tom do que será pela primeira vez organizado conscientemente. A democracia passa a ser uma escolha consciente, antitirânica, ligada a leis escritas e, portanto, advindas de Sólon, o legislador antitirânico por excelência. Diferente da organização chamada de democracia radical por historiadores modernos, a estrutura de 403 em diante inicia uma tradição que em pouco tempo se verá mais antiga que o próprio Clístenes. Assim, o radicalismo dos oligarcas pavimentou a reação dos *demotikoi*. Mas foi a estrutura dos teramistas e sua influência direta que fundamentaram a democracia restaurada de 403.

6. Considerações Finais

“os atos injustos dos governantes na oligarquia produzem a democracia” (Lys. XXV. 27)

Algumas relações costumeiramente associadas com o desenvolvimento da democracia ateniense foram revisitadas neste trabalho. Identificou-se que a presença da escrita, e ainda mais os hábitos epigráficos, são definitivamente relacionados à história ateniense, mas não necessariamente ao desenvolvimento da democracia nesta polis. A produção de inscrições pode ser considerada maciça apenas após 403. Entre 450 e 403 há certo aumento, mas este aumento é relacionado ao avanço de Atenas sobre seus aliados tornando a liga de Delos em uma coalisão de poleis subjugadas à Atenas. Em torno de 420 há novo aumento nas produções de epigrafias, novamente relacionadas ao poderio ateniense sobre seus aliados. Mais especificamente uma tentativa de melhorar sua imagem através de honrarias e diminuição na intervenção da administração dos aliados. Esta mudança também é associada à um momento de dificuldades na guerra contra a liga do Peloponeso.

Entre estas práticas de escrita e formas de inscrição se encontra uma relação com a publicação de leis. Sólon, quando de sua proposição de uma defesa dos lugares sociais apropriados de cada grupo de cidadãos, viu algumas leis serem inscritas em madeira. No entanto, nenhuma sobreviveu até hoje neste material, e parecem ter sido poucas. A seguir, durante o período de Clístenes, as modificações na distribuição sociopolítica e nas atribuições entre as instituições que administram Atenas não são acompanhadas de aumento de inscrições. Este aumento vem décadas depois. Por fim, as mudanças de Efiáltes, seguidas por Péricles, levaram a um grande grupo de populares capazes de votar pelas decisões administrativas da polis. Este período viu o aumento significativo de inscrições, em relação aos anteriores. Apesar deste aumento os temas são diversos e geralmente relacionados a assuntos de relações interpoleis, como mencionado acima. Ademais, este aumento é irrisório se comparado com o salto de produção a partir de 403. Todas estas fases do desenvolvimento da democracia ateniense parecem ter tido pouca influência na produção epigráfica, principalmente em relação à produção de leis para administração da polis. Claro que esta afirmação só pode ser levada a

sério quando feita em comparação com a produção epigráfica, e de decretos, nos 80 anos seguintes a 403. Produção que foi mais do que dez vezes maior que toda a história ateniense até então.

Viu-se que o fim do século V foi um ponto fulcral para a produção epigráfica, mas também para grandes modificações nos hábitos epigráficos e arquivísticos. A produção de: uma revisão de leis; do primeiro arquivo público central; da proibição de leis não escritas; definição da diferença entre leis e decretos; de um dialeto oficial para as inscrições; são reflexo deste processo de desenvolvimento dos hábitos epigráficos vistos para os séculos anteriores.

Paralelamente a este processo há o desenvolvimento do conceito de democracia. O termo *demokratia* é atestado desde Heródoto, em torno de 425. No entanto, há forte associação com o termo *isonomia*, que não traduz exatamente democracia ainda. Mas esta relação traz consigo as marcas das práticas antitirânicas a este termo associadas. A seguir Pseudo-Xenofonte escreve e faz uso do termo em seu “tratado” panfletário com diferentes usos e acepções relacionados ao mesmo. Parece usar de forma pejorativa, mas ainda reconhece como algo que a massa detém como força. Tucídides faz um uso mais amplo, no entanto, concentrado nas partes finais de sua obra. Com a produção e as revisões datando até 399, muito de sua escrita pode estar imbuída de significação encontrada no período de sua produção.

As inscrições parecem ser mais claras em seu silêncio. Apesar de algumas inscrições durante o século V terem reconstruções sugeridas por excelentes epigrafistas contendo o termo *demokratia*, boa parte delas tem Tucídides como justificativa. A primeira inscrição com o termo claramente preservado é no decreto de Teozótides, onde aparece junto à primeira aparição do termo *oligarchia*, ao honrar os órfãos daqueles que lutaram pela democracia contra a oligarquia em 403. Aristóteles e Xenofonte, descrevendo os eventos do fim do século, usam tranquilamente o termo em questão. Tanto sua produção quanto publicação são datadas, com certeza, para décadas após os eventos. Mesmo tendo vivenciado parte destes eventos quando jovem, Xenofonte pode falar com tranquilidade de *demokratia*, pois produz sua obra quando o termo já está bem estabelecido como o significante do conceito de democracia.

Viu-se que durante metade do século V a guerra do Peloponeso causa enormes estragos na Ática e exaure a polis. Os gastos são tão grandes que até mesmo as reservas emergenciais são utilizadas ao fim da guerra. A morte de um terço dos homens e de dois terços das trirremes na expedição à Sicília causa enorme tensão em Atenas. A ocupação de Deceléia, em território ático e próxima à urbe de Atenas, por parte dos espartanos; a defecção de aproximadamente vinte mil escravos; a revolta de todos seus aliados menos os Sâmios; deixa os atenienses em uma situação de extrema necessidade.

Muitos historiadores veem neste momento uma democracia ateniense enfraquecida e explorada pelos oligarcas com o intuito de sua extinção. Este seria o início dos embates entre oligarcas e democratas em 411 e 404, resultando no reestabelecimento da democracia, mais forte do que nunca. Isto parece partir do conhecimento de sua conclusão. Qual seja: definições tais como descritas acima para o período de 403 onde a relação escrita, definições de leis, práticas antitirânicas, se solidificam em uma definição. Esta definição se iguala a um baluarte da administração pública de Atenas como conhecida por suas peculiaridades no mundo grego do século IV. A democracia ateniense se automeia pela primeira vez como uma escolha em detrimento de outras opções somente neste período.

Sabendo deste resultado a procura por um embate moral e dicotômico entre duas forças antitéticas parece ser um caminho um tanto sedutor. A partir das investigações apresentadas neste trabalho parece ser mais prudente identificar uma série de processos que se encontram em um local e período e permitem um evento como este.

Eventualmente, os Trinta foram derrubados por exilados democratas, os espartanos se recusaram a auxiliar na elevação de suas marionetes. Neste evento, a terrível experiência ateniense dos Trinta em Atenas fertilizou a consciência democrática plantada pelas oligarquias de 411/10. Antes de 411/10 Atenas simplesmente tivera uma democracia. Então, e especialmente após 403, os atenienses sabiam que sua democracia era algo precioso e especial, algo necessário para o caráter ateniense da cidade de Atenas, algo a ser protegido a qualquer custo. (MEYER, 2013a. pág. 211.)

A situação da polis ateniense parece deixar todos os cidadãos interessados em uma mesma coisa: o fim dos conflitos com os espartanos de forma a não serem dizimados ou desonrados. Frente a esta experiência

recente e aos desejos de sair de uma situação ruim, as divergências acerca do futuro a se construir para Atenas levou a embates políticos.

Ao fim destes embates a democracia rechaçada pelos oligarcas encontra seu lugar nos altares da massa, que agora se chama povo. Seu poder agora é uma forma de governo. A massa poderosa se torna a democracia.

Anexo I – Cronologia geral dos eventos

Ano	Evento
594	Sólon arconte.
594	Reformas de Sólon - <i>Kyrbeis</i>
566	Inscrições dos <i>hieropoioi</i> IG I ³ 507
561	Início da tirania de Pisístratos em Atenas
560	Inscrições dos <i>hieropoioi</i> IG I ³ 508
550	Inscrições dos <i>hieropoioi</i> IG I ³ 509
550	Inscrição em Bronze dos <i>tamiai</i> - IG I ³ 510
546	Pisístratos Tirano em Atenas
527	Morte de Pisístratos, tirania de seus filhos Híppias e Hipárco.
514	Assassinato de Hipárco por Aristogeiton e Harmódios durante as Grandes Panatenaicas.
514	Estátua com inscrição em sua base erigida na ágora em homenagem aos tiranicidas
510	Fim da tirania em Atenas. Híppias deixa a polis.
508	Iságoras arconte epônimo.
508	Reformas de Clístenes
499	Gregos na Jônia se revoltam contra os persas.
494	Revolta na Jônia derrotada por Dario
490	Atenienses derrotam persas em Maratona
485	Inscrição do Hekatompedon, IG I ³ 4. Mais antiga inscrição de leis sagradas. No mesmo período de aumento deste tipo de inscrição, 485-450, não há nenhuma inscrição de cunho administrativo.
483	Minas de Laureion encontradas.
480	Xerxes invade a Hélade.
480	Batalha das Termópilas. Batalha naval de Artemísio. Batalha naval de Salamina.
480	Atenas incendiada pelos persas.
479	Batalha de Plateia e de Micalé. Atenas fortificada por novas muralhas.
477	Liga de Delos é formada.

- 470** Estátua de bronze de Atena *Promachos* colocada no centro da acrópole
- 470** As muralhas da cidade foram reconstruídas.
- 470** O *Tholos* e a *Stoa Poikile* foram construídos
- 470** O *Bouleuterion* foi renovado
- 470** O Pireu, que fora devastado, foi reconstruído com a planta de Hipódamos de Mileto.
- 462** Efiáltes reformula funções do Areópago.
- 462** Ésquilo apresenta a Orestéia.
- 460** Suplicantes de Ésquilo, presença dos termos *demos* e *kratousa*, próximos.
- 460** A partir de uma lápide de 350 pode-se inferir a presença de um homem chamado Demokrates para 460.
- 459** Abertura do arcontado aos *zeugitas*
- 455** Péricles eleito *strategos* pela primeira vez. Eleito todos os anos até sua morte em 429.
- 454** Inscrição da lista de tributos dos aliados de Atenas. IG I³ 259.
- 454** Tesouro da Liga de Delos enviado para Atenas.
- 450** Início das grandes construções sob Péricles
- 450** Novo tipo de inscrições. Relações e regulamentações acerca dos aliados.
- 450** Primeira menção clara do cargo de *gramateos* em uma inscrição. Ig i³ 193, de 450-435.
- 447** O Partenon sobre a Acrópole de Atenas.
- 441** Sófocles, tragediógrafo eleito *strategos*
- 431** Guerra do Peloponeso.
- 431** Peste em Atenas, morte de Péricles
- 430** Início de inscrições com cópia dupla. Acrópole e outro local. IG I³ 155; IG I³ 165; IG I³ 71
- 430** Σκοπεῖν τῷ βουλομένῳ aparece em 4 inscrições entre 430 e 420. Ig i³ 60, ig i³ 140, ig i³ 133, ig i³ 1453, ig ii² 487. Todas as outras fórmulas introdutórias características da democracia ateniense ocorrem do século IV em diante.
- 429** Morte de Péricles.
- 427** Inscrição com a primeira aparição do termo *demokratia* (reconstruído a

partir de *demo...*) IG I³ 37. Possível que a data seja 447.

- 426** Publicação das Histórias de Heródoto, possível que apenas os primeiros quatro livros.
- 423** Sófocles, tragediógrafo eleito *strategos*.
- 421** Tratado de paz com Esparta.
- 421** Entre 421 e 414 possível publicação dos livros 5 a 9 de Heródoto.
- 420** A mais antiga diferenciação entre *hosia* e *demosia* em uma inscrição. IG I³ 253.
- 419** “O Coreuta”, discurso de Antifonte. Primeira utilização do termo *demokratia* com datação precisa.
- 415** Expedição dos Atenienses a Sicília. “Os Troianos” de Eurípides.
- 415** Entre 415 e 409 o novo *bouleuterion* é construído ao lado do antigo.
- 415** Mutilação das hermai e profanação dos Mistérios de Elêusis.
- 415** Pisandro e Cáricles entre os investigadores sobre o caso da mutilação das hermai.
- 414** Alcibíades reconvocato para responder às acusações sobre a profanação dos Mistérios e as mutilações das hermai. Autoexílio em Esparta.
- 414** Espartanos tomam Deceléia. Vinte mil escravos fogem de Atenas para Deceléia.
- 413** Fracassa a expedição ateniense à Sicília
- 413** Reinício da guerra com Esparta
- 413** Instituição dos *probouloi*. (Sófocles - Hagnon, entre os membros)
- 412** *Demoi* de Eupolis produzida.
- 412** Oito dos dez generais e 74 trirremes estacionados em Samos. Em torno de 1500 atenienses.
- 412** Léon e Diómedon eleitos *strategoí*.
- 411** Os Quatrocentos.
- 411** Andócides retorna para Atenas. Preso pelos Quatrocentos. Solto pelo governo intermediário. Sai de Atenas novamente.
- 411** Decreto de Pitódoros com emenda de Clitofon pedindo revisão das *patrioi nomoi* de Clístenes.
- 411** Lisístrata e Thesmophoriazousae de Aristófanes produzidas.

- 410** Derrubada dos Quatrocentos. Estabelecimento do Governo Intermediário
- 410** Mais antiga personificação de Demos em uma inscrição. IG I³ 375.
- 410** Início dos trabalhos dos *anagrapheis*.
- 410** Frínicus é assassinado.
- 410** Defesa de Polístratos, *katalogeis* dos Quatrocentos.
- 410** Trasíbulos, Teramênes e Alcibíades atuam juntos como generais.
Vencem nas batalhas de Abidos, Cízycus e Calcedônia.
- 409** Reinscrição da lei de Drakon pelos *anagrapheis*. IG I³ 104. Primeira inscrição na ágora (à exceção da base da estátua dos tiranicidas)
- 409** Estátua de homenagem ao novo tiranicida na acrópole.
- 409** Inscrição de uma estela contendo três leis de datas diferentes. IG I³ 510.
As leis são datadas de 501 a 462.
- 407** Derrota da frota ateniense em Notium.
- 406** Batalha naval de Arginusa.
- 406** Léon e Diómedon eleitos *strategois*.
- 406** Léon, Diómedon, Aristócrates, Trásilus, Erasínides e Péricles, filho de Péricles, são executados após Arginusa.
- 406** Lisandro derrota subalterno de Alcibíades em Notium e Alcibíades e 7 outros generais são destituídos dos cargos, entre eles Trasíbulos.
- 406** Conon e Aristócrates se mantêm como generais. Protomachus, Aristogenes Léon, Diómedon, Aristócrates, Trásilus, Erasínides e Péricles são instituídos em lugar dos generais associados a Alcibíades.
- 405** Entre 409 e 405 o antigo *bouleuterion* passa a ser usado como arquivo público central. O *Metroon*.
- 405** Lisandro derrota atenienses em Aegospotamos, dizimando quase a totalidade dos navios atenienses.
- 404** Rendição dos atenienses. Derrubada dos grandes muros. Os 30.
- 404** A queda de Atenas. Os Trinta Tiranos.
- 404** Trabalhos dos *anagrapheis* interrompido pelos Trinta Tiranos.
- 404** Instituição dos Trinta Tiranos.
- 403** Queda dos 30. Restabelecimento definitivo da democracia em Atenas.
- 403** Proibição de leis não-escritas.
- 403** O alfabeto jônico é escolhido como o dialeto oficial das publicações da

polis.

- 403** Se define pela primeira vez a diferença entre lei e decreto.
- 403** Arquinos propõe decreto entregando honrarias aos atenienses que lutaram em Phyle com Trasíbulos. Encontrado na ágora.
- 403** Trasíbulos propõe entrega de cidadania para todos metecos que participara da derrubada dos Trinta Tiranos.
- Discursos de Lísias entre 403 e 399: XXV – Defesa contra a acusação de
- 403** subversão do *demou*; XXX – Contra Nicômacos; XXXI – Contra Philon; XXXIV – Contra a subversão da *patrios politeia* de Atenas.
- 401** Trasíbulos propõe um decreto com honrarias aos estrangeiros em Phyle. Encontrado na acrópole.
- 399** Condenação e morte de Sócrates em Atenas.
- 399** Fim dos trabalhos dos *anagrapheis*.
- 399** Decreto de Teozótides, auxílio aos órfãos de atenienses que lutaram contra os oligarcas em prol da democracia.
- 399** Sobre os Mistérios de Andócides. Defesa do orador apresenta inúmeras menções aos golpes oligárquicos.

Anexo II – Cotejamento de fontes, Quatrocentos

Tradução da tabela presente em (RHODES, 1993. pág. 364-5.)

Pontos	Tucídides, livro VIII	Athenaion Politeia
1	Relato detalhado sobre movimentações preliminares de Alcibíades, Samos e Atenas. (45-54, 56, 63-6)	Após o desastre na Sicília e a aliança entre Esparta e Pérsia, os atenienses derrubam a democracia na esperança de apoio persa. (29.1)
2	escolha dos <i>syngrapheys</i> 67.1	escolha dos <i>syngrapheys</i> (29.1-3)
3	Assembléia em Colonos: (a) <i>syngrapheis</i> suspendem salvaguardas. 67.2	Assembléia em Colonos: (a) <i>syngrapheis</i> suspendem salvaguardas. (29.4)
	(b) proposta de abolição dos pagamentos e escolha dos quatrocentos, que podem convocar os Cinco Mil. (67.3)	(b) 'eles' abolem os pagamentos, entregam a administração da polis aos Cinco Mil, apontamento dos <i>katalogeis</i> . (29.5)
	(c) * proposta, feita por Pisandro, apoiada por Antífonte, Frínicos, Teramenes; 100 anos após a queda da tirania. (68)	
	(d) ratificada sem oposição (69.1)	(d) quando ratificada os Cinco Mil definem os <i>anagrapheis</i> . (30.1)
4		Os <i>anagrapheis</i> produzem: (a) Constituição para o futuro. (30.2-31.1)
		(b) Constituição para a crise imediata. (31.1-3)
		(c) Ordem para distribuir os Quatrocentos em quatro <i>lezeis</i> . 31.3)
		(d) - e o <i>plethos</i> ratifica. (32.1)
5	(a) Os Quatrocentos ocupam o <i>bouleuterion</i> , pagamento e destituição da antiga <i>boule</i> , regime inaugurado...	(a) Antiga <i>boule</i> dissolvida antecipadamente, Quatrocentos inaugurados. (32.1)
		(b) * 100 anos após a queda da tirania. Trabalho de Pisandro, Antífonte e Teramenes. (32.2)
	(c) ...e controlando a cidade. (69.1-70.2)	(c) Os Quatrocentos entram no <i>bouleuterion</i> e governam a polis (32.3)
	(d) tentam resolver os problemas com Esparta. (70.2-71 cf. 86.9)	(d) [cf.7(b)]
6	Atenas e Samos (72-7, 81-2, 86, 89.1)	
7	(a) Descontentamento em Atenas, liderada por Teramenes e Aristocrates, que dizem querer <i>isaitera politeia</i> com a participação dos Cinco mil. (89.2-4)	
	(b) extremistas fortificam Etionéia, falham em alcançar um acordo com Esparta. (90-91.1)	(b) Oligarcas fazem tentativa frustrada de acordo com Esparta. (32.3)
		(c) Os Quatrocentos duram quatro meses: dois em 412/1 e dois em 411/0. (33.1)
	(d) crise causada pela aproximação de navios do peloponeso e vitória destes navios na Erétria e defecção da Eubóia. (91.2-96)	(d) Atenienses perdem batalha naval em Erétria, Eubóia se retira da liga. (33.1)

8	(a) Assembléia na Pnix depõe Os Quatrocentos, entregam a administração aos Cinco mil, abolem pagamentos, várias assembléias seguem. (97.1-2)	(a) Eles depõem Os Quatrocentos, entregam a administração para Cinco mil, abolem pagamentos. (33.1)
		(b) resultado dos trabalhos de Teramenes e Aristocrates, desagradados com a não participação dos Cinco mil. (33.2)
	(c) elogio do novo regime. (97.2)	(c) elogio do novo regime. (33.2)
	(d) consequências da mudança; fim da oligarquia e <i>stasis</i> . (97.2-98)	
9		Em seguida são destituídos pelo demos. (34.1)

Anexo III – Cotejamento de fontes, Trinta Tiranos

Tradução da tabela presente em (RHODES, 1993. pág. 416-9.)

Ponto	Xenofonte, Helênicas II	Diodorus Siculus XIV	Justiniano V	Athenaion Politeia
	<i>Patrios politeia</i> não aparece entre os termos de rendição. (2.20)	Patrios politeia aparece entre os termos de rendição; disputa sobre constituição; Teramênes se opõe à oligarquia mas Lisanro a exige. (3. ii-vii)	Oligarquia aparece entre os termos de rendição. (8. v)	Patrios politeia aparece entre os termos de rendição; Oligarcas, Teramistas, democratras; Teramistas querem patrios politeia, mas oligarquia é exigida por Lisandro. (34. ii-iii)
A	Os Trinta são escolhidos; atrasam definição de leis; estabelecem um governo; executam sicofantas. (iii. 11-12)	Os Trinta são escolhidos; atrasam definição de leis; estabelecem um governo; executam sicofantas. (3. vii-4. ii))		Os Trinta são escolhidos; atrasam definição de leis; estabelecem um governo; revisam leis; executam sicofantas. (35. i-iii)
B	Os Trinta enviam pedido de ajuda à Esparta. Recebem Callibius e uma guarnição. (13-14)	Os Trinta enviam pedido de ajuda à Esparta. Recebem Callibius e uma guarnição. (4. iii-iv)	Os Trinta recebem Callibius e uma guarnição. (8. xi)	
C	Primeiro período de Terror (14)	Período de Terror: Teramênes se opõe. (4. iv-v)	Período de Terror: Teramênes se opõe. (9. i-ii)	
D	Teramênes se opõe, quer regime mais amplo. (15-17)			
E	Três Mil selecionados (18)			
F	Teramênes se opõe novamente. (19)			
-				
G	Desprivilegiados são desarmados. (20)			
H	Segundo período de Terror. (21)			
J	Ataque aos metecos; Teramênes se opõe. (21-22)			
K	Teramênes entra em conflito com Crítias (discursos); é deletado dos Três Mil, condenado; suplica em vão; é executado. (23-56)	Teramênes entra em conflito com Crítias; é preso; suplica em vão; proíbe Sócrates de tentar um resgate; é executado. (4.v-5.iv)	Teramênes executado. (9.ii)	Duas leis permitem que Teramênes seja deletado dos Três Mil, executado. (37.i)
-				Desprivilegiados são desarmados. (37.ii)
-				Os Trinta enviam pedido de ajuda à Esparta. Recebem Callibius e uma guarnição. (37.ii)

L	Trinta livres para governar livremente. (iv. l)	Período de terror. (5. v-vi)		
-		Ataque aos metecos. (5. vi)		
-		Atenienses fogem, são acolhidos apesar das restrições de Esparta. (5.vi-6.iii cf. 32.i)	Atenienses fogem, são acolhidos apesar das restrições de Esparta. (9. iii-v)	
M	Desprivilegiados expulsos da cidade. (l)			
N	Trasíbulos ocupa Phyle. (2)	Trasíbulos ocupa Phyle. (32.i)	Trasíbulos ocupa Phyle. (9. vi)	
-			Trasíbulos apoiado por Ismenias e Lísias. (9. vii-ix)	
O	Tempestade de neve frustra ataque à Trasíbulos. (3)	Tempestade de neve frustra ataque à Trasíbulos. (32.ii-iii)	Oligarcas derrotados. (9.x-xi)	
-		Desprivilegiados expulsos da urbe para o Pireu. (32.iv)	Desprivileguados expulsos para além das muralhas da cidade. (9. xii)	
P	Oligarcas derrotados em Phyle. (4-7)			
Q	Trinta prendem eleusínos. (8)	Eleusínos e salamínios condenados. (32.iv)		
R	Três Mil condenam eleusínos. (9-10)			
-		Os Trinta falham em corromper Trasíbulos; apelam à Esparta. (32. v-vi)	Os Trinta falham em corromper Trasíbulos; apelam à Esparta. (9. xiii-xiv)	
-		Oligarcas derrotados na batalha de Acarnéia. (32. vi-33.i)		
S	Trasíbulos ao Pireu; batalha de Muníquia; discurso do arauto. (10-22)	Trasíbulos ao Pireu; batalha de Muníquia. (33.ii-iii)	Trasíbulos ao Pireu; batalha de Muníquia; discurso de Trasíbulos. (9. xiv-10. iii)	Trasíbulos ao Pireu; batalha de Muníquia. (38.i)
-		Democratas crescem em força. (33.iv)		
T	Trinta depostos; substituídos pelos Dez; se retiram para Elêusis. (23-4)	Trinta depostos; substituídos pelos Dez para convocarem a paz. (33.v)	Trinta enviados à Eleêusis; substituídos pelos Dez. (10. iv-v)	Trinta depostos; substituídos pelos Dez para convocarem a paz. (38.i)

-				Dez negam paz e apelam à Esparta. (38.i)
-				Demaretus é assassinado. (38.ii)
U	Democratas crescem em força. (24-7)			Democratas crescem em força. (38.iii)
V	Os Dez pedem auxílio à Esparta; Lisandro responde. (28-9)	Os Dez pedem auxílio à Esparta; Lisandro responde. (33.v)		
-				Dez substituídos por novos Dez que negociam a paz. (38.iii)
W	Pausânias vem em seguida; Batalha contra o Pireu. (29-34)	Pausânias vem em seguida. (33.vi)	Pausânias enviado por Esparta. (10. vi)	
X	Pausânias e comitê de Esparta intermediam uma reconciliação; Discurso de Trasíbulos. (35-42)	Pausânias intermedia reconciliação. (33.vi)	Pausânias intermedia reconciliação. (10. vii))	Pausânias e comitê de Esparta intermediam uma reconciliação; termos resumidos. (38.iv-39)
-				Democracia restaurada demonstra moderação. (40.i-iii)
Y	Embate final e resolução com Elêusis. (43)		Embate final e resolução com Elêusis. (10. viii-xi)	Resolução final com Elêusis. (40.iv)

Índice Remissivo.

- A**
- acrópole 9, 11, 12, 65, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 75,
76, 80, 83, 84, 89, 95, 142, 174
- ágora.... 27, 29, 65, 67, 69, 74, 75, 76, 89, 90, 95
- Alcibiades 13, 15, 16, 50, 121, 122, 125, 126,
143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155,
156, 160, 162, 163, 166, 171
- anagrapheis*.... 27, 82, 84, 87, 88, 89, 92, 93, 94,
154, 161, 174, 175, 177, 178
- Andócides . 17, 36, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54,
55, 80, 90, 94, 102, 105, 110, 113, 134, 135,
136, 137, 138, 165, 171, 177, 178
- Anétius..... 170
- Anitus.....167, 172, 175, 176
- Antifonte 14, 16, 36, 45, 46, 48, 49, 50, 82, 102,
103, 105, 110, 126, 132, 133, 134, 138, 148,
151, 157, 160, 170
- arconte 6, 10, 82, 84, 86, 152, 170, 177
- Areópago8, 10, 11, 108
- Aresias 170
- Arginusa.....148, 149, 156, 163
- Aristarcus..... 157
- Aristócrates 15, 156, 163
- Aristófanés 50, 90, 103, 105, 110, 134, 145, 152,
172
- Aristogeiton 10, 100
- Arqueptolemus..... 14, 157, 160
- Arquestratus.....155, 163, 164, 170
- Arquílocus..... 171
- Arquinos 18, 57, 95, 167, 172, 174, 175, 176
- axones*9, 68, 82, 83, 84
- B**
- Boule*... 10, 12, 28, 30, 68, 70, 74, 82, 85, 86, 89,
93, 108, 143, 145, 173, 175
- Bouleuterion* ... 69, 74, 75, 76, 84, 88, 89, 90, 91,
132, 143, 178
- C**
- Caereleos170
- Cárcles 51, 170, 171
- Carminus 14
- Cinco Mil 27, 73, 88, 92, 154, 156, 157, 158,
159, 160, 174
- Cleitofon.... 18, 46, 151, 152, 153, 163, 167, 172
- Cleomedes170
- Clístenes..5, 9, 10, 15, 20, 23, 24, 25, 26, 29, 31,
32, 33, 34, 62, 65, 68, 92, 98, 103, 104, 112,
115, 117, 151, 152, 153, 161, 168, 172, 176,
179, 180
- Cremon170
- Crítias 17, 160, 170, 171, 174
- D**
- Deceléia..... 13, 122, 144, 182
- demes*.....88
- demoi* 10, 68, 109, 153, 158, 159, 166
- demokratia*...viii, ix, 7, 21, 24, 25, 28, 32, 33, 34,
38, 49, 50, 58, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102,
105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,
114, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 125, 126,
127, 129, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139,
151, 153, 175, 178, 181
- demos*5, 8, 10, 12, 15, 17, 20, 25, 28, 58, 93, 98,
101, 103, 104, 107, 108, 113, 115, 122, 130,
144, 148, 149, 150, 152, 156, 161, 166, 167,
171, 176
- demotikoi* viii, ix, 18, 19, 100, 121, 124, 127,
129, 149, 160, 164, 166, 167, 169, 175, 176,
179
- dikastai*..... 11, 51
- dikasteria* 11
- Diocles.....170
- Diodorus Siculus..... 17, 47, 110, 113, 165
- Diómedon 148, 149, 154, 163

dipinti..... 36, 142
 Dracontide..... 170
 Drakon .. 9, 30, 45, 65, 68, 73, 74, 81, 82, 83, 84,
 92, 177
 dynatotatoi..... 124, 129, 147, 148, 172, 176

E

Efiáltes .. 6, 11, 12, 15, 24, 25, 31, 62, 65, 69, 86,
 108, 121, 156, 174, 180
 Egospótamos 165
ekklesia 8, 10, 28, 93, 108, 145, 149, 158
 Elêusis 18, 51, 121, 136, 144, 150, 161, 174, 175
 Erasistratus 170
 Eratóstenes.....55, 57, 58, 59, 170, 172
 Ésquines..... 80, 82, 170
 Etionéia..... 157, 170
 Euclídes..... 170, 175
 Eumates..... 170
 Eupolis145, 146, 153, 166
euthyna..... 12, 172

F

Fédrias 170
 Feido..... 170
 Formisius 18, 167, 172
 Frínicus . 14, 15, 67, 75, 125, 129, 148, 150, 151,
 157, 160, 171, 179

G

Górgias..... 58, 160, 171
grafitti..... 26
graphe paranomon..... 173

H

Hagnon 145
 Harmódios 10
hermai . 16, 51, 76, 121, 136, 144, 148, 160, 171
 Hiero 170
hieropoioi..... 9, 66

Hipárco..... 68, 75
 Hipolocus170
 Hipomacus 170, 174
 Híppias 68

I

Iságoras 10
 Isócrates..... 55, 56, 113, 171, 172

J

Justiniano47, 165

K

kata ta patria 156, 169
katalogeis..... 58
kyrbeis 9, 65, 68, 83, 84

L

Lisandro... 17, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 173
 Lísias.... 17, 27, 36, 45, 47, 48, 50, 55, 56, 57, 58,
 59, 80, 82, 92, 93, 95, 141, 145, 165, 166,
 171, 172, 173, 174, 177

M

me mnesikakein 33
 Melóbius 46, 170
Metroon 29, 52, 80, 81, 87, 88, 90, 91, 178
 Mnasílocus 170
 Mnesiteides..... 170

N

Nícias..... 12, 13, 42, 142, 143, 148, 156
 Nicômacos..... 59, 92, 93
nomoi 7, 24, 81, 94, 100, 146, 156, 178
nomothesia 88, 94, 177
nomothetai 94, 177

O

oligarkia 58
 Onômacles 14, 16, 148, 157, 160, 170, 171

P

patrioi nomoi 34, 73, 146, 156, 166, 168
patrios politeia 17, 19, 24, 34, 59, 100, 141, 146,
 152, 156, 164, 165, 166, 168, 169, 175
 Pausânias 17, 84, 90, 94, 175
 Peison 170
 Péricles ... 6, 11, 12, 15, 31, 56, 62, 72, 104, 108,
 116, 117, 118, 142, 145, 163, 180
 Phyle 56, 75, 95, 172, 174, 175, 176
physis 7, 48
 Pireu 11, 56, 69, 157, 171, 173, 174, 175
 Pisandro 14, 51, 125, 129, 148, 149, 150, 151,
 152, 154, 171
 Pisistrátidas 67, 68, 75
 Pisístratos 9, 66, 68, 82, 157
 Pitódoros .. 46, 92, 146, 151, 161, 163, 168, 170,
 172
 Platão 48, 56, 108, 109, 110, 113, 152, 168, 171,
 172
plethos 113, 154, 176
 Polemarcus 56
 Polícares 170
 Polístratos 57
 Potidéia 12, 142
probouloi .. 13, 93, 122, 145, 146, 151, 153, 161,
 166
prytaneion 65
psephismata 73, 94, 178

Q

Quatrocentos 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 38,
 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 56, 57, 59, 67, 73,
 75, 87, 88, 92, 93, 102, 103, 115, 121, 122,
 124, 125, 127, 128, 129, 134, 136, 138, 141,
 146, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 156,
 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 168,
 170, 172, 173, 175, 177, 179

S

Salamina 11, 68
 Samos .. 12, 13, 14, 15, 16, 51, 88, 116, 122, 124,
 125, 129, 130, 136, 146, 147, 148, 149, 150,
 154, 155, 156, 157, 160, 163, 168, 171, 172
 Scironides 14
 Sicília .. 13, 51, 93, 117, 122, 142, 143, 144, 145,
 146, 156, 172
 Sócrates 30, 56, 108, 152, 157, 160, 171, 172
 Sófocles 137, 145, 170, 172
 Sólon ... 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 24, 27, 33, 34, 53, 54,
 55, 59, 61, 62, 65, 68, 74, 82, 83, 84, 93, 98,
 103, 104, 115, 152, 153, 154, 161, 162, 175,
 176, 177, 178, 179, 180
strategos 145, 147, 149, 157, 171, 172
syngrapheis 93, 147, 151, 153, 161, 170, 172,
 173, 177

T

ta patrion 169
tamiai 9, 66
taxiarca 156
 Temístocles 11, 171
 Teogenes 170
 Teógnis 170, 172
 Teozótides 75, 95, 181
 Teramênes .. 14, 15, 16, 17, 18, 46, 47, 127, 129,
 145, 151, 152, 156, 157, 159, 160, 162, 163,
 164, 165, 166, 167, 170, 172, 174
 teramistas 18, 121, 129, 168, 179
thesmoi 7
thesmotetai 81
thete 56
 tiranicidas 10, 67, 75, 99, 157, 160, 163, 179
 Tissafernes 122, 146, 147, 150, 155
 Trasíbulos 16, 17, 56, 75, 95, 149, 154, 155, 157,
 160, 162, 163, 166, 172, 174, 176
 Trásilus 16, 149, 154, 160, 163

Trasímaco 58, 160, 168
trierarca14, 149, 163, 172
 Trinta Tiranos ... 6, 17, 18, 19, 33, 45, 47, 51, 56,
 57, 58, 59, 73, 74, 75, 76, 87, 88, 92, 93, 94,
 95, 96, 122, 136, 138, 141, 148, 149, 151,
 152, 157, 160, 161, 163, 164, 165, 170, 171,
 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182

X

Xenofonte 17, 18, 30, 39, 40, 41, 47, 48, 56, 103,
 105, 110, 113, 129, 131, 137, 138, 146, 165,
 167, 170, 171, 172, 181

Z

Zenon170
zeugitai.....159

Referências Bibliográficas

Autores Antigos

A. **Supp.**

Aeschin. **I.**

And. **I.**

_____. **li.**

_____. **lii.**

Antipho. **li.**

_____. **Vi.**

Ar. **Ach.**

_____. **Av.**

_____. **Ra.**

Arist. **Ath.**

_____. **En.**

_____. **Pol.**

Ath. **Deipnosophistae.**

Cic. **Brut.**

D. **Tim.**

D.H. **Lys.**

D.L. **Vidas E Doutrinas Dos Filósofos Ilustres.**

D.S. **Historicus.**

Dem. **XX:** Demostenes

_____. **XXIV.**

Hdt.

Isoc. **VII.**

_____. XII.

_____. XVI.

Lys. VI.

_____. XII.

_____. XIII.

_____. XIV.

_____. XX.

_____. XXI.

_____. XXV.

_____. XXX.

_____. XXXIV.

P. Hell. Oxy.

Paus.

Pl. Clitoph.

_____. Resp.

Plu. X. Or.

Plu. Sol.

Ps.-X. Ath.

Thuc.

X. Cyr.

_____. Hell.

Bibliografia Geral

- ABBOTT, T. J. **The Ancient Greek Secretary : a study of secretaries in Athens and the Peloponnese**. 2012. Doctoral (Doctor of Philosophy). Faculty of Humanities
School of Arts, Languages and Cultures, The University of Manchester
- AESCHYLUS; SMYTH, H. W. **Aeschylus, with an English translation**. London, : Heinemann;, 1963.
- ALCOCK, S. E.; OSBORNE, R. **Placing the gods : sanctuaries and sacred space in ancient Greece**. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- AMEMIYA, T. **Economy and economics of Ancient Greece**. London: Routledge, 2007.
- ANDREWES, A. The Peace of Nicias and the Sicilian Expedition. In: LEWIS, D. M., ., EDS.;ET AL. (Ed.). **The Cambridge Ancient History**: Cambridge University Press, v.V, 1992. cap. 10, p.433-462.
- ARISTOPHANES; HALL, F. W.; GELDART, W. **Aristophanis Comoediae**. Oxonii, : e typographeo Clarendoniano, 1902.
- ARISTÓTELES; PIRES, F. M. **A Constituição de Atenas**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1995.
- ARISTOTLE; KENYON, F. G. **Athēnaiōn politeia. Aristotle on the constitution of Athens**. 2d. London: Sold at the Museum and ny Longmans and co., 1891. li, 1 , 190 p., 1 l.
- ARNASON, J. P.; RAAFLAUB, K. A.; WAGNER, P., Ed.Eds. **The Greek Polis and the Invention of Democracy: A Politico-Cultural Transformation and Its Interpretations**. Chichester: Wiley-Blackwelled. 2013.
- ATKINSON, J. E. Athenian Law and the Will of the People in the Fourth Century BC. **Acta Classica**, v. 46, p., 2003.
- BAILLY, A. et al. **Dictionnaire grec français**. Paris: Hachette, 2000. xxxi, 2230 p.
- BELOCH, J. **Die attische politik seit Perikles**. Leipzig, : B.G. Teubner, 1884. iv, 369, 2 p.
- BERLIN-BRANDENBURGISCHE, A. D. W. INSCRIPTIONES GRAECAE. **RESEARCH CENTRE FOR PRIMARY SOURCES OF THE ANCIENT WORLD**, Disponível em: < <http://www.bbaw.de/en/research/ig> >. Acesso em: 08/07/2015.

BICKNELL, P. J. **Studies in athenian politics and genealogy**: *Historia Zeitschrift für alte Geschichte Einzelschriften*,. Wiesbaden, : F. Steiner, 1972. 112 p.

BLAMIRE, A. Athenian Finance, 454-404 B.C. **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 70, n. 1, p., 2001. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2668488> >.

BLOCH, M. **Apologia da história: Ou o ofício de historiador**. Zahar, 2002.

BLOK, J. H. Deme Accounts and the Meaning of hosios Money in Fifth-Century Athens. **Mnemosyne**, v. 63, n. 1, p., 2010. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/40648940> >.

BÖCKH, A. **Die Staatshaushaltung der athener**. Reimer, 1886.

BÖCKH, A.; LEWIS, G. C. **The public economy of Athens, in four books; to which is added, A dissertation on the silver-mines of Laurion**. London, : J. Murray, 1828.

BÖCKH, A.; RÖHL, H.; WISSENSCHAFTEN, P. A. D. **Corpus inscriptionum Graecarum**. Officina Academica, 1828.

BOEGEHOLD, A. L. The Establishment of a Central Archive at Athens. **American Journal of Archaeology**, v. 76, n. 1, p., 1972. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/503608> >.

_____. Andokides and the Decree of Patrokleides. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v. 39, n. 2, p., 1990. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/4436144> >.

_____. **The lawcourts at Athens : sites, buildings, equipment, procedure, and testimonia**: The Athenian Agora. Princeton, N.J.: American School of Classical Studies at Athens, 1995a. xxviii, 256 p.

_____. Three Court Days. In: (Ed.). **The lawcourts at Athens : sites, buildings, equipment, procedure, and testimonia**. Princeton, N.J.: American School of Classical Studies at Athens, 1995b. p.xxviii, 256 p.

BRIGGS, W. W. **Ancient Greek authors**. Detroit ; London: Gale Research, 1997.

BUSOLT, G. **Griechische geschichte bis zur schlacht bei Chaeroneia**. Gotha, : F. A. Perthes, 1893.

_____. **Griechische Staatskunde**: Hauptteil 1: Handbuch der klassischen Altertumswissenschaft. 3., neugestaltete Aufl. der Griechischen Staats- und Rechtsaltertümer. München: Beck, 1920.

BUTTERFIELD, H. **The Englishman and his history**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1944.

CAMP, J. M. **The archaeology of Athens**. New Haven ; London: Yale University Press, 2001.

CANEVARO, M.; HARRIS, E. M. The Documents in Andocides' On The Myteries. **The Classical Quarterly**, v. 62, n. 1, p., 2012.

CARAWAN, E. The Athenian Amnesty and the 'Scrutiny of the Laws'. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 122, p., 2002. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3246202> >.

_____. Amnesty and Accoutings for the Thirty. **The Classical Quarterly**, v. 56, n. 1, p., 2006. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/4493388> >.

CAREY, C.; LYSIAS. **Lysias : selected speeches**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CARTLEDGE, P. Origins of Democracy: Contribution to a Debate. In: RAAFLAUB, K. A.; OBER, J., *et al* (Ed.). **Origins of Democracy in Ancient Greece**. Berkeley: University of California Press, 2007.

_____. **Ancient Greek political thought in practice**: Key themes in ancient history. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 2009. xxiii, 169 p.

CHAMBERS, M. **Georg Busolt : his career in his letters**: Mnemosyne, bibliotheca classica Batava Supplementum,. Leiden ; New York: E.J. Brill, 1990. xii, 242 p.

_____. Thucydides. In: BRIGGS, W. W. (Ed.). **Ancient Greek Authors**. Detroit: Brucoli Clark Lyman, v.176, 1997.

CHANTRAINE, P.; BLANC, A. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire des mots**. Klincksieck, 1999.

CLINTON, K. The Nature of the Late Fifth-Century Revision of the Athenian Law Code. **Hesperia Supplements**, v. 19, p., 1982. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/1353967> >.

COBET, J. Wann Wurde Herodots Darstellung der Perserkriege Publiziert? **Hermes**, v. 105, n. 1, p., 1977. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/4475992> >.

CONNOR, W. R. **The new politicians of fifth-century Athens**. Princeton, N.J., : Princeton University Press, 1971. xii, 218 p.

CORRÊA, D. R. **A memória cultural de Sólon de Atenas na aristotélica 'Constituição dos atenienses'**. 2012. 111 Dissertação (Mestrado). Programa

de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre.

D'AJELLO, L. F. T. **Mensageiros Helenos, Angelói de uma Época: Um estudo sobre os mensageiros na Grécia Clássica (Séc; V a; C;)**. 2006. 160 TCC (Bacharelado em História). Departamento de História, Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, Florianópolis.

D'AJELLO, L. F. T. **Memória e Saber nos Procedimentos Legais Gregos**. 2010. 150 (Mestrado). História, UFRGS, Ed. UFRGS.

DAVIES, J. K. **Athenian propertied families, 600-300 B.C.** Oxford, : Clarendon Press, 1971. xxxi, 655 p., 4 plates (2 fold.).

DAVIES, J. K. Greek Archives: From Record to Monument. In: BROSIUS, M. (Ed.). **Ancient archives and archival traditions : concepts of record-keeping in the ancient world: Oxford studies in ancient documents**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2003. p.xx, 362 p.

_____. The Origins of the Inscribed Greek Stela. In: MILLARD, A. R. E. A. (Ed.). **Writing and ancient Near Eastern society : papers in honour of Alan R. Millard**. New York: London: T&T Clark, 2005. p.283-300.

DAVIS, G. AXONES AND KURBEIS: A NEW ANSWER TO AN OLD PROBLEM. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v. 60, n. 1, p., 2011. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/29777246> >.

DE ROMILLY, J. **Problèmes de la démocratie grecque**: Collection Savoir. Paris: Hermann, 1975. xvii, 197 p.

_____. La mémoire du passé dans la Grèce antique. **Revue Historique**, v. 283, n. 1 (573), p., 1990. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/40955338> >.

DE STE CROIX, G. E. M. The Constitution of the Five Thousand. **Historia**, v. 5, p., 1956.

DE STE. CROIX, G. E. M. **The class struggle in the ancient Greek world : from the Archaic Age to the Arab Conquests**. London: Duckworth, 1981.

DE STE. CROIX, G. E. M. et al. **Athenian democratic origins : and other essays**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2004.

DETIENNE, M.; CAMASSA, G. **Les Savoirs de l'écriture : en Grèce ancienne**: Cahiers de philologie. Villeneuve-d'Ascq, France: Presses universitaires de Lille, 1988. 538 p.

DEVELIN, R. **Athenian officials 684-321 B.C.** Cambridge University Press, 1989.

DIELS, H. et al. **I Presocratici**: Bompiani Il pensiero occidentale. 1. Milano: Bompiani, 2006. lviii, 2002 p.

DIELS, H.; SPRAGUE, R. K. **The older Sophists**: a complete translation by several hands of the fragments in Die Fragmente der Vorsokratiker, edited by Diels-Kranz. With a new edition of Antiphon and of Euthydemus. Indianapolis: Hackett Pub., 2001. x, 347 p.

DOW, S. The Law Codes of Athens. **Proceedings of the Massachusetts Historical Society**, v. 71, p., 1953. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/25080473> >.

_____. The Walls Inscribed with Nikomakhos' Law Code. **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 30, n. 1, p., 1961. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/147321> >.

_____. The Athenian Anagrapheis. **Harvard Studies in Classical Philology**, v. 67, p., 1963. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/310818> >.

EVANS, J. A. S. Notes on the Debate of the Persian Grandees in Herodotus 3,80-82. **Quaderni Urbinati di Cultura Classica**, v. 7, n. ArticleType: research-article / Full publication date: 1981 / Copyright © 1981 Accademia Editoriale, p., 1981. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/20538665> >.

_____. Herodotus 9. 73. 3 and the Publication Date of the Histories. **Classical Philology**, v. 82, n. 3, p., 1987. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/270281> >.

FINGARETTE, A. A New Look at the Wall of Nikomakhos. **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 40, n. 3, p., 1971. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/147531> >.

FINLEY, M. I. **The ancestral constitution: an inaugural lecture**. London, : Cambridge University Press, 1971. 1 , 60 p.

_____. **Democracy ancient and modern**: Mason Welch Gross lectureship series. New Brunswick, N.J., : Rutgers University Press, 1973. x, 118 p.

_____. **Politics in the ancient world**: The Wiles lectures. Cambridge Cambridgeshire ; New York: Cambridge University Press, 1983. viii, 152 p.

FORNARA, C. W. Evidence for the Date of Herodotus' Publication. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 91, p. 25-34, 1971.

_____. Herodotus' Knowledge of the Archidamian War. **Hermes**, v. 109, n. 2, p., 1981. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/4476198> >.

_____. **Archaic times to the end of the Peloponnesian War**: Translated documents of Greece and Rome. 2nd. Cambridge Cambridgeshire ; New York: Cambridge University Press, 1983.

FORREST, W. G. G. **The emergence of Greek democracy: the character of Greek politics, 800-400 B.C.** World university library. London, : Weidenfeld & Nicolson, 1966.

FRANCISCO, G. D. S. **Grafismos gregos. Escrita e figuração na cerâmica ática do período arcaico (do século VII-VI a.C.).** 2007. (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE-USP, USP, MAE-USP.

FUKS, A. **The ancestral constitution; four studies in Athenian party politics at the end of the fifth century B.C.** Westport, Conn., : Greenwood Press, 1971. ix, 124 p.

FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S.; LETALIEN, B. L. **New perspectives on the ancient world : modern perceptions, ancient representations:** BAR international series. Oxford, England: Archaeopress, 2008. iii, 248 p.

FUNARI, P. P. A.; SOARES, A. L. R. **Cultura material e arqueologia histórica:** Coleção Idéias. Campinas, São Paulo, Brazil: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998. 317 p.

GAGARIN, M. **Drakon and early Athenian homicide law.** New Haven ; London: Yale University Press, 1981.

_____. **Antiphon the Athenian : oratory, law, and justice in the age of the Sophists.** 1st. Austin: University of Texas Press, 2002. x, 222 p.

GAGARIN, M.; MACDOWELL, D. M. **Antiphon & Andocides:** The oratory of classical Greece. 1st. Austin: University of Texas Press, 1998.

GALLIA, A. B. The Republication of Draco's Law on Homicide. **The Classical Quarterly**, v. 54, n. 2, p., 2004. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3556375> >.

GOMME, A. W. **An Historical Commentary on Thucydides Volume 1. Introduction, and Commentary on Book I:** An Historical Commentary on Thucydides. Oxford, : The Clarendon press, 1956.

_____. **A Historical Commentary on Thucydides: The ten years' war, Books II-III:** A Historical Commentary on Thucydides. Oxford: Clarendon Press, 1986.

GOMME, A. W.; ANDREWES, A.; DOVER, K. J. **An Historical Commentary on Thucydides Volume 4. Books V(25)-VII:** An Historical Commentary on Thucydides. Oxford University Press, 1970.

_____. **An Historical Commentary on Thucydides Volume 3: The Ten Years' War. Books IV-V(1-24):** An Historical Commentary on Thucydides. Oxford: Oxford University Press, 1974.

_____. **Commentary on Thucydides Volume 5. Book VIII A Historical Commentary on Thucydides.** Oxford: Claredon Press, 1981.

GOODY, J. **The domestication of the savage mind.** Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

GOODY, J.; WATT, I. The Consequences of Literacy. **Comparative Studies in Society and History**, v. 5, n. 3, p., 1963. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/177651> >.

GRENFELL, B. P. et al. **The Hibeh papyri.** London: Egypt Exploration Fund, 1906.

GULICK, C. B. **Athenaeus. The Deipnosophists. With an English translation by Charles Burton Gulick.** London: William Heinemann ; New York : G. P. Putnam's Sons, 1927.

HAMILTON, C. D. Spartan Politics and Policy, 405-401 B. C. **The American Journal of Philology**, v. 91, n. 3, p., 1970. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/292953> >.

HANSEN, M. H. **The Athenian Ecclesia II : a collection of articles 1983-1989.** Museum Tusculanum Press, 1989.

_____. **The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes : structure, principles, and ideology.** Norman: University of Oklahoma Press, 1999.

HANSEN, M. H. et al. **An inventory of archaic and classical poleis.** Oxford ; New York: Oxford University Press, 2004. xv, 1396 p.

HARDING, P. **From the End of the Peloponnesian War to the Battle of Ipsus.** Cambridge University Press, 1985.

HARRISON, A. R. W. Law-Making at Athens at the End of the Fifth Century B. C. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 75, p., 1955. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/629166> >.

_____. Drakon's PROTOS AXON. **The Classical Quarterly**, v. 11, n. 1, p., 1961. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/637739> >.

HAVELOCK, E. A. **Preface to Plato: A History of the Greek mind,.** Cambridge, : Belknap Press, Harvard University Press, 1963. xiv, 328 p.

_____. **The muse learns to write : reflections on orality and literacy from antiquity to the present.** New Haven: Yale University Press, 1986. 144 p.

HEDRICK, C. W. Democracy and the Athenian Epigraphical Habit. **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 68, n. 3, p., 1999. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/148494> >.

HERODOTUS; GODLEY, A. D. **Herodotus**: Loeb classical library. Cambridge, London, : Harvard University Press; W. Heinemann, 1920.

HIGNETT, C. **A history of the Athenian Constitution to the end of the fifth century B.C.** Oxford, : Clarendon Press, 1952. x, 420 p.

HILLER VON GAERTRINGEN, F. **Inscriptiones Atticae Euclidis anno anteriores**: Inscriptiones Graecae. Editio minor. Berolini: Apud G. de Gruyter, 1924. viii, 393 p.

_____. **Inscriptiones Atticae Euclidis anno anteriores**: Inscriptiones graecae. Editio secunda. Chicago: Ares Publishing Inc., 1974. viii, 393 p.

HÖLKESKAMP, K.-J. Written law in archaic Greece. **The Cambridge Classical Journal**, v. 38, p., 1993. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1017/S0068673500001632> >. Acesso em: 1993.

HOLLAND, L. B. Axones. **American Journal of Archaeology**, v. 45, n. 3, p., 1941. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/499024> >.

JACOBY, F. **Die fragmente der griechischen historiker**. Berlin,: Weidmann: v. p. 1923

_____. **Die Fragmente der griechischen Historiker : (F GR HIST)**. Leiden ; New York: E.J. Brill, 1993.

JAMESON, M. H. Sophocles and the Four Hundred. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v. 20, n. 5/6, p., 1971. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/4435224> >.

JEBB, R. C. **The Attic orators from Antiphon to Isaeos**. London, : Macmillan and co., 1876.

JOYCE, C. J. THE ATHENIAN AMNESTY AND SCRUTINY OF 403. **The Classical Quarterly (New Series)**, v. 58, n. 02, p., 2008.

KELLY, T. Argive Foreign Policy in the Fifth Century B.C. **Classical Philology**, v. 69, n. 2, p., 1974.

_____. **A history of Argos to 500 B.C**: Minnesota monographs in the humanities. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1976. viii, 214 p., 1 leaf of plates.

KIRCHNER, J. **Inscriptiones Atticae Euclidis anno posteriores**. Chicago: Ares Publishers, 1974.

KRENTZ, P. Foreigners against the Thirty: "IG" II² 10 Again. **Phoenix**, v. 34, n. 4, p., 1980. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/1087635> >.

LAMB, W. R. M.; LYSIAS. **Lysias**: Loeb classical library. London, New York, : W. Heinemann; G.P. Putnam's Sons, 1930. xxvi, 706, 2 p.

LANG, M. Revolution of the 400: Chronology and Constitutions. **The American Journal of Philology**, v. 88, n. 2, p., 1967. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/293469> >.

LARSEN, J. A. O. Cleisthenes and the Development of the Theory of Democracy at Athens. **Essays in Political Theory**, p. 1, 1948.

LAWTON, C. L. Representations of Athenian Democracy. In: OBER, J. H., C. W. (Ed.). **The birth of democracy : an exhibition celebrating the 2500th anniversary of democracy at the National Archives**. Princeton, N.J.: American School of Classical Studies at Athens, 1993.

LAWTON, C. L. **Attic document reliefs: art and politics in ancient Athens**. Clarendon Press, 1995.

LÉVÊQUE, P.; VIDAL-NAQUET, P. **Clisthène l'Athénien: Essai sur la représentation de l'espace et du temps dans la pensée politique grecque de la fin du VI^e siècle à la mort de Platon**. Besançon: Université de Franche-Comté: Les Belles Lettres, 1973.

LÉVÊQUE, P.; VIDAL-NAQUET, P. **Cleisthenes the Athenian : an essay on the representation of space and time in Greek political thought from the end of the sixth century to the death of Plato**. Atlantic Highlands, N.J.: Humanities Press, 1996.

LEWIS, D. M.; JEFFERY, L. H.; ERXLEBEN, E. **Inscriptiones Atticae Euclidis anno anteriores**: IG I³. Editio 3a. Berolini: de Gruyter, 1981.

LIDDELL, P. The Places of Publication of Athenian State Decrees from the 5th Century BC to the 3rd Century AD. **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**, v. 143, p., 2003. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/20191618> >.

_____. Epigraphy, Legislation and Power Within the Athenian Empire. **Bulletin of the Institute of Classical Studies**, v. 53, n. 1, p., 2010. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/j.2041-5370.2010.00005.x> >.

LIDDELL, H. G.; SCOTT, R.; DRISLER, H. **A Greek-English lexicon**. 7th. New York, : Harper & brothers, 1883. xvi, 1776 p.

LIDDELL, H. G. et al. **A Greek-English lexicon**. Rev. and augm. throughout /. Oxford, New York: Clarendon Press ;Oxford University Press, 1996. .

LORAUX, N. **La cité divisée : l'oubli dans la mémoire d'Athènes**: Critique de la politique Payot. Paris: Payot, 1997. 291 p.

_____. **The divided city : on memory and forgetting in Ancient Athens.** New York: Zone Books, 2002. 358 p.

_____. **The invention of Athens : the funeral oration in the classical city.** New York
Cambridge, Mass.: Zone Books ;
Distributed by the MIT Press, 2006. 539 p.

LYSIAS; GERNET, L.; BIZOS, M. **Discours:** Collection des universités de France. Paris, : les Belles lettres, 1962.

MA, J.; PAPAZARKADAS, N.; PARKER, R. **Interpreting the Athenian empire.** London: Duckworth, 2009.

MACDOWELL, D. M. Law-Making at Athens in the Fourth Century B.C. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 95, p., 1975. Disponível em: <
<http://www.jstor.org/stable/630870> >.

_____. Andocides. In: GAGARIN, M.;MACDOWELL, D. M. (Ed.). **Antiphon & Andocides.** Austin: University of Texas, 1998.

MACMULLEN, R. The Epigraphic Habit in the Roman Empire. **The American Journal of Philology**, v. 103, n. 3, p., 1982. Disponível em: <
<http://www.jstor.org/stable/294470> >.

MAIDMENT, K. J.; BURTT, J. O. **Minor Attic orators:** The Loeb classical library. Cambridge, : Harvard University Press, 1941.

MARR, J. L.; RHODES, P. J. **The 'Old Oligarch' : the Constitution of the Athenians attributed to Xenophon.** Oxford: Oxbow Books, 2008.

MAZON, P. **Eschyle.** Paris, : Société d'édition "Les belles lettres", 1920. v.

MEIGGS, R. **The Athenian empire.** Oxford, : Clarendon Press, 1972. xvi, 632 p.

MEIGGS, R.; LEWIS, D. **A Selection of Greek Historical Inscriptions: to the end of the fifth century b.c.** Oxford: Clarendon Press, 1988.

MERITT, B. D. The Inscriptions. **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 2, n. 2, p., 1933. Disponível em: <
<http://www.jstor.org/stable/146506> >.

MERITT, B. D. **Epigraphica attica.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2014[1940].

MERITT, B. D.; TRAILL, J. S. **The Athenian Agora. Vol 15, Inscriptions; The Athenian Councillors.** American School of Classical Studies at Athens, 1974.

MEYER, E. A. Explaining the Epigraphic Habit in the Roman Empire: The Evidence of Epitaphs. **The Journal of Roman Studies**, v. 80, p., 1990. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.2307/300281> >. Acesso em: 1990.

_____. Inscriptions and the City in Democratic Athens. In: ARNASON, J. P.; RAAFLAUB, K. A., *et al* (Ed.). **The Greek Polis and the Invention of Democracy**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013a. p.205-223.

_____. Inscriptions as Honors and the Athenian Epigraphic Habit. **Historia**, v. 4, n. 62, p., 2013b.

MISSIOU, A. **Literacy and democracy in fifth-century Athens**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2011. xvi, 211 p., 14 p. of plates.

MOORE, J. M. **Aristotle and Xenophon on democracy and oligarchy**. London: Hogarth Press, 1983.

MOSSÉ, C. Comment s'élabore un mythe politique: Solon, "père fondateur" de la démocratie athénienne. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, v. 34, n. 3, p., 1979.

_____. The Demos's Participation in Decision-Making: Principles and Realities. In: ARNASON, J. P.; RAAFLAUB, K. A., *et al* (Ed.). **The Greek Polis and the Invention of Democracy**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013. cap. 11, p.260-273.

NOEL, R. The Laws of Athens, 410-399 BC: The Evidence for Review and Publication. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 110, p., 1990. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/631732> >.

OBER, J. **The Athenian revolution : essays on ancient Greek democracy and political theory**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1996. 212 p.

OBER, J.; HEDRICK, C. W. **The birth of democracy : an exhibition celebrating the 2500th anniversary of democracy at the National Archives**. Princeton, N.J.: American School of Classical Studies at Athens, 1993.

ONG, W. J. **Orality and literacy : the technologizing of the word**: New accents. London ; New York: Methuen, 1982. x, 201 p.

OSTWALD, M. **Nomos and the beginnings of the Athenian democracy**. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1979. xiv, 228 p.

_____. **From popular sovereignty to the sovereignty of law : law, society, and politics in fifth-century Athens**. Berkeley: University of California Press, 1986. xxii, 663 p.

PAPAZARKADAS, N. **Sacred and public land in ancient Athens**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

PLATO; BURNET, J. **Opera : recognovit brevis adnotatione critica instruxit Ioannes Burnet.** Oxonii, : e typographeo Clarendoniano, 1902.

PLECKET, H. W. Isonomia and Cleisthenes. A note. **Talanta**, v. 4, p. 63, 1972.

POCOCK, J. G. A. **Political thought and history : essays on theory and method.** Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 2009.

POSNER, E. M. **Archives in the ancient world.** Cambridge, 1972.

POZZER, K. M. P. **Les archives provées de marchands a Larsa pendant la deuxième moitié du règne de Rim-Si.** Lille: ANRT, 2003.

RAAFLAUB, K. A. Perfecting the "Political Creature": Equality and "the Political" in the Evolution of Greek Democracy. In: ARNASON, J. P.; RAAFLAUB, K. A., *et al* (Ed.). **The Greek Polis and the Invention of Democracy** Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.

RAAFLAUB, K. A.; OBER, J.; WALLACE, R. W. **Origins of Democracy in Ancient Greece.** Berkeley: University of California, 2007.

RAUBITSCHKE, A. E. The Heroes of Phyle. **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 10, n. 3, p., 1941. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/146564> >.

RHODES, P. J. **The Athenian boule.** Re-issued with additions and corrections. Oxford: Clarendon Press, 1985, 1972a.

_____. The Five Thousand in the Athenian Revolutions of 411 B. C. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 92, p., 1972b. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/629977> >.

_____. **A commentary on the Aristotelian Athenaion politeia.** Oxford New York: Clarendon Press ; Oxford University Press, 1981.

_____. **The Athenian Boule.** Oxford Oxfordshire: Clarendon Press, 1985a. xv, 357 p.

_____. **The Athenian Empire : P.J. Rhodes.** Oxford: Published for the Classical Association [by] Clarendon, 1985b.

_____. Nomothesia in Fourth-Century Athens. **The Classical Quarterly**, v. 35, n. 1, p., 1985c. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/638804> >.

_____. The Athenian Code of Laws, 410-399 B. C. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 111, p., 1991. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/631889> >.

_____. **Commentary on the Aristotelian "Athenaion Politeia"**. 2Rev.ed. Oxf. U. P., 1993.

_____. Public Documents in the Greek States: Archives and Inscriptions, Part I. **Greece & Rome**, v. 48, n. 1, p., 2001a. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/826868> >.

_____. Public Documents in the Greek States: Archives and Inscriptions, Part II. **Greece & Rome**, v. 48, n. 2, p., 2001b. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/826915> >.

_____. **Athenian democracy**. New York: Oxford University Press, 2004. xiv, 358 p.

_____. After the Three-Bar "Sigma" Controversy: The History of Athenian Imperialism Reassessed. **The Classical Quarterly**, v. 58, n. 2, p., 2008. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/27564180> >.

RHODES, P. J.; LEWIS, D. M. **The decrees of the Greek states**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

RHODES, P. J.; OSBORNE, R. **Greek historical inscriptions : 404-323 BC**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ROBB, K. **Literacy and paideia in ancient Greece**. New York: Oxford University Press, 1994. x, 310 p.

SAMONS, L. J. **Empire of the owl : Athenian imperial finance**. Stuttgart: Steiner, 2000.

_____. **The Cambridge companion to the Age of Pericles**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2007. xx, 343 p.

SANSONE, D. The Date of Herodotus' Publication. **Illinois Classical Studies**, v. 10, n. 1, p., 1985.

SCHOEMANN, G. F. **De Comitiis Atheniensium libri tres**. Gryphiswaldiae, 1819.

SCOTT, L. **Historical commentary on Herodotus, Book 6: Mnemosyne, bibliotheca classica Batava Supplementum**,. Leiden ; Boston: Brill, 2005. xii, 716 p.

SEALEY, R. **Essays in Greek politics**. New York, : Manyland Books, 1967. 199 p.

_____. The Origins of "Demokratia". **California Studies in Classical Antiquity**, v. 6, n. ArticleType: research-article / Full publication date: 1973 /, p., 1973. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/25010657> >.

_____. Constitutional Changes in Athens in 410 B.C. **California Studies in Classical Antiquity**, v. 8, n. ArticleType: research-article / Full publication date: 1975 /, p., 1975.

_____. On the Athenian Concept of Law. **The Classical Journal**, v. 77, n. 4, p., 1982. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3297006> >.

_____. **The Athenian Republic : democracy or the rule of law?** University Park: Pennsylvania State University Press, 1987. x, 182 p.

SHEAR, J. L. **Polis and revolution : responding to oligarchy in classical Athens.** Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2011. xv, 368 p.

SHEAR, J. T. Cultural Change, Space, and the Politics of Commemoration in Athens. In: OSBORNE, R. (Ed.). **Debating the Athenian cultural revolution : art, literature, philosophy, and politics, 430-380 BC.** Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 2007.

SHEAR, T. L. J. Bouleuterion, Metroon, and the Archives at Athens. In: HANSEN, M. H.; RAAFLAUB, K. A. (Ed.). **Studies in the Ancient Greek Polis** Stuttgart: David Brown Book Company, 1995.

SICKINGER, J. Literacy, Documents, and Archives in the Ancient Athenian Democracy. **The American Archivist**, v. 62, n. 2, p., 1999. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/40294122> >.

_____. The Bureaucracy of Democracy and Empire. In: SAMONS, L. J. (Ed.). **The Cambridge Companion to the Age of Pericles.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007. cap. 8, p.196-214.

SICKINGER, J. P. Inscriptions and Archives in Classical Athens. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v. 3, n. 43, p., 1994.

_____. **Public records and archives in classical Athens:** Studies in the history of Greece and Rome. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999. x, 274 p.

STEINER, D. **The tyrant's writ : myths and images of writing in ancient Greece.** Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994.

STEM, R. The Thirty at Athens in the Summer of 404. **Phoenix**, v. 57, n. 1/2, p., 2003.

STODDART, S.; WHITLEY, J. The social context of literacy in Archaic Greece and Etruria. **Visible Language**, p. 761, Dez. 1988.

STROUD, R. S. **Drakon's Law on homicide:** University of California publications: classical studies, v 3. Berkeley, : University of California Press, 1968. 8 , 83 p.

_____. Greek Inscriptions Theozotides and the Athenian Orphans. **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 40, n. 3, p., 1971. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/147528> >.

_____. **The Axones and Kyrbeis of Drakon and Solon.** University of California Press, 1979.

_____. The Gravestone of Socrates' Friend, Lysis. **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 53, n. 3, p., 1984.

SVENBRO, J. **Phrasikleia : an anthropology of reading in ancient Greece: Myth and poetics.** Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1993. xiv, 233 p.

TAYLOR, M. C. One Hundred Heroes of Phyle? **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 71, n. 4, p., 2002. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3182042> >.

THALHEIM, T. **Lysiae Orationes. Recensuit Theodorus Thalheim. Editio major. Gr.** Lipsiae, 1901.

THOMAS, R. **Oral tradition and written record in classical Athens.** Cambridge: University Press, 1989. XIII, 321p.

_____. WRITTEN IN STONE? LIBERTY, EQUALITY, ORALITY AND THE CODIFICATION OF LAW. **Bulletin of the Institute of Classical Studies**, v. 40, p., 1995. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/43646576> >.

_____. **Letramento e Oralidade na Grécia Clássica:** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2005a.

_____. Writing Law and Written Law. In: COHEN, D.;GAGARIN, M. (Ed.). **The Cambridge Companion to Ancient Greek Law.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005b. p.41-60.

THUCYDIDES. **Thucydides History of the Peloponnesian War.** London: J. M. Dent & Sons Ltd, 1910.

TODD, O. J. On the Date of Herodotus' Death. **The Classical Quarterly**, v. 16, n. 1, p., 1922.

TUCÍDIDES; KURY, M. D. G. **História da Guerra do Peloponeso traduzida por Mário da Gama Kury.** 4. Brasília: Editora UnB, 2001.

TZACHOU-ALEXANDRI, O. Personifications of Democracy. In: OBER, J. H., C. W. (Ed.). **The birth of democracy : an exhibition celebrating the 2500th anniversary of democracy at the National Archives.** Princeton, N.J: American School of Classical Studies at Athens, 1993.

VERNANT, J. P. **Entre mythe et politique.** Éditions du Seuil, 1996.

WALLACE, R. W. Solonian Democracy. In: IAN, M.; RAAFLAUB, K. A. (Ed.). **Democracy 2500? Questions and Challenges**. Dubuque: Archeological Institute of America, Colloquia and Conference Papers 2, 1998.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U. V. **Aristoteles und Athen**. Berlin, : Wiedmann, 1893.

WOODHEAD, A. G. Inscriptions: The Decrees. **The Athenian Agora**, v. 16, p., 1997. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3601985> >.